

INSIGHT

INTELIGÊNCIA

ANO XIX • Nº 75 • OUTUBRO/NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2016

ISSN 1517-6940

À PROCURA DE HOBSES



JUNTO
É BEM
MELHOR.

nbs



Acreditamos no poder da interação. Sabemos que as trocas geram mudanças positivas que nos motivam, levam mais longe e fazem bem. É por isso que a gente se dedica tanto a ampliar as possibilidades de conexão entre as pessoas. Porque coisas incríveis acontecem quando a gente interage.

OI.COM.BR

O RECA DO

Wladimir Llyich Ulyanov, um século depois – 1917/2017 –, por algum determinismo histórico mágico aporta por estas plagas e mostra-se incapaz de entender a disfuncionalidade do caso brasileiro.

De norte a sul, noite e dia, as energias são distópicas, o estado é de anomia, o rentismo corrói a Nação, a população sofre de anedonia e o país carece de lideranças, não criminalizadas, de preferência. Não estão presentes as condições históricas revolucionárias, apesar do desemprego ser alto e a miséria rondar o país. O marxismo é impotente porque lhe fogem as características intrínsecas de dono único da verdade. E a verdade é o que as pessoas acham que é verdade. Existem as manifestações de protesto, sim, contudo, não são orgânicas. A ideologia não está presente no discurso do povo, que comparece em dimensão reduzida aos quebra-quebras ou aos confrontos entre grupos do funcionalismo do Estado – policiais, bombeiros, professores, petroleiros e tantos outros. Todos se comportam como lobos comendo lobos. O povo está em algum outro lugar. Os sindicatos se apequenaram – alguns poucos operários ainda laboram nas fábricas. E os militares? Estes repetem que estão cumprindo sua função de zelar pela Constituição do país. Em prudente distanciamento, entretanto, parecem cerrar os olhos para a desconstitucionalização em marcha. Lenin, perplexo, pergunta a si próprio: o que fazer? Naquele estranho paraíso reverso, entre o estado de agonia cívica e a loucura desmedida, compreendeu que a verdade revolucionária é elástica. E a atitude revolucionária na circunstância é o mais radical ato legítimo da democracia.

“Diretas já” são os nossos mais sinceros votos para 2017.

NESCAFÉ agora
é duplamente filtrado

**E COM MUITO
MAIS SABOR.**

Só o melhor dos grãos de café
na sua xícara. Perfeito para começar o dia,
puro ou com leite. Experimente.

PARA TODOS OS COMEÇOS. NESCAFÉ.



NÃO CONTÉM GLÚTEN.

DIRETOR

LUIZ CESAR FARO

EDITOR

CHRISTIAN EDWARD CYRIL LYNCH

EDITOR EXECUTIVO

CLAUDIO FERNANDEZ

PROJETO GRÁFICO

ANTÔNIO CALEGARI

PRODUÇÃO GRÁFICA

RUY SARAIVA

ARTE

PAULA BARRENNE DE ARTAGÃO

REVISÃO

GERALDO RODRIGUES PEREIRA

REDAÇÃO E PUBLICIDADE

INSIGHT COMUNICAÇÃO

RUA DO MERCADO, 11 / 12º ANDAR
 RIO DE JANEIRO, RJ • CEP 20010-120
 TEL: (21) 2509-5399 • FAX: (21) 2516-1956
 E-MAIL: insight@insightnet.com.br

RUA LUIS COELHO, 308 / CJTO 36
 CONSOLAÇÃO • SÃO PAULO, SP
 CEP 01309-902 • TEL: (11) 3284-6147
 E-MAIL: insightsp@insightnet.com.br

www.insightnet.com.br

Os textos da **INSIGHT INTELIGÊNCIA** poderão ser encontrados na home page da publicação:
www.insightnet.com.br/inteligencia

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL
 OUT/NOV/DEZ 2016
 COPYRIGHT BY INSIGHT

Todos os ensaios editados nesta publicação poderão ser livremente transcritos desde que seja citada a fonte das informações.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da revista.

Insight Inteligência se reserva o direito de alteração dos títulos dos artigos em razão da eventual necessidade de adequação ao conceito editorial.

Impressão: Grafitto

ACORDO DE COOPERAÇÃO

BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

CONSELHO EDITORIAL

ALEXANDRE FALCÃO

ANTÔNIO DIAS LEITE JÚNIOR

CORIOLANO GATTO

EDSON NUNES

EMIR SADER

JOÃO SAYAD

JOAQUIM FALCÃO

JOSÉ LUÍS FIORI

LUCIA HIPPOLITO

LUIZ CESAR TELLES FARO

LUIZ ORENSTEIN

LUIZ ROBERTO CUNHA

MARCO ANTONIO BOLOGNA

MÁRIO MACHADO

MÁRIO POSSAS

NÉLSON EIZIRIK

PAULO GUEDES

RENÉ GARCIA

RICARDO LOBO TORRES

RODRIGO DE ALMEIDA

SULAMIS DAIN

VICENTE BARRETO

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS

CONSELHO CONSULTIVO

ADHEMAR MAGON

ALÓISIO ARAÚJO

ANTÔNIO BARROS DE CASTRO †

ANTÔNIO CARLOS PORTO GONÇALVES

ANTONIO DELFIM NETTO

ARMANDO GUERRA

ARTHUR CANDAL †

CARLOS IVAN SIMONSEN LEAL

CARLOS LESSA

CARLOS SALLES

CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES

CELINA BORGES TORREALBA CARPI

CELSO CASTRO

CÉSAR MAIA

CEZAR MEDEIROS

DANIEL DANTAS

DÉCIO CLEMENTE

EDSON VAZ MUSA

EDUARDO KARRER

ELIEZER BATISTA

ELOÍ CALAGE

EUGÊNIO STAUB

GILVAN COUCEIRO D'AMORIM

HÉLIO PORTOCARRERO

HENRIQUE LUZ

HENRIQUE NEVES

JACQUES BERLINER

JOÃO LUIZ MASCOLO

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO

JOEL KORN

JORGE OSCAR DE MELLO FLÔRES †

JOSÉ LUIZ BULHÕES PEDREIRA †

JOSÉ DE FREITAS MASCARENHAS

JÚLIO BUENO

LUÍS FERNANDO CIRNE LIMA

LUIZ ANTÔNIO ANDRADE GONÇALVES

LUIZ ANTÔNIO VIANA

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA

LUIZ FELIPE DENUCCI MARTINS

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

LUIS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA

MÁRCIO KAISER

MÁRCIO SCALERCIO

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

MARIA SILVIA BASTOS MARQUES

MAURÍCIO DIAS

MAURO SALLES

MIGUEL ETHEL

OLAVO MONTEIRO DE CARVALHO

PAULO HADDAD

PAULO SÉRGIO TOURINHO

RAPHAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES †

RICARDO CRAVO ALBIN

ROBERTO CAMPOS †

ROBERTO CASTELLO BRANCO

ROBERTO PAULO CEZAR DE ANDRADE

ROBERTO DO VALLE

SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

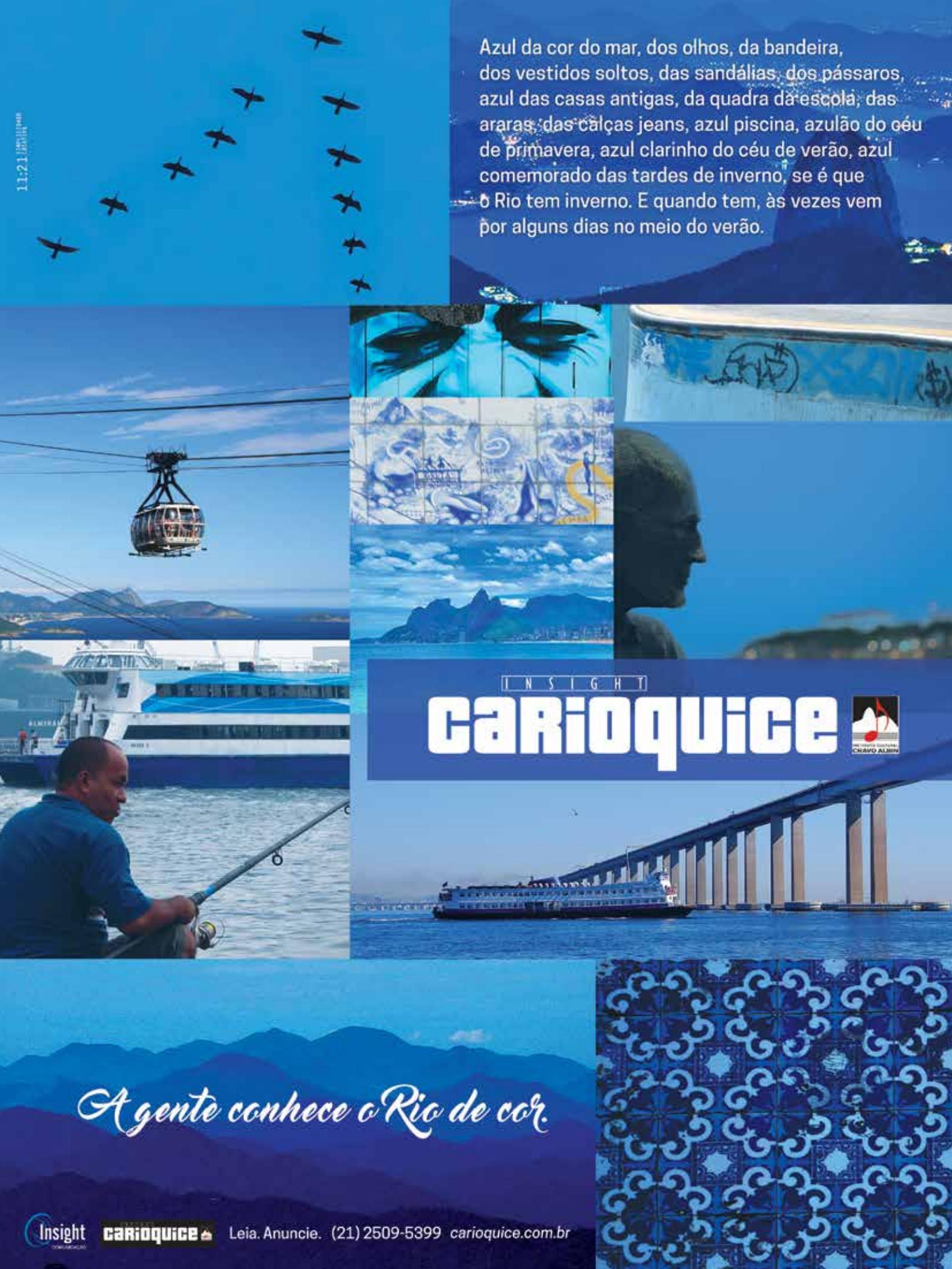
O público
votou de novo.
E mais uma
vez a Nextel foi
eleita a melhor
operadora de
telefonia móvel
do Brasil.



Nextel. Eleita
a melhor operadora
de telefonia móvel
pela 2^a vez consecutiva.

Ligue 1050 ou
vá até uma loja.

nextel
TÁ NAS SUAS MÃOS.



Azul da cor do mar, dos olhos, da bandeira, dos vestidos soltos, das sândálias, dos pássaros, azul das casas antigas, da quadra da escola, das araras, das calças jeans, azul piscina, azulão do céu de primavera, azul clarinho do céu de verão, azul comemorado das tardes de inverno, se é que o Rio tem inverno. E quando tem, às vezes vem por alguns dias no meio do verão.

INSIGHT
CARIOQUICE



A gente conhece o Rio de cor.

INSIGHT

INTELIGÊNCIA

Uma receita para os atuais tempos: silêncio e solidão. Sugere-se ao leitor diluir-se em meio à amplitude, deixando-se levar pelos tons empoeirados dos fotogramas de James Kerwin. Insight Inteligência convida a todos para que observem, na obra do artista, a transição da aparência através do tempo. Nossos patrocinadores, como sempre, acompanham o ensaio.





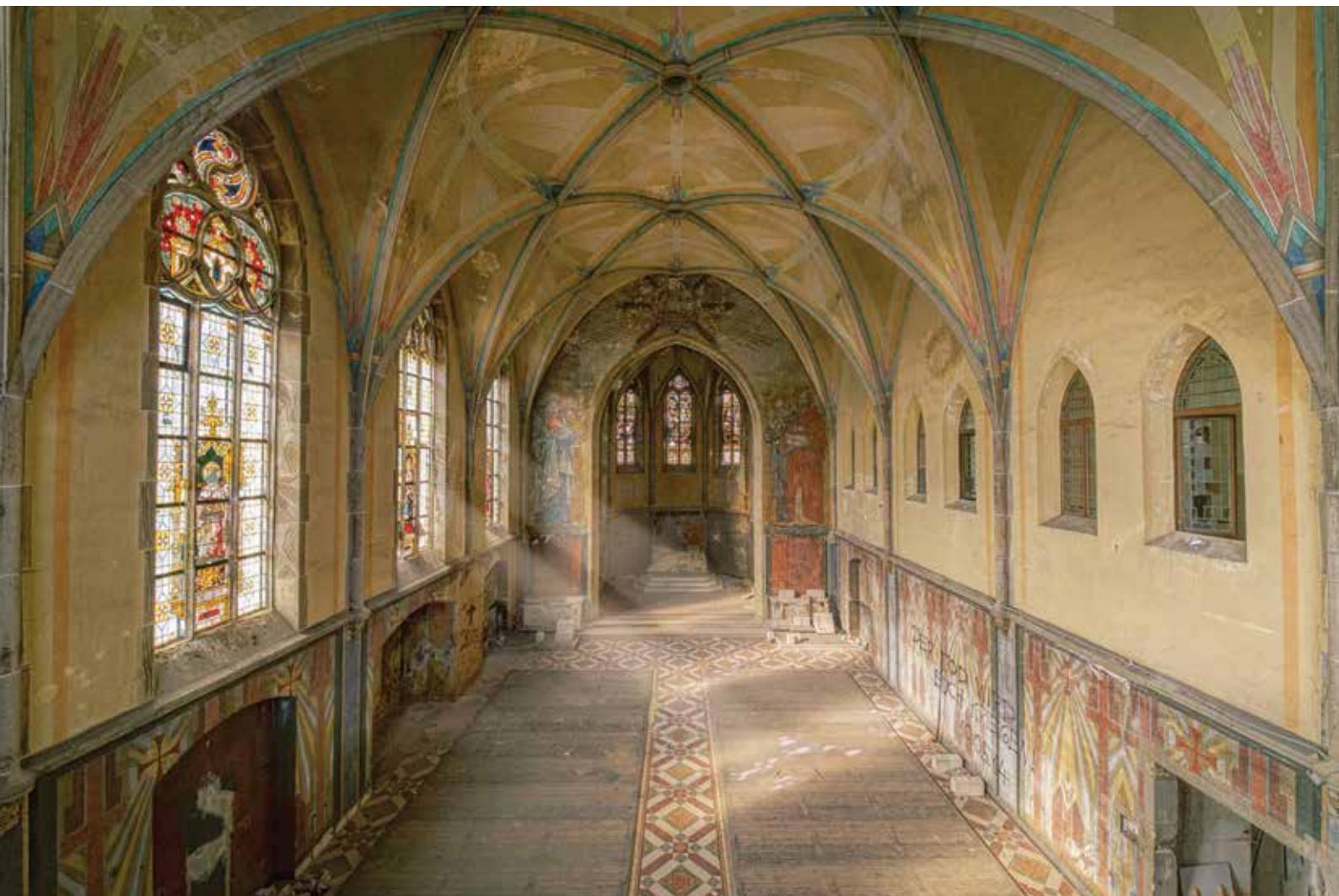
Coca-Cola
Brasil



nextel



BancoBM



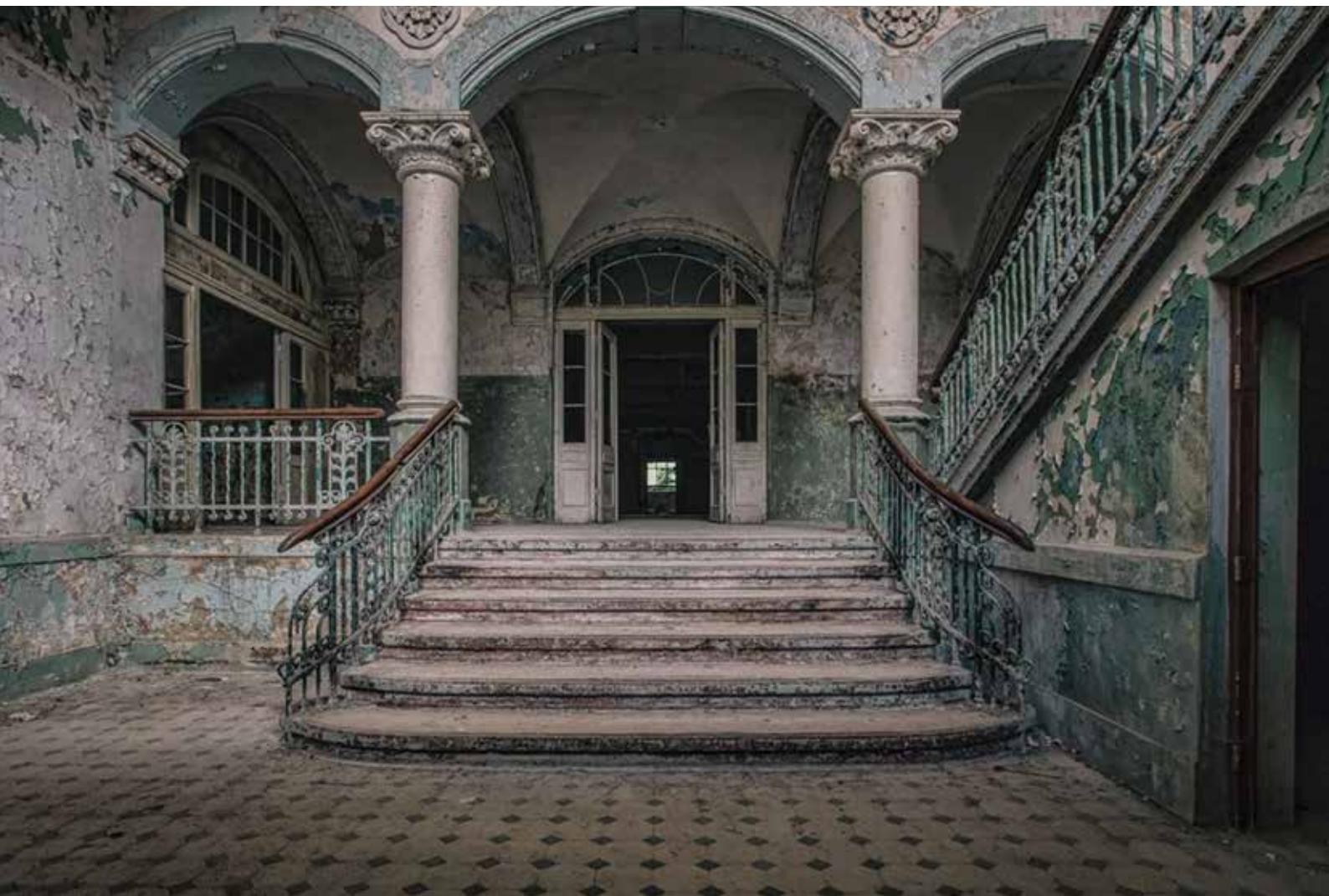


SulAmérica

associada ao ING 



Nestlé



 **FGV**





O QUE NOS RESTA DE LEVIATÃ?

Anna Cecilia Faro Bonan

Naquela mesa está faltando ele

20



ESPECIAL: O BRASIL SUPERIOR DE HÉLIO JAGUARIBE

49

JAGUARIBE EM CONSTRUÇÃO

Angélica Lovatto

Uma leitura da política
brasileira em dois tempos

51

CADERNOS PARA TODOS OS TEMPOS

Cristina Buarque de
Hollanda

A encruzilhada entre o atraso
e o progresso

69

USINA DE ALTOS ESTUDOS

Hélio Jaguaribe

Lições sem prazo de
validade

81

GERSON: A ESQUERDA ESTÁ VIVA – E PASSA MUITO BEM

Os neurônios já tiveram
maior importância
no futebol

34

EXCOMUNHÕES – CARTAS DO DIVINO ÓDIO

A fé não perdoa

90



SUMÁRIO

INSIGHT

INTELIGÊNCIA

nº 75 outubro/novembro/dezembro 2016



CRIANÇAS DESINVESTIDAS

Pedro Cattapan

Pais descomprometidos e professores frustrados

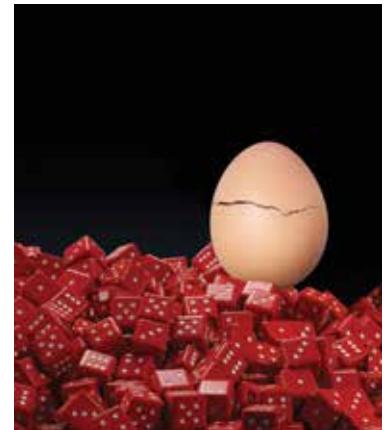
98

CIÊNCIA POLÍTICA 1966-1970 – O DESENVOLVIMENTO EM PAUTA

Christian Edward Cyril Lynch

Nos tempos da ditadura
envergonhada

106



122



DIREITA, VOLVER?

Cristiane Batista

Steven Ross

Gasto social? Depende
da ideologia

124



SOY LOCO POR TI, AMÉRICA – A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DE SER BOLIVARIANO

Dawisson Belém
Lopes

Um barril de petróleo
pronto para explodir

132



Vista geral da cidade de São Paulo (Debret, século XIX)

TRADIÇÃO E EFICÁCIA

na gestão de patrimônio

- Equipe altamente especializada
- Soluções financeiras estruturadas
- Gestão de riscos eficiente
- Máxima qualidade em produtos e serviços



A presente Instituição aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para a Atividade de Private Banking no Mercado Doméstico.

ESTA PUBLICIDADE E/OU MATERIAL TÉCNICO SEGURO O CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA A ATIVIDADE DE PRIVATE BANKING. A VINCULAÇÃO DO SELO NÃO IMPLICA POR PARTE DA ANBIMA GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.



Vista da Baía de Todos os Santos (Joseph Leon Righini, século XIX)



Rio de Janeiro visto da Ilha das Cobras (Newton Smith Fielding, século XIX)

B
BM Private

Rio de Janeiro

Tel: +55 (21) 2514.8387
privaterj@bancobbm.com.br

São Paulo

Tel: +55 (11) 3704.0505
privatesp@bancobbm.com.br
www.bancobbm.com.br

Le • yatã?

O QUE NOS
RESTA DE



Anna Cecilia Faro Bonan

ADVOGADA

Dizem por aí que vivemos em um tempo-espaco de aceleração histórica, capaz de recolorir e/ou redesenhar as instituições políticas no xadrez da sociedade. Não é uma situação particular aos brasileiros, o caldo borbulha em um fenômeno global. As primeiras décadas do século XXI estão marcadas por processos de crise do mercado e das instituições democráticas e levantes populares.¹ Mas o tom de otimismo caiu. É tempo de velhas angústias travestirem-se de roupas novas (de máscaras pretas a blusas da seleção de futebol) e saírem a passear, escandalizando os olhos apavorados. Como é

de praxe, para alguns é a centelha da promessa revolucionária e para outros é o perigo iminente de caos e desordem. Mais uma vez, no curso da história, se reforça e escancara a constante tensão alojada no âmago das teorias de Estado, isto é, a relação conflituosa entre o Estado e seus governados, imbróglio paralelo à tensão constitucional entre poder constituído e poder constituinte. A busca por (re)legitimar o Estado perante a insurgência popular costuma encontrar na última o seu próprio fundamento, e, renutrido pelo medo, faz valer a força. Essa é uma resposta óbvia, não por isso menos alarmante.



No Brasil as chamadas “jornadas de junho” de 2013 explodiram pelas ruas do país, e abriram alas (não em uma relação simplista de causa e efeito, mas complexa e própria do devir histórico e das disputas por hegemonia) para um tal “gigante adormecido” sedento por depoçar a então presidente. O Legislativo em conluio com o Judiciário levantou cartão vermelho para o chefe do Executivo e o ressalva foi para o jogo (dando um replay na história paraguaia).² A promessa de estabilidade não se cumpriu com o duvidoso impedimento sem crime de responsabilidade, o rondô institucional³ se aprofundou, e o tecido social esgaçado ampliou o momento de entropia nacional. Protestos se espalharam por todas as ruas do país, liderados por setores da esquerda, da direita e setores “autônomos”, a mídia corporativa incita os protestos⁴, agentes da segurança pública invadem a assembleia legislativa no falido estado do Rio de Janeiro,⁵ a PMERJ dispara contra manifestantes de dentro de uma igreja, adentrada sem autorização, escolas e universidades estão ocupadas,⁶ políticos são depostos e/ou presos,⁷ o Ministério Público Federal empurra um pacote de medidas para ampliar a autoridade e autonomia do complexo jurídico-investigativo, a despeito de direitos civis e políticos consagrados constitucionalmente, e recebe o troco no Congresso;⁸ juízes se manifestam na “República de Curitiba” contra projeto de lei sobre abuso de autoridade;⁹ Ministros do Judiciário batem boca em audiência pública;¹⁰ um ministro isolado no Supremo Tribunal Federal pede a cabeça do presidente do Senado, que, não só descumpre a ordem judicial imposta como reverte a decisão no colegiado em prol de uma “agenda senatorial” bastante impopular;¹¹ e o presidente da Re-

pública se esconde em seus grandiosos jantares¹² (extravagância que nos recorda o Baile da Ilha Fiscal que marcou o fim do Império) tratando de evitar ao máximo as vaias de seus governados. Ao povo (as multidões, a massa, como prefiram, esse conjunto *ipse* de indivíduos que ainda merece ser mais bem compreendido), só resta a indignação, e ao Estado, a tentativa de se manter ileso. Há cheiro de violência no ar, e talvez possamos compreender o que nos resta de Leviatã.

A BATALHA DE BEHEMOTH E LEVIATÃ

O Livro de Jó, do Antigo Testamento bíblico (XL-XLI), resgata duas figuras monstruosas da mitologia judaica: Behemoth e Leviatã. O primeiro é descrito como uma criatura terrestre impressionante, domada apenas pela força divina do Criador (o que é sinalizado por representações pictóricas ao figurar com um aro nas narinas), de lombo e ventre fortes, com os nervos dos músculos tecidos, ossos resistentes como bronze, membros como barras de ferro, uma cauda que se move como um cedro e testículos poderosos. O segundo é representado como uma criatura aquática assustadora, que solta fumaça pelas narinas, lampejos de luz pelo sopro e fogo pela boca, de força descomunal e porte gracioso, indomável, de peito duro como pedra e carne rígida, com fileiras de escudos firmemente unidos nas costas e dentes temíveis, resistente às armas mortais: *Nada na terra se equipara a ele: criatura destemida! Com desdém olha todos os altivos; reina soberano sobre todos os orgulhosos*” (Livro de Jó, XLI, 33-34). Ambas as figuras foram consagradas na ciência política pelo filósofo inglês Thomas Hobbes nas obras *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil* e *Behemoth*, ou *O Longo Parlamento*, a primeira amplamente mais conhecida e debatida que a segunda. Voltaremos a essas figuras mais à frente.

Hobbes foi um filósofo “maldito”.¹³ Inimigo da Igreja por seu suposto ateísmo e heresia, recebeu alcunhas desgostosas, foi perseguido, foi menosprezado pelos próprios monarquistas absolutistas por não defender a lei divina, mas resistiu, e se impôs na história como um divisor de águas para compreender as bases teóricas do Estado Moderno, em especial pelo posterior a Bodin, reforço do conceito de soberania. Alguns se espantam em saber que sua obra fora muito usada pelos radicais de sua época,¹⁴ isto porque é costumeiro recortar as teorias dos seus contextos históricos, porém toda leitura é contexto, e é preciso trazê-lo à tona, ainda que para a apropriação em outro tempo-espacô. Comumente classificado como um jusnaturalista, terminou por favorecer um juspositivismo,¹⁵ e, apesar de seu empirismo (no resgate da *philosophia prima*), elaborou uma solução metafísica (o contrato social), consagrando-se entre os contratualistas.¹⁶ Para alguns, como Leo Strauss e McPherson, é considerado o precursor do liberalismo por con-

sagrar direitos universais.¹⁷ Pela sua intensa inovação e constante provocação fica difícil encontrar um chão sociológico para o autor.¹⁸

Hobbes continua maldito para alguns. Só de falar em seu nome parece que se invoca no imaginário coletivo a figura temida de Leviatã, não mais como o demônio bíblico, mas sim como a metafórica figura do monarca gigante, formado por cidadãos (outrora livres) “enclausurados” no seu corpo, sustendo a espada na mão direita e o cetro na mão esquerda, conforme a capa do livro de sua obra. Hobbes, assim, se converteu em si mesmo em um monstro assustador, apesar de que a história aponta que era muito mais um filósofo assustado.



Em sua autobiografia, Hobbes afirmou que "ao nascer, sua mãe teria dado à luz a gêmeos: Hobbes e o medo",¹⁹ já que ela teria entrado em trabalho de parto prematuro, apavorada com a notícia de que a Armada Espanhola (a "Invencível") estaria prestes a atacar a Inglaterra. A debilidade confessada do autor é descrita na obra *Do assassinato considerado como uma das Belas-Artes*, de Thomas de Quincey, que, tratando de um tema bastante hobbesiano (a morte brutal) zomba do constante medo de Hobbes, a seu ver exagerado, de ser assassinado, contando a seguinte anedota: "Um clérigo encontra Hobbes por casualidade e com ele segue a Buxton, lá, apesar do desconforto inicial, os personagens se entrosam ao longo dos dias e vão à casa de banhos juntos. Cerca de uma hora depois, já secos e vestidos, sentam-se para jantar no local, quando são interrompidos por um barulho de uma briga entre os tipos mais grosseiros ali presentes. Hobbes perdeu a calma, se mostrou muito receoso e contou uma ou duas vezes a maneira como Sexto Roscio havia sido morto depois de jantar, perto dos Banhos de Palatino, e se despediu o quanto antes como se correrá algum perigo".²⁰

Segundo o relato zombeteiro e descrente de Thomas de Quincey, Hobbes afirmava ter corrido perigo de vida ao menos três vezes. A primeira em maio de 1640, período em que se iniciava a Rebelião Inglesa (The Great Rebellion) e que também data a dedicatória de seu protetor, o conde Willian de Devoncheire, no primeiro texto filosófico de Hobbes, *Os Elementos da Lei, Natural e Política*.²¹ no qual defendia o Rei contra o Parlamento. A segunda em novembro daquele mesmo ano, quando se reuniu o Longo Parlamento (hostil ao governo autoritário do rei), e Hobbes, em suas próprias palavras, "foi o

primeiro de todos que fugiram",²² se exilando na França. E a terceira logo após de publicar a obra *Leviatã*, período próximo à decapitação de Carlos I, o fim da Guerra Civil Inglesa, e a instauração do Protetorado de Oliver Cromwell. Ao que tudo indica, o medo manteve Hobbes ileso, morreu aos 91 anos, quando a expectativa de vida beirava os 45. E o medo que tanto perseguia Hobbes foi alavancado como uma paixão elementar no centro de sua teoria política, não era só dele, era, segundo o próprio, de todos os seres humanos, imperando assim no estado de natureza (o "medo recíproco").

Hobbes sempre retorna a esse estado primitivo. O motivo vem narrado no prefácio da segunda edição do *De Cive*, na qual o autor explica seu "método", que assim como Aristóteles em *A Política* apontava a necessidade de compreender a sociedade (o Estado para o primeiro e a *polis* para o segundo) a partir das partes que as compõem, e para tanto a melhor forma seria "desmontá-la como um relógio".²³ No entanto, segundo as leituras hobbesianas tradicionais, o prefácio abriria uma grande polêmica,²⁴ já que a despeito de um ponto de partida semelhante, Hobbes iria ser um dos primeiros, ao lado de Espinosa,²⁵ a contradizer a base aristotélica da sociedade, na qual o homem é, por natureza, um ser político (*zoon politikon*) e a *polis* é, por conseguinte um fenômeno natural.²⁶ Para o filósofo inglês, no estado de natureza, os homens são livres e iguais – leis naturais – e, apesar de racionais, agem motivados por seus apetites e desejos, por vezes antissociais (proposição que Freud resgataria na formulação de seu conceito de "pulsões"),²⁷ configurando o que Hobbes chama de a guerra de todos contra todos (*bellum omnium contra omnes*), um estado de conflito e tensão constante que se propicia para o caos.

De acordo com a teoriaposta em foco, uma das causas principais da guerra seria o fato de que as coisas se constituem em objeto de desejo (usualmente os bens e riquezas, a propriedade), pois "se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo em que é impossível ela ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos",²⁸ por conseguinte, cria-se uma desconfiança geral, na qual impulsiona os seres a agirem por antecipa-



ção para neutralizar o perigo, sendo a melhor defesa, o ataque, a conquista, o que culmina na generalização da guerra. Apesar de que, em Hobbes, essa condição não está ligada ao argumento da escassez, vez que os desejos não sucumbem à razão e à necessidade, podemos vislumbrar que ele é muito mais convincente na fórmula “farinha pouca, meu pirão primeiro”.

Hobbes percebera que ao resgatar o *homo lupus* (homem lobo) dos antigos escritos de Plautus²⁹ pronunciara uma tese demasiado ousada. Contrariava a versão mais aceita, no período, quanto concepção de mundo – encampada posteriormente na figura antitética do “bom selvagem” de Rousseau – de que o amor e o afeto estivessem enraizados na natureza humana,³⁰ e, ora, quem perdesse a “humanidade” não poderia passar de uma besta.

Renato Janine Ribeiro aponta que por isso, ao apresentar a ideia, Hobbes tenha recorrido a um recurso raro em sua obra – que afirma com veemência a distância do interlocutor – de introduzir o leitor em seu discurso:³¹ “Que opinião tem ele [o leitor] de seus compatriotas, ao viajar armado; de seus concidadãos, ao fechar suas portas; e de seus filhos e servidores, quando tranca seus cofres?”³² Veja bem, Hobbes sabia o quão desafiadora era sua proposta e o peso que lhe cabia, por isso seu texto carregava uma permanente ironia.³³

Conforme seu enredo: os concidadãos, motivados pelo medo, acordam em estabelecer a paz e invocar o Leviatã – a analogia demoníaca que extraiu de Jó. E quem é Leviatã? É o Estado de poder absoluto, uno, indivisível. Olhe mais uma vez para o frontispício de Leviatã! A iconografia revela que é o Estado soberano, formado por seus súditos, concentrador da violência (na mão direita a espada) e da produção e da aplicação das leis (na

mão esquerda o cetro). Leviatã é o Deus Mortal, dono da força e da lei. E quem é Behemoth, esse demônio oposto presente também nas escrituras judaicas? Ao que tudo indica em *Behemoth ou o Longo Parlamento* é que a metáfora aqui representa a guerra civil, a insurgência dos rebeldes, a explosão da desordem e do caos. Hobbes ao propor a analogia a essas duas figuras mitológicas está também as colocando em antítese, e explicitando uma das maiores tensões da teoria do Estado: a contraposição das forças legítimas do Estado e da insurgência. Essa é, pois, a batalha de Leviatã e Behemoth.

Daqui podemos seguir com uma leitura não usual de Hobbes, rechaçando a ideia de que o autor descreveria um estado de natureza apolítico. Ora, Hobbes destaca um estado de natureza onde o antagonismo é a regra, e não seria justamente o conflito o constitutivo de uma política?³⁴ Como seria possível que os seres sociais, dependentes da sociabilidade para o desenvolvimento das suas capacidades (veja o caso dos humanos ferais!), não vivessem em alguma espécie de sociedade, ainda que primitiva, com algum grau de política^{35,36}? Como seria possível que esses seres pudessem se comunicar e chegar a um acordo consentido para a criação do Estado? O estado de natureza hobbesiano talvez não seja um estado primitivo sem sociedade, mas sim uma profunda análise subjetiva de um estado que impulsionou os seres no processo de ruptura e recriação de uma sociedade.

Retornemos aos motivos da guerra em Hobbes. O primeiro, como explicitamos, é a competição pelo objeto de desejo, o que leva o homem a perseguir e atacar tendo em vista o lucro. O exemplo dado é o do desprovido que cobiça o bem do industrioso dono ou proprietário. Veja bem, no estado de natureza hobbesiano pode haver propriedade, ou quase-propriedade, de modo que não é um estado datado no tempo no qual os seres primitivos selvagens apenas caçavam e colhiam na natureza. O segundo é a desconfiança geral, isto é, o medo, o que desencadeia a tentativa de manter a segurança, em especial da vida, da liberdade e da propriedade. O terceiro é a glória, ou seja, a busca incessante pela boa repu-

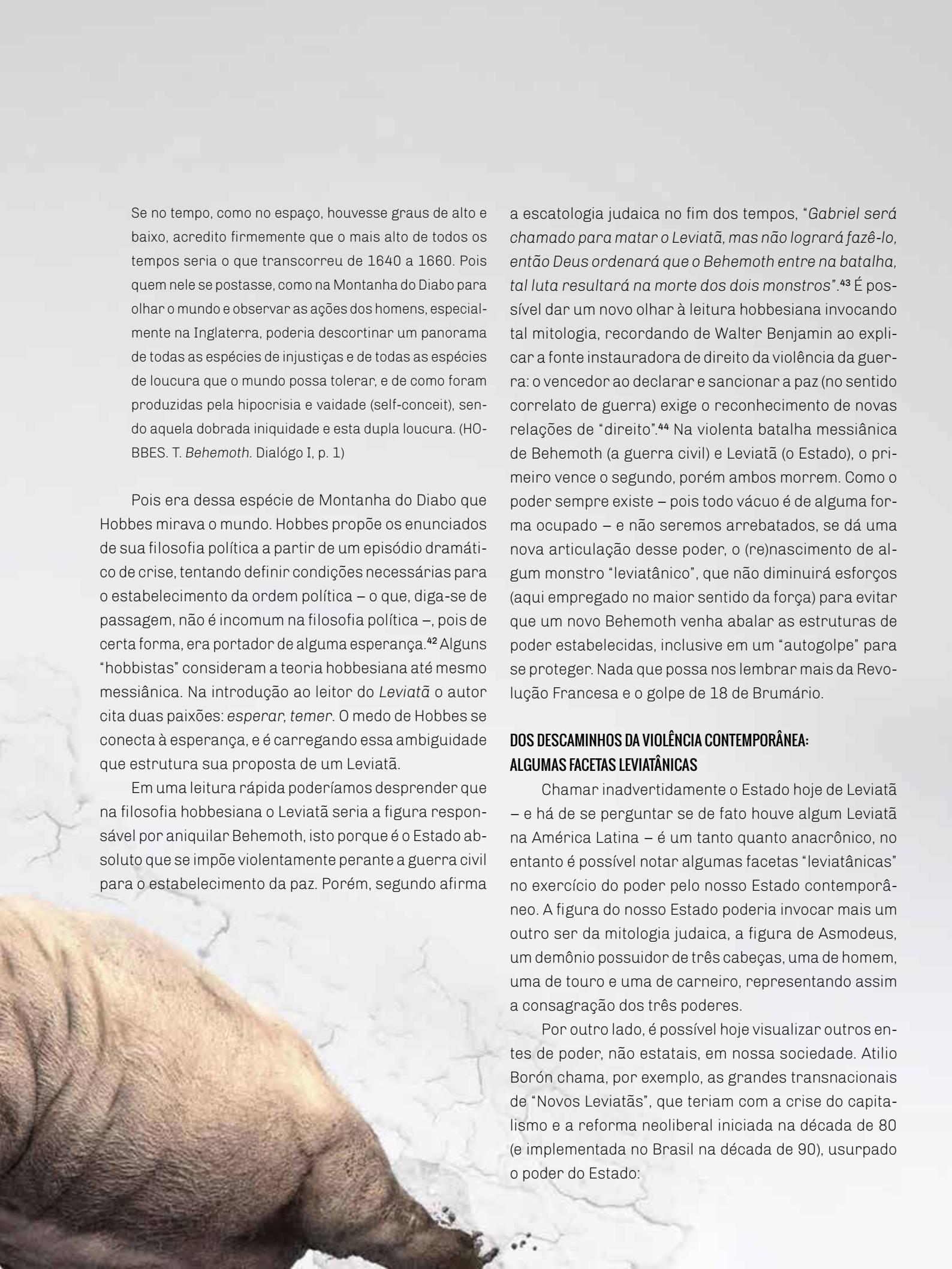
tação. Note que esses três valores são na verdade um prelúdio dos ideais aristocráticos; seriam eles a anunciação de um período pré-moderno, protoburguês. Não que Hobbes estivesse levantando uma defesa ao que viria ser a burguesia,³⁷ porém percebeu tais ideais, provenientes das relações materiais no convívio humano – levando em consideração uma perspectiva mais materialista –, e propôs que os mesmos exigiriam uma determinada forma de organização da sociedade: o Estado. Estado esse que se transformou ao longo do tempo, mas se manteve de pé.

Se adotamos essa releitura, podemos desprender que o estado de natureza hobbesiano não está necessariamente localizado em um tempo cronológico anterior a sociedade civil, e talvez se mantenha vivo, alojado na paradoxal estrutura burguesa do Estado: nem competição, nem desconfiança, nem glória precisam ser extirados, estes são na verdade fundamentais ao homem lobo, que busca lucro, segurança e reputação, e são os catalisadores da organização e manutenção pela força do Estado para se alcançar a paz. Nesse sentido o estado de natureza de que agora se trata nada mais é do que a sociedade desses homens sem a estrutura do poder comum do Estado ou, como diz Christopher Hill, é a sociedade burguesa “sem a polícia”.³⁸ E essa, foi descri-

ta por Sheldon Wolin, como uma “possibilidade sempre presente, inherente a toda sociedade política organizada (...) uma ameaça onipresente que, como macabra acompanhante, seguia a sociedade em cada etapa de seu trajeto”.³⁹ Behemoth está sempre à espreita de Leviatã, e por isso o primeiro é, por prudência, considerado nas estratégias de uso do poder do segundo.

Se analisarmos o estado de natureza hobbesiano apenas como uma fantasmagórica lembrança da fragilidade das ordens políticas (pré) estabelecidas e como um permanente risco de retorno à instabilidade dos conflitos violentos generalizados (e tivemos muitos exemplos na história para recordar), pode ser possível fazer uma releitura contemporânea menos anacrônica. O exercício imaginário de Hobbes é evidentemente inspirado no contexto de crise e caos em que o autor escreve: a guerra civil, o conflito religioso e a revolução política.⁴⁰ Assim deve ser compreendido como uma ficção teórica, porém que “comunicava aos homens do século XVII um significado vivido, e nada fictício”.⁴¹ Hobbes afirma:





Se no tempo, como no espaço, houvesse graus de alto e baixo, acredito firmemente que o mais alto de todos os tempos seria o que transcorreu de 1640 a 1660. Pois quem nele se postasse, como na Montanha do Diabo para olhar o mundo e observar as ações dos homens, especialmente na Inglaterra, poderia descortinar um panorama de todas as espécies de injustiças e de todas as espécies de loucura que o mundo possa tolerar; e de como foram produzidas pela hipocrisia e vaidade (self-conceit), sendo aquela dobrada iniquidade e esta dupla loucura. (HOBES. T. *Behemoth*. Dialógo I, p. 1)

Pois era dessa espécie de Montanha do Diabo que Hobbes mirava o mundo. Hobbes propõe os enunciados de sua filosofia política a partir de um episódio dramático de crise, tentando definir condições necessárias para o estabelecimento da ordem política – o que, diga-se de passagem, não é incomum na filosofia política –, pois de certa forma, era portador de alguma esperança.⁴² Alguns “hobbistas” consideram a teoria hobbesiana até mesmo messiânica. Na introdução ao leitor do *Leviatã* o autor cita duas paixões: esperar, temer. O medo de Hobbes se conecta à esperança, e é carregando essa ambiguidade que estrutura sua proposta de um Leviatã.

Em uma leitura rápida poderíamos desprender que na filosofia hobbesiana o Leviatã seria a figura responsável por aniquilar Behemoth, isto porque é o Estado absoluto que se impõe violentamente perante a guerra civil para o estabelecimento da paz. Porém, segundo afirma

a escatologia judaica no fim dos tempos, “*Gabriel será chamado para matar o Leviatã, mas não logrará fazê-lo, então Deus ordenará que o Behemoth entre na batalha, tal luta resultará na morte dos dois monstros*”.⁴³ É possível dar um novo olhar à leitura hobbesiana invocando tal mitologia, recordando de Walter Benjamin ao explicar a fonte instauradora de direito da violência da guerra: o vencedor ao declarar e sancionar a paz (no sentido correlato de guerra) exige o reconhecimento de novas relações de “direito”.⁴⁴ Na violenta batalha messiânica de Behemoth (a guerra civil) e Leviatã (o Estado), o primeiro vence o segundo, porém ambos morrem. Como o poder sempre existe – pois todo vácuo é de alguma forma ocupado – e não seremos arrebatados, se dá uma nova articulação desse poder, o (re)nascimento de algum monstro “leviatânicos”, que não diminuirá esforços (aqui empregado no maior sentido da força) para evitar que um novo Behemoth venha abalar as estruturas de poder estabelecidas, inclusive em um “autogolpe” para se proteger. Nada que possa nos lembrar mais da Revolução Francesa e o golpe de 18 de Brumário.

DOS DESCAMINHOS DA VIOLENCIA CONTEMPORÂNEA: ALGUMAS FACETAS LEVIATÂNICAS

Chamar inadvertidamente o Estado hoje de Leviatã – e há de se perguntar se de fato houve algum Leviatã na América Latina – é um tanto quanto anacrônico, no entanto é possível notar algumas facetas “leviatânicas” no exercício do poder pelo nosso Estado contemporâneo. A figura do nosso Estado poderia invocar mais um outro ser da mitologia judaica, a figura de Asmodeus, um demônio possuidor de três cabeças, uma de homem, uma de touro e uma de carneiro, representando assim a consagração dos três poderes.

Por outro lado, é possível hoje visualizar outros entes de poder, não estatais, em nossa sociedade. Atilio Borón chama, por exemplo, as grandes transnacionais de “Novos Leviatãs”, que teriam com a crise do capitalismo e a reforma neoliberal iniciada na década de 80 (e implementada no Brasil na década de 90), usurpado o poder do Estado:

"... os Leviatãs agora são muitos, e não só um, como queria o filósofo político. E, mais importante ainda, esses Leviatãs são privados, são as grandes empresas que, nas últimas décadas, garantiram seu predomínio nos mercados mundiais até limites inimagináveis faz poucos anos. Como sabemos, o poderio que hoje caracteriza os megaconglomerados da economia mundial – gigantescas burocracias privadas que não prestam conta a ninguém nem a nada – não tem precedentes na história". (BORON, 1999:38).⁴⁵

Ao lado desses "Novos Leviatãs" não poderíamos deixar de colocar a grande mídia corporativa, que exerce um poder achincalhador para obter seus interesses, através do controle da informação, ademais imperam dentro da produção de opiniões e subjetividades, possuindo enorme influências nos movimentos dos cidadãos. Pois é bem provável que se Hobbes estivesse hoje olhando para a nossa situação buscasse submeter o poder da mídia ao Estado com tanta ênfase como fez com a Igreja. A proposta de secularização peculiar de Hobbes, que gira em torno da própria teologia política, e busca não só limitar o poder espiritual ao reino de Deus, mas disponibilizar a Igreja como arma do Estado. Hobbes não era ingênuo quanto ao poder de manejo das consciências que a Igreja possuía, e o quanto elas eram essenciais para ameaçar o Estado na forma da rebeldia. A Igreja possuía um especial poder em introduzir uma opinião – mais no sentido de doxa – inconsciente nos cidadãos, uma convicção que lhe rege as ações, sem mesmo saber por quê.⁴⁶ Pois parece se assemelhar muito com o poder dos grandes conglomerados da mídia. Havendo hoje tantas figuras "leviatânicas", é normal que essas, por vezes, disputem poder entre/sobre si. Porém consideremos apenas a figura desse novo Estado "leviatânico" aqui invocado como Asmodeus.

Esse Estado, formalmente democrático, é delimitado pelo constitucionalismo, que consagra as liberdades individuais e os direitos sociais em uma Carta Magna. Sobre esse prisma Asmodeus é um tanto mais frágil que Leviatã, pois, na teoria, é obrigado a cumprir as leis. Isto é dizer, a Constituição dá uma direção ao Estado, para que o mesmo aja a fim de garantir direitos e, por outro lado, serve para reduzir a possibilidade de arbitrariedades do mesmo, criando instrumentos próprios para tanto: a constituição escrita, as declarações de direitos, a legalização da oposição, o controle de constitucionalidade, a imobilidade e independências dos juízes, a rigidez constitucional, etc. Veja bem, quanta confiança fora depositada nos intérpretes da Constituição, na casta toda! Sofremos hoje a consequência dessas resoluções. Na prática vemos que, sendo o próprio Estado quem faz, aplica e fiscaliza o cumprimento das leis, a Constituição abre brechas para que o Estado a tome de assalto, o que explica o fato de hoje o pensamento progressista ter que pautar a defesa da legalidade.

A engenharia jurídica do constitucionalismo desloca a relação de violência entre o Estado e seus ("não") representados para a relação tensa entre duas formas de exercício do poder popular, o poder constituído e o poder constituinte. O que vale: o poder constituído pronunciado pela boca do próprio Estado (à mercê de sua interpretação) ou o poder constituinte, a potência deradeira das insatisfações populares? Hobbes teria dito que o primeiro, pois a justiça é o respeito ao pacto determinado, à soberania do Estado. A teoria constitucional liberal clássica também responde que a primeira propositura é a correta, pois o poder constituinte, en-

quanto núcleo essencial da democracia, seria absorvido pela Constituição, encerrando em si sua expansão.⁴⁷ Porém a teoria crítica trabalha na contramão. A abertura teórica que dá ao poder constituinte a possibilidade de direito de resistência ou de desobediência civil é grande. Assim como Behemoth está sempre à espreita, o poder constituinte sempre o acompanha. É imprescindivelmente por isso que Benjamin assinala que devemos considerar que

"o interesse de monopolizar a violência com relação aos indivíduos não se explicaria pela intenção de garantir os fins de direito, mas, isso sim, pela intenção de garantir o próprio direito; de que a violência quando não se encontra nas mãos do direito estabelecido, qualquer que seja esse, o ameaça perigosamente, não em razão dos fins que ela quer alcançar, mas por sua mera existência fora do direito." (BENJAMIN, 2011:127).⁴⁸

Eis que estamos diante da faceta mais leviatânea de nosso Estado, a concentração da violência, no caso juspositivada, nas mãos do poder estatal, essa externada constantemente, em especial pelo poder punitivo do Estado. A violência fora do direito é então reprimida, mas não necessariamente ilegítima, nem mesmo em Hobbes. Diremos isso porque Hobbes não exige que o homem abra mão do direito de resistir à força que ameaça sua vida,⁴⁹ mas estabelece que se esse direito de resistir for contrário as leis soberanas é melhor que o súdito corra do Leviatã,⁵⁰ pois o poder soberano deve reprimir tudo aquilo que o desafie a fim de manter a estabilidade, isto é, o cidadão que recupera essa liberdade contra as leis do Estado está então fora do corpo político dele e pode ser perseguido pelo Deus Mortal.

Por outro lado, o poder soberano, uno e indivisível do povo é mais uma vez levado pela figura da representatividade no Estado, entretanto esse o exerce em três fun-



ções, que costumeiramente são chamadas de três poderes, é a tripartição dos poderes políticos proposta por Montesquieu. Apesar de repetirmos o mantra consagrado pelos norte-americanos⁵¹ do *checks and balances*, estes sempre se constituíram muito mais como uma fricção mútua entre as três cabeças desse Estado.⁵² Talvez por buscar reduzir ao máximo os atritos no exercício do poder do Estado, Hobbes tenha defendido um modelo mais centralizado, a monarquia absoluta – e não parlamentar.

Trazendo para o nosso contexto específico, aquele apresentado do prólogo, sobre esse atrito intenso que hoje vivemos, que parece ser para além de um mero atrito, mas uma crise institucional, Wanderley Guilherme dos Santos escreveu:

O Executivo desconfia do Judiciário, que despreza o Legislativo, que ignora o povo, que detesta o Executivo. Em condições normais, esse tipo de rondó institucional não é raro, de duração temporal limitada, sem provocar danos importantes à comunidade. Com o ato falho constitucional do impedimento da presidente Dilma Rousseff, contudo, o rondó nacional mergulhou a ordem jurídica e política na clandestinidade, não obstante a aparente normalidade das rotinas operacionais. Todos os figurantes continuam em serviço, mas o que antes era exercício de funções converteu-se em artifício de representação. O Executivo presume que governa, mas tiraniza, o Judiciário imagina que julga quando, apesar da linguagem arcaica, distribui sentenças arbitrárias, e o Legislativo se agita em decisões de pantomima clássica. A anomia absorveu a democracia brasileira. (...) O maligno da anomia consiste em que as ações dos personagens produzem graves consequências no mundo verdadeiro, parte delas irrevogáveis.⁵³

A anomia tomou conta de cima a baixo, vez que nosso Estado, em tese, deveria respeitar a própria ordem instituída, e uma das graves consequências irrevogáveis a ser gerada é a generalização da violência. O uso

do conceito de anomia poderia trazer à tona Durkheim, mas também poderia invocar Hobbes. Isto porque, muito antes de escrever Leviatã, Hobbes se debruçou na realização de uma tradução meticulosa da história da Guerra do Peloponeso de Tucídides, o que mostra a inclinação de Hobbes para compreender o mundo a partir das guerras. Conforme aponta Carlo Ginzburg a densa análise de Tucídides se abre com a palavra *anomia*, que designa a ausência de lei, ou melhor, a dissolução de toda lei diante do desencadeamento da peste,⁵⁴ um episódio fático que poderia ter inspirado inicialmente Hobbes ao exercício imaginário do estado de natureza. O autor ressalta um dado importante, Hobbes teria expressado a sua própria interpretação na tradução, pois no lugar de traduzir que “O medo dos deuses ou as leis humanas já não representavam um freio” traduzira “Neither the fear of the gods, nor laws of men awed any man”, ou seja: nem o temor dos deuses nem as leis dos homens incutiam sujeição.⁵⁵ O que indica é que Hobbes já sinalizava que haveria sempre uma relação entre o medo e seu resultado, a sujeição. Mais uma vez vemos o medo ser levado para o centro da política hobbesiana, pois é esse medo de incutir a sujeição ao Leviatã: “Esta é a fundação daquele grande Leviatã, ou melhor, para falar com mais reverência, daquele Deus mortal a quem, abaixo do Deus imortal, somos devedores de nossa paz e defesa”.⁵⁶ O conhecido dramaturgo revolucionário, Bertolt Brecht, afirmou que “nada é mais parecido com um fascista do que um burguês assustado”, pois o medo movimenta na burguesia essa dialética entre amor e ódio à tirania.

O filósofo incendiário Slavo Zizek chama a atenção para a importância do medo nas políticas atuais:

Hoje a variante predominante da política é a *biopolítica pós-política* – impressionante exemplo de jargão teórico que, no entanto, podemos decifrar com facilidade: a “pós-política” é uma política que afirma deixar para trás os velhos combates ideológicos para se centrar, por outro lado, na gestão e administração especializadas, enquanto a “biopolítica” designa como seu objetivo principal a regulação da segurança e do bem-estar das vidas humanas (...) O que significa que, com a administração especializada, despolitizada e socialmente objetiva e com a coordenação dos interesses como nível zero da política, a única maneira de introduzir paixão nesse campo e de mobilizar ativamente as pessoas é através do medo, um elemento constituinte fundamental da subjetividade de hoje. (...) Uma (pós-)política dessa natureza assenta-se sempre na manipulação de um *ochlos* ou de uma multidão paranoica: é a união assustadora de pessoas aterrorizadas. (ZIZEK, 2014:45-46).⁵⁷

É esse medo constante que alimenta os Estados leviatânicos. E é esse mesmo medo que abre possibilidades para que o Estado se imponha a si mesmo para se salvar, o que faz lembrar a assertiva “A Revolução (*sic*) se legitima a si mesma” no primeiro Ato Constitucional de abril de 1964, uma revolução do próprio poder estatal, contra um suposto grupo revolucionário. Isto não é um palpite, esperemos sinceramente que nossos caminhos sejam outros. Separando as opiniões do cidadão da grandeza do poeta que nos deixou, e acordando que o conhecimento existe apenas em lampejos,⁵⁸ o que findamos com um dos mais belos poemas de Ferreira Gullar, *O lampejo*:

O poema não voa de asa-delta
não mora na Barra
não frequenta o Maksoud.
Pra falar a verdade, o poema não voa:
anda a pé
e acaba de ser expulso da fazenda Itupu
pela polícia.
Come mal dorme mal cheira a suor,
parece demais com o povo:
é assaltante?
é posseiro?
é vagabundo?
frequentemente o detêm para averiguações
às vezes o espancam
às vezes o matam
às vezes o resgatam
da merda
por um dia
e o fazem sorrir diante das câmeras da TV
de banho tomado.
O poema se vende
se corrompe
confia no governo
desconfia
de repente se zanga
e quebra trezentos ônibus nas ruas de Salvador.
O poema é confuso
mas tem o rosto da história brasileira:
tisnado de sol
cavado de aflições
e no fundo do olhar, no mais fundo,
detrás de todo o amargor,
guarda um lampejo
um diamante
duro como um homem
e é isso que obriga o exército a se manter de prontidão. •

A autora é Mestranda em Direito Constitucional na Universidade Federal Fluminense, integrante do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Direito Constitucional Latino-Americano e avaliadora da Revista de Direito dos Monitores da Universidade Federal Fluminense acbonan@gmail.com

NOTAS DE RODAPÉ

1. A título de exemplo: Nos Estados Unidos, o crash financeiro de 2008, os "99%" que ocuparam Wall Street em 2011, a onda populista conservadora nas ruas para eleger Trump, e agora as manifestações contra o presidente recém-eleito. O repique da crise financeira na Europa em 2010 também incendiou as insurgências. A mobilização popular grega ocupou os espaços públicos para garantir a resistência às cominações de arrocho da União Europeia, mas não logrou tirar a Grécia do buraco. Na Espanha, o movimento do 15M, ou "os indignados", fundou o partido Podemos e saiu vitorioso nas urnas, sob a forma de um "municipalismo horizontal e constituinte", mas nas eleições de 2016 cavaram uma espécie de crise política e saíram enfraquecidos. Na chamada Primavera Árabe, cidades da África do Norte e do Oriente Médio, foram cenário de disputas intensas e mesmo sangrentas entre a insurgência popular e os setores que apoiavam a restauração violenta de ditaduras.

2. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A Anomia Anuncia A Tirania: Rima Sem Solução*. Segunda Opinião: insight.net: 30/11/2016. Disponível em: <http://insightnet.com.br/segundaopiniao/>

3. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A Idade Média Nacional*. Segunda Opinião: insight.net: 16/09/2016. Disponível em: <http://insightnet.com.br/segundaopiniao/>

4. Antes a favor do impeachment de Dilma, agora pela bandeira "contra corrupção", que coloca o governo de Temer na mira. Publicações como o Der Spiegel (Alemanha), The Economist (Inglaterra), El País (Espanha), Público (Portugal), The Guardian (Inglaterra) e Página 12 (Argentina) vêm apontando o papel da grande mídia brasileira nessa crise. Nesse sentido, Glenn Greenwald, Andrew Fishman e David Miranda declararam na matéria "O Brasil Está Sendo Engolido Pela Corrupção — E Por Uma Perigosa Subversão Da Democracia", do The Intercept, que: "Para se ter uma noção do quanto central é o papel da grande mídia na incitação dos protestos: considere o papel da Fox News na promoção dos protestos do Tea Party. Agora, imagine o que esses protestos seriam se não fosse apenas a Fox, mas também a ABC, NBC, CBS, a revista Time, o New York Times e o Huffington Post, todos apoio ao movimento do Tea Party. Isso é o que está acontecendo no Brasil". Disponível em <https://theintercept.com/2016/03/18/brazil-is-engulfed-by-ruling-class-corruption-and-a-dangerous-subversion-of-democracy/>

5. Imagens podem ser vistas em MAIA, Gustavo. *Policiais do RJ invadem ALERJ em protestos contra corte do Estado*. Notícias Uol: Rio de Janeiro: 08/11/2016. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/11/08/vai-virar-um-inferno-agentes-de-segurança-do-rj-protestam-contra-cortes.htm>

6. Em outubro desse ano foram computadas 1.154 instituições de ensino ocupadas. Ver o mapa das ocupações em ABRANTES, Talita. *O mapa das ocupações de escolas e faculdades contra Temer*. Exame.com: Brasil em 27/10/2016. Disponível em <http://exame.abril.com.br/brasil/o-mapa-das-ocupacoes-de-escolas-e-faculdades-contra-temer/>

7. Vale lembrar a prisão de Eduardo Cunha e as recentes escandalosas prisões dos ex-governadores Sérgio Cabral e Anthony Garotinho.

8. Sobre o tema recomendo: PRADO, Geraldo. *O fascismo avança. Justificando*: 12/12/2016. Disponível em <http://justificando.com/2016/12/05/o-fascismo-avanca/>

9. Notícia Paraná 247: <http://www.brasil247.com/pt/247/parana247/246431/Ju%C3%ADzes-protestam-contra-projeto-que-altera-lei-de-abuso-de-autoridade.htm>

10. OLIVEIRA, Mariana, e RAMALHO, Renan. *Ministros travam discussão áspera durante sessão do STF*. G1: Brasília: 16/11/2016. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/ministros-travam-discussao-aspera-durante-sessao-do-stf.html>

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/ministros-travam-discussao-aspera-durante-sessao-do-stf.html>

11. BENITES, Afonso. *Supremo salva Renan Calheiros e preserva pauta de Temer no Senado*. El País: Brasília: 08/12/2016. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/07/politica/1481129460_534947.html

12. Os valores desembolsados pelos jantares de Temer não foram declarados oficialmente, diferentes notícias foram divulgadas, levando em consideração as mais conservadoras, os valores orbitam entre os R\$ 35 mil e R\$ 100 mil.

13. VASCONCELLOS, Bruno Motta de. *Leviathan nu:por uma leitura não logocêntrica do conceito de soberania na obra de Thomas Hobbes, com aplicações para regimes democráticos*. Abril de 2014. Fls. 290. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio, Rio de Janeiro: 2014.

14. "[é] verdade que o livro atraiu uma grande quantidade de comentários hostis durante a segunda metade do Século XVII, mas a razão para isto não era o fato de que os argumentos de Leviathan fossem muito absurdos para serem levados a sério. Na realidade, em vários casos, os críticos de Leviathan eram mais impelidos a atacar o livro, precisamente, porque ele era lido e utilizado por vários indivíduos e grupos" (tradução livre de PARKIN, 2007b, p. 441). In VASCONCELLOS, Bruno de Motta. *Op. Cit.*, p. 12

15. BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. 6 ed. Brasília: UnB, 1992.

16. Contestados pela teoria crítica, em especial marxista, na concepção do materialismo histórico-dialético. Segundo a perspectiva marxistas, o contrato social, enquanto alegoria transcendental, findava por apagar processos históricos de conflitos.

17. VASCONCELLOS, Bruno de Motta. *Op. cit.*, p. 46.

18. RIBEIRO, Renato Janine. *A Marca do Leviatã – Linguagem e Poder em Hobbes*. 2ª Edição, Prefácio. Ateliê Editorial: São Paulo, 2003.

19. "Atque metum tantum concepit tunc mea mater,/ Ut pareret geminos, meque metumque simul." T. Hobbes Malmesburiensis vita, scripta anno MDCLXXII". In: GIZBURG, Carlo. *Medo, Reverência e Terror – Quatro Ensaios de iconografia política*. Tradução Federico Carotti, Joana Angélica D'Ávila Melo e Júlio Castaño Guimarães. Editora Companhia das Letras: 2014

20. DE QUINCEY, Thomas. *Del asesinato considerado como una de las Bellas Artes*. Ediciones LEA, 2015. p. 25-27.

21. Ibidem.

22. HOBBES, Thomas. *Considerations upon the Reputation – English Works*, v. IV, pág. 414. In RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo – Hobbes escrevendo contra o seu tempo*. 2ª Ed. Editora UFMG: 2004

23. GIZBURG, Carlo. *Op. Cit.* p. 12.

24. Ibidem.

25. RIBEIRO, Renato Janine. *Thomas Hobbes, ou A Paz contra o Clero*. In *Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx – BORON*, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo: 2006.

26. Recentemente, a pesquisa que culminou com a obra já citada Leviathan nu. *Por uma leitura não logocêntrica do conceito de soberania na obra*

de Thomas Hobbes, com aplicações para regimes democráticos, de Bruno Motta de Vasconcellos (já citado neste ensaio), trouxe uma reflexão um tanto pessoal, porém bastante provocativa e bem fundamentada, na qual rechaça a tese de que há alguma natureza humana categórica, em especial maligna, a ser domada pelo Estado convencionado na teoria hobbesiana e traz um Hobbes muito mais palatável aos tempos contemporâneos.

27. RIBEIRO, Renato Janine, 2006. *Op. Cit.*

28. HOBBES, Thomas. *Leviatā ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Cap. XIII. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva (1999).

29. *Lupus est homo homini, non homo, quom qualis sit non novit*: Um homem é um lobo para um homem, não um homem, quando desconhece o caráter do outro. Tradução livre de PLAUTUS, 2006, p. 52. Essa máxima fora contraposta por Séneca, que apresentou a sentença *Homo, sacra res homini*: Um homem é algo sagrado para o homem. Tradução Livre de SÉNECA, Lucio Anneo. *Cartas Filosóficas (Epístolas Morales a Lucílio)*. ePUB v1.2: 22/10/2011.

30. VASCONCELLOS, Bruno de Motta. *Op. cit.*

31. RIBEIRO, Renato Janine. 2006. *Op. cit.*

32. HOBBES, Thomas. (1999) *Op. cit.*

33. Bruno de Motta Vasconcelos propõe que é dessa ironia que se extraí uma consideração valiosa, a de que ao passo que Hobbes dá elementos para construir uma autoridade absoluta, carrega em si elementos que desmontam uma ideia de autoridade, não só a partir de seu discurso demolidor da autoridade do clero como através de seu método.

34. MOUFFE, Chantal. *The democratic paradox*. Verso, London, 2000.

35. VASCONCELLOS, Bruno de Motta. *Op. Cit.*

36. "o primeiro tratamento sistemático do antagonismo como o Real da política corre por conta de quem com mais energia tentará depois erguer as mais altas muralhas contra a ameaça terrível que tal antagonismo sempre renovado suscita no mundo social". In RINESI, Eduardo. *Hobbes e o antagonismo como real da política*. São Paulo: Lua Nova, no. 51, 2000.

37. E aqui discordo com a tese de McPherson. Hobbes de fato não apreciava os comerciantes, em parte porque esses incentivavam a guerra civil, muitas vezes com recursos, e chegou a enunciar seu desprezo aos "os vícios lucrativos dos homens do comércio e artesanato, tais como a dissimulação, a mentira, o engodo, a hipocrisia ou outras coisas descaridasas". (HOBBES, T. *Behemoth ou o longo parlamento*. Belo Horizonte: UFMG, 2001:59).

38. Hill, Christopher. 1990 (1958) *Puritanism and Revolution* (Harmondsworth: Penguin) p. 271

39. Wolin, Sheldon. *Política y perspectiva. Continuidad y cambio en el pensamiento político occidental*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973, p. 282.

40. RINESI, Eduardo. *Op. cit.*

41. Wolin, 1973. *Op. cit.*

42. Ricardo Janine Ribeiro propõe em *Ao Leitor Sem Medo* (*Op. cit.*) uma leitura de que Hobbes poderia ter se autoproclamado portador da esperança, ao afirmar em sua biografia ser gêmeo do medo, resgatando o poema de John Dunne, dedicado a "T. W.":

"De esp'rança outra vez prenhe e seu par gêmeo, o medo
Muito indaguei de ti, como e onde estavas, e do
Meu mesmo anseio de sabê-lo a quem assim cedo"
(Tradução: Eugênio Gardinalle Filho).

43. Tradução Livre de *Leviathan And Behemoth*. Jewish Encyclopedia. Disponível em <http://www.jewishencyclopedia.com/articles/9841-leviathan-and-behemoth>

44. BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2011, p. 130-131.

45. BORÓN, Atilio. *Os "novos Leviatãs" e a pôlis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina*. IN: Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia? Sader, Emin e Gentili, Pablo(orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

46. RIBEIRO, Renato Janine, 2006. *Op. cit.*

47. NEGRI, Antonio. *O poder constituinte – ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

48. *Op. cit.*

49. HOBBES, Thomas. *Leviatā ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Cap. XIV. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva (1999).

50. "Hobbes e Dylan: um som para o Leviatā: Oh God said to Abraham, "Kill me a son"/Abe says, "Man, you must be puttin' me on"/God say, "No." Abe say, "What?"/God say, "You can do what you want Abe, but/The next time you see me comin' you better run" (DYLAN, 1965). É Dylan, mas poderia ser Hobbes. De fato, suficiente seria acrescentar a God o epíteto Mortal – redundando, pois, em Mortal God – para fazer com que as palavras do cantor de folk-rock acabassem por se tornar uma sentença do filósofo. Diria tal Deus Mortal a um seu Súdito: "há o direito por mim posto. Caso tu não o sigas, é melhor que corras". In LAURINDO, Marcel Mangili. *O Leviatā desafiado: há um direito de resistência em Hobbes?*, 2012 Disponível em <http://www.oab-sc.org.br/artigos/leviata-desafiado-ha-direito-resistencia-em-hobbes/218>

51. A lembrar do caso Marbury x Madison, em 1803, quando o Justice Marshal afirmou ser competência constitucional do Poder Judiciário declarar a constitucionalidade dos atos do Congresso, anulando-os, sempre que as leis não se harmonizassem com a Carta Magna. No entanto, vale ressaltar que foi na Inglaterra que se criou os instrumentos do impeachment e do veto.

52. GARGARELLA, Roberto. Capítulo VI. *En nombre de la Constitución. El legado federalista dos siglos después*. In *La filosofía política moderna. De Hobbes a Marx* BORÓN, Atilio. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2000.

53. SANTOS, 2016. *Op. cit.*

54. *Op. cit.* p. 13.

55. *Ibidem*.

56. HOBBES, Cf. *Leviathan*, cap. 17, p. 227

57. ZIZEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. Tradução Miguel Serpas Pereira. 1º Ed – São Paulo: Boitempo, 2014.

58. BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Trad. de Irene Aron. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. P. 499

GERSON

A ESQUERDA
ESTÁ VIVA

& PASSA MUITO BEM

DEPOIMENTO A LUIZ CESAR FARO
E CLAUDIO FERNANDEZ



OS MESTRES DO MESTRE

Eu não me considero tão inteligente assim. Eu acho, sim, que sou um privilegiado. Tá certo? Graças a Deus eu pedi e abusei do pedido. Eu fui carimbado. O sujeito diz assim: "Eu vou ser advogado". Vai. Estuda e vai ser advogado. "Eu vou ser engenheiro... professor". Estuda e vai ser. Agora, ele diz "Eu vou ser jogador de futebol...". Não basta! "Eu vou ser pintor..." Não basta! Isso é dom. A pessoa traz e vai aperfeiçoando. Eu, repito, fui um privilegiado dentro do futebol porque tive três mestres: Didi, Zizinho e Jair da Rosa Pinto. Ninguém teve o melhor do futebol brasileiro. Ninguém. Eu ainda joguei ao lado do Didi, quase no final da carreira dele. Não joguei com Zizinho nem com Jair da Rosa Pinto. Mas vi jogar e conversava muito com eles. Eu perguntava a eles: "Como é que eu faço? Por que é assim? Por que não é assim?" Então ao pouquinho que eu sabia eu ia acrescentando o muito que eles sabiam e fui guardando aquilo tudo. E botava dentro do campo para funcionar. Lembro de um episódio durante uma excursão do Botafogo em El Salvador.

do. O Masopust, mais esperto, foi atrasando a passada para deixar a jogada para mim. Se sobrar alguma coisa, ele pega. Se não sobrar nada, ele também não passa por bobalhão, como eu passaria. Quando me aproximei, ele pressentiu que eu estava chegando. O que que ele fez? Dominou a bola no peito. Quando ela caiu, ele deu um bate pronto, me encobriu, dominou mais pra frente novamente no peito e foi embora com ela. E eu fiquei com uma vergonha. E para voltar para o meu campo? O Didi só olhou para mim com quem diz: "Não avisei?" Nunca mais eu fui afoito numa jogada. Essa juventude que está aí hoje não sabe isso porque não tem com quem aprender. O Didi também me dizia o seguinte: "Por que você vai buscar o cara lá na intermediaria dele? Para ele te dirigir e você ter que vir correndo atrás dele? Marcador que corre atrás não está bem colocado. "Então, ele não tem que vir pra esse gol? Ele não tem que fazer gol aqui? Tem. "Ele vai ter de passar por aqui para fazer gol. Ele não pode sair do estádio". Quando ele passar, eu estou

O SUJEITO DIZ ASSIM: "EU VOU SER ADVOGADO". VAI. ESTUDA E VAI SER. AGORA, ELE DIZ "EU VOU SER JOGADOR DE FUTEBOL...". NÃO BASTA! ISSO É DOM.

O Didi estava se despedindo do futebol. Em uma partida enfrentamos o checo Masopust, um brilhante jogador de meio do campo. Antes do jogo, o Didi virou pra mim e falou assim: "Você conhece o cara?" Eu respondi: "Eu conheço de nome, né? Já vi várias vezes jogar, mas..." No que o mestre Didi emendou: "É velho para caramba, mas de uma inteligência fora do comum. Então, deixa ele jogar. Ele faz lá o dele e nós vamos fazer o nosso aqui porque ele também com a idade que tem não vai marcar a gente. Principalmente você". À época, eu tinha 23 anos. Ele queria menos; eu, jovem, queria mais. Numa bela hora, o goleiro jogou a bola para o Masopust no meio do campo. O Didi, rapidamente, falou: "Vamos embora. Vamos tomar essa bola. "Tá bom". O Didi foi de um lado e eu do outro. Só que eu fui mais afoito, por ser mais jovem, mais rápi-

aqui. Quer dizer, são teorias, né? Na teoria, tudo parece inteligente. É preciso aplicá-las na prática.

OURIVESARIA

Pelo tanto que eu conversava com Didi, Zizinho e Jair da Rosa Pinto, eu procurei trazer um misto de cada um para o meu jogo. Todos os três ajudaram a burilar o meu estilo. Às vezes, terminava o primeiro tempo de uma partida e um deles, vejam só que privilégio, vinha no vestiário conversar comigo. Conversar é modo de falar, tá certo? "Xi, tá ficando maluco? Tá desaprendendo ou o quê? Tá errado isso, cara. Não vai por aqui pela direita. Fica aqui no meio. Você prestou atenção no cara ali? O cara tá saindo dali e indo pela direita. É ali que você tem que ir. Ficou burro?" Um deles quase sempre estava por

perto. Nós éramos muito amigos. O Zizinho, por exemplo, já era amigo do meu pai. Eles jogaram juntos lá em Niterói. Quer dizer, então eu tenho uma certa influência deles e é aquilo que eu fui carimbado. Entre os treinadores, eu destaco o Fleitas Solich, técnico do Flamengo quando eu era menino. Teve ainda o Modesto Bria, o Newton Canegal, que foram meus treinadores no juvenil do Flamengo. Mas talvez o mais inteligente dos técnicos com quem trabalhei tenha sido o Zagallo. Ele já trazia a inteligência tática que demonstrava como jogador. Depois, como treinador, ele costumava montar esquemas com um punhado de variações.

TÁTICA VS. TÉCNICA

Não tenho dúvidas de que o futebol de antigamente era muito mais cerebral do que o de hoje. Atualmente, fala-se muito em tática, esquema, o treinador ganhou uma importância que não tinha etc. e tal. Mas a tática não é a inteligência do jogo. A inteligência é e sempre será o jogador. A tática é complemento. Ela até pode neutralizar o craque, mas é muito mais fácil o craque, com o seu talento, desmontar a tática. Então, o esquema tem de ser criado de acordo com o jogador. Às vezes, o técnico tem um atleta talentoso, mas lento. E outro mais ou menos, tá certo, mas rápido. Então, a missão dele é unir as duas coisas e fazer os dois jogares, com o cérebro de um e as pernas do outro. Então, eu vou correr menos e ele vai correr talvez menos do que ele está acostumado, porque a bola vai chegar aonde tem que chegar. Só aqueles metros pra encontrar a bola e fazer o gol. Ou não. Então, uma coisa completa a outra, dentro de um esquema tático. Mas o esquema tático só funciona se eu, o jogador, funcionar. Do contrário, esquece. Por exemplo: na Copa do Mundo de 70, tinha o Montero Castillo, do Uruguai, que me marcava e não me deixava jogar. E eu fazia parte de uma engrenagem. Eu escutava o treinador uruguai gritar. "Pega o Gerson, não deixa jogar." E eu realmente não estava jogando. E eu tinha de jogar porque eu tinha um pedaço, uma fração daquele esquema que dependia de mim. Outro jogador não podia fazer por mim, porque já tinha o dele. Aí, lá pelas tantas eu falei com o Clodoal-

do. "Clodoaldo, não tô conseguindo jogar cara, tá certo? Então, faz uma coisa. Vai você e me deixa aqui. Você faz o meu e eu faço o seu. Quando ele (Montero Castillo) perceber que já não sou eu o principal, ele vai com você. E aí, quando você sentir que ele tá, você traz ele, aí eu vou. E, então, vamos saber aonde ele vai... Se ele fica comigo ou contigo. Isso é problema dele, não nôssso". E o treinador do Uruguai começou a gritar no banco que o cara não era mais eu, era o Clodoaldo. Ele não



era bobo. Ele começou, percebeu e mudou a marcação. E o Clodoaldo começou a arrastá-lo com ele. E aí, de repente, eu ia e o cara tinha que mudar e me acompanhar. Ficamos nisso durante um bom tempo. Numa dessas, ele não foi. O Clodoaldo foi. E fez o gol. Tostão abriu, ele entrou aqui pela esquerda, onde eu tinha que entrar, mas eu não podia porque eu estava marcado. Tostão meteu a bola para o Clodoaldo e ele empatou o jogo. Quer dizer, isso tudo não foi administrado pelo treinador. O Zagallo era fantástico, tinha um esquema montado, mas a gente estava sentindo o que acontecia dentro do campo.

Se o jogador, no gramado, acha que está com dificuldade, cabe a ele encontrar a solução. Agora, hoje também tem uma coisa: é 50 a 50. 50% dos jogadores têm a tática e os outros 50% não têm talento. Então, esses 50% que não são talentosos se aproveitam da tática para encobrir suas deficiências, porque técnica eles não têm.

AS FERAS DO ZAGALLO

A seleção de 70 era um time de técnica, mas, acima de tudo, de muita inteligência. A gente pensava e falava muito no campo. Eu, Carlos Alberto, Félix, Brito, Piazza... Tinha sempre alguém pra falar. Bom...aí, então eu tô vendo assim... assim... assim. E a defesa? A defesa é isso... isso... isso. É melhor assim? É. Então, faz. E o meio do campo? O meio do campo tá assim... assim... assim... Vamos fazer, então, assim. Assim é melhor? É melhor. E o ataque? O ataque tá desesperado lá na frente, cara! O meio do campo não chega! Não, o meio do campo não chega porque a defesa começa a gritar para a gente não ir. Porque senão vai ficar um espaço muito grande. Tá certo? Eu só posso ir se a defesa me acompanhar. Então, foi o ataque, foi o meio de campo, vai a defesa. Voltou a defesa, voltou o meio de campo, voltou o ataque. Nosso ataque marcava o meio do campo deles. O nosso meio do campo marcava o ataque deles. O ataque tinha que vir para buscar a bola e nossa defesa sobrava. Ficava tudo completo.

TREINO É JOGO E JOGO É TREINO

Eu treinava muito para fazer os lançamentos. Eu não fazia de orelhada. Eu pegava uma barreira de salto e botava na meia lua da grande área. E ficava aqui na intermediária. Eu tinha que meter a bola aí dentro. É difícil, mas eu conseguia. Ok, mas aquilo era imóvel né? E o atacante, não. Quer dizer. Um pouquinho mais pra cá no lançamento. Um pouquinho mais pra lá, eu tava dentro do contexto. Tá certo? Então eu treinava pra fazer isso. Antes do jogo, antes do treino, depois do treino. Eu treinava, para... não digo isso naturalmente, porque ninguém fez isso, chegar a perfeição. Mas eu treinava pra acertar todas. Eu, por exemplo, entrava no campo. Aí



pintava um lançamento. Eu lançava, errei. Segundo lançamento pintava, peguei, meti a bola, errei. "Olha, aqui. Pode parar, hein! Acabou o lançamento". Não, eu não vou porque aí eu começo a ficar nervoso. O cara começa a reclamar com toda razão que é minha responsabilidade a bola chegar lá e ela não está chegando e aquilo... adrenalina lá em cima. Não vou chegar. Então, parei. Bola em campo. Vamos pro jogo. Jogo normal. Daqui a pouco, o lançamento. Vi, pum, lancei. Acertei! Acertei outro! Galera, voltei! Não adianta, cara. Senão você fica desesperado. Muitos dizem que nós do passado não jogaríamos no futebol de hoje. E eu respondo: é verda-

é que alguém vai dizer que o Garrincha não jogava hoje, que o Pelé não jogava hoje, que Zito, Dino Sani, Clodoaldo, Falcão, Zico... Eu vou citar 80 mil, que não aceitariam jogar com esses mambembes que têm por aí hoje. Para com isso... Em 66, nós formamos quatro seleções. Nenhuma delas deu certo, mas por outros fatores. Não foi por falta de grande jogador. Isso era o que mais havia.

O JOGADOR DO SÉCULO XXI

Hoje basta ao jogador dar duas trombadas para virar ídolo e ser chamado de craque. É brincadeira? A perda da qualidade técnica é maior no Brasil do que no mundo.

MUITOS DIZEM QUE NÓS DO PASSADO NÃO JOGARÍAMOS NO FUTEBOL DE HOJE. E EU RESPONDO: É VERDADE. NÃO JOGARÍAMOS DE VERGONHA

de. Não jogaríamos de vergonha. O jogador hoje corre três dias seguidos e o que ele produz? Na minha época, tirava-se exame de sangue pra saber se tinha sífilis, qualquer infecção. Hoje, se tirarem uma gota do lóbulo da minha orelha, vão saber da minha vida 50 anos para trás, 50 anos para frente. Pô, o DNA é de antenitem pra cá, cara. Tá certo? Então, é diferente. A discussão é essa. Antigamente, eram 80% de condição técnica e 20% de física. Hoje inverteu: 80% físico, 20% cérebro. Pega os jogadores técnicos de ontem e bota no preparo físico atual. Sabe o que iria acontecer? Esses atletas de hoje não carregariam o material sujo de treino – ouviu bem? –, de treino da galera passada. É a pura verdade. Você tem que discutir isso. Vou discutir física. Então, se é para discutir físico, eu digo mais: a seleção de 70 foi a mais bem preparada fisicamente. Tática e tecnicamente, então, nem se fala. Nós fomos para o México 40 dias antes da Copa. Fizemos uma intensa preparação, com diversas inovações para a época. Botaram uma máquina com um monte de fios. Quando o Brito começou a fazer os exames, a gente pensou que ele ia explodir aquela geringonça. Ele era um touro e, ao mesmo tempo, um bom jogador. Então, é preciso discernir as coisas. Como

Mas o problema é global. Não há mais um Beckenbauer, Masopust, Gento, Di Stéfano, Puskás, Evaristo. A técnica e a inteligência do jogo se perdem quando o futebol começa a imprimir muito condicionamento físico. Ainda que eu ache que o preparo físico chegou exatamente pra abafar um pouco a falta de técnica. Os técnicos dos grandes jogadores foram parando. E os que vieram, vieram com pouca técnica. Então, tinha que imprimir mais condicionamento físico para o jogador aguentar o ritmo da partida, com a pouca técnica que tinha. E some-se a isso a decadência do trabalho de base. A formação do jogador hoje é muito ruim. Além disso, na grande maioria dos times, o juvenil joga de uma maneira e o profissional de outra. Quando o atleta sobe e não tem uma sequência de jogos, como é que ele vai se adaptar no novo esquema. Não há uma identidade tática e um conceito de jogo entre as diferentes categorias de um mesmo clube. Eu, por exemplo, comecei no Canto do Rio. E lá havia ótimos treinadores na base, como o Carango, que jogou no clube. Depois eu vim com... com 17 anos, eu vim para o Flamengo. Aí tinha, como eu já falei, o Modesto Bria, o Jayme e o Canegal. E o que eles faziam? Procuravam montar o time à semelhança do profissional para que o

garoto, quando subisse, já tivesse uma formação para entrar na equipe principal sem estranhar o esquema. O Fleitas Solich, que era o técnico do profissional, assistia ao treino e às partidas dos juvenis na arquibancada. Quando acabava o primeiro tempo, ela descia no vestiário, chamava o treinador e conversava sobre o esquema: "Ó, manda o Gerson fazer isso... isso....isso. Manda o Beiruth fazer aquilo..." Sabe por quê? Ele começava a administrar a base para chegar no final do ano, no funil e ele tirar uns três ou quatro para o profissional. Quando a gente via, já estava no time de cima. E adaptado ao esquema do profissional. E se o treinador precisar de um jogador assim ou assado no meio da temporada, ele já sabe como garoto joga. E o garoto já sabe como o time joga.

O MERCADOR

Antigamente não tinha empresário que bancava. Há o empresário e o empresário que banca. É diferente. Então, o que acontece? O moleque subiu da base, tá certo? O moleque subiu e aí já tem empresário. E, claro, ele começa a forçar a barra porque tem um percentual em cima do garoto. Aí, ele vai para tal lugar. Amanhã é para lá. Depois de manhã já não é mais lá, é aqui. Todos os que foram estão voltando. Ou por velhice ou porque o negócio tem que girar. E ainda tem um detalhe importante: esse moleque joga bem. Quem é esse moleque aí? Ué, esse moleque é filho de não sei quem. A mãe

É...dinheiro, plano de saúde, comida, tudo isso. Tá certo? Assina aqui e tal...E esse que a senhora tem na barriga aí? É homem ou mulher? Ah, não sei vamos ver. Se for homem, ele já começa a bancar porque, de repente, pode ser mais um. É interessante isso. E, no fundo, ele tirou uma família de uma situação complicada. Porque o moleque sabe jogar. Mas amanhã ele já não está mais aqui. Ele já está fora. E o bom jogador, quer dizer, e esse talento você só vai ver amanhã pela telinha, porque ele não está aqui. Antigamente os talentos ficavam aqui. Eu olhava, eu jogava contra eles, eu pedia autógrafo. Eu ia para o jogo, para o Maracanã pra vê-los. E hoje, a gente vê quem? Os garotos da base vão aprender com quem? Com o perna de pau que ficou por aqui?

O OYO DA SERPENTE

O grande problema do futebol está na base, onde, aliás, também está ou estaria a solução. O que acontece... Eu sou diretor ou presidente do clube. Eu contrato o treinador, certo? Aí ele é campeão. Eu o chamo na minha sala. "Senta aí. Foi campeão?" Foi. Parabéns. Quantos jogadores você vai dar pra cima? Pode ser infantil, juvenil, juniores? Quanto? Ah, não tem nenhum? Tá aqui. Pode passar no RH, pode ir embora." Esse treinador não foi campeão. O título do técnico da base não é ganhar o campeonato; é formar bons jogadores para o clube. "Quantos jogadores você passou para o time do cima? "Eu passei Antonio e Pedro, dois craques". "Tá

É MUITO MAIS FÁCIL PEGAR O INTELIGENTE E FAZÊ-LO MARCAR DO QUE PEGAR O BOTINUDO E ENSINÁ-LO A JOGAR

dele de vez em quando vem aí. Onde ele mora? Mora ali na comunidade, ali na favela. Aí terminou o jogo, o empresário vai lá na família. Pum. Vamos lá na sua casa. Onde você mora? Chega lá. A mãe tá grávida. Tá certo? Aí o que ele faz? Esse moleque... tal... A senhora mora aí? Aqui, a senhora assina esse papel aqui. A senhora vai morar aqui nesse apartamento. Vai ter tanto. Tá certo?

certo. Tá aqui. Está renovado seu contrato." Assim deveria ser. Esse deveria ser o foco das categorias de base. Eu e o Nilton Santos fizemos isso no Botafogo, no tempo em que cuidamos dos juvenis. Quer ver outro absurdo? O garoto vai fazer um teste. Qualquer clube. Chega lá, chuteira de baixo do braço e... pá! R\$ 40,00 pra fazer três treinos. Então, o Pelé não ia poder fazer teste em lu-



gar nenhum porque era vendedor de amendoim na estação. Sabe? Manel não ia poder, porque era largado lá naquela fábrica de Pau Grande. Tá certo? Ronaldo fenômeno, teve que pedir dinheiro emprestado, atravessar a linha do trem a pé pra entrar em São Cristóvão pra treinar. Como é que ele vai pagar R\$ 40,00? Onde ele tem R\$ 40,00? Onde é que a gente tinha R\$ 40,00? Isso até me emociona... (NR. Gerson chora). Então, o que eu e o Nilton fazímos no Botafogo? Botava lá no jornal. Segunda-feira, por exemplo, portão aberto. Chuteira debaixo do braço. Pronto. Aí duzentos caras. "Lateral direita, aí quem é?" "Eu, eu, eu..." Pra cá. "Quarto zagueiro... Beque Central... Um time aqui. Time contra time, vamos lá.

Você, você, você. Pode sair. Fica lá. Você, você, você, *pra lá*." Daqui a pouco a gente tinha um time, mais ou menos arrumado. Já tem um time ali. E pedímos para o garoto não aprovado voltar na próxima semana. Às vezes, ele está inibido, não bota aquilo que sabe pra fora. E nós dizíamos: "Pode voltar, hein! Não tá dispensado, não." As pessoas não têm ideia do que é uma peneira no futebol e as condições em que alguns garotos chegam lá. Muitos chegam ali com fome, sem nada para comer. Nós os colocávamos no restaurante. Os médicos do clube davam remédios e vitaminas. Eu dizia: "Bota lá no restaurante para comer porque ele vai morrer aqui. Se ele fizer um treino, de repente, querendo aparecer, dá um pipoco e ele morre." É verdade. Depois a coisa não andou. Eu e o Nilton acabamos saindo do Botafogo. Eu não tenho paciência para aturar dirigente de futebol.

ERA UMA VEZ O CAMISA 10

Voltou a dizer: tudo passa pela categoria de base. Quer mais um exemplo? A falta do camisa 10 no futebol brasileiro. Eu estou cansado de dizer isso, cara! É muito mais fácil pegar o inteligente e fazê-lo marcar do que pegar o botinudo e ensiná-lo a jogar. Ora, um treinador da base, se tiver um camisa 10 que sabe tudo de bola, é obrigação dele deixá-lo no time. Não precisa marcar. Deixa ele cercar no meio de campo. Já compensa alguma coisa, tá certo? Chega e diz para ele: "Agora, eu quero que você jogue. A hora que a bola bater no teu pé, você tem que estar atento a tudo." Só que hoje o jogador de meio de campo só sabe ficar nessa luta. Dá carrinho, dá trombada, dá pontapé, dá cabeçada, e pum... e pá... Quando a bola chega no pé, o sujeito se assusta com ela. "Pô, o que eu vou fazer com esse negócio aqui? Eu tava tão alegre, dando uma trombada num, trombada noutro. Você me deu a bola e tirou minha alegria, cara..." Porque a alegria dele é essa; é dar paulada no meio de campo. Entendeu? Antigamente, nós tínhamos o perfume de que a bola gostava. Então, ela estava sempre perto da gente. Tá certo? A gente sempre a tratou bem. Por isso, ela queria ficar com a gente. Agora, olha para esses jogadores de meio de campo de hoje? A bola quer correr

deles. Tem medo deles. Claro, pô! Ele vai dar bico nela, vai arranhá-la toda... Então, é por isso que eu repito: não pode anular o bom jogador pedindo para ele se matar na marcação. Ele pode cercar, ajudar, mas o técnico quer que ele vire um cabeça de bagre. Não dá! Eu mesmo tive esse problema na decisão do Carioca de 1962. O Flávio Costa, excelente treinador por sinal, achou, não sei por que cargas d'água, de me colocar junto com o Jordan pra marcar o Garrincha. E botou o Nelsinho, que estava chegando do Madureira, para armar o jogo. O Nelsinho não era mais armador do que eu. E eu não era mais marcador que ele. Naquela época eu era o único do Flamengo na seleção brasileira. Eu argumentei isso com Flávio. "Flávio, o Nelsinho marca mais. Eu posso até chegar pra ajudar. Ô, Flávio eu não sou tapa buraco. Eu sou o único aqui dentro que tá na Seleção Brasileira. E não vou pro jogo. Então, você bota o Joel para jogar pela ponta-esquerda e acabou o problema". O Flávio tirou o Joel, ele ficou pau da vida, pegou a mala dele e deixou a concentração. Acabei jogando na ponta. Aí o que acontece? Fui mais um "João" do Manel, como ele chamava todos os marcadores dele. Três a zero Botafogo, dois gols do Manel e um gol contra do Vanderlei num cruzamento dele. Num dos gols, ele driblou a mim e ao Jordan e jogou nós dois pelo meio dos fotógrafos e tudo. Eu ainda botei o Dida na cara do gol duas vezes, mas não deu. Foi meu último jogo pelo Flamengo. A morte dos pontas matou os meias e a morte dos meias matou os pontas. Um se alimentava do outro. Todos perderam, tanto o armador quanto os ponteiros. Os pontas jogavam muito mais do que marcavam. Hoje, os jogadores de lado de campo mais marcam do que apoiam. Então, o armador perdeu a possibilidade do lançamento. Também virou um marcador. Para quem o cara do meio de campo joga agora se não tem mais para quem lançar? Ou ele faz aquele jogo curtinho ou dá um bico para frente e dane-se quem estiver por lá. Que se vire. Não é mais aquela coisa pensada, orquestrada, embelezada. Não tem mais aquilo.

O REGENTE

Eu jogava falando. Mas é claro que eu tinha que jo-

gar falando! O futebol é falado... É discutido.. É argumentado. E você não é dono da verdade. A sua verdade pode ser boa para você e ruim pra mim. Tem que ser bom pra nós dois. Nós estamos no mesmo lugar. Então se você marca mais, eu te ajudo. Eu não sei marcar. Eu te ajudo. Eu cerco. Em compensação, quando eu tiver apertado, você vem me ajudar. E em campo, eu era assim mesmo: "Isso. Vem para cá. Vai pra lá. Ué? O que você veio fazer aqui? Você veio aqui me atrapalhar. Se eu for aí, vou te atrapalhar. Então, você faz o seu pedaço e eu faço o



meu. E eu tenho que botar aí. E você tem que botar no gol. Se eu não botar aí, você reclama de mim. Se você vier aqui, eu vou reclamar de você, cara! Por que quem é que vai ficar lá no lançamento? Tu quer me arrebentar? Quer me tirar o pão de cada dia? Só isso que eu sei fazer, pô!". Era assim, por exemplo, eu, Jairzinho e Roberto. Vinham até o meio do campo. Eram velozes e inteligentes e fortes. Não tinham medo de porrada nenhuma. Eles iam pra dentro. Tá certo? Aí, se ele chegasse muito aqui: "Ô,

tática com que ia entrar em campo. A gente sabia que a Itália marcava homem a homem. A defesa marcou durante toda a Copa. Então, aquilo vinha marcando. Ninguém faz uma Copa do Mundo inteira marcando homem a homem, chega na final e troca o esquema. Eles não seriam malucos a esse ponto. Bom...então vamos saber se eles estão marcando. A gente tem que saber. Então, Jairzinho e Rivelino... Rivelino fazia o meio do campo. Aquilo ali ficava aberto. Isso era esquema tático. Ficava aber-

NA COPA DE 70, TODO MUNDO DAQUELE TIME GOSTAVA DE DISCUTIR O ESQUEMA DE JOGO ANTES, DURANTE E DEPOIS DA PARTIDA

vocês estão me sufocando, cara! Vocês estão matando meu jogo." O Terto, no São Paulo, era diferente. A gente não podia cansá-lo. Era o primeiro lançamento, tal...aí, tu mata o cara. Mas todos eles sabiam que não precisavam olhar pra mim. Eu olhava pro quarto zagueiro, porque quando o quarto zagueiro saía, abria um buraco lá atrás e é lá que a bola ia. "E você vai entrar na diagonal ou do meio? Romper pelo meio? Então, não precisa olhar pra mim. Tá certo? E eu não preciso olhar pra você. Eu tô te vendo.". Hoje, não. A minha visão lateral está ruim. Mas, antigamente, olhando só para frente, eu sabia quem estava em cada lateral. E, se não for muita audácia, eu sabia quem estava atrás de mim também, tá certo? Então, o que acontece? Não precisa olhar pra mim, nem eu para o ponta. Eu estou de olho no quarto zagueiro. Ele que me interessa. O meu jogador, não.

UMA SELEÇÃO CEREBRAL

Na Copa de 70, todo mundo daquele time gostava de discutir o esquema de jogo, de pensar o jogo, antes – tá certo? –, durante e depois da partida. Claro, tinha uns que se interessavam mais e outros menos. É normal. Às vezes, o argumento de um não era dentro da tática de jogo, mas da movimentação individual dele. Ok. Está ótimo! "Tô saindo daqui, tô entrando ali, mas não tô vendo espaço". A movimentação, por exemplo: a gente sabia da

to. Everaldo não apoiava tanto quanto Carlos Alberto. Tá certo? Então, aquele lugar ali era do Tostão. Tá certo? Então, você vê com o gol do Uruguai. Como eu disse, o Tostão abriu, Clodoaldo entrou aqui e recebeu o passe. Aquilo ali era um lugar vazio pra ser ocupado com qualquer um, menos pelo Everaldo, que ele não sabia entrar. De vez em quando, se ele quisesse se aventurar, era problema dele. Ele até teve um jogo que ele se aventurou, tropeçou com o zagueiro e ele veio gritando "Eu não sei fazer isso. Eu não sei fazer isso!" Ele sabia marcar. Então, para gente era melhor. O Marco Antônio, tecnicamente, era mil vezes melhor. Só que o Carlos Alberto apoiava muito. O Brito, às vezes, saía. O Piazza, que era meio de campo, tinha o instinto de sair. Então, o Everaldo ajudava a compor a zaga. Normalmente saía o Clodoaldo. Aí, vinha o Rivelino ou outro jogador, isso já era treinado exaustivamente. Por isso, foi o time mais inteligente em que eu joguei. Bem... Tinha o Botafogo de 67 e 68... Aí é brabo comparar... Mas, voltando a 70, todo mundo sabia seu lugar e sua função. O Rivellino entrou, Jairzinho saiu. O lateral entrou com Rivelino pela esquerda e o Facchetti acompanhou o Jair. Então, aqui, estão acompanhando. Troca tudo de novo. Aí vai entrar a outra variação do esquema. Qual é a outra variação? O Rivelino entra, Tostão vai pra lá para a esquerda, Pelé cai mais um pouquinho do meio para a direita, tá certo? Jairzi-



nho entra aqui, na meia e abriu a lateral toda pro Carlos Alberto. Então, quando ele fez gol na decisão não é do nada. Até a final, ele já tinha passado, passou ali umas duzentas e tantas vezes. A gente movimentava o esquema tático e interferia no esquema da Itália ao nosso bel prazer. "Vai pra cá, tira, sai, bota mais para a direita porque vai entrar um aqui." É o que eu falo dos esquemas dentro do esquema. E tudo era discutido por todos. O Brasil de 58 e o de 70 foram as duas maiores seleções. Tecnicamente, a de 58 era melhor, pelos jogadores que tinha. A de 70 primava pelo entrosamento. A seleção foi

formada na excursão à Europa e às Américas, em 19. A base estava toda ali e se consolidou durante as Eliminatórias, em 69. Em 70, tivemos três meses para treinar. Então, só pelo olhar, a gente sabia o que o outro queria. Sabia onde tinha o erro e onde tinha o acerto. Isso tudo estava pautado há dois anos. Então, pelo talento dos jogadores, não há nada igual à seleção de 58. Mas a de 70 tinha um conjunto incomparável.

COISAS DE DEUS

Vi, na maioria das vezes de dentro do campo, lances absolutamente geniais, algumas das jogadas mais inteligentes e inesquecíveis do futebol. Uma delas foi o drible de corpo do Pelé sobre o Mazurkiewicz, goleiro do Uruguai, na Copa de 70. O Pelé foi muito, virou demais, entrou muito em diagonal, e pensou que o gol estava "aqui", mas não estava. Ele teve que contorcer muito o corpo para chutar e calculou mal a direção. Outro lance genial: Brasil e União Soviética, em 1958. O Mané driblou quatro russos, em fila. Essa é do caramba! Outro lance do Pelé, contra a Checoslováquia na Copa de 70. Eu tô vendo o Pelé e ele sabe que eu tô vendo. E aí ele começou a entrar. O Everaldo tá aqui, pela esquerda, tá certo? E eu apressei o Everaldo porque eu estou vendo o Pelé entrar e percebo que a defesa do adversário vai marcar a entrada do nosso lateral. E se eu perder tempo, o Pelé entra em impedimento. Tá certo? E se esperar um pouco para eu lançar, não vai aonde ele quer. E eu sou obrigado a botar onde ele quer.... Esse é o problema. E eu sei onde ele quer... E ele sabe onde eu tenho que botar... E eu tô apressando o Everaldo... Aí, eu dou uma rápida olhada para o Pelé e é o que basta: ele sabe que é hora de correr. Eu meti a bola, ele subiu botou no peito, deu aquela troca na passada e bateu assim que ela caiu no gramado.

O GENIO INEXPLICÁVEL

Eu não sei explicar a inteligência do Pelé. Não consigo. Vamos pegar esse lance contra a Checoslováquia. Até a hora do domínio da bola no peito, eu vou. Até a página dois. Mas na página três eu já não consigo mais.

Matar aquela bola no peito é até fácil para quem sabe. O problema é botar a bola no chão e trocar de pé como ele trocou. Quando ele botou aqui no peito, a passada dele era uma. Para chutar é outra. Isso tudo com uma coordenação fora do comum. Se um centroavante tenta fazer isso hoje é capaz de tropeçar e cair de cara no chão. Aí vem a final contra a Itália. E fazemos um lance muito parecido, quase igual. Só que, em vez de matar a bola no peito, ele ajeita de cabeça para o Jair. Depois da partida, aquela festa toda no vestiário e tal, eu não me contive. Tinha que pedir uma explicação a ele. Eu precisava entender: Será que eu calibrei errado o lançamento? "Olha aqui. No outro jogo, você matou no peito, troucou de pé e fez o gol. Agora, mesma jogada, a bola passa igual por cima da cabeça do zagueiro e você arruma para o Jair em vez de bater. Só pra eu entender. A mesma jogada, pô. Por que você mudou?" Aí, ele falou: "O zagueiro tava um pouquinho mais junto de mim do que no outro jogo. Então, eu preferi o Jairzinho de cabeça." Pô, era uma diferença de milímetros. Pelo menos lá de onde eu estava, do meio de campo. Mas o cara ali enxergou outra coisa. E mudou tudo. E você quer que eu explique isso como? Não dá, cara!

A ARTE DE SER CANHOTO

O canhoto é mais inteligente do que o destro porque ele está sempre na contramão. O direito do cérebro é responsável pelo entendimento e pela interpretação. Então, o canhoto tem de ser mais rápido do que o enten-

eu vi. Lembro também do Falcão e do Reinaldo. Zizinho e Jair da Rosa Pinto eram fabulosos. Dino Sani sempre foi brilhante. O Zito era excelente, mas acho que só foi titular da seleção em 58 porque jogava no Santos. O Dino Sani era extraordinário e merecia ter jogado. Tostão foi outro jogador fantástico, com uma leitura do jogo sem igual. Era muito cerebral. Os jornalistas até diziam que ele jogava sem a bola. Aí ele respondia: "Pô, como é que vou jogar sem a bola, cara?" "Sem a bola, eu não jogo" Outros jogadores muito inteligentes foram Dirceu Lopes e Ademir da Guia. Entre os estrangeiros, sempre admirei muito o Puskás e o Di Stéfano. Uma vez, quando joguei um torneio na Espanha, conversei longamente com o Di Stéfano, à época treinador. Nós estávamos treinando e o time dele chegou. Ele ficou vendo o treinamento. Quando terminou, fui falar com ele. "E aí, Mestre?" Ele perguntou: "E o seu time?" Meu time tem esse, tem aquele ali, são bons jogadores, completa aqui tal..." Então, ele disse: "Fica 10 minutos aí pra ver o meu. Você vai chorar." Aí entrou a equipe dele e começou o treino. Ele chegou perto de mim e disse: "Ô, Gerson, eles não passavam nem na porta do time quando eu jogava. Nem na porta."

DE DOER OS OLHOS

É muito difícil assistir ao futebol de hoje, especialmente no Brasil. E não estou dizendo isso por mim. Estou dizendo pelas novas gerações, pelo meu neto. O meu pai me pegava e me levava no campo. Eu vi a Copa do Mundo. Eu tinha 9 anos e estava no Maracanã. Vi Brasil e Es-

EU NÃO SEI EXPLICAR A INTELIGÊNCIA DO PELÉ. ATÉ A PÁGINA DOIS, EU VOU. MAS NA PÁGINA TRÊS EU JÁ NÃO CONSIGO MAIS

dimento. Um belo dia, quando minha mãe estava grávida, ela virou para o meu pai e disse assim: "Ô, Clóvis, ele está chutando." No que meu pai respondeu: "Deolinda, não é chutando. É lançando." Entre destros e canhotos, não importa a perna, tenho os meus preferidos. Naturalmente, o Didi foi um dos maiores e mais cerebrais jogadores que

panha. Lembro como se fosse hoje. O Maracanã ainda estava em construção. Tinha uma tábua de madeira que a gente precisava atravessar. Veio um cara me buscar na metade, meu pai botou na outra metade pra eu passar para o lado de lá. Hoje, o garoto que é Fluminense, Botafogo, Vasco e Flamengo vai ver quem? O menino fla-

menguista vai ao Maracanã. Ai chega lá tem o Guerreiro, que dá de canela, chuta para cima, só sabe dar carinho, dá trombada, é expulso... Porque ele é uma merda. Desculpe. Mas não tem outra palavra para dizer. Tá certo? Aí você vê o Diego. Porra, esse cara tá aí perdido no meio desse emaranhado de coisa ruim. O medo é esse. Eu, por exemplo, vou repetir. Meu pai me levou pra ver Espanha e Brasil no Maracanã. Tenho um neto de 20

anos que torce para o Fluminense. Ele vai para a torcida. E eu tenho de dizer para ele: "Cuidado, pô!". Antigamente não tinha briga. Hoje, o cara vai armado para o estádio. Estou dizendo tudo isso porque esses fatores todos tiram o garoto do estádio. E aí a criança de hoje não tem a doutrina que eu tive, por exemplo. Aí o que acontece? A garotada vai ter a camisa do Barcelona, mas não vai ter do seu time. Então, eu tenho que chorar. Eu choro, cara! Na Rádio Tupi, como comentarista, eu preciso eleger o craque do jogo. E o Diguinho e o Márcio Araújo estão no meio. O que eu faço? Dos times mais recentes, no Brasil, deu gosto de ver o Santos de Neymar e Ganso. No último Brasileiro, o Botafogo fez umas coisinhas, um jogo aqui, outro acolá.

PAÍS DO FUTEBOL?

Não tenho dúvidas de que o Brasil ficou para trás. Hoje, o futebol europeu é melhor do que o nosso. É corrido, ok, mas técnico. Naturalmente, eles carregam e concentram os melhores jogadores do mundo. Os poucos craques que existem estão lá. E nós aqui? A nossa molecada? Ou vai para lá ou vai ficar nesse marasmo aqui. Vai ser mais um no bolo do nosso futebol. Por isso, a Europa subiu. Aliás, não é só a Europa, não. O Japão subiu. A China está subindo e comprando vários jogadores. Há os árabes, alguns donos de clubes na Europa, que não sabem onde botar tanto dinheiro e levam jogadores do mundo todo. Para eles, é festa. Por isso, eu sou muito pessimista com o nosso futebol. Com a qualidade dos nossos jogadores e com a própria organização. Você vê como funciona no Rio de Janeiro. Um time é campeão da Taça Guanabara; o outro, da Taça Rio. Pensa que é campeão? Não. Não é. Eles têm que jogar um contra o outro. Que campeão é esse? Aí, o que foi campeão e perde para o outro campeão, não é mais campeão... Dá para entender um negócio desses? Pô, o cara é campeão e tem que rasgar a faixa? Esse é o nosso futebol, tá certo? •



Coca-Cola Brasil devolve para o meio ambiente o dobro de água que usa em suas fábricas.

Este é o resultado do apoio a programas de restauração e conservação de bacias hidrográficas somado à eficiência e reúso nas fábricas. Ainda há muito a ser feito, mas você já pode ter certeza: cada vez que bebe um produto Coca-Cola Brasil, está escolhendo uma empresa comprometida com o uso responsável da água.

Saiba mais em: cocacolabrasil.com.br



Coca-Cola Brasil
SUA SEDE MOVE A NOSSA.

SAIBA ANTES DE QUEM SABE ANTES.

Assine o **Relatório Reservado** e receba
diariamente as informações mais exclusivas
da economia e da política.



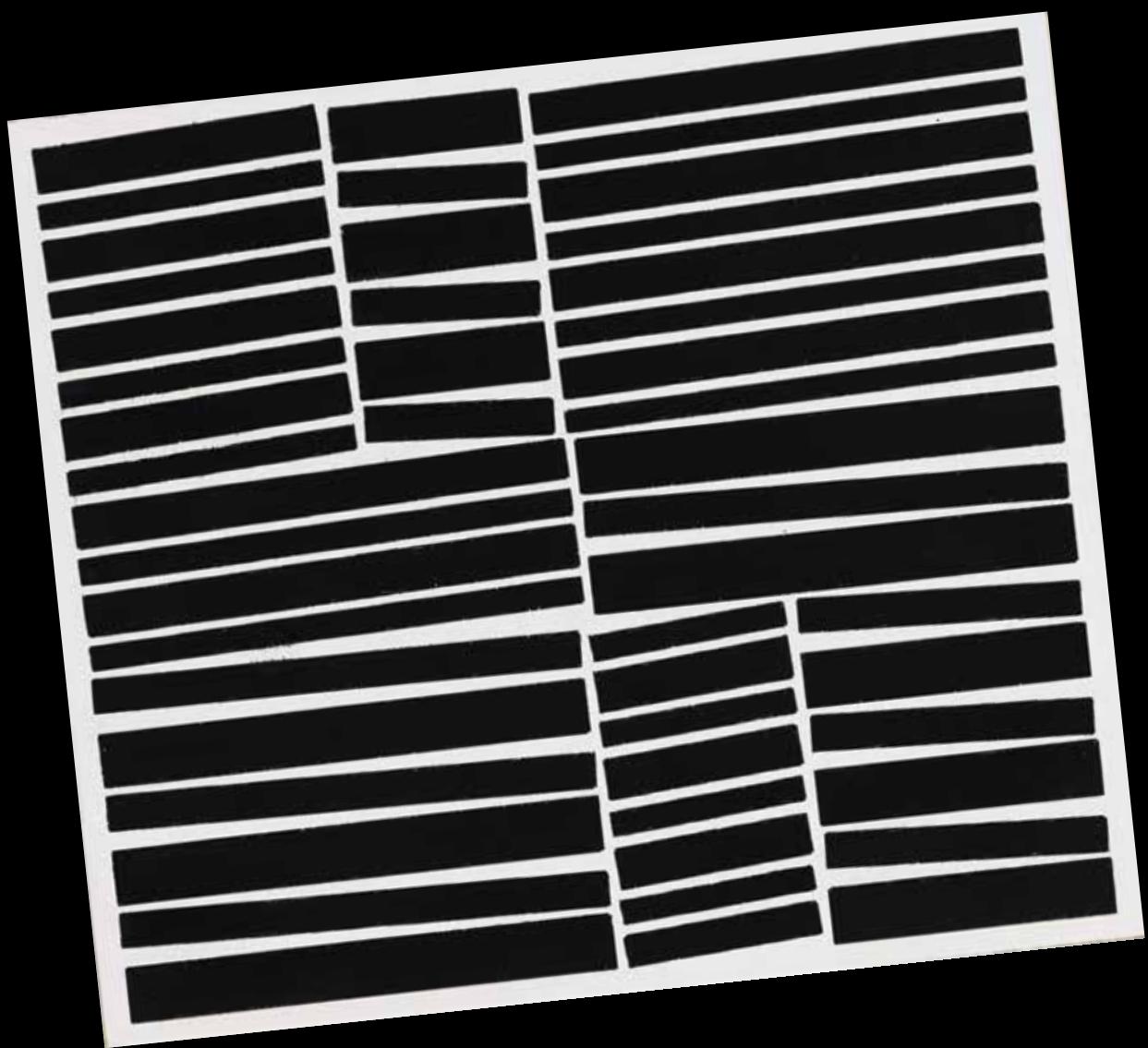
(21) 2526-7004
www.relatorioreservado.com.br
www.facebook.com/relatorioreservado

RelatórioReservado

ESPECIAL

O BRASIL SUPERIOR DE HÉLIO JAGUARIBE

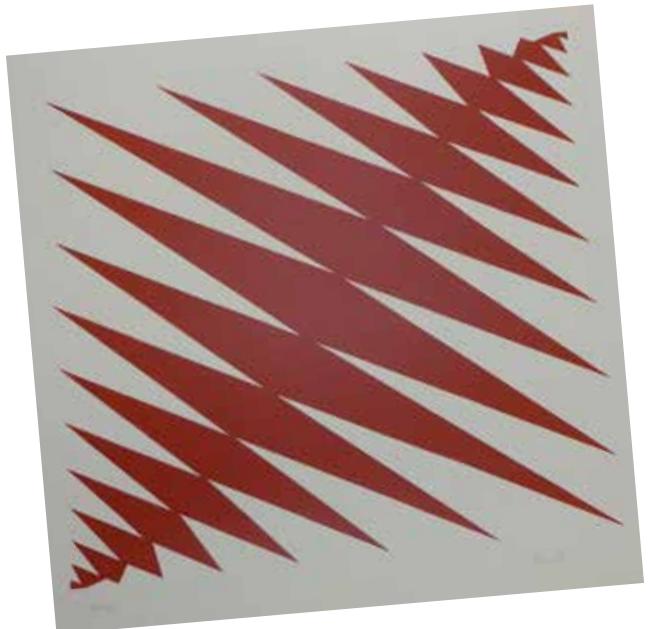
O presente dossiê de Insight Inteligência pretende oferecer aos leitores um modesto aperçu do pensamento e da carreira do nosso primeiro “cientista político”, pai da ideologia do nacional-desenvolvimentismo e dos mais notáveis intelectuais dos últimos 60 anos de vida política brasileira. O artigo de Angélica Lovatto dá uma pala da carreira e do pensamento político de Jaguaribe num verdadeiro *vol d'oiseau* que consegue ser tão panorâmico quanto exato. O segundo artigo, de Cristina Buarque de Holanda, se concentra sobre o projeto desenvolvimentista de Jaguaribe formulado no começo da década de 1950 nos Cadernos do Nosso Tempo. O terceiro e último artigo é do próprio Jaguaribe e oferece um valioso testemunho da empreitada heroica de construção daquela verdadeira usina promotora do desenvolvimento que foi o ISEB durante o governo Juscelino. Boa leitura!



JAGUARIBE EM CONSTRUÇÃO

POR ANGÉLICA LOVATTO

Cientista social



O cientista político Hélio Jaguaribe tem presença marcante no pensamento brasileiro desde sua juventude, quando já atuava no IBF – Instituto Brasileiro de Filosofia, em São Paulo. Carioca de nascimento, o autor viria a ser o principal articulador no Rio de Janeiro de dois institutos nacionais de pesquisa que deixaram sua marca nos anos 1950: o IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (1954-55) e o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955-64). O ideário produzido por Jaguaribe dos anos 1950 até os anos 1970, versaram do nacional-desenvolvimentismo ao estado neobismarckiano, passando pela caracterização do golpe militar de 1964 como um “colonial-fascismo”. A partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, e tendo vivido um período de seus estudos fora do país, o autor passa a dedicar-se – em meio ao contexto do processo de anistia de 1979 – a um projeto teórico-político que denominou de “Brasil, 2000: para um novo pacto so-

cial”, em que defendia a necessidade de um aperfeiçoamento da democracia brasileira após tempos ditoriais, que transitou sensivelmente de sua concepção de estado neobismarckiano, forte e autoritário, para uma proposta social-democrata, nos anos 1980, e em especial no contexto do processo constituinte iniciado em 1986 e que resultou na Constituição promulgada em 1988. Por isso, defendo aqui a hipótese de que o autor realiza uma leitura da política brasileira em dois tempos, mas articulados coerentemente, quando identificados no conjunto de sua trajetória intelectual.

TRAJETÓRIA INICIAL

Nascido em 1923, o autor carioca escreveu inicialmente – no final dos anos 1940 – no *Jornal do Comércio*, a convite de Augusto Frederico Schmidt que, à época, abria espaço para um conjunto de jovens intelectuais. Tratava-se de uma coluna na Quinta Página do

jornal, que passou a ser coordenada por Jaguaribe. A ideia era produzir uma página cultural. Em artigo mais recente, Jaguaribe afirmou que esta iniciativa foi a gênese do que viria a ser, mais tarde, o ISEB (Cf. Jaguaribe, 2005). Isso porque ele e o grupo de intelectuais por ele coordenado – Oscar Lorenzo Fernandez, Israel Klabin, Jorge Serpa Filho e Cândido Mendes – usavam o espaço da Quinta Página para expor o resultado de estudos que encontrassem uma formulação epistemológica sobretudo para as Ciências Sociais, que superasse o dilema positivismo-marxismo. Segundo Jaguaribe, havia ali um começo daquilo que viria a se tornar uma orientação do ISEB: “a vontade de compreender a correlação entre uma visão geral da cultura universal e a problemática brasileira em sua especificidade” (Jaguaribe, 2005, p.31).

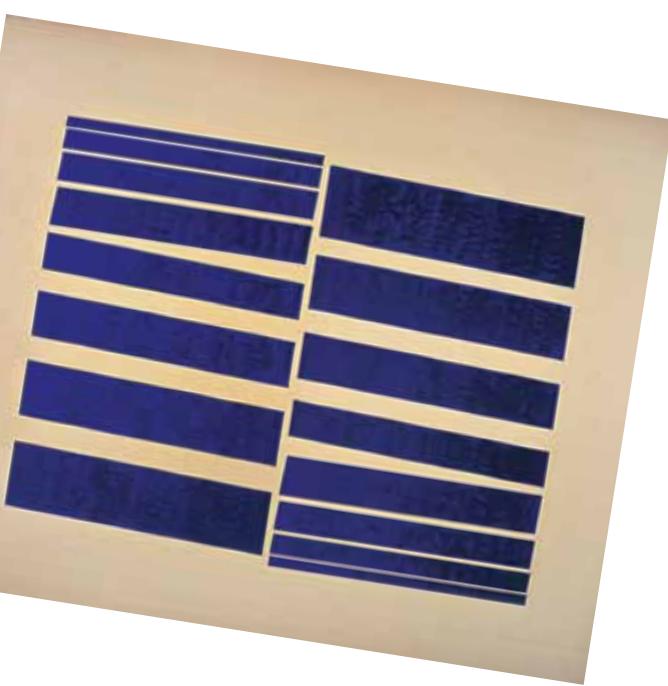
Não por acaso, esse caminho e preocupação iniciais de sua trajetória intelectual, levou Hélio Jaguaribe a participar do Primeiro Congresso Brasileiro de Filosofia, em São Paulo, em 1950, e também à sua filiação ao IBF (fundado em 1949). Em sua atuação no IBF, o autor parecia encontrar a continuidade do espaço para o desenvolvimento daquela formulação epistemológica para

as Ciências Sociais que vinha perseguindo desde a coluna produzida no *Jornal do Comércio*. Publicou, em março de 1950, nos Anais desse primeiro congresso, o artigo “Ideias para a filosofia no Brasil” (Jaguaribe, 1950). Jaguaribe fez parte da chamada seção carioca do IBF, que passou a publicar a *Revista Brasileira de Filosofia*.

Não demoraria muito para um conjunto de intelectuais paulistas e cariocas formarem o chamado “Grupo de Itatiaia”, com reuniões na divisa dos dois estados, nos idos de 1952. Desde então, este grupo já era articulado pela influência do cientista político carioca, que havia se desligado do IBF, em 1951, percebendo a tendência integralista de vários de seus membros, que se contrapunha à afirmação industrializante por ele defendida. Nesse sentido, o próprio Hélio Jaguaribe se colocava como um “empresário schumpeteriano”,¹ ao exercer o cargo de diretor da Empresa Siderúrgica Ferro e Aço, em Vitória, Espírito Santo.

Desse conjunto de preocupações filosóficas, é visível a influência exercida por Ortega y Gasset sobre a produção teórica de Jaguaribe. A máxima orteguiana “eu sou eu e minha circunstância”, aliada às leituras do livro de Karl Jaspers, *Origen y meta de la historia*,² vai perpassar toda a proposta teórico-política do autor, nos desdobramentos, propostas e leituras elaborados pelo “Grupo de Itatiaia”: a caracterização da circunstância brasileira no que se convencionou chamar à época de “nosso tempo”. Os intelectuais que se reuniam em Itatiaia fundaram, mais tarde, o IBESP, que publicou a Revista *Cadernos do Nossa Temp*³ O financiamento da revista ficou por conta de Hélio Jaguaribe, e o próprio instituto só conseguia se sustentar a partir da contribuição de seus próprios membros. A evolução para um instituto financiado inteiramente pelo Estado, ideia acalentada desde o início do projeto, só ocorreria quando da formação do ISEB.

Mas, segundo Jaguaribe (Cf. 2005, pp.32-33), o grupo de São Paulo tinha preocupações de caráter mais filosófico e o do Rio de Janeiro era mais inclinado para as Ciências Sociais, com interesse na aplicação de suas categorias à realidade brasileira, no sentido de uma pro-



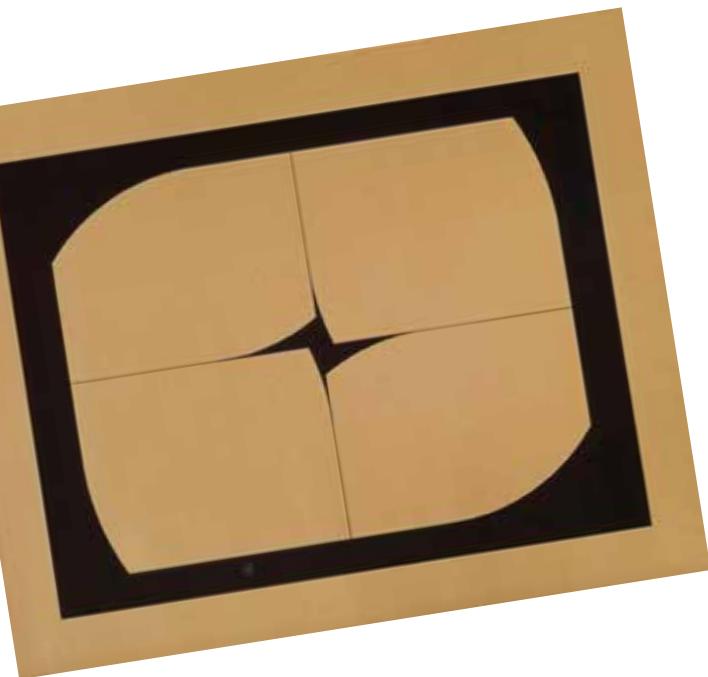


posta prática. Começou a haver cisões de ordem ideológica e de interesses entre os dois grupos e prevaleceu a corrente do Rio. A partir de 1953, o grupo de intelectuais liderados por Jaguaribe se fortaleceu, publicando suas propostas nacional-desenvolvimentistas para o Brasil. Hélio Jaguaribe buscou apoio, então, ainda durante a gestão de Getúlio Vargas, para a criação de um instituto de pesquisas que assessorasse o governo. Esses intelectuais viam como urgente não só a elaboração – o que já faziam no IBESP – mas fundamentalmente a implementação de tal projeto nacionalista e desenvolvimentista pelos agentes de Estado. Atuavam na defesa de uma postura de intelectuais públicos que formavam – numa clara influência de Karl Mannheim – uma *intelligentsia* brasileira a serviço da construção da nação, tema candente naqueles anos 1950.

Sobre os tempos de Jaguaribe no IBESP, é importante ressaltar dois aspectos: 1) ali já estava presente o núcleo de intelectuais que viria a compor mais tarde o ISEB: Cândido Mendes, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Alberto Guerreiro Ramos e Roland Corbisier; 2) e o fato de que, como secretário-geral do IBESP, Jaguaribe dirigiu a publicação dos *Cadernos do Nosso Tempo*, onde publicou três textos de fundamental importância para os desdobramentos de sua posterior pro-

dução teórica no ISEB. No primeiro, “A crise brasileira”, de 1953, foram expostas as circunstâncias e diretrizes programáticas gerais para a crise do país. Em “A crise do nosso tempo e do Brasil”, de 1954, voltou a tratar da questão brasileira, só que desta vez – como o título indica – de maneira a situá-la no contexto da crise mais ampla denominada pelo autor de “crise do nosso tempo”. Mas o texto mais importante desse período foi “Para uma política nacional de desenvolvimento”, de 1956. Tratava-se de um texto denso, onde Jaguaribe expunha, pela primeira vez de modo mais sistemático, um programa de ação para a burguesia brasileira no sentido de orientá-la para uma intervenção concreta nos destinos da industrialização e da chamada modernização do país.

A crise gerada pelo suicídio de Vargas, quase colocou tudo a perder. Mas antes mesmo da posse de Juscelino Kubitscheck, o instituto ganhou contornos estatais, e passou a denominar-se Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Ao contrário do IBESP, desde sua criação em 1955, com sede no Rio de Janeiro, o ISEB foi concebido em uma perspectiva nacional, com a infraestrutura necessária para uma proposta de tal porte. Com um estatuto bem mais definido, a proposta isebiana tinha tudo para superar o IBESP, na expectativa de corrigir suas limitações, projetando (e aplicando) uma proposta nacional-desenvolvimentista para o Brasil. Segundo Jaguaribe (2005, p.33), a ideia de criar o ISEB como instituição diretamente ligada ao Estado era um tanto diferente daquilo que acabou sendo efetivado. Quando ele entregou o projeto, nos idos de 1953-54, de um instituto de estudos políticos ao então ministro da Educação, Antônio Balbino, ainda durante o mandato de Vargas, a ideia era mais ampla e previa duas coisas: em primeiro lugar, algo semelhante ao *Collège de France* ou, num exemplo mais latino-americano, *El Colégio de México*; o segundo aspecto era a criação de uma grande editora para publicar a produção ali realizada, como por exemplo a *Presses Universitaires de France*, que permitisse ao intelectual brasileiro “um apropriado instrumento de difusão de ideias e o acesso a livros de alta cultura, traduzidos para o português” (Jaguaribe, 2005 p.34).



Porém, esse audacioso – e caro – projeto não foi aprovado pelo Estado brasileiro. Não puderam ser criadas duas instâncias institucionais, ficando-se apenas com um modelo de instituto de pesquisas que desenvolvesse um “esforço editorial” apoiado pelo Ministério da Educação. Jaguaribe ressalva que, por muito pouco, nem isso seria alcançado. Mas contribuiu para o projeto não ruir totalmente, o fato de o ministro da Educação do governo Café Filho, Cândido Mota Filho, ser um homem ilustrado e um “intelectual interessado nesses problemas que decidiu, por minha iniciativa e com o apoio de Hélio [de Burgos] Cabal, dar continuidade àquele projeto” e que “dadas as condições da época, compreendeu que ela deveria se dar em escala muito mais modesta, ou seja, apenas uma instituição – e não duas [sem a editora], como tinha sido proposto inicialmente”. (Jaguaribe, 2005, p.34).

Com isso, a ideia de publicar uma revista foi abandonada, dando lugar à publicação de livros, financiados pelo Ministério da Educação, elaborados a partir de cursos e estudos desenvolvidos a partir de cada Departamento iseibiano, a saber: Departamento de Política, sob a incumbência de Jaguaribe; Departamento de História (Cândido Mendes); Departamento de Filosofia (Álva-

ro Vieira Pinto); Departamento de Sociologia (Guerreiro Ramos) e Departamento de Economia (Evaldo Correa Lima). A direção oficial do ISEB não foi ocupada por Hélio Jaguaribe em função da posição que ainda ocupava na Empresa Siderúrgica Ferro e Aço, mas ficou a cargo do amigo Roland Corbisier, um dos poucos paulistas do Grupo de Itatiaia que ficaram no instituto.

A PROPOSTA ISEBIANA DO AUTOR

Os diferentes intelectuais do ISEB⁴ que se propunham a compor uma *intelligentsia* brasileira não tinham uma visão homogênea sobre o nacionalismo, embora preservassem muitos pontos em comum. Jaguaribe tinha uma posição peculiar entre eles, porque aceitava de uma forma bastante singular a presença de capitais estrangeiros no desenvolvimento industrial do Brasil.

Naquele momento histórico, o nacionalismo aparecia sob diversas formas e correntes. No caso de Jaguaribe, a defesa foi de um *nacionalismo de fins*, que pudesse construir uma autonomia no processo de desenvolvimento brasileiro, por meio da utilização dos capitais estrangeiros presentes em nossa economia, bem como na constituição de um *estado funcional* em substituição a um *estado cartorial*. A polêmica tese do autor, vista no debate da época como uma espécie de “entreguismo”, foi objeto de debates acalorados e dividiu opiniões, causando rupturas praticamente irreversíveis no quadro da intelectualidade brasileira do pré-1964.

Defendo aqui a originalidade do pensamento jaguaribeano, que desde os anos 1950 – diferentemente da maioria dos autores de sua geração – advogou que o Brasil não tinha condições de apostar no caminho clássico da revolução burguesa, já que suas possibilidades de desenvolvimento estariam mais afeitas ao caso prussiano, na unificação de 1871. Para o autor, é na *política* – assim como no *estado* – que estaria a chave para a resolução do conjunto de estrangulamentos da sociedade brasileira, por intermédio da constituição de condições institucionais do desenvolvimento. Essa é a síntese de sua proposta nacionalista.

Para chegar a essa tese, a produção teórica do au-

tor caminhou de uma preocupação voltada à reflexão filosófica para o estabelecimento dos parâmetros de uma intervenção prática na realidade brasileira. Para Jaguaribe, esses dois momentos não estão desligados, mas, ao contrário, as reflexões sobre a necessidade de produção filosófica, notadamente do nascimento de uma filosofia brasileira, estão diretamente relacionadas com a estruturação de um *programa para a concretização do desenvolvimento*, o que exigiria a constituição de uma *ideologia nacional autêntica e representativa*. Numa palavra: da articulação desses dois planos é que seria possível o nascimento de uma *proposta nacionalista* para o Brasil. (Cf. Jaguaribe:1957 e 1958b).

Nos textos isebianos de Hélio Jaguaribe estava presente toda uma preocupação com a possibilidade de um desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil e com o papel desempenhado pela burguesia brasileira nesse processo. São desse período as obras: *A filosofia no Brasil*, (Cf. Jaguaribe:1957), *Condições institucionais do desenvolvimento* (Cf. Jaguaribe:1958a) e *O nacionalismo na atualidade brasileira* (Cf. Jaguaribe:1958b), livro mais importante desta fase.

A filosofia no Brasil é um ensaio escrito em 1952 e reeditado pelo ISEB em 1957.⁵ Na apresentação do ensaio foi ressaltada a plena atualidade do texto, o que justificaria sua reedição, pois nele, Hélio Jaguaribe, ao caracterizar a produção filosófica brasileira – investigando o que caracteriza como falta de originalidade e autenticidade em relação aos problemas culturais – traçava um histórico das correntes filosóficas e suas influências no Brasil.

Condições institucionais do desenvolvimento é um conjunto de duas conferências pronunciadas no Clube de Engenharia, em São Paulo, em junho de 1957 (publicadas em 1958), intituladas: “Análise da política nacional” e “Condições institucionais do desenvolvimento”, que dá nome ao livro. Jaguaribe expunha as condições em que o processo histórico brasileiro havia se desenvolvido, caracterizando suas diversas fases. Aparece claramente sua concepção sobre o Estado, as classes sociais, o desenvolvimento, o nacionalismo etc.

A última e polêmica publicação de Jaguaribe no ISEB foi *O nacionalismo na atualidade brasileira*, que motivou, inclusive, a saída do autor desse instituto. A polêmica girou em torno do monopólio estatal do petróleo e o choque entre as diversas posições nacionalistas. O problema central era a participação – ou não – do capital estrangeiro na economia nacional. Nesse texto, Jaguaribe analisa o que chamava de “inconsistências” do nacionalismo no Brasil. O livro estava dividido em duas partes: uma que tratava dos problemas teóricos e outra que tratava dos problemas concretos. Na primeira, o autor procurava elucidar o sentido do nacionalismo brasileiro, tratando de uma maneira sucinta os proble-



mas teóricos sobre o tema; na segunda, dedicava-se à análise de questões específicas como petróleo, capitais estrangeiros e política exterior.

O ISEB foi extinto em abril de 1964,⁶ em função do golpe de estado, mas a permanência de Jaguaribe se encerrou anos antes, em abril de 1959. Sua saída foi fruto de uma crise interna que atingiu o instituto e teve como protagonistas, além de Jaguaribe, o sociólogo Guerreiro Ramos, em torno da polêmica questão do monopólio estatal do petróleo e da Petrobrás que, naquele momento, era um debate que mobilizava o país fervorosamente. Jaguaribe defendia que a Petrobrás podia fazer uso de capitais estrangeiros, como por exemplo a Shell. Quando o golpe de 1964 seguiu seu curso, Jaguaribe manifestou sua reprovação por meio do texto "Brasil: estabilidade social pelo colonial-fascismo?" (Cf. Jaguaribe:1968).

FORMAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO

O nascimento da filosofia brasileira e o programa para o desenvolvimento do país articulam-se no discurso de Jaguaribe para assegurar a ultrapassagem do estágio de subdesenvolvimento. O atraso brasileiro estaria ligado à ausência de uma cultura brasileira autêntica. Nesse sentido, a filosofia – concebida como autoconsciência da cultura – seria a base sobre a qual nasceria uma nova cultura no país. O Brasil teria, portanto, que perseguir a conquista de sua inserção nesta cultura ocidental, sem assimilar acriticamente o que viesse dela, mas construindo sua própria originalidade cultural de acordo com aqueles parâmetros.

Segundo o autor, esse fato não teria ocorrido e o Brasil, ainda no século XX, se via diante de dois fenômenos bastante comprometedores para sua ocidentalização. O país, portanto, estaria paralisado entre dois extremos: a assimilação acrítica de outras culturas, que resultava numa alienação cultural; e a valorização excessiva de suas raízes culturais mais primitivas, a despeito de com isso estar preservando sua originalidade – o nativismo primário. A mediação perseguida por Jaguaribe teria que se pautar pela construção de novas crenças, vale dizer, de uma nova cultura de caráter oci-

dental, que demandaria, por sua vez, a construção de uma *ideologia nacional*. Aqui se localiza o centro de sua proposta, haja vista que a eficácia histórica dessa *ideologia*, seria a objetivação do *nacionalismo* enquanto programa de desenvolvimento para o país.

O conteúdo dessa nova *ideologia* – surgida a partir da crise do cristianismo – foi, segundo o autor, a *democracia burguesa e a economia capitalista*. Sendo assim, seriam esses os *moldes ocidentais* nos quais o Brasil precisaria trabalhar e se ajustar. Caso contrário, suas possibilidades de desenvolvimento estariam comprometidas.

A proposta nacionalista de Hélio Jaguaribe para o Brasil pressupunha que todas as classes sociais participassem do processo de instauração do desenvolvimento, porém a direção caberia a apenas uma classe: a burguesia industrial. Trabalhando seus conceitos a partir da dualidade estrutural que contrapõe o *moderno* ao *árcaico* – como grande parte dos pensadores da época – o autor propõe a modernização do país, que seria tarefa de todos os setores da sociedade brasileira reunidos por intermédio de seus *interesses situacionais de classe*. O que haveria de fato seria uma luta interna entre os setores *árcaicos* – leia-se sem interesse na industrialização – e setores *modernos* dentro de cada classe. Em função disso, o autor defende mais a necessidade da luta dentro de cada classe, como meio para fazer valer a vitória da modernização, do que a luta entre as classes, uma vez que em estágios de subdesenvolvimento, como o do caso brasileiro, as classes sociais encontravam-se unidas pelo mesmo interesse – o do desenvolvimento. Jaguaribe, portanto, atribui um caráter universal ao desenvolvimento, sem questionar em momento algum a quem os interesses de tal industrialização, nos termos por ele defendidos, corresponde.

A tese central defendida pelo autor era a de que o Brasil precisaria de uma *reforma política*, através da substituição de um *estado cartorial* por um *estado funcional*. O estado cartorial era a expressão de um descompasso entre quem dominava a economia e quem di-

rigia politicamente o país, reproduzindo tão somente uma *política de clientela*, reiteradora do atraso brasileiro. Esse estado, que abrigava todos os setores arcaicos da sociedade e era controlado pelos representantes mais tradicionais da burguesia, encontrava-se em oposição aos setores modernos que viam seus projetos de industrialização obstaculizados e inviabilizados. A constituição de um *estado funcional* implementado através de uma *política ideológica* – vale dizer, de uma *ideologia nacional* – seriam os instrumentos institucionais dotados de eficácia e objetividade para a promoção do definitivo desenvolvimento do país.

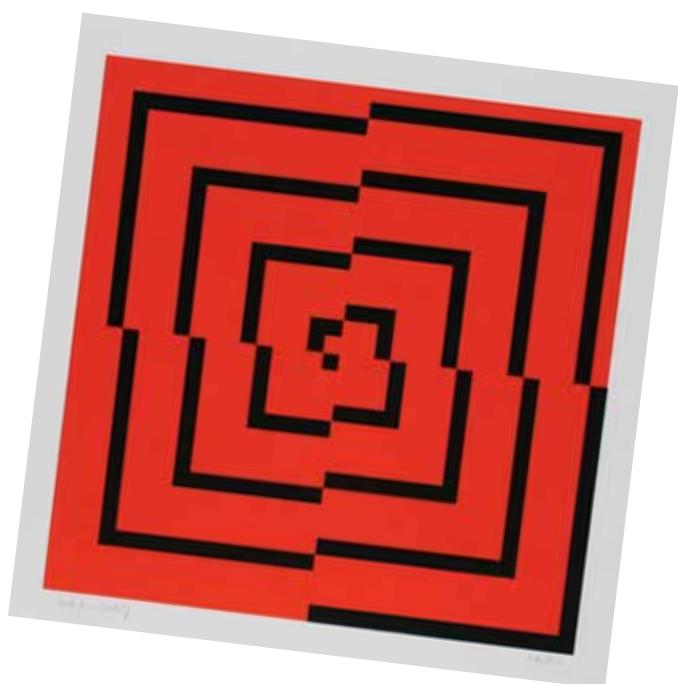
O nacionalismo de Jaguaribe pode ser sintetizado como o esforço de construir o instrumental necessário para orientar uma intervenção prática da *burguesia industrial* na realidade brasileira, transformando o estado cartorial, superando os estrangulamentos políticos que caracterizavam o país, ultrapassando os polos arcaicos e atrasados da sociabilidade do país e trazendo à tona a modernidade, por intermédio da instauração da industrialização e, com isso, o definitivo desenvolvimento brasileiro.

LEITURA E PROPOSTAS PARA O BRASIL NOS ANOS 1950-64

Além de captar o atraso brasileiro, não escapa à análise de Jaguaribe a crise em que se encontravam, naquela altura do século XX, as *instituições democrático-burguesas*, chamando a atenção para o fato de que a crise brasileira estaria inserida numa crise maior, a *crise do nosso tempo*. O “nosso tempo” estaria marcado, em meio à guerra fria, tanto pelas limitações do socialismo do bloco soviético, quanto pela falência do liberalismo. Jaguaribe, que deixava bem claro não querer o socialismo no Brasil, passa a defender a instauração do “capitalismo possível nas condições do nosso tempo e do nosso país” (Jaguaribe, 1954:16). Ele adota uma espécie de posição intermediária ou *terceira via* de desenvolvimento: nem o liberalismo puro e simples, nem o socialismo, mas uma *socialização do capitalismo*. Este é um dos principais aspectos do nacionalismo presentes no pensamento político de Hélio Jaguaribe.

Quando, mais tarde, precisamente em 1962, no primeiro texto publicado após sua saída do ISEB, em 1959, Jaguaribe retoma e desdobra as diretrizes do *Estado funcional*, e passa a denominá-lo de *estado neobismarkiano*. Seria um tipo de Estado que, em função do atraso brasileiro – e para sua superação – teria que ser forte e autoritário, planejador e intervencionista. Mas isto não significava que devesse ser despótico ou ilegítimo. À burguesia industrial caberia o papel de direção, uma vez que, definida pelo autor como classe mais autêntica e representativa dos interesses da industrialização, seria a única que poderia levar a cabo a constituição desse tipo de Estado, o que lhe conferiria uma de suas mais importantes características: a *legitimidade*. (Cf. Jaguaribe:1958a)

Com essa proposta, Jaguaribe pretendia garantir o desenvolvimento capitalista e evitar qualquer possibilidade de uma alternativa socialista, haja vista o momento de guerra fria que o mundo então atravessava. O combate de Jaguaribe ao socialismo tinha como argumento o fato deste supostamente não fazer parte da cultura mais autêntica produzida até então pela huma-





nidade, a cultura ocidental. Tal possibilidade representaria um “perigo” cada vez maior na medida em que o socialismo, no seu entender, teria contrariado as previsões de Marx, instaurando-se nos polos mais atrasados, onde havia se verificado uma rápida superação do atraso. Isto teria seduzido alguns países, que acabaram por pagar um preço alto demais, com o surgimento de governos despóticos, ilegítimos e cerceadores da liberdade individual, como os do bloco soviético.

O que Jaguaribe chamou de *socialização do capitalismo* seria uma forma de distribuir as riquezas produzidas pelo sistema capitalista de produção, sem ter que optar pela socialização de um modelo oposto ao capitalismo, no caso, o socialismo. Desse modo, não se sairia do circuito ocidental, seria implementado o *capitalismo possível* no país e não se correria o risco de o Brasil entregar-se ao bloco soviético. O Brasil tinha que encontrar um caminho próprio e original – dentro da cultura ocidental – o que não descartava o capitalismo, nem a influência dos Estados Unidos no Brasil. Porém, para Jaguaribe tampouco poderia o país se entregar de modo inconteste ao satelitismo norte-americano, pois isso só reiteraria sua condição *colonial*. Um país que quisesse construir sua própria nacionalidade não poderia deixar de realizar uma política externa conveniente ao contexto da guerra fria, mas com o cuidado de não perder sua própria identidade e garantir sua autonomia.

No entanto, para que toda esta proposta nacionalista de Jaguaribe pudesse se efetivar, dependeria da intervenção decisiva da *burguesia industrial*. Por isso, o grande problema residia na criação das condições para que ela assumisse seu papel, do qual parecia não ter consciência ou não apresentava capacidade para realizar. Jaguaribe reconhecia que a própria burguesia industrial tinha dificuldade de implementar os esforços que dela dependiam para a modernização e o desenvolvimento econômico. Reconhecia que a primeira classe que precisava ser “educada” pela *política ideológica* era a própria burguesia. Daí a função dos intelectuais do ISEB de formular essa *política ideológica*, na qual Jaguaribe tanto se empenhava. Depois disso é que a burguesia realizaria o

esclarecimento junto às demais classes no movimento de união de todos os *interesses situacionais de classe*.

É interessante observar como o autor apontava uma das características fundamentais da burguesia no Brasil, que é sua *incompletude de classe*. Ao mesmo tempo que reconhecia com realismo esta questão, nutria a ilusão de que a burguesia teria condições de superar esta debilidade. Reconhecia também como não era possível a constituição de um *Estado liberal-democrático* no Brasil, propondo como único meio de superar o atraso brasileiro, um Estado forte e autoritário. Jaguaribe capturava questões essenciais do caso brasileiro, mas sua perspectiva teórico-política o limitava, no sentido de estabelecer as bases de uma superação efetiva. O autor procurava nos processos europeus de constituição das nacionalidades um referencial para o caso brasileiro. Bismarck – e, consequentemente a unificação alemã – seria o modelo compatível para se pensar as possibilidades do desenvolvimento brasileiro, uma vez que a Alemanha também tinha sido um país marcado pelo atraso na afirmação de sua nacionalidade e desenvolvimento industrial.

Inspirado por tal perspectiva, embora assumisse a impossibilidade de a burguesia industrial brasileira ser democrática dentro das condições do atraso brasileiro

– diga-se de passagem, com um forte senso de realidade para a época – o limite da perspectiva de Jaguaribe era revelado quando analisava as condições do Brasil na segunda metade do século XX, sem as distinções singulares que o diferenciavam das condições vividas pela Alemanha no final do século XIX. O bismarckismo do estado alemão havia realizado a unificação nacional num momento anterior às disputas imperialistas, alcançando, inclusive – na sequência – uma posição de país imperialista dentro do capitalismo mundial.

Por isso, defendo a hipótese de que a ilusão de Jaguaribe foi acreditar que a reprodução do bismarckismo no Brasil, através da montagem de um estado neobismarckiano poderia nos colocar dentro do capitalismo mundial; no mínimo, numa posição autônoma e independente, quando isso já não era mais possível dentro do estágio em que as lutas imperialistas se encontravam. Entretanto, mesmo em meio a essa ilusão, o que é notável no discurso de Jaguaribe é o fato de ter conseguido romper, sem cair no erro também muito comum daquela época – tanto do pensamento conservador, como do próprio pensamento de esquerda – com a identificação automática entre os processos revolucionários burgueses da França e da Inglaterra, no tocante à transição de um inexistente “feudalismo” brasileiro.⁷

A LEITURA POLÍTICA SOBRE O GOLPE DE 1964

De acordo com o conteúdo de seu nacionalismo, Jaguaribe era identificado – nos anos 1950 no ISEB – como “entreguista”, pois, envolvido no contexto do governo Kubitschek – cuja política de desenvolvimento contribuiu para acentuar o caráter dependente do capitalismo brasileiro –, o ISEB não poderia escapar às duas ilusões nacionalistas básicas que se confrontavam nesse período. Se houve, portanto, alguma homogeneidade no ISEB foi apenas na crença mais geral – acalentada pela quase totalidade de seus pensadores – da possibilidade da constituição de um capitalismo nacional autônomo. A forma de atingi-lo – através ou contra o capital “metropolitano” – é que os dividia entre nacionalistas e “entreguistas”.

Fora do contexto iseblano, no entanto, é importante acentuar que o pensamento de Jaguaribe apresentava diferenças nada desprezíveis em relação ao pensamento conservador em geral que precisam aqui, no mínimo, ser pontuadas.

O fator preponderante da identificação de Jaguaribe como conservador dava-se em torno da identificação – correta, é bem verdade – de sua perspectiva de classe burguesa, mas principalmente em torno de sua proposta de um Estado neobismarckiano, forte e autoritário.

Porém, quando o golpe de 1964 instaura um estado autocrático – forte e autoritário – as possíveis semelhanças do governo militar com a proposta elaborada por Jaguaribe são prontamente descartadas pelo autor, na medida em que a burguesia teria ficado fora do exercício político e, com isso, tinham sido perdidas as possibilidades de tornar esse estado legítimo. O que acabou se instaurando em 1964 – defende o autor – teria sido um estado de caráter colonial-fascista, ilegítimo, que interrompera a construção do Estado ideal para a ultrapassagem do subdesenvolvimento brasileiro.

O colonial-fascismo (Cf. Jaguaribe:1968) do governo militar teria impedido o autêntico nacionalismo e mantido o país na qualidade de “colônia”. A crítica feita pelo autor naquele momento vinha do fato de que o colonial-fascismo estaria se entregando demasiadamente ao satelitismo norte-americano, abandonando a perseguição de uma autonomia nas relações externas convenientes ao país.

Por mais que Jaguaribe pregasse a utilização do capital estrangeiro na superação do subdesenvolvimento – que, inclusive, poderia implicar forte presença de capitais norte-americanos – defendia, por outro lado, que as relações diplomáticas brasileiras deveriam se pautar pela neutralidade, inclusive com a retomada das relações com o bloco soviético. Todavia, isso deveria se realizar com cuidado, para que os Estados Unidos não ficassem temerosos de que o Brasil intencionasse “mudar de lado”.

A tensão – para não dizer o paradoxo – do discurso jaguaribeano é sempre esta: a ilusão da autonomia na-

cional, sem deixar de estar sob a influência norte-americana no contexto da guerra fria, representante, afinal, mais autêntico da cultura ocidental.

Mas se as teses de Jaguaribe forem comparadas com a doutrina de segurança nacional, produzida pela Escola Superior de Guerra – ESG – isto é, do setor que abrigava os ideólogos do golpe de 1964, encontraremos distinções qualitativas importantes. Mais uma vez, é em *O nacionalismo na atualidade brasileira* que o autor – na parte dedicada à política exterior que seria conveniente ao Brasil – rebate, sem anunciar diretamente, cada uma das teses pregadas pela ESG, centradas no alinhamento incondicional do Brasil aos Estados Unidos. Aliás, a este respeito, é bastante perspicaz a afirmação de Tancredo Neves em entrevista ao CPDOC de que o ISEB, na verdade, foi criado como uma alternativa à ESG.⁸

Defendo aqui que, apesar de pregar um Estado forte e autoritário, quando denomina o regime de 1964 de *colonial-fascismo*, o autor estava lhe atribuindo um caráter negativo e não de concordância. No entanto, fica claro que o descontentamento do autor com esse colonial-fascismo vinha menos do fato de ser autoritário, do que por não comportar a presença da burguesia industrial na direção política direta, ainda que esta participasse como coadjuvante do processo econômico.

TEMPOS DIFÍCEIS

A exemplo de outros intelectuais brasileiros, depois do golpe de 1964, Jaguaribe permaneceu no exterior, onde ficou até 1969. Esteve em Harvard, como professor visitante (até 1966), e em Stanford (1967). Em 1968 foi para o México e permaneceu em *El Colegio de México* (modelo que havia proposto adotar para o ISEB, anos antes). Voltou aos Estados Unidos, onde ficou até 1969, trabalhando no MIT – Massachusetts Institute of Technology.

Durante esse período em que esteve fora, foi publicado no Brasil seu estudo *Problemas do Desenvolvimento Latino-Americano* (1967), em que aparece sua posição inicial em face ao golpe de 1964, que seria apresentada de modo mais sistemático no artigo – já referido “Brasil:

Estabilidade Social pelo Colonial-Fascismo?” – escrito em janeiro de 1967, e publicado em 1968, na coletânea *Brasil: Tempos Modernos*,⁹ coordenada por Celso Furtado.

No retorno ao Brasil em 1969, Jaguaribe ingressou no Conjunto Universitário Cândido Mendes, onde ocupou a cadeira de Ciência Política e se tornou diretor de Assuntos Internacionais. Em 1970, foi publicado, no México, seu texto “Dependência e autonomia na América Latina”, dentro da coletânea *La Dependencia Político-Económica de América Latina*, que reúne textos de vários autores. Este texto de Jaguaribe foi publicado no Brasil em 1976.

A partir de 1971 foi publicada em Nova York uma série de estudos desenvolvidos por Hélio Jaguaribe sobre a América Latina, cujo título em inglês era *Political Development: an Inquiry in Social and Political Theory and a Latin American Case Study*. Na Argentina, uma parte desse estudo foi publicada em 1972 sob o título de *Sociedad, cambio y sistema político*. No Brasil essa pesquisa foi publicada em três momentos: em 1975, com os títulos de *Sociedade, Mudança e Política e Desenvolvimento Político*; e, em 1976, *Crises e Alternativas da América Latina*. Note-se que os três textos expressam um momento em que as preocupações de Jaguaribe se voltam principalmente para os problemas latino-americanos.

Em 1974, Jaguaribe publicou no Brasil um texto onde aborda as mesmas preocupações da série de estudos acima referida, só que privilegiando a questão brasileira, *Brasil, Crise e Alternativas*. Esse livro foi polêmico. É nele que Jaguaribe relativiza bastante sua visão sobre o golpe militar, inicialmente caracterizado como um “colonial fascismo”, mas analisado agora com os resultados de dez anos – industrializantes – de desenvolvimento do chamado “milagre econômico”.

De novo, o paradoxo que marca o discurso jaguaribeano: sua negação inicial do golpe e, na sequência, o contentamento com seus resultados industrializantes, acabam por fazê-lo justificar até mesmo a *ilegitimidade* do regime, antes condenada. Esta aprovação se devia ao fato de a ditadura militar ter afastado o perigo da convulsão social que se desenhava no pré-1964, que esta-

ria marcado principalmente pelo populismo do governo João Goulart que, segundo o autor, alimentava falsas expectativas nas massas com sua demagogia.

Por todas essas nuances, não se pode afirmar que Jaguaribe fosse um democrata convicto, ainda que seu discurso revelasse que medidas autocráticas eram apenas transitórias e necessárias, dada a urgência da superação do atraso brasileiro. A conquista da verdadeira democracia, só seria possível depois da concretização do desenvolvimento nacional. Além disso, dois outros elementos afastavam o discurso de Jaguaribe de um perfil democrático: em primeiro lugar, a defesa da ilegalidade do Partido Comunista, no momento em que o desenvolvimento já estivesse assegurado – isto é, em tese, no momento em que fosse possível um abandono de medidas autocráticas para a adoção da democracia. A justificativa era de que, antes disso, esse partido serviria como um contrapeso interno ao satelitismo americano (Cf. Jaguaribe:1958b). Em segundo, a frágil e insuficiente condenação à tortura contra as forças de oposição promovida pelos militares durante a ditadura. Apesar desta ressalva em relação ao procedimento da ditadura, o regozijo com os resultados industrializantes do re-

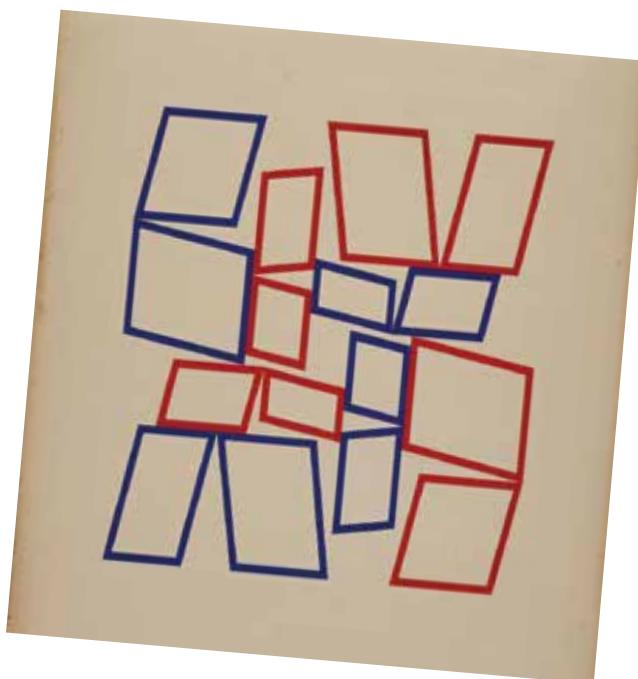
gime militar recebeu uma ênfase muito maior do autor (Cf. Jaguaribe:1974).

Mesmo assim, é somente nesse momento, e não antes, que o autor começa a se deparar com a necessidade de propor de fato a autorreforma do regime, pois está preocupado com a proletarização das classes médias que os resultados do esgotamento do "milagre" traziam. A situação de desemprego crescente deixava Jaguaribe temeroso de que o binômio *classes médias + miséria*, viesse a repor um estado de rebelião. Ele insistia na urgência do processo de autorreforma, pois, do contrário, o questionamento do regime poderia gerar nova convulsão social. Todavia, essa, diferentemente do que havia ocorrido no pré-1964, era agora apenas potencial e, portanto, poderia e deveria ser controlada e evitada.

Essa defesa de autorreforma do regime não era in-diferente a alguns dos principais mentores do golpe de 1964. A própria ditadura começava a sentir os sinais da necessidade de "distensão", dez anos depois. Porém, Jaguaribe se diferenciava quanto ao prazo para realizá-la. Ele queria a imediata autorreforma, enquanto a ditadura estava preocupada com uma "transição lenta, segura e gradual".

Jaguaribe, na verdade, via nesse momento (1974) a oportunidade para voltar a defender com toda ênfase sua proposta nacional-desenvolvimentista para o país. Para ele, o regime militar não teria resolvido várias coisas: deixou de implementar o autêntico nacionalismo, utilizou o capital estrangeiro sem adquirir independência tecnológica, não absorveu as classes médias e não chamou a burguesia a governar. Apesar de sempre reconhecer como positivo o papel dos militares em 1964 como "guardiões" da ordem, Jaguaribe questionava alguns resultados do regime, uma vez que pouco ou quase nada identificava-se com a proposta de terceira via por ele resumida como *socialização do capitalismo*.

Nessa medida, não estaria superada a crise brasileira. Na verdade, o que o autor voltava a reclamar era que a burguesia industrial finalmente assumisse seu papel de direção no desenvolvimento do país, respondendo – dessa forma – a ilusão essencial de seu discurso, que



acreditava que essa fração de classe ainda tinha uma missão civilizatória a desempenhar.

DEMOCRACIA: O “SEGUNDO TEMPO” DE SUA LEITURA DA POLÍTICA BRASILEIRA

Desde sua volta ao Brasil, o autor desenvolveu estudos por meio do Conjunto Universitário Cândido Mendes e em 1979 tornou-se decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPS). Este instituto havia se vinculado ao Conjunto Universitário Cândido Mendes, à PUC do Rio de Janeiro e à Universidade de Brasília. Em 1978, dentro da série de estudos *A Crise da Ordem Mundial* (1978), Jaguaribe publicou “A América Latina no Sistema Internacional” e, no ano seguinte, *Introdução ao Desenvolvimento Social* (1979).¹⁰

A partir de 1985, suas publicações se voltam mais especificamente para o Brasil. Nesse ano publicou *Sociedade e Política – um estudo sobre a atualidade brasileira* (1985), além de ser coordenador e coautor de pesquisa na publicação *Brasil, Sociedade Democrática* (1985). Porém, suas atenções não deixavam de estar voltadas para a problemática latino-americana.¹¹

Ainda em 1985, na coletânea *Raízes e Perspectivas do Brasil* (1985), contribuiu com o artigo “Raízes do Brasil e a transição para a sociedade de massas”.

Em 1986, Jaguaribe lançou um conjunto de estudos feitos entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, sob o título de *Novo Cenário Internacional* (1986), onde é analisada a problemática Norte-Sul, e, no seu contexto, os problemas da América Latina. O conjunto desses estudos havia sido publicado um ano antes, no México. Também publicou *Sociedade e Política* (1986) e *Sociedade e Cultura* (1986).

Mas os anos de 1985/1986 serão marcados pela implantação da chamada “Nova República” e o término “oficial” dos governos militares, após a derrotada Campanha pelas Diretas-Já, em 1984. É nesse cenário que será publicada a pesquisa que teve Hélio Jaguaribe como diretor geral, denominada *Brasil, 2000: para um novo pacto social* (1986). Na verdade, esse estudo foi concebido com a intenção de ser um referencial para a atuação do então governo José Sarney.

É nesse período que avalia o “segundo tempo” das reflexões do ideário jaguaribeano, em relação à retomada



de tempos democráticos no Brasil. Desde 1986, Jaguaribe tinha começado a se interessar mais de perto pela social-democracia, tendo inclusive se filiado ao PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira, que se originou da cisão do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, quando do início da Constituinte de 1986, que culminou na promulgação da Constituição de 1988.

Aqui, portanto, toda uma gama de pesquisas sobre os novos tempos democráticos virá à tona. A publicação de *A Proposta Social-Democrata* (1989), organizada por Jaguaribe, é o resultado de um seminário sobre a social-democracia, realizado pelo IEPS, em 1987. Em 1989, também com a preocupação de apresentar estudos e propostas para a realidade brasileira, Jaguaribe organizou a coletânea *Brasil: Reforma ou Caos* (1989) e lançou o livro *Alternativas do Brasil* (1989).

Mas não parou por aí. Note-se que Hélio Jaguaribe nunca esteve desligado de um instituto de pesquisas. Sempre pautou sua produção teórica em torno de objetivos ligados à constituição de um grupo de intelectuais que, reunidos, procurassem discutir e elaborar propostas para a realidade brasileira. No entanto, foi em 1992 (segundo e último ano do mandato de Fernando Collor de Melo) que Hélio Jaguaribe teve, pela primeira vez, uma participação direta no governo do país, ocupando o cargo de secretário de Ciência e Tecnologia. Quando Jaguaribe preparava-se para apresentar os resultados de seu novo estudo para o país, na linha do que havia feito para o governo Sarney, estoura o processo de *impeachment* contra Collor, "abortando" assim as pretensões "institucionais", por assim dizer, do intelectual carioca, pelo menos do ponto de vista daquela situação particular do processo histórico brasileiro.

Depois do *impeachment* de 1992, Hélio Jaguaribe não se dedicou mais à elaboração de propostas governamentais, voltando sua produção teórica para um caráter mais filosófico e/ou histórico.¹²

O IDEÁRIO JAGUARIBEANO NOS ESTUDOS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

O pensamento político de Hélio Jaguaribe passa por significativas adaptações, em seus estudos sobre a de-

mocracia brasileira, no período pós-anistia de 1979. Essa leitura do autor exerceu influência sobre a realidade brasileira, na medida em que coordenou – como expusemos no item precedente – um conjunto de projetos que propunham um novo pacto social para o país, especialmente a partir da chamada "Nova República". Sua proposta ganha contornos claros em torno da social-democracia. O autor atualiza e modifica a configuração do que entende ser a democracia no Brasil, chegando inclusive a ocupar um posto direto na burocracia de Estado, já referido, na pasta de Ciência e Tecnologia do governo Collor.

Como já mencionei na introdução a este artigo, defendo que uma obra do calibre daquela produzida por Hélio Jaguaribe ocupa um importante lugar no pensamento político brasileiro e merece uma pesquisa pormenorizada e completa de seu ideário intelectual, que abranja a totalidade de seus estudos, em especial, sobre o Brasil.¹³ A relevância da obra de Jaguaribe foi reconhecida pela Academia Brasileira de Letras, onde atualmente é o nono ocupante da cadeira número 11, eleito em 3 de março de 2005.¹⁴

Daí a hipótese que defendo no estudo em andamento e que, no presente artigo, adianto na forma de algumas aproximações ao que seria o "segundo tempo" de seu ideário: o cientista político Hélio Jaguaribe, especialmente no período em que desenvolveu pesquisas no IE-PES (a partir de 1979), produziu um conjunto de estudos que exerceu influência sobre os caminhos do Estado brasileiro, cujo foco era o desenvolvimento do país em tempos de abertura democrática, que resultou no Projeto *Brasil 2000 – para um novo pacto social*. Defendo que no período pós-1979, os estudos de Jaguaribe caminharam no sentido do abandono de sua defesa anterior de um estado neobismarckiano – forte e autoritário, mas legítimo – para o Brasil (elaborado nos tempos do ISEB), e passaram a fazer a defesa de um estado democrático, com um governo conduzido pela burguesia industrial, de caráter desenvolvimentista, porém nos parâmetros da dependência associada, herdada do modelo econômico desenvolvido durante os anos da ditadura, especialmente o período 1968-73.

A título de exemplo desses estudos democráticos, convém destacar o livro *Introdução ao desenvolvimento social* (publicado em 1979, escrito em 1978). Elaborado em tempos de debate intenso sobre a necessidade de abertura política, o livro trata do que Jaguaribe chama de problemas da sociedade não repressiva, preparando as novas reflexões num país em processo de abertura democrática. Faz um breve estudo comparativo e crítico, no estilo que já trazia desde o ISEB, das perspectivas liberal e marxista. Sempre ligado a algum instituto, esse estudo tinha sido encomendado a Jaguaribe pela Agência Canadense para a Cooperação Internacional, em convênio com o Conjunto Universitário Cândido Mendes. Como diretor do projeto, buscava-se a análise da situação social brasileira, incluindo os dados sobre a marginalidade no país e a atuação do setor público na área social.

Outro exemplo significativo encontra-se em *Sociedade e política*: um estudo sobre a atualidade brasileira (produzido em 1985, publicado em 1986), na coleção da Jorge Zahar Editor, "Brasil, os anos de autoritarismo". É um estudo importante para a definição do conceito de democracia que o autor trabalha nesse momento histórico. Após apresentar os conceitos de populismo e autoritarismo, Jaguaribe avalia as características do processo de transição da crise do regime militar: "Iniciado na década de 50, sob o impulso da democracia populista de Vargas e de Kubitschek, o processo de desenvolvimento e de industrialização" teria adquirido, sob os regimes militares, "as características de uma modernização conservadora", orientando-se "predominantemente, para o atendimento das demandas de consumo dos estratos superiores do país e para a exportação". (JAGUARIBE, 1986, pp.50-51).

Jaguaribe avalia que, em contrapartida aos seus êxitos, "a modernização conservadora acentuou extremamente o processo de concentração da renda e, em termos relativos, o desamparo dos trabalhadores rurais, notadamente no Nordeste", considerando o campo industrial e a área de exportação. Com isso, teria se acentuado "o desequilíbrio interno do processo de modernização", pois teria privilegiado "o empresariado mo-

derno e os estratos superiores da população urbana" e deixado à margem do processo "as grandes massas, rurais e urbanas, dos trabalhadores não qualificados". (JAGUARIBE, 1986, p.51).

Observe-se a avaliação do autor sobre a transição do regime militar, que prepara a avaliação que fará da eleição de Tancredo Neves, no momento mesmo em que está sendo definido o que ele chama de "o projeto Tancredo". (Cf. JAGUARIBE, 1986, pp.35-43) Em seguida, passa a discutir "a problemática atual" – momento da derrota das Diretas-Já – onde conceitua a *democracia brasileira*, indicando seus problemas estruturais a médio e longo prazos e os cenários alternativos. (Cf. JAGUARIBE, 1986, p.51). Para essa avaliação era imprescindível a referência ao processo que viria a definir a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, "convocada para [19]85 ou, o que seria pior, para [19]86," que tenderia "a ser decisiva, não apenas, como já mencionado, por sua composição e tendências políticas, mas também pela orientação que adote, em matéria institucional", caminhando entre "o atual presidencialismo e várias possíveis formas de parlamentarismo, bem como as disposições que estabeleçam sobre o regime econômico e social e as relativas às Forças Armadas, se revestem de





transcendente importância. (JAGUARIBE, 1986, pp.66-67)

Cabe aqui uma importante referência: a atribuição ao papel das Forças Armadas neste momento de transição democrática. Para Jaguaribe, o novo papel – em tempos democráticos – estaria associado a uma superação do presidencialismo, em favor do parlamentarismo. Ele justifica historicamente, argumentando que haveria “fortes indícios de que o presidencialismo monárquico, herdado da Primeira República, não se ajusta mais às novas exigências da sociedade brasileira”, pois em acelerado desenvolvimento, o Brasil necessitaria “transformar, com correspondente celeridade, suas estruturas econômico-sociais”. (Idem, p.67). No típico discurso pós-regime militar, o autor também argumenta que “a crescente complexidade da sociedade brasileira exige instituições estáveis e previsíveis, que permitam e favoreçam planos de longo prazo”. (Idem). Daí sua defesa do parlamentarismo: “Ocorre, assim, que dificilmente um mesmo magistrado, como acontece no presente regime presidencial, poderá dar andamento a essas discordantes exigências”, pois “uma apropriada parlamentarização das instituições brasileiras – assegurando-se, para tal, os necessários requisitos prévios, notadamente no que se refere a uma boa estrutura partidária – tornaria possível confiar a um primeiro-ministro, responsá-

vel perante o Congresso e, por intermédio deste, perante a opinião pública, a chefia do governo e os encargos da mudança econômico-social”. (JAGUARIBE, 1986, p.67)

Observe-se que Jaguaribe faz uma ressalva para o devido funcionamento institucional do parlamentarismo, desde que se assegure uma boa estrutura partidária que, com certeza, ainda estava para ser construída. Mas como seria o caminho para essa superação do presidencialismo? Ele formula uma proposta, defendendo que “um presidente da República, eleito por maioria eleição direta e munido das atribuições de um *Poder Moderador*”, (grifos meus), asseguraria “a estabilidade das instituições” e promoveria “em situações de crise, mudanças de emergência na chefia do governo”, que seriam feitas “dissolvendo o Congresso e convocando novas eleições, sem que cada crise política gerasse um golpe de Estado e demolisse as instituições”. Parece ambiciosa uma propositura de tal monta, num país que mal saía de sua tradição antidemocrática e, ainda, militar. Daí sua defesa de mudanças também nas Forças Armadas: “Considerações da mesma sorte são exigidas pela posição e funções atuais das Forças Armadas”, porque “ao se lhes atribuir, também por herança da Primeira República, a dupla responsabilidade de zelar pela segurança externa e pela segurança interna do país, se lhes conferiu um poder excessivo”, que as converteria em “implícitas tutoras da Nação, em condições incompatíveis com um maduro regime democrático”. E arremata: “o país necessita, imperiosa e urgentemente, de diferenciar sua segurança externa, naturalmente a cargo das Forças Armadas, de sua segurança interna, que tem de ser promovida por agências totalmente subordinadas ao poder civil”. Aqui, em meu entender, encontra-se o núcleo mais forte da mudança de posição dos estudos democráticos (em tempos de construção democrática) de Hélio Jaguaribe, ao defender que “essa diferenciação é adotada em todas as democracias avançadas, onde as Forças Armadas têm exclusiva responsabilidade externa” (Jaguaribe, 1986, pp.67-68, grifos meus)

É para o rumo de uma “democracia avançada” que os estudos de Jaguaribe no período vão se basear e ca-

racterizar o processo de mudança que ele defende para o Estado brasileiro, mas sem deixar de conferir à estrutura econômica a importância imperiosa de reconfigurar a democracia brasileira. Daí sua defesa do parlamentarismo, que aparecerá nesta e em outras obras até a maturação do Projeto Brasil 2000, apresentado ao governo Sarney – transitado da eleição de Tancredo Neves – e, posteriormente, as propostas de Jaguaribe para o que denominou de *Brasil: reforma ou caos*, dado que o Projeto Brasil 2000, acabou não sendo implementado.

De lá para cá, neste atual e ainda mais frágil momento da democracia brasileira, seria possível continuar sustentando a defesa do parlamentarismo, nos moldes defendidos por Hélio Jaguaribe? Não foi por isso que este artigo foi concebido, mas pode ser por isso que valha a pena continuar estudando os grandes autores que marcaram o pensamento político brasileiro. •

A autora é professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Estadual Paulista (Unesp).
angel.lovatto@gmail.com

NOTAS DE RODAPÉ

1. Definição derivada do estudo de Joseph Schumpeter (1997), *Teoria do desenvolvimento econômico, o "empresário schumpeteriano"* é considerado o agente fundamental do processo de desenvolvimento econômico. Jaguaribe incorporou essa tendência industrializante – que ele defendia que a burguesia brasileira adotasse – em sua própria atuação profissional.

2. Tradução espanhola do original alemão *Von Ursprung und Ziel der Geschichte*, cuja resenha feita por Jaguaribe foi publicada nas páginas da *Revista Brasileira de Filosofia*, do IBF.

3. Uma análise sobre essa revista do IBESP pode ser buscada em SCHWARTZMAN (1981) e HOLLANDA (2012).

4. Para maiores detalhes sobre o tema, consultar SODRÉ (1978), TOLEDO (1982); FRANCO (1978); PAIVA (1980), ORTIZ (1985); ABREU (1975) e LOVATTO (2010).

5. Seus escritos filosóficos anteriores, já mencionados, foram publicados pelo IBF (Cf. Jaguaribe: 1950 e 1951).

6. A história do ISEB é conhecida por possuir pelo menos duas fases distintas: a primeira, que coincidiu com o período do Governo Juscelino Kubitscheck, e que ainda tem a grande influência de Hélio Jaguaribe, portanto de 1955 até 1959; a segunda (1960-64) que acompanhou o período das Reformas de Base do Governo João Goulart, sob direção de Álvaro Vieira Pinto, que coordenou uma coleção de 28 volumes chamada *Cadernos do Povo Brasileiro*, editada de 1962 a 1964. Esta Coleção completa do ISEB foi objeto da tese de doutorado de LOVATTO (2010b).

7. Aqui adoto as referências teóricas de Prado Junior (1966, 1983), Coutinho (1989) e Mazzeo (2015), que relativizam a conhecida tese de que o Brasil precisava realizar uma revolução democrático-burguesa nos moldes clássicos do capitalismo para superar o feudalismo.

8. “Na verdade, o ISEB foi criado para não ter a Escola Superior de Guerra, não é?” (Neves, 1984:86).

9. Os trabalhos que o compõem - que, entre outros, incluem artigos de Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Antonio Callado, Francisco Weffort - haviam sido originalmente publicados pela Revista *Les Temps Modernes*, editada por Jean Paul Sartre que, no seu interesse pelos problemas do Terceiro Mundo, pediu a Celso Furtado

a organização desse volume. Há também uma edição promovida conjuntamente pelo México, Espanha e Argentina, através da Siglo Veintiuno Editores, ainda em 1968, na coletânea *Brasil Hoy*.

10. Em 1982, Jaguaribe organizou a coletânea, publicada em Buenos Aires, *La Política Internacional dos Años 80: Una Perspectiva Latino-Americanana*, o que lhe confere renome internacional pelo alcance atingido por seus estudos sobre a América Latina. Este reconhecimento foi confirmado em 1983, quando recebeu o grau de *Doutor Honoris Causa em Filosofia (PhD h.c.)* pela Universidade Johannes Gutenberg, de Mainz (RFA), por sua contribuição às Ciências Sociais e aos estudos Latino-Americanos.

11. Neste mesmo ano, publicou estudo produzido no IEPS, que se denomina *Reflexões sobre o Atlântico Sul: América Latina e Brasil ante a desarticulação do sistema interamericano* (1985).

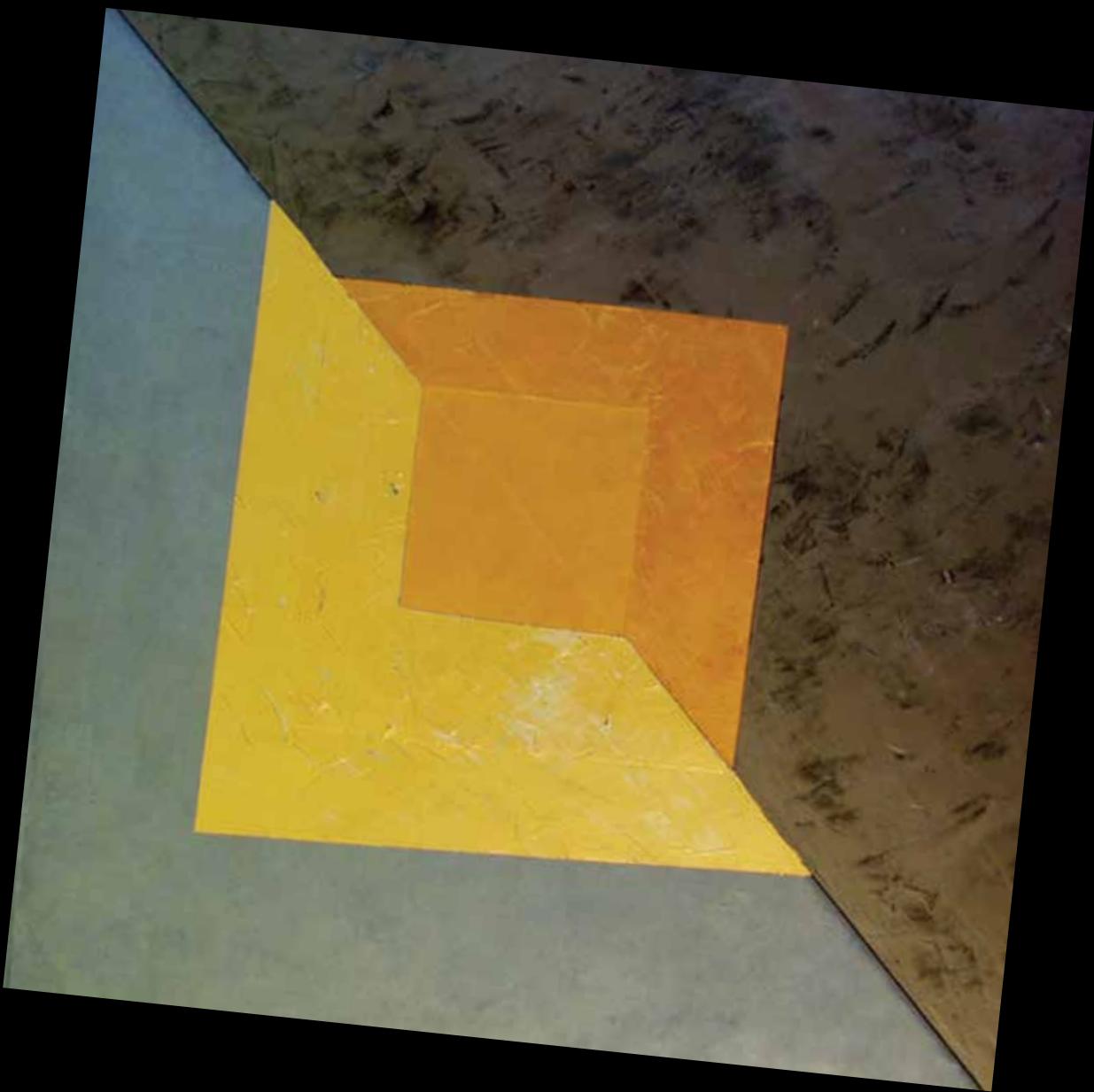
12. O primeiro resultado foi a publicação de *Transcendência e Mundo na Virada do Século* (1993), que reúne autores de diferentes visões sobre o assunto. O artigo de Jaguaribe dá nome à coletânea. Nos anos seguintes, Hélio Jaguaribe dedicou-se a um projeto de estudos históricos bastante ousado, financiado pela UNESCO, e publicado, em dois grossos volumes, a partir de 2001, denominado *Um estudo crítico da história* (2001).

13. Embora seja um autor estudado parcialmente em obras específicas sobre o pensamento brasileiro, não houve ainda, no entanto, a publicação de um estudo sistemático que apresente e articule os resultados da totalidade da obra de Hélio Jaguaribe, mas encontra-se em andamento no projeto de pesquisa “O pensamento político de Hélio Jaguaribe: dos tempos iseibianos ao Projeto Brasil, 2000” (1950-2010), que desenvolve no Pós-doutorado em Ciência Política do IESP/UERJ.

14. Por ocasião dos 75 anos do autor, e sem a pretensão de ser um estudo pormenorizado sobre a obra de Hélio Jaguaribe, foi lançado em 2000, pela Editora Paz e Terra, um livro-homenagem intitulado *Estudos em homenagem a Hélio Jaguaribe*, organizado por Alberto Venancio Filho, Israel Klabin e Vicente Barreto, em que escreve um grupo de amigos, admiradores e discípulos. O livro segue a proposta do que em alemão se chama um *Festschrift*, uma reunião de ensaios de homenagem que vão da reminiscência pessoal aos estudos sobre a obra do homenageado ou sobre temas nele desenvolvidos ou que lhe são afins. (Cf. VENACIO FILHO et alii).

BIBLIOGRAFIA

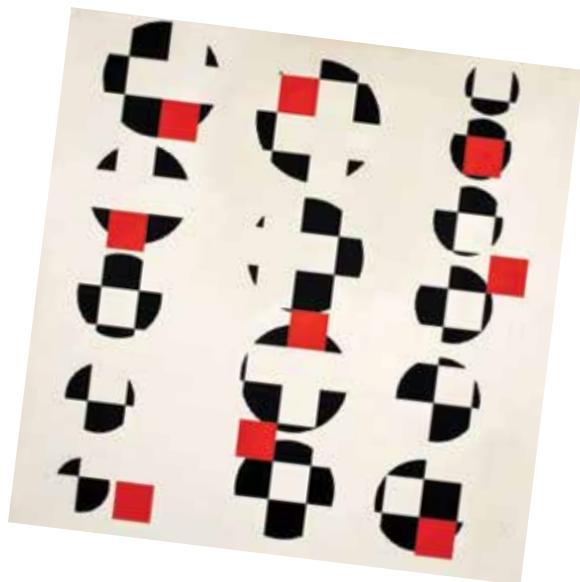
- ABREU, Alzira Alves. *Nationalisme e action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB*. Paris: Université René Descartes – Paris V, 1975.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via "não-clássica" para o capitalismo. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). *História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1989.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. O Tempo das Ilusões. In: Chauí, M. S. e Franco, M. S. C. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. Os Cadernos do Nossa Tempo e o interesse nacional. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 55, núm. 3, pp. 607-640, 2012.
- JAGUARIBE, Hélio. Ideias para a filosofia no Brasil. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de Filosofia*. São Paulo, v. I, mar. 1950.
- _____. Que é filosofia? In: *Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo, IBF, 1951.
- _____. A crise brasileira. In: *Cadernos do Nossa Tempo*. Rio de Janeiro, ano I, nº 2, 1953.
- _____. A crise do nosso tempo e do Brasil. In: *Cadernos do Nossa Tempo*. Rio de Janeiro, ano II, nº 2, 1954.
- _____. Para uma política nacional do desenvolvimento. In: *Cadernos do Nossa Tempo*. Rio de Janeiro, nº 5, 1956.
- _____. *A filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.
- _____. *Condições institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958a.
- _____. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958b.
- _____. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.
- _____. Brasil: estabilidade social pelo colonial-fascismo?. In: FURTA-DO, Celso. *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- _____. *Brasil: crise e alternativas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- _____. *Problemas do Desenvolvimento Latino-Americano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- _____. et al. *La Dependencia Político-Econômica de América Latina*. México, Siglo Ventiuno, 1970.
- _____. *Sociedade, Mudança e Política*. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- _____. *Crises e Alternativas da América Latina*. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- _____. "A América latina no sistema internacional". In: RATTNER, Henrique (org.) et alli. *A Crise da Ordem Mundial*. São Paulo, Símbolo, 1978, pp. 99-119.
- _____. et al. "Modernização, desenvolvimento nacional e desenvolvimento social", *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v. 2, 1978.
- _____. *Introdução ao Desenvolvimento Social*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- _____. *Reflexões sobre o Atlântico Sul: América Latina e Brasil ante a desarticulação do sistema interamericano*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/IEPES, 1985.
- _____. *Sociedade e Política: um estudo sobre a atualidade brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985. (2ª.ed. em 1986).
- _____. et al. "Raízes do Brasil e a transição para a sociedade de massas". *Raízes e Perspectivas do Brasil*. Campinas, Unicamp/Papirus, 1985.
- _____. *Novo Cenário Internacional*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
- _____. *Sociedade e Cultura*. São Paulo, Vértice, 1986.
- _____. et al. *Brasil, 2000: para um novo pacto social*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- _____. et al. *Brasil: Reforma ou Caos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- _____. et al. *A Proposta Social-Democrata*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1989.
- _____. *Alternativas do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1989.
- _____. O Iseb e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p.31-42.
- LOVATTO, Angelica. *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do ISEB*. São Paulo, Xamã, 2010.
- _____. *Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. Tese de Doutorado, PUC-SP, 2010b.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3ª.ed., São Paulo: Boitempo, 2015.
- NEVES, Tancredo. (Depoimento). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1984.
- PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 9ª.ed., São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- SCHWARTZMAN, Simon. (Sel. e intr.). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos do nosso tempo"*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 1979.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª. ed., São Paulo: Ática, 1982.
- _____. (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto; KLABIN, Israel; BARRETTO, Vicente. (orgs.). *Estudos em homenagem a Helio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.



CADERNOS PARA TODOS OS TEMPOS

POR CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA

Cientista política



Na literatura sobre os caminhos de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, muito se disse – e disputou – sobre o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e suas interpretações e imaginações de realidade nos tempos que antecederam o golpe de 1964. À sombra de sua memória, vultuosa, permaneceu o Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos (IBESP) – ainda aquém da fórmula pública imaginada por Hélio Jaguaribe e realizada pelo ISEB, mas já vivamente orientado pelo idioma político do nacional-desenvolvimentismo.

Neste artigo, dedico-me ao protagonismo de Jaguaribe nessa cena pouco comentada, apoiada no seu voluntarismo político e financeiro e ainda sem esteios no governo. Mais especificamente, observo a experiência editorial do *Cadernos do Nosso Tempo*,¹ principal legado

da curta vida do IBESP. Foram cinco números publicados entre os anos de 1953 e 1956 por um corpo enxuto de conselheiros-autores orquestrados por Jaguaribe. Entre eles, Cândido Antônio Mendes de Almeida, Guerrreiro Ramos, Heitor Lima Rocha, Ignacio Rangel, Nelson Werneck Sodré, Osacar Lourenço Fernandez e Roland Corbisier. As nuances e até mesmo as diferenças mais significativas de perspectiva entre esses homens não ofuscaram a afinidade nos diagnósticos e prognósticos sobre o “nosso tempo” e o Brasil. Diante de um mundo dividido pela disputa ideológica entre capitalismo e socialismo e de uma sociedade refém de elites que extraíam

1. Os cinco números do *Cadernos do Nosso Tempo* estão disponíveis em edição facsimilar no número 4 da Revista Estudos Políticos (www.revistaestudos-politicos.com)

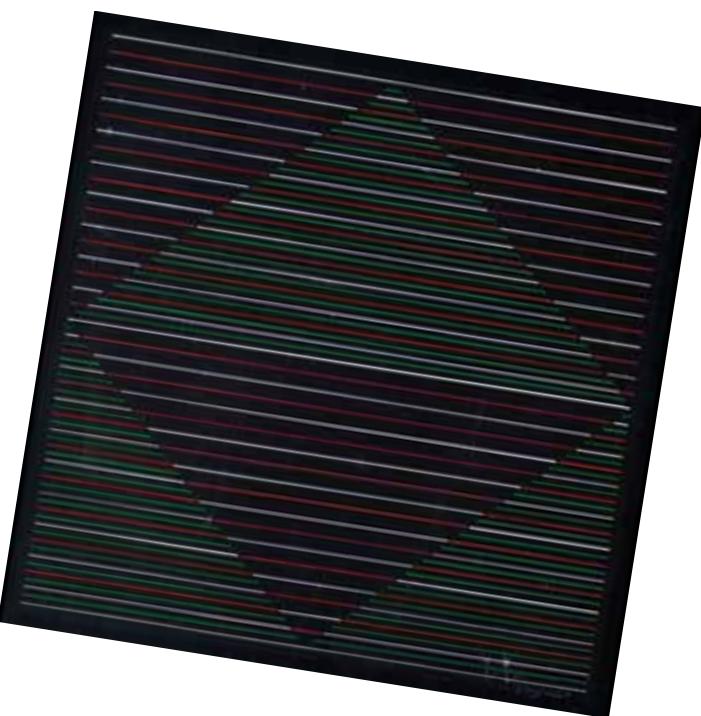
vantagens do atraso, convergiam em torno dos objetivos de ativação do nacionalismo e do desenvolvimento como meios de transformação social essencial e superação de infortúnios.

Em ambiente amalgamado por um projeto coletivo, não prevaleceu nos *Cadernos* um princípio forte de autoria: foram muitos os artigos e editoriais sem assinatura. A maior parte deles, contudo, sabe-se e presume-se, eram de Jaguaribe. Se e quando não foram, poderiam ter sido, tal foi a aproximação de estilo e ideias, consagrada por seu crivo editorial.

De todo modo, a leitura dos *Cadernos* revela autores engajados que atribuíam a si próprios e a extratos progressistas – ou potencialmente progressistas – da sociedade um papel-chave na condução da política nacional por bons rumos. A superação do atraso não via, afinal, de um movimento espontâneo das populações subjugadas. Se deixada a si própria nas condições que então se verificavam, a sociedade brasileira, cindida em interesses antagônicos, tenderia a reproduzir indefinidamente as condições do seu infortúnio. Era preciso prever operadores da transformação. Schwartzman che-

ga a identificar um sentido “radicalmente novo” nesta responsabilidade autoatribuída pelos intelectuais reunidos no ISEB: “pela primeira vez”, um grupo de intelectuais “se propõe a assumir uma liderança política nacional por seus próprios meios”. Supondo-se habilitados a enxergar o país acima do horizonte de classes, eles reconheceriam em si próprios “um papel muito mais importante” do que aquele que Karl Manheim “havia pretendido para sua *intelligentsia*”. (Schwartzman, s.d.: 4, 6). Nos *Cadernos*, a busca de entendimento sobre o estado da arte da sociedade e da política confunde-se com a imaginação de meios e fins da sua transformação. A via nacionalista afirma-se como boa ideologia, alternativa autêntica à querela entre comunismo e capitalismo.

Para tratar do percurso intelectual de Jaguaribe nesse contexto editorial, organize este artigo em três partes. A primeira delas é dedicada a sua compreensão sobre a situação política do Brasil, amalgamada a narrativas sobre o passado e receitas de futuro. Jaguaribe apresenta a seus leitores uma espécie de tempo encravilhada, que reúne as possibilidades de progresso e também de seu perfeito avesso, o aprofundamento do atraso. A experiência de um ou outro caminho dependeria de uma economia delicada entre as circunstâncias que escapam ao domínio da vontade e a ação oportuna dos operadores da política. A segunda parte é dedicada ao diagnóstico sobre o que seriam três obstáculos ao interesse nacional: o vício internacionalista (de comunistas e udenistas), o conservadorismo da classe média conservadora e o populismo ademarista. Por fim, a terceira e última parte tem por objeto a reflexão de Jaguaribe sobre os ecos políticos do suicídio de Getúlio Vargas, tornado como uma espécie de evento potencialmente acelerador de consciências sobre a condição nacional. Sem considerar méritos ou deméritos de seu governo, Jaguaribe interpreta a reação ao reacionarismo dos opositores de Vargas como sinal de vitalidade de segmentos da sociedade que, até então, desconheciam o interesse nacional. Cogita e almeja uma metamorfose política do getulismo: do personalismo a ideologia e nacionalismo. Um passo na direção do progresso.





DIAGNÓSTICO DA CRISE NACIONAL: PARADIGMAS HISTÓRICO E SOCIOLOGICO

Parte significativa do esforço de Jaguaribe nos *Cadernos* está voltada para os contornos históricos e sociológicos da crise política nacional. Já na primeira edição do periódico, em *A Crise Brasileira*, Jaguaribe narra a permanência do vício espoliador da Colônia na experiência política em curso. Ele teria sobrevivido à “expansão da economia urbana, ao crescimento demográfico e à industrialização”. O povo não teria alcançado, segundo ele, “espírito de iniciativa” e a circulação de elites seguia a ritmo lento, apesar do golpe ao clientelismo representado pelo ingresso das massas na política, com o Estado Novo de Getúlio Vargas. Refém de “crenças arcaicas” e esvaziado de “autênticos estímulos para uma reação original”, o pensamento brasileiro seguiria “desabituado de reflexão própria” (Jaguaribe, *Cadernos* 1: 128-129). Não era possível esperar autonomia de um povo inerte, refém da circunstância política.

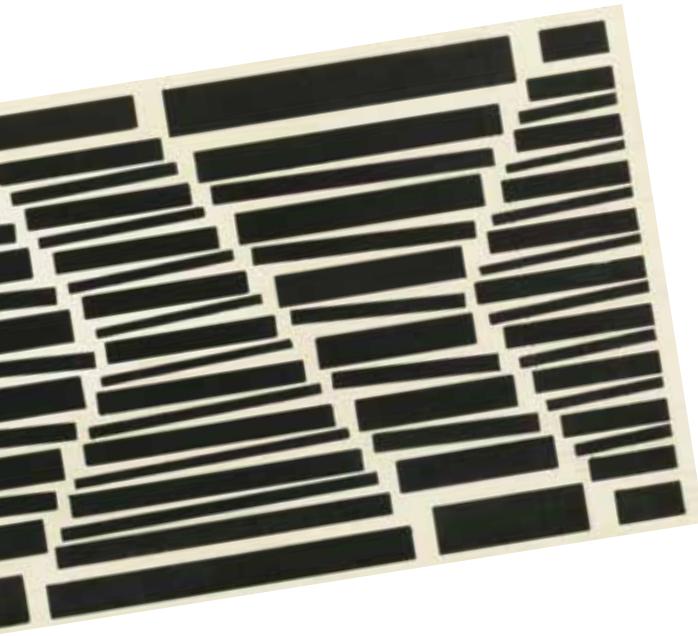
Em linha com esta perspectiva, em *Para Uma Política Nacional de Desenvolvimento*, publicado na quinta e

última edição da revista, Jaguaribe narra a história do Brasil em três etapas. A primeira delas, do colonialismo, pautou-se em economia de produção escravocrata e sobreviveu até meados do século XIX. Nele, a comunidade nacional se organizou a serviço da metrópole e teve seu desenvolvimento animado por impulsos externos. Como uma “peça da economia europeia”, o país então experimentou a forma limite da dependência (Jaguaribe, *Cadernos* 5:70). Destituída de movimento e impregnada de um sentido estático, a vida nacional fora esvaziada de política.

Abolido o tráfico de escravos, o Brasil teria ingressado em fase semicolonialista, intermediária entre o colonialismo original e a autonomia econômica-social. Nela, o país combinava legados da situação anterior, como a forte vinculação da produção a demandas externas de consumo, e novidades que apontavam em direção à superação da condição de dependência. Entre elas, a formação de uma reserva nacional de mão de obra. O período em questão estende-se até a crise do café em 1930, que combinou o auge da política de acumulação dos excedentes não exportados de café ao colapso da economia mundial em 1929.

Os anos 30 teriam inaugurado, por fim, a passagem para um momento mais avançado da transição em direção à autonomia nacional. Eles representam a terceira fase da cronologia proposta por Jaguaribe, que constitui o cenário de observação dos *Cadernos* de um modo geral. No novo tempo, cidades e indústrias retroalimentam-se. A expansão do mercado interno associada ao fenômeno da urbanização seria, ao mesmo tempo, origem e efeito da nova realidade industrial no país, impulsionada pela longa permanência de Vargas na presidência da República e pelos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial na economia nacional: a necessidade de substituição das importações. O contraste com a situação anterior de dependência era notável.

A despeito disso, persistiam entraves ao pleno desenvolvimento, vinculados ao regime semicolonialista. O progresso observado era tímido, se comparado a suas potencialidades. A indústria nacional ainda dependia da



importação de bens de produção e matérias-primas. Além disso, o país encontrava-se em "estágio rudimentar" na produção de energia, apresentava "tendência regressiva dos transportes ferroviário e marítimo" (Autor não identificado, Cadernos 5:85) e, por fim, estava abatido por um processo inflacionário alarmante, resultado da insuficiência da oferta de gêneros em relação à procura – isto é, da impossibilidade da produção nacional atender à demanda do mercado nacional em franca expansão. O progresso inaugurado em 30 poderia estancar ou mesmo retroagir. No panorama sociológico em evidência, a possibilidade do retrocesso era representada pelos segmentos da sociedade que extraíam benefícios do atraso, isto é, pelos latifundiários, pela burguesia comercial e pela classe média parasitária, alocada em postos públicos e desinteressada na eficiência do Estado. Associados a um modelo anacrônico, baseado na exportação de matéria-prima e na importação de bens manufaturados, eram um legado vicioso em sociedade que transitava para condição industrial. Estes setores fixaram vínculos com o modelo da dependência e projetavam o passado no futuro. A condição de sintonia com a vida moderna era, portanto, a transformação do horizonte econômico.

No novo paradigma, as "velhas oligarquias latifúndio-mercantis" deviam converter-se em "classe de modernos agricultores e de eficientes homens de negócios". Para tanto, no lugar de explorarem a escassez e beneficiarem-se da "sub-remuneração do trabalho", deveriam ser capazes de produzir "lucro técnico, auferido mediante a crescente redução dos custos, através da adoção de processos tecnológicos mais avançados e de formas mais eficientes de organização do trabalho" (Jaguaribe, Cadernos 5:126).

Na prática, para Jaguaribe e os ibespianos, a experiência estática desses grupos, imunes à modernização, contrastou com a vitalidade potencial – e escassamente manifesta – da burguesia industrial, do operariado urbano e dos setores progressistas da classe média. Embora associados à virada recente em direção a um modelo econômico autônomo, esses segmentos progressistas não teriam alcançado consciência de sua posição estratégica no processo social em curso. Junto aos trabalhadores e aos técnicos e administradores de classe média, a fração moderna da burguesia faria jus ao protagonismo da cena política, mas ocupava de fato um lugar coadjuvante, ofuscada pelo espectro anacrônico do agrarismo irrefletido. Apenas a inflexão nacionalista poderia corrigir esse equívoco e ajustar o desempenho real desses setores a suas potencialidades. Tendo em vista um forte sentido de convergência e coesão na política, esta metamorfose não se faria em detrimento das classes com aspecto e atuação passadistas. Diferentemente do paradigma colonial e seus princípios de espoliação e dependência, a virada em direção ao progresso, harmonizada pelo interesse nacional, teria fundamento integrador. Todos os segmentos da sociedade teriam lugar nela.

Nas intervenções de Jaguaribe, o contraste entre as leituras sobre passado e presente, de um lado, e a projeção de futuro, de outro, é bem ilustrado pelas imagens de divisão e unidade. Na sua perspectiva, a consolidação do moderno não está contida na simples inversão de protagonismos. Era preciso transitar de um regime de oposição das diferenças para outro de complemen-

tariedade entre elas. O sentido de conflito figura apenas no curto prazo, como motor de superação do equívoco divisionista. A imaginação de futuro não acolhe interesses contrapostos. Integração e unidade compõem a imaginação sociológica e política de Jaguaribe.

OS LASTROS DO ATRASO: MORALISMO, INTERNACIONALISMO E POPULISMO

Estancada entre o atraso e o progresso, a nação poderia rumar em direção a um ou outro destino. Nos *Cadernos*, o otimismo de futuro é alternado com a investigação sobre os obstáculos ao progresso. Nesta seção, dedico-me ao diagnóstico de Jaguaribe sobre três lastros (ou *ismos*) do atraso que perturbam o bom curso do interesse nacional: o moralismo, o internacionalismo e o populismo.

O primeiro deles – o moralismo – tem uma origem social bem delimitada: as classes médias. Nascidas da

urbanização, ainda em tempos do Império, elas se acomodaram em profissões liberais e também em quadros militares e burocráticos do Estado. Ali teriam firmado o “clientelismo eleitoral” como solução de compromisso com os latifundiários (Jaguaribe, *Cadernos* 1:124). No editorial *O Golpe de Agosto*, da terceira edição dos *Cadernos*, Jaguaribe acusa o “parasitismo burocrático” da classe média e também sua incompreensão sobre o benefício particular e geral de alteração da estrutura econômico-social do país. A inconsciência sobre seu lugar potencial a teria tornado “caudatária da burguesia mercantil”, aliada aos interesses retrógrados da classe agrária (Jaguaribe, *Cadernos* 3:6).

Em artigo da segunda edição, *O moralismo e a alienação das classes médias*, Jaguaribe antecipa esta perspectiva e identifica o moralismo como principal instrumento de ação política da UDN, criada contra o legado de Vargas à época da reabertura democrática. Segun-



do ele, a partir da lente moral, "tudo depende de os homens que dirigem os acontecimentos serem considerados bons ou maus". Nesta perspectiva, a vontade individual é tida como "fundamento único do ser", soberana, indiferente e imune a todo condicionamento exterior (Jaguaribe, Cadernos 2:152).

A "campanha moralista" teria como estrutura motivacional de fato o interesse mal compreendido da burguesia mercantil sobre sua classe. O setor da burguesia vinculado às trocas comerciais, inebriado por avaliações imediatistas, de curto alcance, teria envolvido também a pequena burguesia num movimento oposicionista superficial, descolado da compreensão abrangente do seu verdadeiro interesse. Ainda segundo o autor, "o moralismo reveste os sintomas da aparência de causa" e não contribui para uma reflexão consistente sobre as origens dos problemas nacionais. O moralismo teria a alienação como contraface necessária. E, como consequência, a reiteração de uma consciência equívoca sobre o interesse nacional.

Para o autor, a burguesia mercantil teria se colocado, como classe, contra o governo e teria levado adiante uma "estratégia de neutralização e desmoralização" que culminou no golpe branco dos coronéis e estaria caminhando para a deposição de Vargas (Jaguaribe, Cadernos 2:154). Objetivos de classe, realistas e imediatos, eram investidos de feição universalista.

Ao generalizar a "teoria da corrupção do Estado", o segmento mercantil liderava a demanda pela suspensão dos controles estatais sob a aparência de oportuna reivindicação moralista. Os operadores do moralismo, segundo Jaguaribe, desconheciam ou negligenciavam as raízes da corrupção no país, associadas ao subdesenvolvimento, às práticas de clientelismo e à espoliação econômica. De modo conveniente a seus propósitos de curto termo, produziam crítica superficial à política e passavam ao largo das "causas e condições da inauthenticidade do governo" (Jaguaribe, Cadernos 2:159). Atingiam o objeto da sua crítica – o governo – por um ângulo inóportuno e desviavam a compreensão da política do seu bom curso.



Além dos setores médios udenistas, o "frisson moralista" também teria movido comunistas empenhados na crítica a Vargas. Fora dos quadros formais dos partidos, o PCB teria pretendido "capitalizar em seu favor a agitação levada a efeito pela oposição moralista ao governo". Interessado em fragilizar o governo, o partido teria instruído seus comandados a "denunciarem os escândalos e a corrupção administrativos". Em seguida, teria se lançado em "aliança tácita" com a "imprensa popular e os órgãos da oposição moralista", apesar da "mútua hostilidade em matéria de política internacional" (Jaguaribe, Cadernos 2:132).

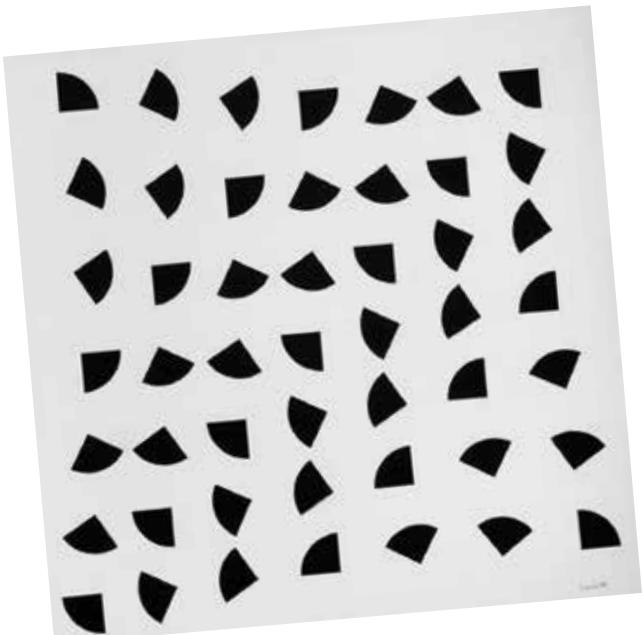
Alheia às bases de reprodução do atraso, a retórica moralista despolitizava e simplificava a insatisfação: o protagonismo da cena pública deslocava-se para a vontade e a ação individuais e, com tal, corroborava a insensibilidade para a observação das condições mais amplas de reprodução do infortúnio social. Jaguaribe produziu valiosa – e quiçá pioneira – reação ao moralismo como teoria da política.

Mas o surto moralista não esgotava o equívoco político capitaneado pela classe média. Entre os partidários da UDN, o entusiasmo desmedido pelos Estados Unidos e por seus universos político e cultural também colidia com o interesse nacional. E no vício internacionalista – que constitui o segundo lastro do atraso na narrativa de Jaguaribe – os udenistas vinham acompanhados dos comunistas. No artigo *Três Etapas do Comunismo Brasileiro*, de autoria presumida de Jaguaribe, acusa-se, entre os líderes do PC brasileiro, a aversão por “qualquer teoria autêntica ou qualquer atividade autêntica do pensamento”. Marcado pelo “estreito empirismo”, combinação de “praticismo e ignorância teórica”, o partido teria cerceado até mesmo a extraordinária capacidade política de Carlos Prestes, capturado pelas mediações da Comissão Executiva do Comitê Nacional. O líder político teria saído da prisão física para a “clausura intelectual” (Jaguaribe, Cadernos 2:133). Haveria entre os comunistas brasileiros baixa “vitalidade intelectual” e “consciência dos seus próprios problemas”. A subserviência do partido às “conveniências estratégicas e táticas da URSS” significaria perigosa oscilação entre linhas políticas tão diversas quanto o “terrorismo anarquista” e o “franco oportunismo de direita”. A menos que suas “deficiências” fossem “sanadas”, o partido seguiria produzindo “pesado ônus para as forças que lutam de maneira autônoma pelo desenvolvimento nacional” (Jaguaribe, Cadernos 2:135).

Por fim, além do moralismo e das manifestações várias do internacionalismo, Jaguaribe se dedica ao terceiro lastro de e inconsciência nacional: o populismo. No artigo *Que é o ademarismo?*, o tema foi abordado a partir da crítica a Ademar de Barros, ainda sob impacto da

notável expressão que o político havia alcançado no contexto paulista, associando votos urbano e rural. Segundo o intelectual carioca, o sucesso eleitoral de Ademar de Barros não dependia da mediação de chefes locais, tal como o esquema clássico que atendia aos interesses dos chefes estaduais do PSD. Embora o político também se beneficiasse dos recursos típicos da política de clientela, sua influência sobre o eleitorado rural de base era direta. Por meio de “ideologia primária e infusa” e “verborragia pseudossocial” (Jaguaribe, Cadernos 2:141), seduzia o eleitor do campo e também da cidade, o que incluía proletariado e setores da pequena burguesia.

Em sintonia com o propósito de consolidar o capitalismo mercantil, o *ademarismo* seria retrógrado, lesivo ao interesse nacional. Por sua face popular, era confundido com fenômenos políticos de esquerda, leitura apressada que chegou a inspirar apoio dos comunistas. Na contramão deste equívoco, Jaguaribe afirma não existirem laços necessários entre a composição social de um grupo político e sua filiação ideológica. A influência marxista no imaginário político seria responsável pela associação indevida entre progressismo e povo, reacionarismo e elites.



Essa leitura rudimentar apagaria as distinções essenciais entre grupos de esquerda, vinculados à consciência e vontade de superação das estruturas de dominação, e movimentos de massa, “expressão confusa e primária de aspirações instintivas” perfeitamente integrada às relações de exploração em curso. De acordo com o autor, “a massa é conglomerado multitudinário de indivíduos, é o produto final da espoliação de classe” (Jaguaribe, Cadernos 2:142). Como tal, é facilmente instrumentalizada: não pode ser sujeito da política, mas apenas objeto a serviço de interesses de poder. Distingue-se essencialmente do proletariado por faltar-lhe consciência de classe. Nesta perspectiva, as pessoas que sofreram o fenômeno de massificação da política representariam um tipo psicossocial, o homem-massa. Esse fenômeno seria resultado da combinação de três condições: a inconsciência de segmentos expressivos da sociedade a respeito do lugar inferior que ocupam na estrutura de dominação social, a ineficiência da classe dirigente e, por fim, a existência de um líder carismático.

Na genealogia nacional do populismo, o autor chama atenção para a correlação significativa entre a formações urbanas e a massificação. A partir dos anos 30, mas sobretudo depois de 1939, o recrutamento de camponeses para compor os quadros da indústria em formação lançou nas cidades um exército de trabalhadores com baixas possibilidades de alcançar consciência de sua condição de classe. Este desenho original da cena industrial urbana acomodou-se sem grande tensão a um processo de sindicalização iniciado pelo Estado, esvaziado de iniciativa popular. Quinze anos depois, em meio a sinais esparsos de amadurecimento cívico, os homens da cidade seguiam vulneráveis a movimentos como o ademarismo.

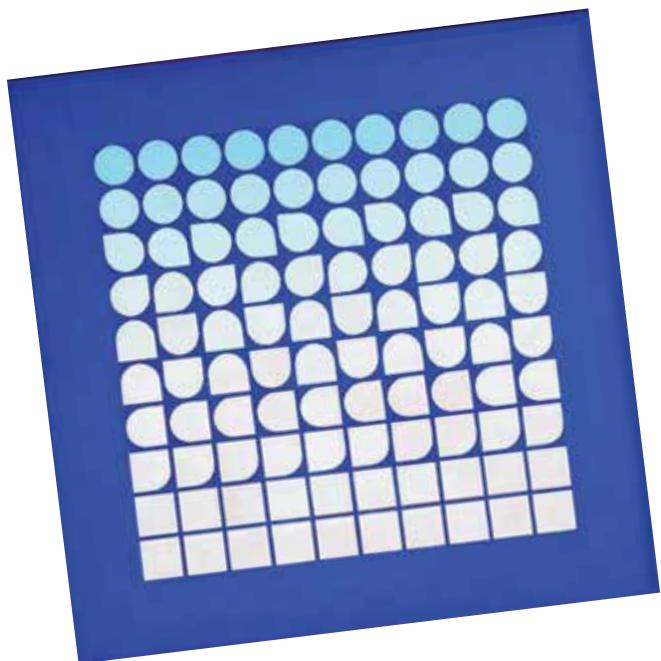
Ao imaginar o futuro da nação, o autor concebe dois cenários possíveis. O primeiro deles, positivo, é o de formação de uma “ampla frente nacional democrática de esquerda”, constituída pela burguesia industrial, pelos “setores esclarecidos da classe média e pela parcela politizada do proletariado”, capaz de contornar os desvios do interesse primordial, o interesse nacional. O

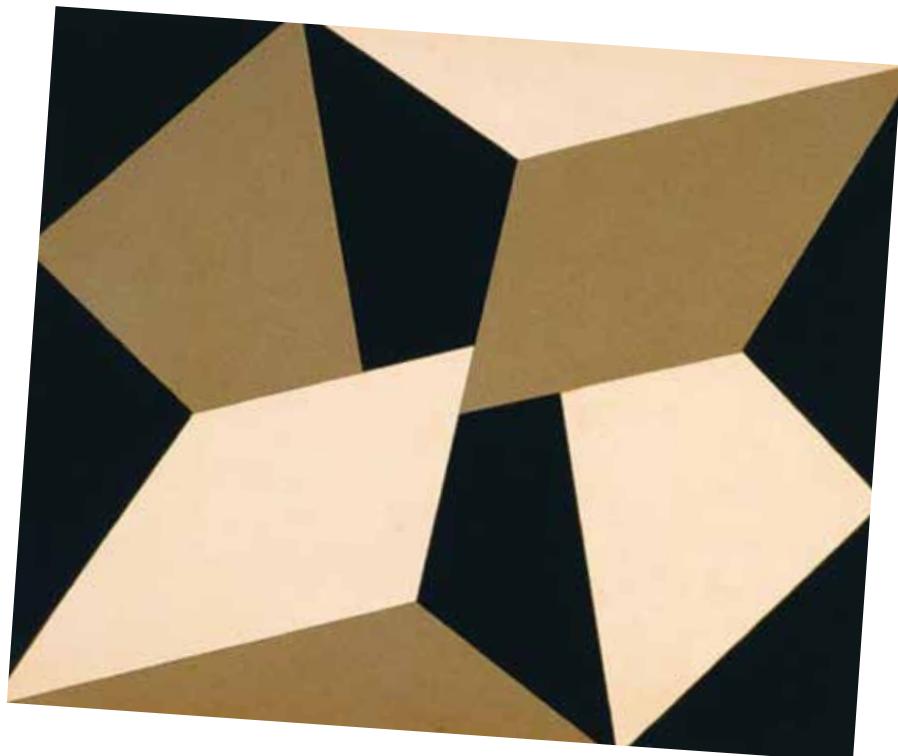
outro cenário, prejudicial ao desenvolvimento econômico e social do país, é o de intervenção do Exército com apoio do segmento superior da classe média, dos latifundiários remanescentes e do extrato da “burguesia mercantil contrário ao ademarismo” em razão da suposição equívoca de seu alinhamento “de esquerda” (Jaguaribe, Cadernos 2:145). Mais uma vez, observa-se, na taxonomia de Jaguaribe, a polarização entre forças progressistas e retrógradas, respectivamente alinhadas e desalinhadas com o interesse nacional.

Sem desvios demofóbicos, Jaguaribe atenta para uma condição frágil do povo, incapaz de autonomia política. A crítica, contudo, não é dirigida apenas aos baixos extractos sociais urbano e rural, presas fáceis das estratégias retóricas e de ação do populismo. Ela se dirige de forma mais contundente aos setores em condições de maior esclarecimento político que chegam a aderir a ele com entusiasmo, inebriados, genuinamente ou não, por uma suposta essência popular.

VARGAS E O VARGUISMO: A PEDAGOGIA DO SUICÍDIO

A época das edições dos *Cadernos* viveu convulsionada pelas ameaças do golpe. A relativa normalida-





de da cena institucional conviveu com a incerteza sobre o futuro político próximo. Os intelectuais do IBESP dedicaram-se, entre outros temas, à ideia de uma política vivida em suspenso, com baixa institucionalidade e alta imprevisibilidade. Nesta cena, a expectativa do golpe figurava tragicamente no horizonte da política, mas não esgotava suas possibilidades. O tom mais geral dos *Cadernos* aponta para a existência de sinais ainda tímidos – embora potentes – de renovação nacional pela estabilização da democracia.

Curiosamente, o artigo sobre *ademarismo* não menciona Getúlio Vargas, protagonista da política nacional marcado pelo estigma do populismo. Em mais um artigo de autoria presumida de Jaguaribe, a fala sobre Vargas é ambígua, como seria ambígua sua política, oscilante entre “tendências de autodeterminação do país” e articulação com “grupos internacionais” que se beneficiam da “exportação de gêneros alimentícios e matérias-primas em troca de produtos acabados e semiacabados” (Jaguaribe, *Cadernos* 3:49). Embora tenda a um tom crítico contra Vargas, notando, por exemplo, o que seriam práticas de “maquiavelismo psicológico” e “indignância ideológica” com os trabalhadores, Jaguaribe pon-

dera os prós e contras de sua ação política e, ainda, em alguns momentos, chega a identificar na sua direção da política um importante impulso para a condição moderna.

A inflexão na interpretação do intelectual carioca sobre o getulismo aconteceu na altura do suicídio do líder político, evento que teria repercutido “profunda e subitamente nas massas operárias”. Para Jaguaribe em *O Golpe de Agosto*, a carta-testamento teria operado uma “iluminação emocional na consciência do proletariado, fazendo-o compreender que o móvel real da luta contra Vargas e do golpe que o havia deposto era o interesse de classe das forças reacionárias e antinacionais” (Jaguaribe, *Cadernos* 3:19). A brusca e inesperada saída de cena do personagem que estava no centro do debate público, teria tido o efeito de um amadurecimento por choque. Na nova condição, o getulismo converte-se numa “pré-ideologia” potencial. Entenda-se por isso sua capacidade de atender, “nas condições concretas do Brasil, aos interesses dialeticamente solidários do proletariado, da *intelligentsia* técnica e da burguesia industrial”, ajustando-se ao interesse nacional, embora sem “fundamentação teórica” (Autor não identificado, *Cadernos* 3:20).



A hipótese ensaiada era que o conteúdo da política varguista se separava do seu suporte físico, humano, e passava a constituir um modo de fazer política, despersonalizado. O “getulismo ideológico” nasce do “getulismo histórico” e carrega a possibilidade de transmutar-se em ideologia do desenvolvimentismo nacionalista (Jaguaribe, Cadernos 5:5). O suicídio libertou o getulismo de Getúlio e instituiu sua conversão potencial em ideologia do desenvolvimento nacional. A perspectiva de Jaguaribe faz transparecer certa pedagogia pública do suicídio, isto é, a suposição de que a tragédia pessoal de Vargas amadureceu e fez precipitar, entre as classes dominadas, uma consciência mais fiel à configuração de fato das forças sociais.

A experiência do varguismo extrapolava, portanto, a consideração do personagem e constituía-se como força da política que dava sinais de autonomização em relação à sua origem. Em março de 1956, os colaboradores dos *Cadernos* tinham a expectativa de uma inflexão próxima na cena pública. Embora cogitassem um desdobramento político positivo do legado de Vargas, grave incerteza pairava sobre seu destino.

Dois percursos possíveis, de ruptura ou permanência, anunciam-se como possibilidade para o getulismo: seguir em trajetória virtuosa como alternativa à “atual alienação” da burguesia industrial e da *intelligentsia* técnica, ainda sob a esfera de influência dos interesses latifúndio-mercantis, ou “confundir-se com uma das muitas versões do populismo demagógico, de tipo ademaresco, conduzindo o país para uma solução primária e brutal” (Autor não identificado, Cadernos 3:22). Mais uma vez, as forças do atraso constituem ameaça ao progresso, forma por excelência do verdadeiro interesse nacional.

NOTAS FINAIS

Ao longo das intervenções de Jaguaribe nos *Cadernos*, prevalece o sentido de um *tempo encruzilhada*, vivido em suspense, sem sinais evidentes de desfecho. Embora as forças do atraso em curso tivessem perdido a vitalidade de outros tempos, ainda configuravam o ambiente político a seu modo. Não havia clareza sobre o futuro.

Além do entrave econômico, o progresso também esbarrava na democracia incipiente. A sensação de iminência do golpe seria, por si só, uma forma de golpe, um

ruído no andamento regular da política. Os sentidos de cooperação e equilíbrio, imprescindíveis para o desenvolvimento nacional, só poderiam se instalar num ambiente de permanência. A indefinição e a ameaça tendiam a estancar o processo político num compasso de espera agônico.

Para Hélio Jaguaribe, seria tempo de superar o Estado Cartorial, impregnado de "funcionalidade aparente" e de fato destinado à "política de clientela", e alcançar a forma moderna do Estado Serviço, comprometido com a "prestação de serviço público". Embora a "maquinaria cartorial" já tivesse se confrontado com "novas forças e novas relações sociais", que "escaparam às possibilidades de manipulação por via meramente clientelística", não chegou a ser desmontada e ainda experimentava perigosa sobrevida política (Cadernos 5:136).

Na sua perspectiva, a iniciativa do progresso não se esgota, contudo, nos quadros do Estado: o princípio móvel do progresso distribui-se, entre política e sociologia, entre vontade e contingência. Em *A crise do nosso tempo e do Brasil*, Jaguaribe afirma a pertinência da "autoconsciência histórica" do século XIX, pautado na suposição de que "é preciso compreender o mundo para nele

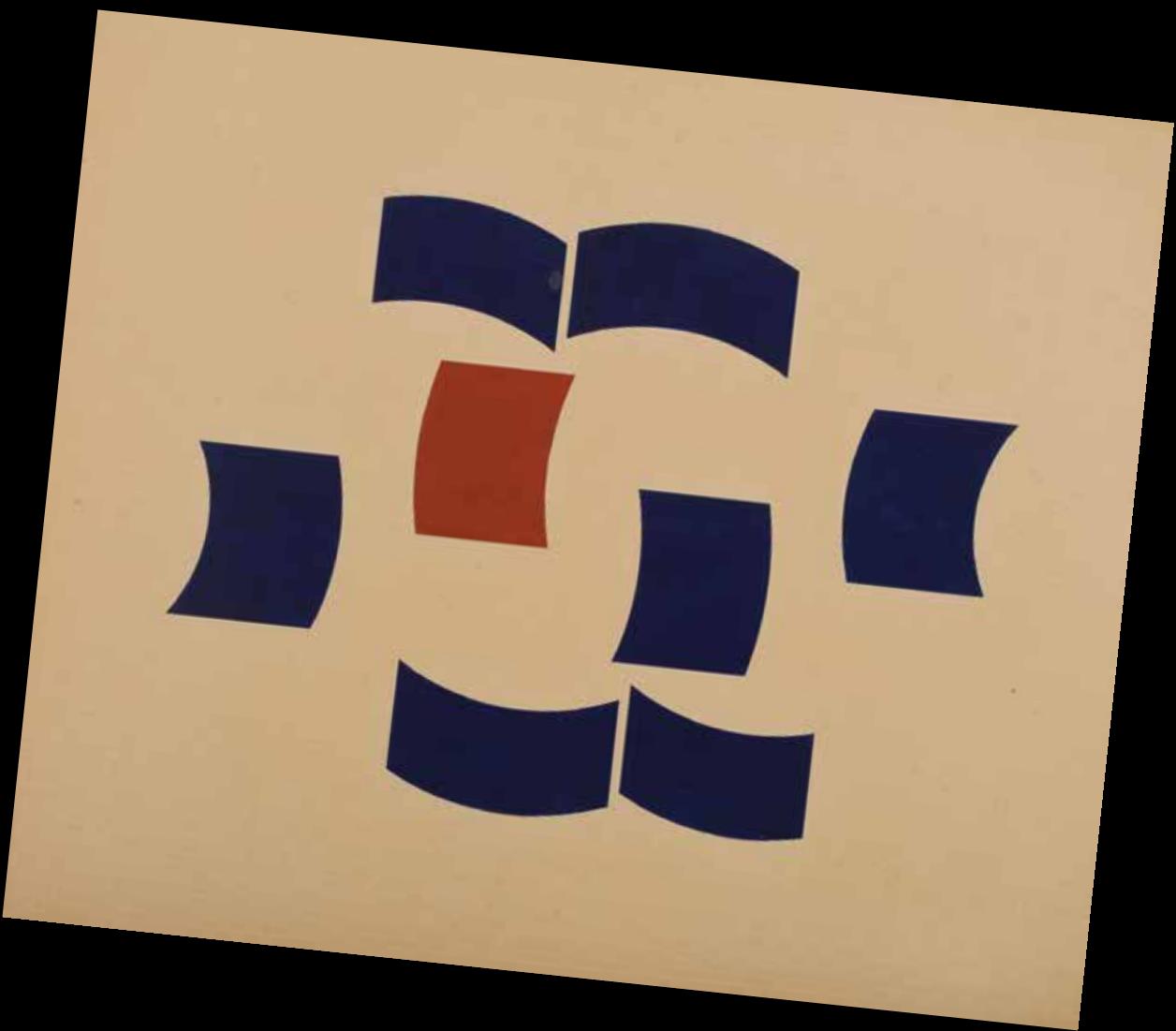
operar eficazmente". (Jaguaribe, Cadernos 2:2). A teoria da ideologia presente nos *Cadernos* supõe atos de inteligência e vontade como móveis da ação, mas também atenta às "condições objetivas de possibilidade". Trata-se de um idealismo que se quer afinado com as "reais possibilidades" de desenvolvimento social. Os operadores da ideologia – bem como as pessoas em geral – não dispõem de "liberdade incondicionada" mas tampouco são objeto de um "processo natural", definido *a priori* (Jaguaribe, Cadernos 2:2).

Consideradas as condições específicas do desenvolvimento no país, a maior presença do Estado na política e na economia não constituía ameaça socialista, mas medida oportuna. Afinal, deixadas a si próprias, em estado ainda imaturo de desenvolvimento das consciências, as forças progressistas poderiam sucumbir ao legado cartorialista e deixar imprimir no futuro as marcas do passado. O triunfo do interesse nacional resultaria, portanto, da delicada simbiose entre consciência social e direção política. •

A autora é professora adjunta do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP)-UERJ
cristinabuarque@iesp.uerj.br

BIBLIOGRAFIA

- JAGUARIBE, Hélio. (1954), "A crise do nosso tempo e do Brasil". *Cadernos do Nossa Tempo*, nº 2, janeiro-junho, pp. 1-17.
- _____. (1955). "O golpe de agosto". *Cadernos do Nossa Tempo*, nº 3, janeiro-março, pp. 3-22.
- _____. (1955). "O legado político de Vargas e as possibilidades de sua potencialização ideológica". *Cadernos do Nossa Tempo*, nº 3, janeiro-março, pp. 48-56.
- _____. (1954). "O moralismo e a alienação das classes médias". *Cadernos do Nossa Tempo*, nº 2, janeiro-junho, pp. 150-159.
- _____. (1945). "O que é o ademarismo?". *Cadernos do Nossa Tempo*, nº 2, janeiro-junho, pp. 129-149.
- _____. (1956), "Para uma Política Nacional de Desenvolvimento". *Cadernos do Nossa Tempo*, nº 5, janeiro-março, pp. 47-199.
- _____. (1954). "Situação Política brasileira". *Cadernos do Nossa Tempo*, nº 2, janeiro-junho, pp. 101-122.
- _____. (1954). "Três etapas do comunismo brasileiro". *Cadernos do Nossa Tempo*, nº 2, janeiro-junho, pp. 123-128.
- _____. (1953). "A Crise brasileira". *Cadernos do Nossa Tempo*, nº 1, outubro-dezembro, pp. 120-160.
- SCHWARTZMAN, Simon. (s/d). "Introdução", in _____ O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nossa Tempo". Brasília, UnB, Câmara dos Deputados, pp. 3-6.



USINAS DE ALTOS ESTUDOS

POR HÉLIO JAGUARIBE

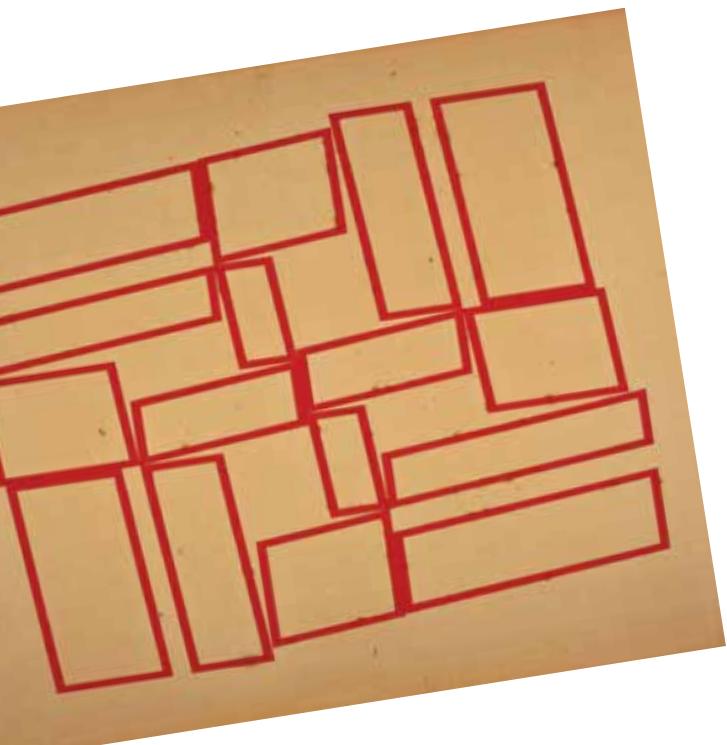


A leitura de uma tese de doutoramento sobre o ISEB, recém-publicada sob forma de livro (Caio Navarro de Toledo, ISEB: *Fábrica de ideologias*, São Paulo, Ed. Ática 1977), me reinseriu subitamente na atmosfera intelectual e sociopolítica do Brasil da década de 1950. Década extraordinária da decolagem para o desenvolvimento, da tomada de consciência de nossa problemática econômico-social, da mobilização das massas, da democracia populista. Década da grande fase madura e fecunda de Getúlio Vargas e da incontável criatividade de Juscelino Kubitschek. E também década da inocência e das ilusões sobre as terríveis dificuldades sociopolíticas do desenvolvimento.

Essa década, ademais, para mim, foi a de meus 30 anos e dessa fascinante experiência que consiste no fato, historicamente não frequente, de uma geração emergente ver abrir-se diante de si uma nova fase de sua sociedade, que a convoca para grande práxis da configura-

ção da coisa pública. Eu tinha 30 anos e o Brasil também. Nada permite melhor aquilar, retrospectivamente, o que significa essa coincidência entre a emergência de uma geração e a de uma fase criativa e aberta da vida nacional do que a experiência que, neste mesmo país, nos dá a década de 1970, ora se aproximando, exaurida de seu término. Década de velhos, e não de moços, cerrada em vez de aberta, retrógada, autoritária e estéril. Como é compreensível, em tal quadro, o ressentimento geral da juventude, o radicalismo compensatório de muitos e o oportunismo cínico de alguns.

O IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), fundado em 1952, nasceu do propósito de se dar certa estabilidade e institucionalidade a um grupo de discussão que reunia, mensalmente, alguns jovens intelectuais cariocas e paulistas. As reuniões se faziam, por acordo do Ministério da Agricultura, na sede do Parque Nacional de Itatiaia, que fica a meio caminho



entre o Rio e São Paulo. O grupo paulista era composto, predominantemente, por homens interessados em Filosofia, como, entre outros, Angelo Arruda, Roland Corbisier e essa grande cabeça filosófica que foi Vicente Ferreira da Silva. Os cariocas eram mais voltados para as Ciências Sociais. No curso do tempo, entretanto, evidenciou-se marcada diferenciação ideológica entre os dois grupos, os paulistas em posições autoritárias de direita e os cariocas em posições democráticas de esquerda. Quando se constituiu o IBESP, do grupo paulista apenas Roland Corbisier, que se afastara completamente de suas iniciais convicções integralistas, veio a ingressar no Instituto.

O IBESP, sustentado pelas contribuições dos próprios sócios, todos em começo de carreira, com dinheiro curto, recebia também, graças a Anísio Teixeira e a Almir de Castro, algum apoio do Ministério da Educação, que lhe facultava instalações para suas reuniões, e uma modesta contribuição para sua revista, *Cader-*

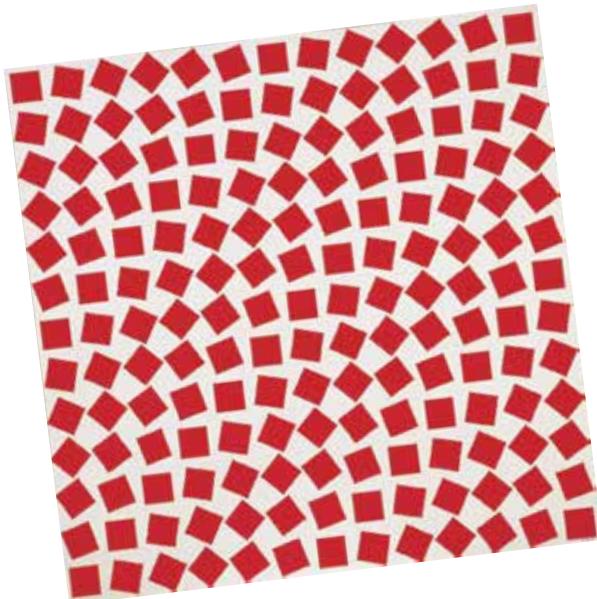
*nos do Nossa Temp*o. Eram participantes ativos no Instituto, Cândido Mendes, Everardo Moreira Lima, Ewald Correa Lima, Guerreiro Ramos, Heitor Lima Rocha, Ignácio Rangel, José Ribeiro de Lira, Juvenal Osório Gomes, Moacir Félix de Oliveira, Oscar Lourenzo Fernandez, Ottolmy Strauch, Roland Corbisier, Rômulo Almeida e eu próprio, que fui seu secretário-geral.

O IBESP era um centro de discussões sobre os problemas do Brasil e do nosso tempo. "Os problemas do nosso tempo, na perspectiva do Brasil; os problemas do Brasil, na perspectiva do nosso tempo" era o bonito lema da revista, de que chegaram a ser publicados cinco números, entre 1953 e 1956.

A inviabilidade prática de sustentar-se um centro de estudos a partir das contribuições financeiras dos próprios membros levou o grupo do IBESP, a partir de fins de 1953, a cogitar uma solução que assegurasse um módico financiamento público para os trabalhos do Instituto. A oportunidade para tal se ofereceu quando Gilson Amado, designado chefe de gabinete de Antônio Balbino, no Ministério da Educação, aceitou a sugestão de se criar, no Ministério, um centro de altos estudos, a exemplo do College de France, ou, no âmbito latino-americano, do Colégio de México. Os planos para tal principiaram a ser traçados a partir do início de 1954, com minha ativa participação.

O golpe de 24 de agosto interrompeu, entre tantas outras importantes iniciativas, esse projeto do centro de altos estudos. Neste caso, entretanto, o destino foi favorável à ideia. Apesar de as tendências do Governo Café Filho serem tão diferentes das do segundo Governo Vargas, o novo ministro da Educação Cândido Motta Filho gostou do projeto que encontrou em adiantado estágio de preparação em seu Ministério e resolveu dar-lhe execução. Preferiu apenas, dadas às circunstâncias do momento, reduzir as proporções dos planos da administração precedente, especializando o novo centro no estudo dos problemas brasileiros. E assim surgiu em 1955, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB.

O ISEB dispunha, então, de uma dotação anual de 6 mil contos. A verba não era suficiente para atender às



necessidades do Instituto e assegurar uma remuneração mensal a todos os professores. Convencionaram, então, os fundadores do ISEB, que não receberiam nenhuma remuneração aqueles que já dispusessem de outras fontes de renda: Cândido Mendes e eu, que vivíamos de nossa prática de advogados, Ewaldo Correia Lima, que era economista da Confederação da Indústria, e Álvaro Vieira Pinto, que já tinha salário de professor, como catedrático da Universidade do Brasil. Com isto foi possível, nos primeiros anos do ISEB, reservar importante parte dos recursos para a publicação de livros e a realização de pesquisas.

O IBESP se propunha a um estudo interdisciplinar, no âmbito das ciências sociais dos problemas fundamentais do nosso tempo e do Brasil. Que significam o mundo contemporâneo e, nele, a civilização ocidental, considerados numa ampla perspectiva histórico-sociológica? Quais são os problemas fundamentais do Brasil e de que forma se correlacionam com os do nosso tempo? Como

equacionar os problemas brasileiros, nas condições do nosso tempo, numa perspectiva humanista e social e, ao mesmo tempo, ajustado aos requisitos científico-tecnológicos do presente estágio da revolução industrial?

Para enfrentar essa problemática, o grupo do IBESP, depois do período preparatório das discussões de Itatiaia, chegou a um consenso básico que – na minha visão do mesmo – se pode enunciar mediante as três seguintes posições teóricas:

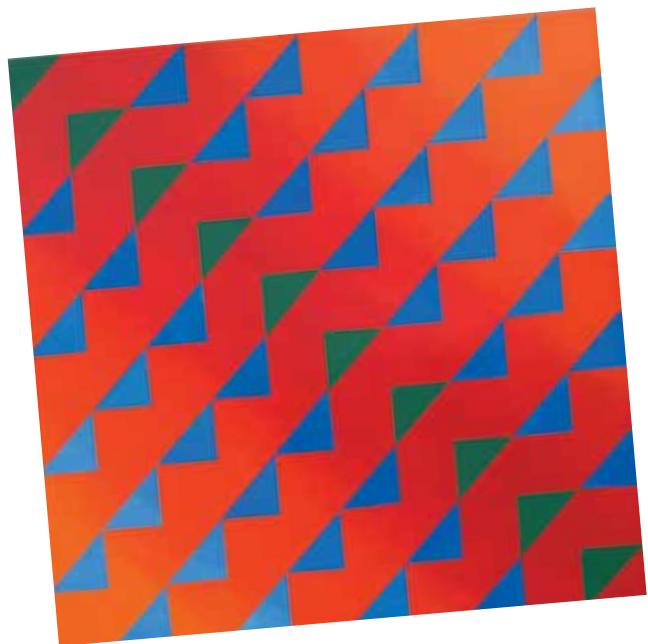
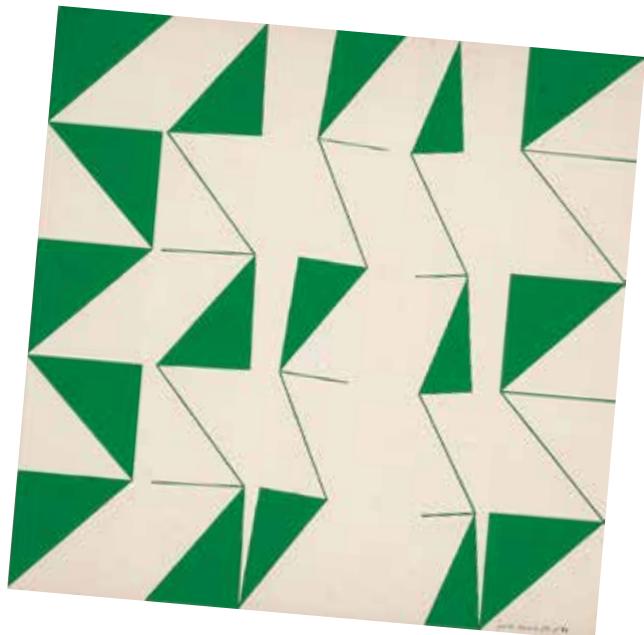
a) Epistemologicamente: realismo perspectivístico e crítico – partir da suposição da realidade do mundo (negação de todas as formas de idealismo), mas reconhecer que a realidade é condicionada pela perspectiva do sujeito cognoscente (negação de todos os positivismos) e que as relações humanas são inherentemente carregadas dos valores e da intencionalidade da consciência (criticismo).

b) Sociologicamente: Intento superatório, no plano das ciências sociais, do marxismo e do positivismo: (I) do marxismo, pela contestação da tese do materialismo histórico – o econômico não determina necessariamente as demais dimensões da sociedade – e, mais restritamente, da tese do valor trabalho; (II) do positivismo, pela contestação do entendimento do “fato social” como coisa, em vez de como evento relacional e pela contestação da fundamentação da ordenação social no consenso valorativo, com ignorância do conflito e da coerção.

c) Politicamente: sustentação da possibilidade de determinação, de forma científica e crítica, de critérios que permitam a avaliação do maior ou menor grau de validez social das formulações ideológicas, dada uma determinada situação histórico-social.

O ISEB constituiu, em seus primeiros anos (1955-58), uma continuação das atividades do IBESP, dentro de condições de trabalho muito mais favoráveis e no âmbito de uma perspectiva mais restritiva, concentrada na problemática brasileira e tratada de forma mais pragmática, visando ao estudo de políticas implementáveis.

Dentro dessas condições o ISEB produziu uma obra de extraordinária importância no quadro do pensamento econômico, social e político brasileiro.



Escapa à consciência dos jovens pesquisadores de hoje, que já encontraram, em nosso país, um sistema acadêmico razoavelmente estável e competente – e facilidades institucionalizadas de estudo no exterior – o que era o pensamento brasileiro em princípios da década de 1950 e o que eram então nossas Universidades. Ante a autocomplacência com que alguns jovens doutorados de nossa década contemplam o seu próprio mundo acadêmico – com a inevitável emergência dos males do academicismo – é necessário recordar que 20 anos atrás nossas universidades ainda eram, basicamente, simples centros de formação de profissionais liberais. Foi das Faculdades de Direito que surgiram, por notável esforço autodidático, os críticos do regime literojurídico que predominava em nosso pensamento e que tornaram possível a nova Universidade brasileira. O IBESP e o ISEB, embora de forma não linear, estão na origem da formação da nova ciência social brasileira e da importância que ocupa no quadro internacional.

Hoje, uma Universidade como a USP, por exemplo, se orgulha de uma ampla equipe de PhDs. No tempo do IBESP e primeiros anos do ISEB um dos raros intelectuais válidos, em São Paulo, no campo das Ciências Sociais, era o mestre Florestan Fernandes, a cujo profícuo labor se deve, além de sua importante obra científica, a formação de uma plêiade de brilhantes sociólogos, como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Francisco Weffort, cujos alunos, por sua vez, estão começando a ingressar nas fileiras acadêmicas. O mesmo ocorre no campo do marxismo. O marxismo sofisticado que, felizmente, passou a prevalecer nos meios universitários e intelectuais contrasta, singularmente, com as formulações mecânico-ortodoxas de há vinte anos, comandadas pelo velho PC. Delas só escapava na história econômica mestre Caio Prado Júnior, com sua importante obra de análise de nossa economia colonial.

As limitadas dimensões deste artigo me impedem qualquer intento de apreciação mais detalhada da obra do ISEB. Restringir-me-ei, por isso, a mencionar o que nela, de um modo geral, me parece mais importante. Trata-se, a meu ver, da combinação de rigor científico, no

levantamento e na análise dos dados, com uma perspectiva crítica, tanto nas implicações do *status quo* social quanto das alternativas utópicas ao mesmo, tudo isso orientado por um profundo sentido do que é socialmente relevante e urgente, na realidade brasileira.

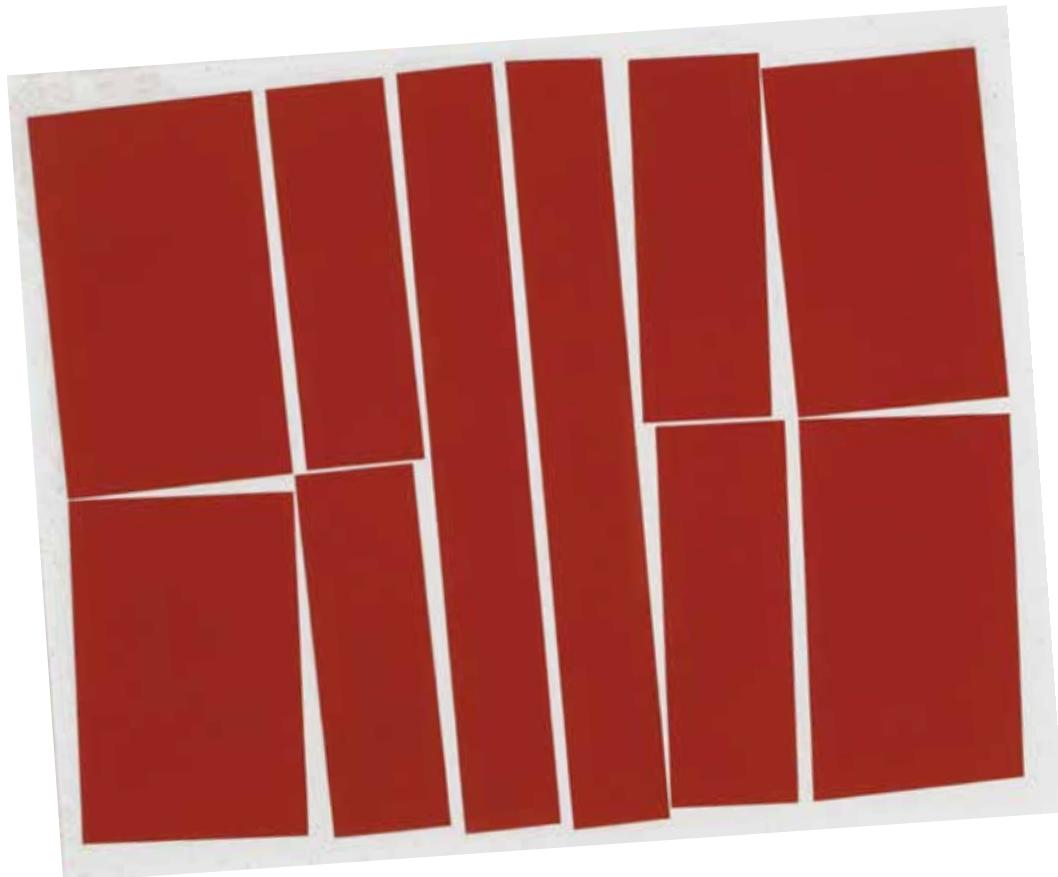
Dentro dessa ótica, considero que a contribuição de Guerreiro Ramos para uma sociologia crítica da realidade brasileira e do pensamento sociológico brasileiro se revestiu da maior importância e conserva grande atualidade. Mantendo juízos equivalentes com relação à contribuição de Álvaro Vieira Pinto para uma filosofia histórico-sociológica de Cândido Mendes, para a sociologia da história e a compreensão histórico-social do colonialismo, de Ignácio Rangel, para um entendimento sociológico da economia brasileira. A grande obra econômico-histórica de Celso Furtado, embora tendo sido realizado predominantemente depois de sua fase isebiana, nela teve dois importantes momentos, com seus delineamentos gerais da economia brasileira e da Operação Nordeste.



São também relevantes as pesquisas históricas de Nelson Werneck Sodré, em sua fase iseiana: os estudos sobre as classes sociais no Brasil, sobre o Tratado de Methuen, sobre a ideologia do colonialismo e as raízes históricas do nacionalismo brasileiro. Assim como há que destacar, entre os iseianos da última fase, a obra de Wanderley Guilherme dos Santos e seu reequacionamento das relações de classe, na ótica da crise do populismo. Considero, finalmente, que a atuação de Roland Corbisier durante os primeiros anos do ISEB, sua devoção ao Instituto, seus estudos pedagógicos, e seus notáveis dotes didáticos, na difusão dos trabalhos e do pensamento iseiano, constituíram um fator decisivo para o êxito da iniciativa.

Dos meus próprios trabalhos, no período iseiano – cuja avaliação crítica, evidentemente não me cabe fazer – direi apenas, inicialmente, e sem embargo do fato

de que continue a considerá-los válidos, que são trabalhos de juventude. Trabalhos de juventude foram também os de Cândido Mendes, que na época tinha menos de 30 anos, e os de Guerreiro Ramos e Celso Furtado, ambos, então, em sua terceira década. Por outra parte, no que se refere a minha principal obra daquela época, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* (hoje esgotada), considero que sua plena apreciação crítica requer que se leve em conta as amplas e detalhadas precisões teóricas que foram trazidas, a muitas das posições que defendi naquele livro, por dois livros posteriores – *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, de 1962 (de que há nova edição da Paz e Terra) e *Political Development*, alentado tratado originalmente publicado em um só volume em Nova York, em 1973 e cuja versão em português foi recentemente publicada, em três volumes, pela Editora Perspectiva, de São Paulo.



É bastante ampla a obra inicial do ISEB. Quase toda a produção do Instituto se fez nesse período, antes que (a partir de 1959 e, mais ainda, de 1962), sob o fascínio do próprio êxito, se deixasse arrastar da análise política para a militância política. Por outro lado o ISEB, precisamente em sua primeira fase, era um centro de problematização onde, deliberadamente, se procurava assegurar o diálogo entre uma linha predominante de ideias e diversas outras linhas, mantendo-se um constante ambiente crítico dentro do Instituto. Daí serem diversas as tendências que se manifestavam no ISEB, em que coexistia, por exemplo, o existencialismo fenomenológico de Roland Corbisier com o marxismo hegeliano de Vieira Pinto.

A despeito da diversidade de tendências e pessoas, formou-se, no ISEB da primeira fase, o que se poderia designar de uma linha central ou predominante de ideias. Já referi, precedentemente, os principais pressupostos teóricos dessa linha. Mencionarei, agora, muito sucintamente, suas teses políticas mais características, que marcaram profundamente a opinião pública brasileira da década de 50. Creio se possam sumarizar essas ideias nas seguintes quatro principais teses:

1) A identificação e a explicitação da ideologia nacional-desenvolvimentista e a tese de que, naquela fase histórico-social do país, tal ideologia era a de maior validade social, por atender – ainda que diferencialmente – aos interesses fundamentais dos setores progressistas da burguesia, da classe média e do proletariado.

2) A tese de que a direção sociopolítica do processo do desenvolvimento nacional recaia, naquela fase do país, no setor industrial da burguesia nacional, no quadro do Estado nacional e da democracia populista, com apoio na aliança dos setores progressistas das demais classes sociais.

3) A tese de que as contradições entre as classes sociais aliadas no bloco progressista (ou nacional-desenvolvimentista) importavam menos, naquela fase do país, do que as contradições entre aquele bloco e a coligação latifúndio-mercantilista das forças reacionárias.

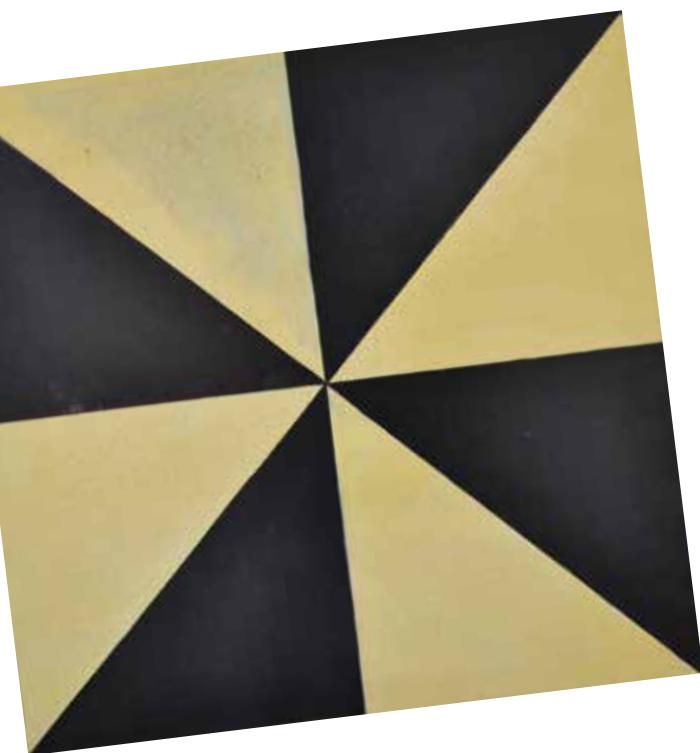
4) A tese de que a burguesia industrial brasileira,



a despeito de seus vínculos com o capitalismo internacional, dispunha de condições para uma atuação suficientemente autônoma para assegurar o atendimento dos interesses nacionais, sempre que operando com o total apoio e dentro das diretrizes do Estado nacional.

Essas teses, cuja proposição já vinha dos tempos do IBESP, ao mesmo tempo em que influíram, sensivelmente, na formulação das políticas do segundo Governo Vargas e do Governo Kubitschek, manifestavam também ideias correntes da época. A aliança PSD-PTB, em última análise, exprimia tal ponto de vista e refletia a adoção do mesmo pelas bases urbanas daqueles partidos.

A crise do populismo e as tendências que vieram, subsequentemente, a prevalecer no Brasil, modificaram profundamente as opções políticas do país e o curso dos acontecimentos. O capital estrangeiro, do papel complementar que jogava no segundo Governo Vargas e no Governo Kubitschek (injustificadamente considerado, por certa linha de críticos, como iniciador da internaciona-



lização de nossa economia) passou a exercer um papel central, notadamente através das transnacionais.

Seguindo o curso dos eventos, certa linha da teoria da dependência, na continuação da teoria de Lênin sobre o imperialismo, difundiu a noção de que não pode haver burguesia nacional – nem capitalismo nacional – nos países periféricos. Suscitou-se, assim, nos últimos anos, uma ampla controvérsia em torno das teses do ISEB precedentemente enunciadas.

As limitadas dimensões deste artigo não permitem uma análise crítica dessa controvérsia. Restringir-me-ei, por isso, a três brevíssimas considerações.

A primeira consiste na reafirmação da possibilidade e da efetiva ocorrência histórica de burguesias nacionais – e de capitalismos nacionais – em países periféricos. A Alemanha de meados do século 19, periférica no âmbito de um sistema capitalista sob a hegemonia britânica, desenvolveu, por uma opção em última análise política, a decisão de constituir-se em um sistema nacional-capitalista próprio e logrou realizar seus objetivos sob a direção de Bismarck. O Japão Meiji, periférico em relação às potências industriais do Ocidente, empreendeu um esforço semelhante, com igual êxito. Reiterou aquele

mesmo país, com o mesmo êxito, esse tipo de esforço, depois da Segunda Guerra Mundial, a despeito da ocupação americana, reduzindo, deliberadamente, a percentagens irrelevantes a participação do capital estrangeiro em sua economia.

Minha segunda observação se refere à burguesia nacional brasileira, hoje tão pouco nacional, mas que se desenvolveu, notadamente a partir de 1930, e, mais aceleradamente, na década de 1950, como uma burguesia nacional basicamente autônoma. O problema das burguesias nacionais periféricas (que ademais são pouco frequentes e sempre débeis) não consiste em que não possam existir (pois delas há vários exemplos) e sim em que não podem exercer autonomamente seu papel dirigente. Foram, historicamente, e são cada vez mais tributárias do Estado. E, como não desempenham um papel hegemônico e sim um papel dominante-dirigente, só podem dispor do necessário apoio do Estado em aliança como outras classes ou setores de classe. No caso brasileiro a crise do populismo na década de 1960, importou na ruptura da aliança populista e jogou nossa burguesia, em defesa de seus interesses de classe, em formas dependentes de vinculação com o capitalismo internacional. De burguesia nacional se converteu em burguesia satélite.

Minha terceira consideração é a de que, enquanto persistirem condições históricas que, por um lado, permitam o desenvolvimento autônomo de certos centros periféricos da órbita ocidental, e, por outro, mantenham a burguesia periférica com classe dominante-dirigente, o nacional-desenvolvimentismo (ainda que com muito maior intervenção do Estado e maior peso relativo das classes aliadas) continuará sendo a linha programática mais apta a reunir forças progressistas, em um país como o Brasil. Creio que há evidentes indícios, neste momento em que se acumulam condições para uma nova modificação do quadro sociopolítico brasileiro, de que os princípios da democracia social e do nacionalismo se estão tornando, rapidamente, os polos de congregação das novas tendências políticas.

Concluo estas reflexões voltando ao estudo de Caio de Toledo, que as suscitou. Trata-se também, como é usual para dissertações doutorais, de um trabalho de juventude. Nele se encontram sistematizadas as críticas às teses do ISEB a que precedentemente me referi e cujas formulações iniciais vêm de trabalhos anteriores de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Francisco Weffort, ou de autores tributários da teoria leniniana do imperialismo, como André Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini.

Todo esforço crítico é importante. E são particularmente importantes as críticas bem articuladas, fundadas em pressupostos teóricos mais amplos, como ocorre no caso do estudo do Caio de Toledo e a subjacente influência que nele exerce a versão althusseriana do marxismo. Em contrapartida, entretanto, a excessiva rigidez dogmática da perspectiva althusseriana privou Caio de Toledo da possibilidade de se dar conta da grande originalidade de pensamento do ISEB, como procurei mostrar-lo neste artigo.

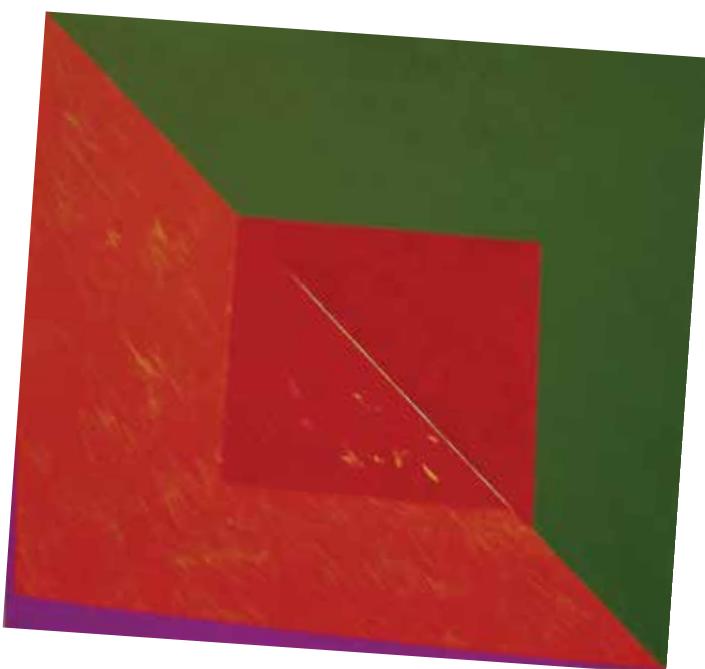
Fábrica de ideologias, o ISEB? O plural, desde logo, é incorreto. O ISEB se dedicou à análise e à discussão

de uma só ideologia, o nacional-desenvolvimentismo. Pela originalidade e fluidez com que tratou seus temas, foi menos fábrica do que fonte. Algo de diametralmente oposto à divulgação mecânica e sectária de ideologias pré-fabricadas, de esquerda ou de direita, que naquele tempo, como hoje, é prática fácil, com muitos adeptos.

Na verdade, os esforços empreendidos pelo ISEB, no plano teórico, de superar as camisas de força do marxismo ortodoxo e do neopositivismo, ademais de haverem assinalado um desempenho bastante invulgar, por parte de um grupo de jovens intelectuais brasileiros, continuam sendo uma exigência teórica do nosso tempo. Não creio, francamente, que o marxismo anti-humano e positivístico de Althusser seja uma resposta às dificuldades teóricas das Ciências Sociais.

No plano do pensamento aplicado tampouco creio, como já o mencionei, que o nacionalismo seja algo que nada mais tenha a ver com a realidade brasileira. Na verdade este país continua disposto – embora não por prazo indefinido – da possibilidade de uma opção própria e basicamente autônoma, ante os satelitismos americano e soviético.

É interessante observar que os aspectos da obra do ISEB, que procurei brevemente destacar neste artigo e que escaparam à análise de Caio de Toledo, foram lucidamente assinalados por Michel Debrun, em estudo publicado em *Sociologie du Travail*, N° 3/1964 (págs. 232-257) e N° 4/1964 (págs. 351-380). Este estudo, escrito meses após a deposição do Governo Goulart, e que escapou à atenção de Caio de Toledo, depois de salientar a grande importância e originalidade do pensamento do ISEB, conclui – em concordância com minhas observações precedentes, assinalando que o nacionalismo, repudiado a partir de 1964 pelos novos dirigentes do país continuaria sendo uma futura opção válida – que o país teria tendência a retornar quando ocorresse sua redemocratização. •



O texto foi publicado no Jornal do Brasil em 25 de setembro de 1977, com o título original de "20 anos: Breves reflexões sobre o IBESP e o ISEB"

Cartas do Divino Ódio

Excess



Unijões

LEON TOLSTOI

Decreto do Santo Sínodo

TRECHO DE CARTA ESCRITA PELO PADRE JOÃO
DE KRONSTADT EM 1901

*“Que amarrem uma pedra no teu pescoço e com ela tu sesjas
jogado nas profundezas do mar. Não deve haver lugar na
Terra para tí. A Igreja não o reconhece como seu membro
e não pode reconhecê-lo enquanto ele não se arrepender.
Leva da Terra esse cadáver fedorento que, com sua soberba,
desonra a Terra toda. Assém.”*

MARTINHO LUTERO

Exsurge Domine

TRECHO DA CARTA DO PAPA LEÃO X, EM 1520

“Agora, um novo Porfírio se levanta, que, como o outro do passado, cheio de erros, assediou os santos apóstolos, e agora ataca os santos pontífices, nossos predecessores. Ele os repreua por violação a vossa ensinamento, em vez de implorá-los, e não tem pudor de atacá-los, de lamentá-los, e quando se desespera de sua causa, de rebaixar-se aos insultos. Ele é como os hereges cuja última defesa, como disse Jerônimo, é pôr-se a vomitar veneno de serpente com sua língua, quando veem que suas causas estão para ser condenadas, e explodem em insultos quando se veem vencidos. Embora tenhais dito que deveria haver heresias para testar a fé, ainda assim eles devem ser destruídos no próprio berço por vossa intercessão e ajuda, e, assim, não crescerão nem se tornarão fortes como vossos lobos.”



BARUCH ESPINOZA

Cherém dos Senhores do Mahamad

TRECHO DA SENTENÇA DO CONSELHO DA SINAGOGA
PORTUGUESA DE AMSTERDÃ, EM 1656

"Com a sentença dos Anjos e dos Santos, com o consentimento do Deus Bendito e com o consentimento de toda esta Congregação, diante destes santos Livros, nós heremizamos, expulsamos, amaldiçoamos e esconjuramos Baruch de Spinoza ... Maldito seja de dia e maldito seja de noite, maldito seja em seu deitar, maldito seja em seu levantar, maldito seja em seu sair, e maldito seja em seu entrar ... E que Adonai (Sobrano Senhor) apague o seu nome de sob os céus, e que Adonai o afaste, para sua desgraça, de todas as tribos de Israel, com todas as maldições do firmamento escritas no Livro desta Lei. E vós, os dedicados a Adonai, que Deus vos conserve todos vivos. Advertindo que ninguém lhe pode falar pela boca nem por escrito nem conceder-lhe nenhum favor, nem debaixo do mesmo teto estar com ele, nem a uma distância de menos de quatro côvados, nem ler Papel algum feito ou escrito por ele. ... Nós heremizamos, expulsamos, amaldiçoamos e esconjuramos Baruch de Spinoza. Maldito seja de dia e maldito seja de noite, maldito seja em seu deitar, maldito seja em seu levantar, maldito seja em seu sair, e maldito seja em seu entrar."

GALILEU GALILEI

Processo do Santo Ofício

TRECHO DA SENTENÇA DO CARDEAL BELLARMINO, EM 1615

“E por isso que veio ao conhecimento da Sagrada Congregação que, com respeito ao movimento da Terra e à imobilidade do Sol, que Nicolau Copérnico em sua obra sobre as revoluções dos globos celestes, e Diogo de Zínnica em sua obra sobre Fé, ensinaram, já se tem espalhado e foi aceita por muitas pessoas, como se conclui da carta de um Padre Carmelita cujo título é “Carta do Pe. Mestre P. A. Foscarini. Carmelita, sobre a opinião dos pitagoríacos e de Copérnico...”, impressa em Nápoles por Lazzaro Scariggí, em 1615, na qual a Congregação, a fim de que esta opinião não mais se difunda daqui por diante, em detrimento da verdade católica, é de aviso que se suspendam as duas obras de Copérnico e Diogo de Zínnica até que sejam corrigidas, de proibir inteiramente o livro do Pe. Foscarini, e de proibir igualmente todos os livros que ensinam a mesma doutrina, como pelo presente decreto ela os proíbe, todos e cada um, os condena e os suspende. Porém, a fim de que teu grave e pernicioso erro e tua desobediência não fiquem absolutamente impunidos, a fim de que tu sesjas para o futuro mais reservado e que tu sirvas de exemplo aos outros, para que eles evitem estas espécies de faltas, nós ordenamos que o livro dos “Diálogos” de Galileu Galilei seja proibido por um decreto público; nós te condenamos à prisão ordinária deste Santo Ofício, pelo tempo que nós determinaremos à nossa discrição e, a título de penitência salutar, nós te impomos recitar durante três anos, uma vez por semana, os sete salmos penitenciários, reservando-nos a faculdade de moderar, mudar, exonerar todas ou parte das penas e penitências supraditas.”



GIORDANO BRUNO

Condenação à Morte na Fogueira

TRECHO DA SENTENÇA DO PAPA CLEMENTE VIII, EM 1600

"Aquele Bruno era nolano, do reino de Nápoles, da ordem
Dominicana; aos dezito anos dividiava do dogma da
transubstancialção (que, certamente, repugna à razão, como te ensina
o teu Crisóstomo), além de negá-la veementemente, e, logo em seguida,
havia começado a pôr em dúvida a virgindade da Beata María (a qual
Crisóstomo considera sempre mais pura de que todos os querubins e
serafins). Ora, se Lutero é igual a Bruno, qual tratamento pensas que
devemos dispensar àquele? Certamente deve ser confiado a Vulcano,
o deus claudicante, para que seja queimado com lenha maldita."

COMUNISMO ATEU

Divinis Redemptoris

TRECHO DA CARTA DO PAPA PIO XI, EM 1937

“Depois da miserável queda de Adão, como consequência dessa mácula hereditária, começou a travar-se o duro combate da virtude contra os estímulos dos vícios; e jamais cessou aquele astigo e astuto tentador de enganar a sociedade com promessas falsozes. É por isso que, pelos séculos afora, as perturbações se têm sucedido umas às outras até à revolução dos nossos dias, a qual ou já surge furiosa ou pavorosamente ameaçada atear-se em todo o universo e parece ultrapassar em violência e amplitude todas as perseguições que a Igreja tem padecido; a tal ponto que povos inteiros correm perigo de recair em barbárie, muito mais horrorosa do que aquela em que fizera a maior parte do mundo antes da vinda do divino Redentor. Vós, sem dúvida, Veneráveis Irmãos, já percebestes de que perigo ameaçador falamos: é do comunismo, denominado bolchevista e ateu, que se propõe como fim peculiar revolucionar radicalmente a ordem social e subverter os próprios fundamentos da civilização cristã.”



MAÇONS

Bula In Eminentí Apostolatus Specula

TRECHO DA CARTA DO PAPA CLEMENTE XII EM 1738

"Deste modo, Nós ordenamos precisamente, em virtude da santa obediência, que todos os fiéis de qualquer estado, grau, condição, ordem, dignidade ou preeminentia, seja esta clerical ou laica, secular ou regular, mesmo aqueles que têm direito a menção específica e individual, sob qualquer pretexto ou por qualquer motivo, devam ousar ou presumir o ingresso, propagar ou apoiar estas sociedades dos citados Líberi Muratori ou Franco-maçons, ou de qualquer outra forma como sejam chamados, recebê-los em suas casas ou habitações ou escondê-los, associar-se a eles, juntar-se a eles, estar presente com eles ou dar-lhes permissão para se reunirem em outros locais, para auxiliá-los de qualquer forma, dar-lhes, de forma alguma, aconselhamento, apoio ou incentivo, quer abertamente ou em segredo, direta ou indiretamente, sobre os seus próprios ou através de terceiros; nem a exortar outros ou dizer a outros, incitar ou persuadir a serem inscritos em tais sociedades ou a serem contados entre o seu número, ou apresentar ou a ajudá-los de qualquer forma; devem todos (os fiéis) permanecerem totalmente à parte de tais Sociedades, Companhias, Assembleias, Reuniões, Congregações ou Convenções, sob pena de excomunhão para todas as pessoas acima mencionadas, apoiadas por qualquer manifestação, ou qualquer declaração necessária, e a partir da qual ninguém poderá obter o benefício da absolvição, mesmo na hora da morte, salvo através de Nós mesmos ou o Pontífice Romano da época."





C R I A N Ç A S

DESVESTIDAS

PEDRO CATTAPAN

PSICÓLOGO



Em dezembro de 2006 a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro instituiu a Rede de Proteção do Educando (RPE), no âmbito da Secretaria de Educação do município. A rede era composta inicialmente de psicólogos e assistentes sociais. Entre os primeiros, encontrava-se o autor. O projeto pretendia repensar as práticas das escolas municipais, buscando compreender os tipos de subjetividades produzidas ou reproduzidas por tais instituições, no que respeita aos seus alunos, professores e demais personagens. Dispensável lembrar que, tendo em vista a desigualdade gritante que caracteriza a realidade de um município como o Rio de Janeiro, os problemas encontrados variaram muito de

escola para escola. Entretanto, foi possível identificar problemas comuns; e é sobre estes que gostaria de me debruçar. Minha experiência procedeu de um contato constante com as famílias do alunato municipal de regiões muito pobres, como as favelas da Ilha do Governador, da região da Maré e de Bonsucesso. Como psicólogo, passei assim a ter acesso a uma população nova à escuta clínica, cujo material recolhi ao longo de quatro anos. Quanto à organização familiar dessa população, a maioria delas é formada por famílias compostas apenas por mãe e filhos. Os pais estão ausentes, seja por terem sido vítimas da violência urbana, seja por não terem tempo ou desejo de participar da criação de seus filhos. Por outro lado, as mães trabalham quase sempre por todo o dia, dando pouca atenção aos filhos quando retornam à casa, por estarem exaustas. Este artigo visa dar um depoimento sobre essa experiência, bastante profícua, e julgá-la do ponto de vista da política pública por ela representada. Gostaria de discutir, em primeiro lugar, os efeitos psíquicos dessa nova organização de pais e fi-

lhos muito distantes uns dos outros; em segundo lugar, demonstrar como os profissionais das escolas municipais do Rio de Janeiro reagem a essa nova modalidade de vida familiar.

Em sua conferência de encerramento da jornada *Sexualidades*, do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos, em 2005, Joel Birman propôs prestar atenção em um fenômeno corrente por ele denominado “deserotização da infância”. Segundo Michel Foucault (1974-1975, 1976) e Phillippe Ariès (1973), a sexualização da infância foi uma característica da modernidade, formada pela constituição da família nuclear; pela investigação e a tentativa de impedimento da masturbação; da idealização da mãe como figura que dá amor e carinho; pelos cuidados para com o pequeno ser humano que, conforme a lógica da biopolítica do século XIX, representava o futuro da nação em termos de mão de obra, ganho econômico e cultural. A criança era a garantia de continuidade de uma cultura e, por isso mesmo, objeto de investimento de toda a sociedade. Enfim, é neste contexto que



se institui a "Sua Majestade, O Bebê" freudiana (FREUD, 1914c). Nele, formava-se o caráter do homem, vinculado à sua experiência emocional e expresso "pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro [...]. Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem" (SENNETT, 1999, p. 10). O caráter expressava o referencial a partir do qual o eu moderno se formava, submetidos a interditos decorrentes de determinados valores, que bloqueavam as pulsões dominadas pelo "princípio do prazer". O homem moderno sentia a necessidade de impedir a satisfação instantânea de suas pulsões em nome de sua submissão a uma sociedade disciplinar, que lhe prometia a normalidade de uma vida burguesa (FOUCAULT, 1974-1975). Seus filhos recebiam os investimentos proporcionais, encarados como sua continuidade narcísica, um artifício para eternizar-se em uma época que já começava a duvidar da existência da vida pós-morte até então garantida pela religião. O contrário desse homem disciplinado era o perverso – que realizava os desejos e moções pulsionais, apenas fantasiados pelos neuróticos bem-comportados e, deste modo, experimentando-o apenas em negativo (FREUD, 1905d). Por fim, o caráter desse homem moderno supõe uma continuidade de determinados traços com os quais seu eu se identifica e deseja tanto manter como ser por eles identificado. A retenção e a construção de uma história de si são de fundamental importância para modelar e avaliar o próprio caráter em termos de autorrespeito e a autovalorização.

Mas essa não é, já de algumas décadas para cá, a realidade das sociedades modernas. No que diz respeito ao lugar ocupado pela criança, entende Birman que o custo emocional, financeiro e físico de sua criação passou a ser percebido como bastante elevado, com o qual muitos adultos não estão mais dispostos a arcar. É sabido que, como consequência, a fim de preservar seu status socioeconômico, a classe média passou a ter menos filhos. Não há, porém, idêntico

interesse em descobrir de que modo as mudanças impactaram junto à população pobre, que tem filhos mais cedo e em maior número. Muitas das famílias que a compõem não têm condições econômicas, tempo, nem conhecimento para transmitir aos seus rebentos aqueles cuidados idealizados pela classe média como "uma boa criação". Para agravar o quadro, os pais pertencentes a esse segmento social investem pouco na educação dos filhos. Alguns estão cansados demais, quando retornam do trabalho; outros, ao contrário, são adolescentes, ou desempregados endêmicos que veem a prole como uma dificuldade adicional em suas vidas. Se este é o quadro das crianças no lar, na escola elas tampouco encontram muito acolhimento. O investimento afetivo dos adultos sobre tais crianças se torna assim mínimo, senão nulo, com consequências por toda a sua vida ulterior. Também o Estado, figura outrora sentida como parental na comunidade, parece igualmente despreocupada de sua "prole". As consequências desse investimento se refletem, correlativamente, naquilo que Sennett denomina "a corrosão do caráter", decorrente das transformações subjetivas devidas à ascensão do chamado *capitalismo flexível*, que pede aos trabalhadores agilidade, abertura às mudanças, riscos e, acima de tudo, independência. Trata-se de um novo homem para quem a interioridade deixa de interessar na medida em que passa a avaliar sua vida em termos de uma performance na qual a vontade de satisfazer seus próprios desejos careceria de prevalecer sobre as antigas amarras sociais. É nesse contexto que o caráter se corrói, na medida em que o acúmulo de informação e experiência se tornam desimportantes, sendo o imperativo do curto prazo que rege nossas condutas. O caráter frágil é contemporâneo da vontade de ser sempre flexível e inquebrantável.

UMA SOCIEDADE CORROÍDA

O ponto forte do argumento de Sennett está em relacionar a transformação do caráter à transformação da organização do trabalho. Na primeira metade do século XX houve grandes embates entre a classe trabalhadora e o patronato. Como resultado, as relações de tra-

Ih se reestruturaram de maneira a satisfazer algumas necessidades dos mais desfavorecidos, a fim de evitar ações mais radicais. Essa dinâmica de origem ao Estado de Bem-Estar Social, cuja legislação trabalhista, sindicatos fortes e instituições assistenciais incentivavam as empresas a criarem um ambiente de trabalho estável, marcado por ganhos recíprocos: o empregado ganharia uma vida mais segura; o empregador, uma produção menos sujeita a greves, revoltas e perda de funcionários (SENNETT, op. cit.; HOBSBAWM, 2005). Era um quadro que permitia ao trabalhador pensar a longo prazo, projetar uma história de vida e, por sua vez, ao patrão, investir bastante na melhoria de seus funcionários, tendo por retorno maior produtividade. Produzia-se frequentemente um laço efetivo entre os companheiros de trabalho, de um lado, fosse entre os próprios empregados e a empresa, fosse entre empregados e seus subordinados. Mas a desconstrução desse Estado do Bem-Estar Social no último terço do século XX criou uma realidade de estruturação de classes completamente diferente. Os sindicatos se enfraqueceram e há cada vez mais trabalhadores submetidos a situações de trabalho destituídos de vínculo empregatício formal, nas quais contratações e demissões são feitas à vontade discricionária da parte mais forte. Diante da crença de inexisteência de trabalho para todos, em um ambiente de instabilidade e insegurança, muitos se submetem a condições antes julgadas inaceitáveis, em busca de remuneração, status social ou estabilidade emocional e financeira.

Do ponto de vista da constituição das subjetividades, a valorização capitalista da rapidez, do curto prazo e da imediaticidade, o desprezo pela espera e a consequente intolerância aos desprazeres e ao conflito interno transformaram a relação do homem com o tempo. Formam-se subjetividades sempre insatisfeitas quanto ao seu próprio eu, sempre abaixo de suas expectativas de gozo imediato, intenso e frequente, bem como de adaptabilidade a quaisquer circunstâncias. A aceleração e a expansão do capitalismo são, assim, paralelas à aceleração e a expansão de um processo de

crescente frustração ou depressão psíquica da sociedade. O desejo não se projeta mais no tempo construído pelas fantasias e sonhos, como pensava Freud (FREUD, 1908e [1907]); ele se projeta compulsivamente no pontual e instantâneo do presente imediato. Como Jurandir Freire Costa demonstra (2004), a prevalência do tempo instantâneo e o abandono da história ou da tradição como valor social junto às classes dominantes atingem por efeito reflexo as classes dominadas, que invariavelmente têm como referência moral e estética o topo da pirâmide. O lugar social central ora ocupado por duas práticas que valorizam o agora em detrimento do passado – a moda e a ciência positivista – representa um sinal de mudança na temporalidade, responsável pela substituição da autoridade (figura que se constrói no longo prazo) e pela celebridade instantânea como figura de referência social. Trata-se de uma “moral do espetáculo”, na qual se amalgamam o culto à própria performance, a rejeição pela história e o apagamento das relações de longo prazo.

ALUNOS PERFORMÁTICOS, PAIS DISTANTES E PROFESSORES DESPERANÇOSOS

É o novo tipo subjetivo acima referido que se insinua no alunato das escolas municipais do Rio de Janeiro. Em meu trabalho, deparei-me com crianças e adolescentes referidos à moral do espetáculo, cujo tempo é imediatista, cuja interioridade é pobre e cujas relações afetivas são efêmeras e incertas, porque seus pais não as investem ereticamente, como faziam os neuróticos freudianos. Entretanto, do outro lado, deparei-me com professores e direções de escola cuja expectativa era a de lidarem com crianças produzidas a partir do padrão antigo de relações de trabalho. O resultado desse desenccontro é o de uma relação de hostilidade entre os professores e as famílias das crianças. A escola acusa a família de não amar os filhos e vê-la como um “depósito de crianças”. Os familiares, por seu turno, respondem dispor de pouco tempo para cuidar dos filhos, sentindo-se culpados pela miséria em que vivem e pelo mal desempenho escolar das crianças. Não raro, a família devol-

...ais retornam. Trata-se de uma reação, na medida em que os professores, por isso mesmo, se magoam com as palavras que escutam. Obviamente, a solidão das famílias não resolve o problema da solidão das vidas deprimidas, que corrói os professores, então, os professores hostilizam a todos?

É essa a hipótese – e essa é minha verdadeira contribuição para este artigo – é que eles o fazem na medida em que também desinvestem estas crianças, tornadas “casos perdidos” por terem vindo “de onde vieram”. Se as transformações do novo capitalismo afetam todos, é óbvio que os professores não são exceção. Quando eles dão conta de que a criança erotizada, o futuro da nação, não comparece mais às salas de aula, eles perdem o interesse pelas crianças reais que ali estão, repetindo o desinvestimento. Sua reação é análoga à da figura do melancólico apresentada por Freud no artigo *Luto e*

melancolia (FREUD, 1917e [1915]). Ali, o pai da psicanálise demonstra que o que caracteriza a situação psíquica do melancólico, em oposição àquele que experimenta o luto, é que o melancólico não consegue elaborar a perda de um objeto, reinvestindo o mundo exterior. Como os melancólicos, a perda do objeto de amor do professor – no caso a criança moderna, erotizada e disciplinada – faz com que ele não valorize sua própria imagem, construída como a daquele professor moderno da criança moderna, erotizada, dócil e útil. Na sua falta, o professor se deprime, aguardando um ideal de criança que não vem jamais. O resultado é a frustração do docente diante da conduta indisciplinada de crianças que não o reconhecem como figura de autoridade: “Eu não virei professor para isso!”. Na ausência do aluno idealizado, o que ele vê diante dele, o real, é mero dejeto que lhe provoca ou rejeição ou desesperança melancólica. Quando perguntei a uma professora por que puxava a orelha de um aluno que “não parava quieto”, ela me res-



pondeu: "Este menino não é nada para mim! Você não é nada, ouviu, menino? Nada!". Uma vez que os alunos não correspondiam ao seu ideal de boa educação enquanto aluno, ela também, professora, podia abandonar o seu padrão exigível de conduta, descarregando sobre ela a sua violência. A melancolia e a desesperança dos professores participam de maneira pungente na construção desse quadro, realimentando-o. O que fazer, então?

EO QUE DEVERIA FAZER A RPE?

Algumas diretrizes de ação se impõem logo à primeira vista. As instituições encarregadas dessa tarefa incutem, nos docentes, expectativas de encontrarem crianças que não existem mais. Daí a necessidade de reformulação de currículos e métodos dos cursos normais superiores e as licenciaturas. Outra possibilidade é levar a cabo aquilo que a RPE buscou fazer desde o início: a prática da análise institucional nas escolas municipais do Rio de Janeiro (MINAYO-GOMEZ & BARROS DE BARROS, 2002; ROCHA, 2002 e ROCHA & AGUIAR, 2003). Chamo aqui de *análise institucional* a possibilidade de, com a ajuda de psicólogos e assistentes sociais, levar a escola a repensar suas práticas e construir estratégias capazes de alcançar seus fins institucionais: instruir, educar, promover a criatividade e a transformação social. Infelizmente, há inúmeras resistências ao trabalho de análise institucional. Em primeiro lugar, dos profissionais da própria instituição, habituados à sua rotina que não desejam reformular. Em segundo lugar, do alunato já identificado com personagens como "o indisciplinado", "o queridinho da professora", "o estúpido", "o zero à esquerda", cultivando seus ganhos secundários. Em terceiro lugar, das famílias, para quem o processo educacional lhes é tarefa estranha e depositam na escola toda a responsabilidade. Em quarto lugar, do sistema administrativo-burocrático da rede de educação do município, pouco envolvido com o trabalho de ponta. Por fim, há resistência do próprio profissional da Rede de Proteção ao Educando, seja ele psicólogo ou assistente social. Para se trabalhar na RPE o profissional devia se separar de um referencial estrito sobre o que é sua

profissão. Se o psicólogo decide agir numa escola, ele deve compreender que suas ações podem ter três consequências: 1) serão absorvidas; 2) serão rejeitadas; 3) provocarão transformações na escola. É a terceira opção o que deve procurar este profissional. No entanto, se ele agir como um mero entrevistador de famílias que visa a descobrir qual o problema de um determinado aluno, individualizando-o como um quadro patológico, contribuirá para manter uma situação na qual família e a escola desinvestem na criança. Da mesma forma, se o psicólogo se torna um acusador das práticas perversas dos parentes e professores, sua ação se tornará inócuia na medida em que perderá a confiança dos dois lados. A atitude acusatória é pouco construtiva e transformadora porque prepara o terreno para uma atitude reativa do acusado. É igualmente improdutivo que o psicólogo responsabilize "o sistema" perante familiares e docentes, uma vez que tal discurso exime a responsabilidade dos envolvidos e deposita a expectativa de ação nas mãos de terceiros estranhos e inatingíveis.

Qual seria, então, a estratégia mais adequada? É certamente aquela que, por meio de uma micropolítica, de ganhos incrementais, seja capaz motivar profissionais e famílias a reverem suas posições enrijecidas. No caso dos primeiros, cumpre que os professores abdiquem de suas idealizações e reconheçam seus alunos como eles são; no que se refere aos segundos, que revejam o raciocínio segundo o qual o trabalho é prioritário em relação ao tempo investido em seus filhos. Baseado em minha experiência, declino três estratégias que se revelaram bem-sucedidas. Em primeiro lugar, entrevistas às famílias, acompanhadas sempre do professor ou do coordenador pedagógico, de modo a intervir sobre ambas as posições e abrir caminho a uma terceira via menos conflagrada e mais preocupada com a criança cuja subjetividade desafia o tipo de educação que lhes querem dar. Em segundo lugar, levar os professores à comunidade onde residem as famílias, pondo-o em contato com a realidade que o bairro pobre e a favela lhe impõem. A medida os induzirá a

compreender melhor as circunstâncias das famílias, e estas últimas, a melhor compreender aquelas de quem ensina. A situação permite-lhes ainda estreitar os laços, de modo a pensar juntos os possíveis meios de transformar a vida do aluno. Em terceiro lugar, cumpre tentar trazer as famílias à escola, não somente para ouvirem reclamações, instruções ou discussões a respeito do desempenho ou conduta do filho, mas também para trocar ideias com os docentes, em circunstâncias mais variadas (decidir em que esporte colocar os filhos, qual

o melhor posto de saúde em matéria de atendimento infantil etc.). Trata-se aí de estabelecer entre as partes uma parceria que favoreça o investimento na criança. O desinvestimento da infância é um problema grave para o qual tenho chamado a atenção dos pais, professores, e, agora, também, do leitor. •

O autor é chefe do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF-RO)
pedrocattapan@hotmail.com

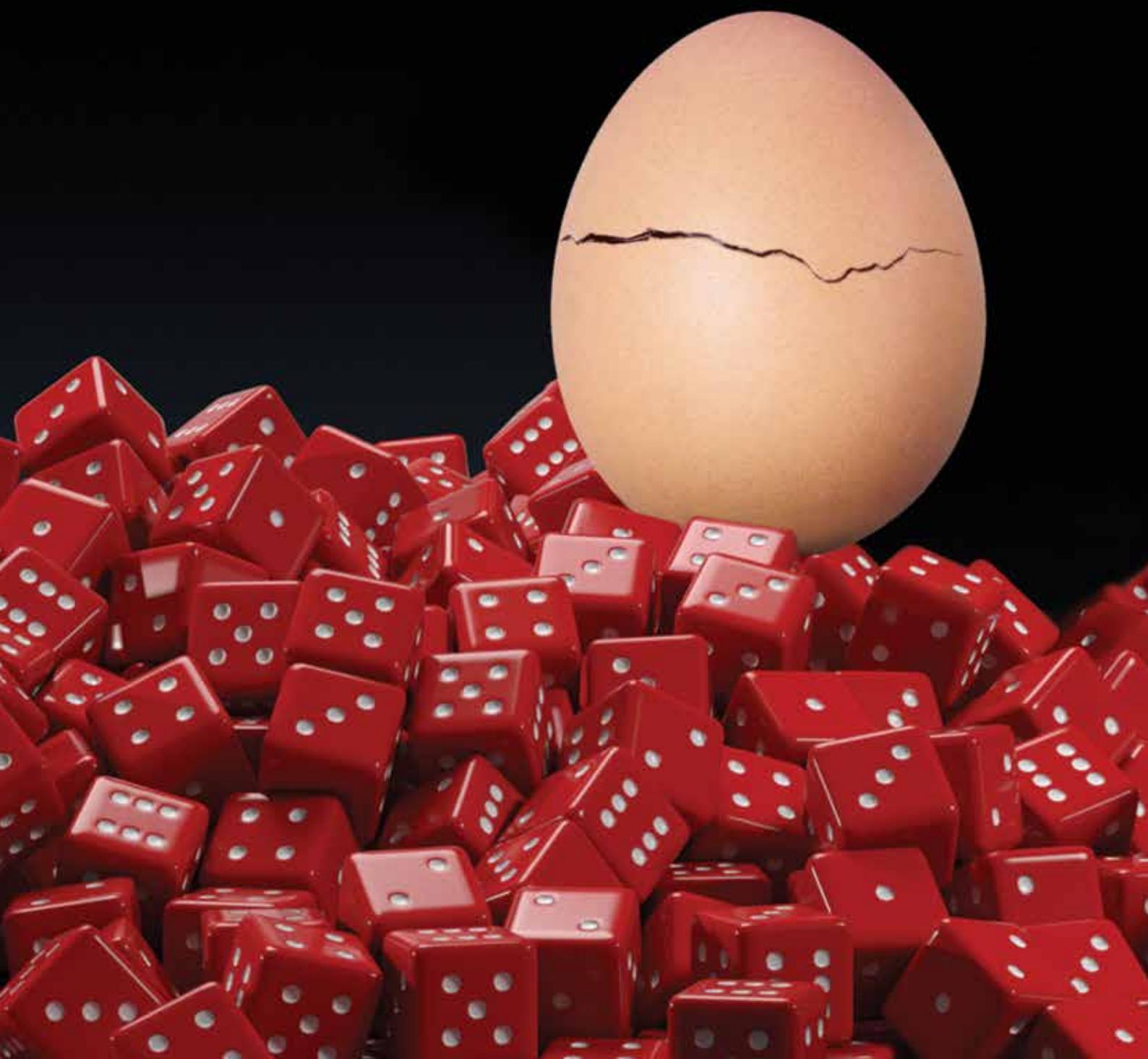
BIBLIOGRAFIA

- ARIÈS, P. (1973) *História social da criança e da família*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.
- BIRMAN, J. (2005) Conferência de encerramento da jornada Sexualidades do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos – inédita.
- _____. (2008) Adolescência sem fim? Peripécias do sujeito num mundo pós-edipiano. In: BORGES, J. L. (1949) *O Aleph*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- COSTA, J. F. (2004) *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*, Rio de Janeiro, Garamond.
- FOUCAULT, M. (1974-1975) *Os anormais*, São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- _____. (1975) *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*, Petrópolis, Vozes, 2004.
- _____. (1976) *História da sexualidade 1: a vontade de saber*, São Paulo, Graal, 2003.
- FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- (1905d) *Três ensaios sobre a sexualidade*, v. VII
- (1908e [1907]) "Escritores criativos e devaneio", v. IX
- (1912-1913) *Totem e tabu*, v. XIII
- (1914c) "Sobre o narcisismo: uma introdução", v. XIV
- (1915b) "Reflexões para os tempos de guerra e morte", v. XIV
- (1917e [1915]) "Luto e melancolia", v. XIV
- (1921c) *Psicologia de grupo e análise do ego*, v. XVII
- HOBSCAWN, E. (2005) *Tempos interessantes: uma vida no século XX*, Porto, Campo das Letras.
- MINAYO-GOMEZ, C.; BARROS DE BARROS, M. E. (2002) Saúde, trabalho e processos de subjetivação nas escolas. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 15 (3), pp. 649-663.
- ROCHA (2002) Contexto do Adolescente. In: CONTINI, M. L. J.; KOHLER, S. H.; BARROS, M. N. S. (orgs.) *Adolescência e psicologia. Concepções, práticas e reflexões críticas*, pp. 25-32, Brasília, CFP.
- ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. (2003) Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia Ciência e Profissão*, 4, ano 23, pp. 64-73.
- SENNETT, R. (1999) *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Rio de Janeiro, Record, 2001.

CIÊNCIA POLÍTICA
1966-1970

O DESENVOLVIMENTO
EM PAUTA





O objetivo deste artigo é investigar os primeiros anos da Ciência Política brasileira, ao tempo de sua institucionalização universitária. Como fontes, examinei os artigos publicados durante a primeira década da Revista DADOS (1966-1976), publicada pelo antigo IUPERJ, atual IESEP-UERJ, de modo ininterrupto desde sua fundação. Trata-se da mais antiga e prestigiosa revista de ciências sociais do Brasil, e por isso mesmo, um bom primeiro caminho para um primeiro levantamento sobre os temas e protagonistas da primeira fase da “nova” ciência política brasileira, quando do processo de institucionalização dos cursos homônimos. A Revista DADOS começou a circular no período cinzento que começou com o golpe militar de 31 de março (1964) e terminou com a decretação do Ato Institucional nº 5 (1968), marcado por certa indefinição sobre as possibilidades de eventual retorno à democracia ou de endurecimento do regime, de um lado, e de adoção de modelos econômicos de austeridade ou desenvolvimento, de outro. A despeito de seu caráter excepcional, o governo militar de Castelo Branco e, depois, de Costa e Silva ainda não era percebido pelo conjunto da sociedade como um regime autoritário com ânimo de permanência, o que acontecia apenas com a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, e da primeira emenda à Constituição de 1967, em 1969. Era a época em que, com certo anacronismo

retrospectivo, um jornalista político contemporâneo consagrou como a da “ditadura envergonhada” (Gaspari, 2002). O caráter indefinido do período que vai de 1966 a 1969 ajuda a compreender o contexto intelectual do final da década, ainda orientado em grande medida pelo repertório do período imediatamente anterior. É neste cenário político e intelectual que a Revista DADOS começa a ser publicada pelo antigo IUPERJ com uma renovação da tradição do pensamento social e político brasileiro pela via da especialização empírica, conforme os padrões universitários norte-americanos.

A REVISTA DADOS NO CONTEXTO DE FUNDAÇÃO DO ANTIGO IUPERJ

A fundação da Revista DADOS em 1966 e o seu perfil como periódico são indissociáveis do contexto de criação do antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ, atual IESEP-UERJ), no ano anterior. O instituto funcionava nas dependências do edifício do antigo Convento do Carmo, na Praça Quinze de Novembro 101, no centro do Rio de Janeiro, como as demais instalações da Sociedade Brasileira de Instrução (SBI). Seu fundador, Cândido Mendes de Almeida, pretendia alcançar dois objetivos.

O primeiro era que o novo centro ocupasse o vazio deixado na cena intelectual do país desde a extinção do antigo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) por ocasião do golpe militar de 1964. Partindo do

reconhecimento da condição periférica do Brasil e de sua especificidade no contexto latino-americano, aqueles intelectuais quiseram romper a dependência com a Europa e os Estados Unidos para teorizar de modo menos dependente os problemas nacionais. Reunindo o que havia de mais notável da *intelligentsia* brasileira, o ISEB se destacara como a principal arena de discussão dos temas nacionais, buscando formular uma orientação política global de índole nacionalista capaz de promover o desenvolvimento do Brasil (Toledo, 1997). No intuito de reatar com aquele pensamento, Cândido Mendes – ele próprio um ex-isebiano – chamou para integrar o IUPERJ o próprio Hélio Jaguaribe, intelectual responsável pela elaboração da ideologia nacional-desenvolvimentista e fundador do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), que havia sido o primeiro núcleo do ISEB. Outros três pesquisadores convidados por Cândido Mendes para o IUPERJ também haviam pertencido aos quadros do extinto instituto, embora em sua última fase: Wanderley Guilherme dos Santos, Carlos Esteve Martins e Cesar Guimarães. Formados em Filosofia na antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), os dois tinham sido assistentes do último diretor do ISEB, Álvaro Vieira Pinto. Era em torno desse núcleo inicial, a que se juntava ele mesmo, que Cândido Mendes esperava que o novo centro desse seguimento à tradição “do nosso pensamento so-

cial", completando "o diagnóstico e a teoria dos grandes configuradores desta sociedade" (Almeida, 1966:4).

Se o primeiro objetivo de Mendes se vinculava, assim, à tradição da "velha ciência política brasileira", o segundo deles tinha o propósito inverso. Por meio de dotações orçamentárias generosas e bolsas de estudo de mestrado e doutorado nos Estados Unidos, a Fundação Ford tencionava apoiar no Brasil a criação de institutos comprometidos com a produção de uma ciência política empiricamente orientada e já tinha celebrado convênio com a Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG). Assim, a fim de tornar o IUPERJ um parceiro atraente para um convênio daquele tipo, era preciso que o novo centro também estivesse comprometido com uma ciência social empiricamente orientada (Reis, 1993). Para tanto, Cândido Mendes recrutou também jovens treinados em teoria, técnicas de survey e métodos quantitativos. Esses jovens compuseram a parte mais expressiva daquilo que, neste artigo, denominarei "a nova geração". No Rio de Janeiro, foram convocados bacharéis e licenciados em Ciências Sociais formados pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), como Aspásia Camargo e Ana Lúcia Malan. De Minas Gerais vieram pesquisadores e futuros professores como Bolívar Lamounier, Renato Boschi, Amaury de Souza, Olavo Brasil de Lima Jr. e Edmundo Campos, a maioria dos quais graduada em Sociologia e Política na UFMG. Em

suma, o IUPERJ idealizado por Cândido Mendes serviria de ponte entre a antiga e nova Ciência Política brasileira: daria sequência à tradição isebiana de uma *intelligentsia* preocupada com os destinos e o desenvolvimento nacionais, incorporando, porém, teorias e métodos próprios da Ciência Social norte-americana, empiricamente orientada.

Em seus primeiros quatro anos, o IUPERJ funcionou nas dependências da própria Sociedade Brasileira de Instrução (SBI). Seus professores ofereciam dois cursos de pós-graduação *lato sensu* em Ciência Política e Desenvolvimento, com turmas de 15 alunos selecionados em prova que exigia conhecimentos gerais de Sociologia e Ciência Política, instituições políticas brasileiras, noções básicas de estatística e metodologia, e inglês. As pesquisas em curso espelhavam também a temática do desenvolvimento. Eram elas: *Elites e desenvolvimento* (dirigida por Carlos Ha-



senbalg e Edmundo Campos Coelho, dela participando Eli Diniz, Maria Regina Soares de Lima, Fernando Costa); *Empresários brasileiros e filantropia* (Vilma Figueiredo e Ana Lúcia Malan); *Estruturas subnacionais e mobilização política no Brasil* (Bolívar Lamounier e Lúcia Maria Gaspar Gomes); *Aspirações dos estudantes secundários da Guanabara* (Sonia Camargo, Flora Abreu Henrique da Costa, Louk de la Rive Box, Maria Isabel Valladão); *Elites artísticas e comunicação de massa* (Paulo Thiago Paes de Oliveira); *Carreira de advogado no Brasil* (Bolívar Lamounier, Lúcia Maria Gaspar Gomes e Olavo Brasil de Lima Jr); *Populações faveladas do Rio de Janeiro* (Renato Boschi e Rose Ingrid Goldschmidt). Das vinte conferências proferidas por professores de diversas universidades estrangeiras, especialmente norte-americanas – Princeton, MIT, Vanderbilt, Columbia, Harvard – praticamente todas se ocupavam igualmente do desenvolvimento, versando sobre a modernização política, o papel

dos militares, tipologias de poder moderno e tradicional, papéis e tipos de elites políticas, planejamento econômico. Os convidados internacionais de Cândido Mendes eram todos nomes consagrados, como Edgar Morin, Gunnar Myrdal, Alex Inkelles e Karl Deutsch.

Nesse contexto institucional a Revista DADOS começou a ser publicada. Editada por César Guimaraes e Bolívar Lamounier em seus primeiros anos, sua redação funcionava também nas dependências da SBI. A revista veiculava a produção dos professores e pesquisadores do instituto, na forma de artigos, notas de pesquisas e resenhas, noticiando seus cursos, suas palestras e pesquisas em andamento. Dos 40 artigos publicados no primeiro período (1966-1969), 25 eram da la- vra de pesquisadores seus, como Cândido Mendes, Hélio Jaguaribe, Wanderley Guilherme dos Santos, Carlos Estevam Martins, Bolívar Lamounier, Alaor Passos, Carlos Hasenbalg, Simon Schwartzman, Aspásia Camargo e Lúcia Maria Gaspar Gomes. A revista dispunha de uma seção de resenhas de livros, cujos autores também eram todos iuperjanos. O campeão de resenhas era Bolívar Lamounier, responsável por um terço delas, seguido por Amaury de Souza e Edmundo Campos. Os autores externos à casa que publicavam artigos a convite eram sumidades como Torcuato de Tella, Shmuel Eisenstadt e Albert Hirschman, sociólogos da Universidade de São

Paulo (USP) como Fernando Henrique Cardoso, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Leônio Martins Rodrigues; politólogos da UFMG, como Antônio Octavio Cintra; economistas da UFRJ e do IPEA, como Maria da Conceição Tavares, Edmar Bacha, Josef Barat, Frederico Machado de Amorim. Publicavam-se igualmente cronologias, resenhas de livros e biografias, que serviam de subsídios às pesquisas em curso. A partir do segundo número, a revista começa a publicar uma seção denominada "Notas de pesquisa", destinada à divulgação de trabalhos preliminares que pudessem interessar a outros pesquisadores.

VEÍCULO DA TRANSIÇÃO ENTRE A VELHA E A NOVA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

Do ponto de vista intelectual, a linha editorial refletia logicamente o desejo de Cândido Mendes de dar continuidade à tradição do pensamento político brasileiro. Se o IUPERJ retomava o tipo de reflexão pú-

blica que marcara as atividades do ISEB, DADOS reatava o fio dos *Cadernos do Nossa Temp*, antiga revista do IBESP, depois ISEB, que entre 1953 e 1956 divulgara o ideário nacional-desenvolvimentista de intelectuais como Guerreiro Ramos, Inácio Rangel, Hermes Lima e Oscar Lorenzo Fernandes, além dos próprios Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes. Segundo o fundador do IUPERJ e de DADOS, *Cadernos do Nossa Temp* "havia sido responsável, mais do que qualquer outra, pelo maior número de hipóteses criadoras que converteram o nosso contínuo social à sua peculiaridade e deu início a um legítimo esforço de compreensão da realidade brasileira" (Almeida, 1966a:4). A revista do IBESP defendera "o esclarecimento ideológico das forças progressistas – burguesia industrial, proletariado e setores técnicos da classe média – e arregimentação política destas forças" (Schwartzman, 1971:4). Também DADOS, portanto, deveria fazer a ponte entre a



velha e a nova Ciência Política brasileira. E foi, também, o que ela procurou fazer.

No que diz respeito à tradição nacional-desenvolvimentista, que desde a introdução do pensamento da CEPAL dera clara prevalência à discussão econômica, a revista tendia a dedicar pelo menos um artigo por número à economia política. No primeiro (1966), Maria da Conceição Tavares retomava o tema clássico do papel da substituição das importações no processo de industrialização da América Latina; no número 2/3 (1967), Fernando Amorim defendia um desenvolvimento que conciliasse a proteção do emprego do trabalhador com a modernização tecnológica; no número 4 (1968), Josef Barat descrevia as características principais do processo de planejamento na Índia, na expectativa de contribuir "para elucidar as deficiências do nosso próprio planejamento" (Barat, 1968:134). O quinto número (1968) trazia artigos de Albert Hirschman sobre a economia política da industrialização latino-americana e de Edmar Bacha sobre a política cafeeira do país nos quinze anos anteriores.

Por suas vezes, intelectuais consagrados na década anterior prosseguiam seus exercícios de análise teórica da conjuntura política, típicos dos *Cadernos do Nossa Tempo*, destacando as possibilidades e limites de ação da *intelligentsia* a que pertenciam. Jaguaripe apostava na organi-

zação internacional da intelectualidade para pressionar as potências em torno de uma ordem global voltada para a paz e o desenvolvimento; só uma *intelligentsia* concebida à maneira de Mannheim disporia "de meios e de autoridade para superar as lealdades paroquiais vinculadas a grupos e países interessados em jogos de hegemonia, em benefício de uma visão integrada do mundo"; eram os intelectuais que representavam, "no mundo científico-tecnológico em que vivemos, a unidade espiritual dos homens, acima dos conflitos de interesses, de ideologias e de religiões" (Jaguaripe, 1966:158). De modo similar, Torcuato de Tella lamentava a falta de uma *intelligentsia* latino-americana autônoma e progressista, sólida e prestigiosa, composta de "professores, pesquisadores, artistas, escritores, jornalistas de certo nível, técnicos de alto gabarito, especialistas e assessores científicos de vários tipos" (Tella, 1966:44). Apenas a sua organização em seis ou sete países da região, na forma de dez ou doze organizações similares à CEPAL, poderia dar direção intelectual ao seu processo de desenvolvimento. Ao longo do governo Castelo Branco, Cândido Mendes também se dedicou à redação de análises de conjuntura no intuito de "contribuir para o estudo dos paradigmas concernentes ao regime emergente no Brasil a partir da crise do desenvolvimento espontâneo, acelerada no início dos anos 60 e rematada com o movimento militar de abril de 1964" (Almeida, 1969:57).

Sua preocupação principal era com o destino da antiga *intelligentsia* nacional-desenvolvimentista a que ele pertencera, substituída, segundo ele, por uma elite de poder de natureza tecnocrática, formada pela Escola Superior de Guerra:

Em seguida à perda do momento canônico dos anos 50, e à crise que lhe sucedeu, assumiria o comando do país um regime de elite de poder, que suprimia a reflexão social com seu jogo autônomo, e fazia já do governo a realização de uma ideologia prévia, homogênea e altamente acabada. O governo da Escola Superior de Guerra, em 64, teria como seu primeiro ato que fechar o ISEB, em um ato de uma efetiva evicção daquele ator da inteligência brasileira emergente da própria memória social do país (Almeida, 1968:101).

Se esta era a orientação da geração da "velha ciência política" nas páginas da DADOS, algo diversa era aquela seguida pelos representantes da "nova". Embora os temas sobre os quais se debruçavam também se originassem da palheta elaborada na década de 1950, ocupada com o desenvolvimento, a nova geração de autores encarava suas atividades e seu papel na sociedade de modo diverso dos bacharéis humanistas dos *Cadernos do Nossa Tempo*. Os autores da nova geração encontravam-se em processo de formação pós-graduada em centros internacionais como a FLACSO, em Santiago do Chile, ou



universidades estadunidenses como o MIT, Stanford, Califórnia e Michigan. Estavam mais preocupados com a definição de seu lugar em uma sociedade na qual o conhecimento político ainda era predominantemente tarefa de bacharéis e jornalistas, ou de colegas de academia cujo trabalho julgavam pouco rigoroso. Viam-se como uma intelectualidade de novo tipo: especialistas cuja função primária não era a de produzir interpretações sobre a realidade global, mas conhecimento político rigorosamente científico, assim considerado em virtude do domínio de teorias e técnicas de pesquisa adquiridas ao longo de uma formação técnica. Seria nessa qualidade que eles poderiam um dia virem a exercer funções de intelectualidade pública (como de fato viria a acontecer com alguns deles quando começou a se desenhar a abertura do regime militar). Os novos cientistas ou sociólogos políticos procuraram, portanto, distinguir seu trabalho pela atualidade de seu rigor teórico-metodológico. Quase todos os artigos por eles assinados na DADOS partiam da insuficiência dos modelos teóricos dos países desenvolvidos para explicar o que se passa no Brasil, entendido no contexto da América Latina.

Do ponto de vista teórico, alguns artigos da nova geração transpareciam preocupação com a frouxidão reinante. Particularmente sensíveis eram Wanderley Guilherme e Carlos Estevam, que faziam a ponte da velha geração para a nova, incorporando

o rigor científico às antigas preocupações isebianas relativas à necessidade de uma teoria social adaptada ao Brasil, tese de que Guerreiro Ramos se fizera o principal arauto. Em *Construção de teoria na ciência social brasileira*, Carlos Estevam (doutorando na Universidade de Essex) deplorava a inexistência, em nossa subdesenvolvida Ciência Social, "de um corpo teórico previamente constituído capaz de exercer as funções mínimas que se esperam de toda e qualquer teoria. (...). A carência de integração teórica que prevalece nas Ciências Sociais no Brasil faz com que os próprios investigadores que se beneficiam de marcada orientação empírica se encontrem em situação de não terem como se conduzir no processo de deduzir hipóteses a serem submetidas ao teste da experiência" (Martins, 1966, 1:87). Sintomática era a apresentação feita por Bolívar Lamounier do quinto número da revista, dedicado ao tema da "sociedade tradicional no Brasil". Se, por um lado, aquele assunto constituiu "uma linha mestra no desenvolvimento da Sociologia e da Ciência Política no Brasil", por outro, ela encontrava-se ainda subdesenvolvida do ponto de vista da qualidade da reflexão. A causa era dupla: "inéria metodológica" e inexistência de "esforços de sistematização – teórica, terminológica e empírica" (Lamounier, 1968d). Wanderley Guilherme dos Santos (doutorando na Universidade de Stanford) sublinhava em *Estudos sobre a teoria da demons-*

tração: (I) a teoria da agressão de Johan Galtung a necessidade de se fundar teoricamente a Ciência Social brasileira em princípios de demonstração causal, baseados, não na filosofia tradicional, mas "no plano das matemáticas", que seria então "o campo principal onde uma discussão explícita da teoria da demonstração tem sido levada a efeito" (Santos, 1967a:135).

As eventuais veleidades de uma teorização social mais ou menos livre arrefeceram depois de começadas as pós-graduações no exterior. Alguns artigos são expressivos do modo por que alguns autores reagiram ao contato com a Ciência Política estadunidense. Em *O "approach" funcional em Sociologia Política*, Bolívar Lamounier (doutorando na Universidade da Califórnia) apresentava uma defesa moderada da abordagem funcionalista de Almond e Coleman. Ela não lhe parecia tão defeituosa quanto acreditavam seus críticos; as acusações de conservadorismo lhe pareciam impróprias do ponto de vista epistemológico; e, embora reconhecesse seus limites explicativos, destacava sua força heurística e classificatória (Lamounier, 1966:83). O título do artigo falava em "Sociologia Política", o que sugere que a expressão "Ciência Política" ainda não lhe parecia em voga. Menos comportado, Wanderley Guilherme parecia subverter as expectativas que deveriam nortear as relações entre alunos la-

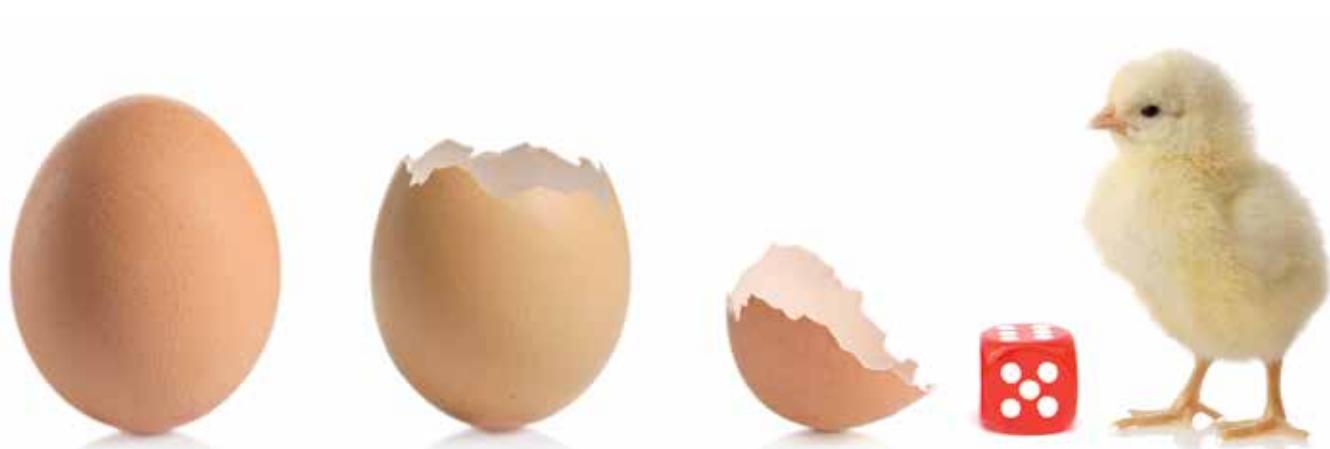
tino-americano e mestres estadunidenses, demonstrando certa irreverência pela autoridade dos grandes nomes da Ciência Política. Em *Nota sobre conflito internacional*, Wanderley criticava as inconsistências de Sorokin em *Social and cultural dynamics*, chamando a atenção do leitor para a necessidade de se "encontrar uma formulação teórica no interior da qual as proposições de Sorokin fossem consistentes" (Santos, 1968:166). Em *Teoria política e prospectos democráticos*, era a vez de MacPherson ser fustigado pelas fraquezas de sua teoria do individualismo possessivo: a finalidade do governo não seria apenas produzir funções compatíveis, e sim a de controlar a divisão do trabalho (Santos, 1969).

Mas a busca pelo rigor científico não se limitava ao plano teórico, estendendo-se igualmente ao metodológico. As resenhas publicadas pela nova geração atacavam os colegas cujos trabalhos lhes pareciam metodologicamente defeituos-

sos. Ao comentar a segunda edição de *O caráter nacional brasileiro*, de Dante Moreira Leite, Bolívar criticava a falta de "unidade conceitual, ordenação mais adequada dos assuntos, melhor organização do texto (...). Falta-lhe, sobretudo, profundidade" (Lamounier, 1969:153). Nancy Alessio criticava severamente *Processos e implicações do desenvolvimento*, coletânea organizada por Costa Pinto, pela "má estruturação formal da obra; não há uma exposição clara e sintética das finalidades e conteúdo do livro, como das relações existentes entre a primeira e segunda partes". Os trabalhos da coletânea eram puramente descritivos, ultrapassados e desprovidos de problematização teórica (Alessio, 1970b:203). Antônio Octavio Cintra (doutorando no MIT) não poupar nem mesmo o papa da sociologia do desenvolvimento da época, Shmuel Eisenstadt, de quem ele e seus colegas eram confessos admiradores. Em resenha a *The political systems of empires*, Cintra o criticava por empregar linguagem

vaga e conceitos imprecisos; por não distinguir de modo adequado as diversas variáveis analíticas e por não equilibrar as partes empírica e teórica da obra. Mas advertia: "Não fazemos tal crítica por mero ritualismo metodológico. É que, se o autor está buscando evidência sistemática, a parte substantiva exige um comprometimento mais sério com as regras do jogo explicativo" (Cintra, 1970:194). Autores da nova geração, como Gláucio Soares, também se queixavam de explicações baseadas exclusivamente em esquemas de luta entre classes sociais e grupos de interesse, que ignoravam a dimensão propriamente política da vida comunitária. Em outras palavras, rejeitavam o marxismo, cujas premissas e suposições eram sistematicamente desmentidas pelos dados empíricos:

Ao contrário da tendência à polarização de classe visualizada por Marx, existe uma clara tendência em direção ao crescimento, tanto em termos absolutos como relativi-



vos, das ocupações não manuais que são características da classe média. (...). Ao contrário das previsões marxistas, a classe média não desapareceu e os grupos ocupacionais mais altos não decresceram em tamanho. (Soares, 1969:93-94)

A SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

Do ponto e vista mais substantivo, o tema que por excelência ocupava os pesquisadores que publicavam na DADOS continuava a ser aquele referente ao desenvolvimento, no contexto mais amplo da América Latina. Até a década de 1950, a Ciência Social dos países europeus ou norte-americanos se ocupava de modo residual da periferia, reduzida em sua maior parte à condição de colônia. Com o avanço do processo de descolonização, a coisa mudou de figura. No Brasil, o problema do atraso pautara a agenda intelectual de sua “velha ciência política”, pensado por autores como Joaquim Nabuco, Alberto Torres e Oliveira Vianna sempre em termos de existência de um centro (de civilização ou modernidade) e de uma periferia (bárbara ou retardada). Foi a partir dessa herança que os isebianos passaram a refletir sobre os problemas do desenvolvimento. Fizeram-no recorrendo, no plano externo, à Filosofia existencialista de Ortega y Gasset, que pensava a questão da modernização na periferia em uma chave culturalista; e à Sociologia francesa de Georges Balandier, que se debruçava sobre as

questões emergentes do processo de descolonização. A centralidade do papel exercido pela industrialização no contexto específico da América Latina, sugerida por Roberto Simonsen nas décadas anteriores, foi confirmada por Celso Furtado, que divulgou no começo da década de 1950 o pensamento econômico da CEPAL.

O primeiro contato da inteligência brasileira com as teorias da modernização ou do desenvolvimento produzidas pela Ciência Política dos Estados Unidos foi travado já no contexto de elaboração de uma “nova ciência política” brasileira, nos últimos anos da década de 1960. O impacto foi suavizado devido à mediação da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), sediada no Chile e que, de alguma forma, replicava no campo da Sociologia política o esforço desenvolvido pela CEPAL no sentido de adaptar a produção intelectual dos países cênicos ao contexto e às necessidades dos países da América Latina, de forma análoga ao preconizado por Guerreiro

Ramos em livros como *A Redução Sociológica*. Numerosos membros da nova geração haviam se pós-graduado na FLACSO e militavam em órgãos como o Instituto de Planificação Latino-Americana de Sociologia (ILPES) e o Centro para o Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina (DESAL). Nelas, assimilaram as técnicas de pesquisa social divulgadas na academia estadunidense, sem perderem a consciência de que era o conjunto do subcontinente que, na condição de região periférica do capitalismo, partilhava de uma mesma história. Foi o reconhecimento da especificidade do desenvolvimento latino-americano que levava os autores da nova geração à condenação das teorias da modernização elaboradas no contexto do “desenvolvimentismo clássico”, economicista, etnocêntrico e teleológico, na década de 1950, por W. W. Rostow, Seymour Lipset e Edward Shils (Badie, 1994).

Para Carlos Hasenbalg (mestre pela FLACSO), os modelos universalistas de desenvolvimento supu-



nham a existência, nos países periféricos, de "equivalentes funcionais da burguesia industrial europeia da fase inicial de constituição do sistema industrial capitalista" (Hassenbalg, 1968:6), perdendo de vista "a multiplicidade com que a realidade histórica se nos apresenta e que dificilmente se enquadraria dentro dos limites estreitos de um modelo simplificado de variáveis e mecanismos universais". Nascidos sob a égide da expansão capitalista europeia, os países da América Latina não poderiam ser considerados "estruturas sociais onde, como se fossem sistemas fechados e isolados, estar-se-iam replicando os processos de diferenciação estrutural já ocorridos nos países capitalistas de 'desenvolvimento originário'" (Hassenbalg, 1968:20). Gláucio Soares (doutor em Sociologia pela Universidade de Washington – Saint-Louis) ia pelo mesmo caminho: "Dados empíricos desautorizam a conclusão de que existe um único processo de desenvolvimento econômico, que deva ser seguido por todas as sociedades que aspiram ao desenvolvimento, independentemente das circunstâncias históricas" (Soares, 1967:35-36). Das teorias da modernização, portanto, os autores da DADOS apropriaram-se de umas poucas categorias, como a de *mobilização*, elaborada por Karl Deutsch para explicar o processo de desenvolvimento político; a de *cultura política*, criada por Gabriel Almond, e a de *crise*, de Lucien Pye, que lhes



pareciam úteis para compreender os impasses do desenvolvimento reinantes no país depois de 1964.

Osociólogo do desenvolvimento cuja obra atraía a admiração de muitos dos novos autores era o já referido Shmuel Eisenstadt, professor da Universidade Hebraica de Jerusalém. Reivindicando a reflexão de tipo histórico e culturalista de matriz weberiana, Eisenstadt rejeitava as teorias econométricas da modernização. Em sua resenha de *The political systems of empires*, Antônio Octavio Cintra exprimia com desafogo a sua admiração pelo autor:

Não podemos esconder nossa admiração pelo trabalho de Eisenstadt. Quão longe estamos dos esqueminhos familiares do tipo 'moderno-tradicional', 'western-non western political systems', tão comuns na literatura de desenvolvimento político. Ao invés de confinar a disciplina 'desenvolvimento político' ao modesto escopo que lhe caracterizou o aparecimento como campo formalmente tratado nos currículos

acadêmicos e nas pautas dos congressos profissionais, este é dos livros que, como poucos outros, dão à disciplina as grandes dimensões e amplas perspectivas que ela deve ter. (Cintra, 1970:188)

Era à sombra da árvore weberiana de Eisenstadt, portanto, que professores como Peter Heintz, Johan Galtung e Rúben Katzman organizavam na FLACSO um modelo sociológico do desenvolvimento voltado para a compreensão, na América Latina, das relações entre modernização econômica, mobilização social, reação das classes dominantes e do seu impacto sobre as instituições políticas, de modo a gerar um quadro de instabilidade e indecisão política. Sustentava-se que, diversamente do que se passara nos países cênicos, havia na região uma assincronia entre os ritmos de expansão das diversas esferas sociais (Cintra, 1968:169). Com a intensificação da integração e das comunicações, emergiria uma situação de elevação do nível de aspirações gerais que desaguaria em um processo de mobilização social voltado para a sua satisfação. Mas

esta seria uma demanda incapaz de ser satisfeita no estágio tecnológico das sociedades da região. A demanda represada criaria um potencial revolucionário, cuja tensão se tentava absorver por meio de mecanismos simbólicos, como as ideologias nacionalistas-desenvolvimentistas, e mecanismos estruturais, como a expansão desmesurada de uma burocracia clientelística (Lamounier, 1968b:150). Os brasileiros dedicados à Sociologia do desenvolvimento, como Alaor Passos (que fizera seu mestrado na FLACSO), exprimiam em seus artigos o desejo de contribuírem para a validação desse modelo teórico voltado especificamente para a compreensão sociológica do desenvolvimento latino-americano (Passos, 1968:57-58).

Expressivos dessa orientação teórica da FLACSO, os trabalhos publicados na DADOS problematizavam o desenvolvimento brasileiro no quadro de "tensão estrutural" enfrentado pelo país, caracterizado pela assunção do poder por elites tecnocráticas voltadas para o bloqueio da participação política emergente. Em *Explorações sobre a teoria da liderança e elites tecnocráticas e Ideologia conservadora e mudanças estruturais* (1968), Bolívar Lamounier sugeria que o golpe de 1964 havia sido uma resposta à falência das técnicas de conciliação empregadas tradicionalmente pelas elites políticas. A mobilização das massas desencadeada pelo desenvolvimento as teria levado ao extremo do

golpe militar e à implantação de um regime tecnocrático voltado para a desmobilização das massas. Ao perquirir as razões de ter a classe média apoiado o golpe, Antônio Octavio Cintra lançava em *Educação e protesto político: estudo preliminar de uma hipótese* à tese de que, nos países subdesenvolvidos, haveria uma "excessiva vinculação da educação formal com status superior, em geral de elite", o que a tornava um fator de resistência e não de propensão à mudança (Cintra, 1968a:169). Em *Exposição aos meios de comunicação de massa no Rio de Janeiro: um estudo preliminar*, Amaury de Souza dizia-se convencido de que a influência da mídia num quadro de desenvolvimento marcado pela desigualdade social seguiria padrões diversos daqueles informados pela literatura estadunidense, inglesa e francesa, desfavorecendo a transformação:

Pesquisas de audiência nos Estados Unidos e na Europa têm repetidamente confirmado a proposição de que exposição à comunicação de massa varia positivamente com fatores socioeconômicos (...). A análise dessas relações em um contexto caracterizado por uma forte desigualdade social pode nos revelar mais sobre os efeitos inibidores que os fatores socioeconômicos exercem sobre os usos dos vários meios do que análises semelhantes realizadas em contextos sociais mais homogêneos. (Souza, 1968:146)

O que no fundo os autores dedicados à Sociologia do desenvolvimento queriam saber era se o bloqueio da participação política pelo regime militar não poderia levar a demanda represada a explodir e resvalar para uma revolução geral de tipo cubano. Em *Transição e tensão nos Estados brasileiros* (1968), Alaor Passos sugeriu que "o processo de transição tal como tem se operado no Brasil está dando lugar a uma tendência estrutural explosiva que se desenvolve num modelo de tipo hidráulico fechado" (Passos, 1968:30). Em *A nova industrialização e o sistema político brasileiro* (1967) e *Desenvolvimento econômico e estrutura de classe* (1969), Gláucio Soares afirmava que a industrialização latino-americana, geograficamente seletiva, provocando migrações das regiões mais atrasadas para as mais prósperas, não criava uma classe média ampla como aquela dos países do Atlântico Norte. A elevada taxa de desemprego ou de subemprego, somada ao trancamento do sistema partidário, poderia levar os insatisfeitos a engrossarem as fileiras do Partido Comunista, favorecendo uma saída revolucionária (Soares, 1967 e 1969). Em *Política local e tensões estruturais no Brasil: teste preliminar de uma hipótese* (1968), Bolívar Lamounier afirmava que o quadro de fechamento do sistema político pelo regime tecnocrático convertia indivíduos frustrados da classe média e antigos intelectuais públicos desempregados em potenciais líderes

revolucionários (Lamounier, 1968b). Também Antonio Octavio Cintra, em *Educação e protesto político: estudo preliminar de uma hipótese*, acreditava que, aliviadas por um regime de educação superior de tipo aristocrático, que cooptava os insatisfeitos, as tensões estruturais da sociedade brasileira poderiam ressurgir quando ele se revelasse “um atalho enganoso em propiciar as posições cobiçadas na estrutura social” (Cintra, 1968a: 171).

Sob o amplo guarda-chuva da Sociologia do desenvolvimento, alguns dos autores que publicavam na DADOS dedicavam-se ao estudo do papel de seus atores, especialmente os empresários: “A Sociologia do desenvolvimento vem mostrando a relevância, cada vez maior, de estudos referentes aos atores ou protagonistas do desenvolvimento. Dentro desta perspectiva, tem sido frequente a preocupação dos autores com o papel desempenhado pelos empresários” (Figueiredo & Malan, 1969, 6:143). Este era outro assunto que aparecera originalmente nos artigos publicados por Hélio Jaguaribe nos *Cadernos do Nossa Tempo* e desde então não saíra da agenda. Nos esquemas explicativos de Jaguaribe, a burguesia industrial brasileira aparecia como uma vanguarda política que hasteava a bandeira nacionalista da modernização para lutar contra o atraso representado pela grande propriedade rural exportadora. No

contexto de desilusão posterior a 1964, os pesquisadores que publicavam na DADOS já não eram otimistas. Em *Empresários e Desenvolvimento Econômico*, Carlos Hasenbalg sustentava que, nos países latino-americanos, haveria uma “marcada ausência de um setor empresarial com condições hegemônicas para impor seu projeto de organização social ao resto da sociedade, a partir do momento em que toma força o processo de industrialização” (Hasenbalg, 1968:29). Por isso, a industrialização não trazia grandes mudanças na condução política, que continuaria por mais algum tempo nas mãos das velhas oligarquias rurais. Referenciadas pelos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Luciano Martins, Vera Figueiredo e Ana Lúcia Malan queriam inferir dados sobre empresários brasileiros e sua participação no processo de desenvolvimento estabelecendo “um contínuo

da menor à maior racionalidade de orientação capitalista dos empresários” (Figueiredo & Malan, 1969:143). As referências empregadas pelas autoras para tratar da cultura política que guiaria a ação dos empresários eram Almond e Verba, como formuladores da teoria geral, e Sérgio Buarque e Nestor Duarte, no que tocava ao Brasil.

A preocupação do impacto do desenvolvimento desigual da sociedade brasileira sobre a cultura política, refletida na distribuição de preferências partidárias dos eleitores, que interessara a geração anterior de analistas políticos, também era retomada. Em *Partidos Políticos em Belo Horizonte: um estudo do eleitorado*, Antonio Octavio Cintra publicava os resultados de uma pesquisa realizada no âmbito do DCP-UFMG, resultantes do desejo de submeter à validação empírica as hipóteses de Guerreiro Ramos, Orlando de Carva-



Ihô e outros autores da “velha ciência política”, segundo as quais “a urbanização e industrialização do país levariam, em grau crescente, à maior representatividade dos partidos políticos com relação às classes sociais e aos interesses dos novos grupos funcionais” (Cintra, 1968b:84). A pesquisa sobre o sistema partidário desmantelado pelo AI-2 concluía que, de fato, “os partidos eram significativos para considerável massa da população (ainda que não a maioria), e enraizavam-se na estrutura de classes,

dispunham de um eleitorado relativamente estruturado em linhas ideológicas e eram percebidos como entidades distintas, não simplesmente intercambiáveis uns com os outros”. Isso não significava, porém, que houvesse uma vinculação orgânica entre o eleitorado e os partidos, para além do plano meramente psicológico, nem lhe parecia que este quadro mudaria “na presente situação de contenção da participação política e da vida partidária, com o que a opção pela democracia representativa como forma política mais desejada torna-se cada vez mais inviável para os diversos grupos do espectro político” (Cintra, 1968b:112).

A nova geração também meditava sobre as mudanças ocorridas no plano da cultura política em um quadro de transição de uma sociedade tradicional para outra, de mobilização das massas. Também aqui havia continuidade temática entre os artigos de DADOS e aqueles dos *Cadernos do Nosso Tempo*. A ambição de uma “nova ciência política” não poderia deixar de suscitar a questão relativa ao lugar da “velha” – a que se aludia como pensamento social ou pensamento político brasileiro – no novo estado de coisas. Ao contrário do que acontecera na Sociologia paulista, os novos cientistas políticos entenderam que o estudo do pensamento político brasileiro lhes poderia ser útil de duas formas.

A primeira passava por encará-la como um repositório de materiais ideológicos expressivos da nossa cul-

tura política, ao qual se poderia recorrer para aferir o modo por que ela reagia ao processo de modernização. Era o que fazia Bolívar em *Ideologia conservadora e mudanças estruturais*, no qual pretendia “descrever alguns aspectos da cultura política tradicionalmente dominante no país, buscando ao mesmo tempo sugerir alguns mecanismos de mudança ao nível da estrutura sociopolítica” (Lamounier, 1968b:5). Ele queria analisar a consciência conservadora brasileira, segundo a qual as práticas políticas brasileiras seriam marcadas pela cordialidade e pela conciliação. Essa ideologia “basicamente benevolente e paternalista, relutante em admitir a possibilidade do conflito em torno de objetivos últimos” (Lamounier, 1968b:14), desenvolvido à época da Conciliação (1853-1860), teria sido uma resposta ao potencial destrutivo dos conflitos do período regencial, funcionando desde então como um mecanismo amortecedor: “A ênfase brasileira na ‘democracia racial’, por exemplo, tinha por finalidade manter as diferenças inter-raciais inteiramente fora da arena política, como conflito apenas latente”; da mesma forma, o sistema político se habituara a antecipar problemas para evitar a tensão política que resultaria de sua acumulação (Lamounier, 1968b:16). Na medida em que o processo de transformação e mobilização social tenderia a diversificar os grupos potencialmente recrutáveis pela élite, reduzindo sua unidade e estabilidade, Bolívar indagava



se aquela ideologia não perdera eficácia política. A hipótese ajudava a explicar a saída violenta do conflito representada pelo recurso ao golpe de março de 1964.

A segunda utilidade possível da “velha ciência política” para os novos autores da DADOS era como repositório de hipóteses para fins de verificação empírica. Era ao que se propunha Wanderley Guilherme em *A imaginação político-social brasileira* (1967) e *Raízes da imaginação política brasileira* (1970). Ele percebera na maioria esmagadora das análises efetuadas pela literatura sobre o golpe de 1964 um padrão dicotômico de explicação da luta política, cuja origem era-lhe muito anterior e cujas origens não poderiam ser conhecidas sem recurso à história do nosso pensamento político. Ainda que eventualmente não houvesse contribuído para “o progresso das Ciências Sociais”, o estudo da *imaginação política brasileira* lhe parecia indispensável para “o conhecimento dos processos políticos brasileiros” (Santos, 1970:147). Depois de concluir que o pensamento brasileiro era fecundo, mas quase desconhecido, porque inexplicado, Wanderley propunha retomar em bases mais rigorosas e sistemáticas a orientação adotada no ISEB por Guerreiro Ramos. Aquele pensamento deveria ser investigado não só pelo seu “valor extraordinário” enquanto teoria, mas porque formara “o solo ideológico de que, consciente ou inconscientemente, partimos todos” (San-

tos, 1967b:190-191). E arriscava: “Dificilmente haverá, entre as teorias contemporâneas, alguma boa hipótese sobre política no Brasil que não tenha sido desenvolvida durante a década de 30” (Santos, 1970:156).

Na mesma seara caminhava Aspásia Camargo Alcântara em *A teoria política de Azevedo Amaral*, que apresentava o autor de *Ensaios Brasileiros* como o mais perfeito predecessor do pensamento isebiano. Amaral teria esboçado “os elementos fundamentais que definem o desequilíbrio crônico ao subdesenvolvimento, em consonância com as teorias sociológicas e econômicas modernas, que apenas se difundiram e incorporaram às Ciências Sociais a partir da década de 50” (Alcântara, 1967:222). A interpretação de Azevedo Amaral da crise de 1930 “em nada difere das mais modernas interpretações referentes ao conteúdo e às origens do subdesenvolvimento hoje correntemente utilizadas” (Alcântara, 1967:196). Então estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense e estagiário do IUPERJ, Marcus Figueiredo também contribuía para a pesquisa de Wanderley apresentando em *Cultura política: revista teórica do Estado Novo* um levantamento bibliográfico daquela revista, na forma de “resumos comentados dos trabalhos publicados em *Cultura política* que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a formação e explicitação

do pensamento político do Estado Novo” (Figueiredo, 1968:222).

CONCLUSÃO

A primeira década de DADOS subdivide-se em dois períodos. Até dezembro de 1968 o regime autoritário não parecia definitivamente assentado ou irreversível, e o IUPERJ não dispunha de um programa de pós-graduação. A nova geração começava seus cursos de mestrado ou doutorado nos Estados Unidos, e as fronteiras entre Sociologia Política ou Ciência Política eram fluidas. Ainda que em contexto novo e dinâmica reformulada, o debate acadêmico continuava a ser pautado pela temática do desenvolvimento latino-americano. Por isso, ainda que já não fossem apresentados na forma de uma “interpretação total”, nem comungassem do otimismo dos antigos ibespanos, os assuntos de que se ocupavam os autores da DADOS em seus primeiros três anos eram os mesmos dos autores dos artigos dos *Cadernos do Nosso Tempo*, de que deveria ser a sucessora. Economistas como Maria da Conceição Tavares, Josef Barat, Fernando Machado de Amorim e Edmar Bacha escreviam sobre substituição de importações, modernização tecnológica, planejamento e a política cafeeira. Intelectuais como Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes faziam análises da conjuntura destacando as possibilidades e os limites de ação política da *intelligentsia*. Sociólogos como Gláucio Soares, Alaor Passos e Vilmar Faria estudavam os impac-

tos do desenvolvimento sobre o sistema político e a sociedade. Carlos Hasenbalg e Vilma Figueiredo investigavam o papel desempenhado pelo empresariado no processo do desenvolvimento. Wanderley Guilherme dos Santos, Bolívar Lamounier, Aspásia Camargo e Marcus Figueiredo voltavam-se para a história do pensamento político brasileiro para entender a natureza de nossa cultura política. Antônio Octávio Cintra escrevia sobre eleições e comportamento eleitoral para entender a articulação entre ideologia, partido e enraizamento social. Era clara a continuidade temática dos estudos realizados pela Sociologia do desenvolvimento com aqueles que, antes de 1964, se referiam às condições e possibilidades de realização da chamada "revolução brasileira".

Mas também havia mudanças visíveis nos termos do debate. Em torno de 1954-1956, a ideologia do nacional-desenvolvimento fundava-se na crença de que o acelerado progresso econômico traria consigo, de modo mais ou menos automático, o progresso social e político do país. Acreditava-se que a industrialização promovida pelo pacto de empresários nacionalistas com trabalhadores e burocracia progressista desencadearia uma "revolução" que repercutiria de modo virtuoso sobre todos os aspectos da vida nacional. A hipertrofia do horizonte de expectativas levava à crença mesma, ma-

nifesta a certa altura por Guerreiro Ramos, de que todo o pensamento social e político brasileiro tornava-se rapidamente obsoleto como instrumento de interpelação do novo Brasil que emergia, o que justificava a elaboração de uma ideologia nacional-desenvolvimentista (Lynch, 2015:43). As facções elitistas e clientelistas responsáveis pela natureza cartorial de nossas instituições político-administrativas cediam lugar a um sistema partidário ideologicamente coerente e orgânico no bojo de um eficiente Estado de serviços. O colapso do regime liberal democrático, a privação da antiga *intelligentsia* de seu papel de porta-voz dos anseios nacionais e sua substituição por uma elite tecnocrática a partir de 1964 criou um cenário político e intelectual muito diferente. A ideologia nacional-desenvolvimentista fora substituída por uma sociologia do desenvolvimento ancorada na ideia de dependência; a falência de versão espontânea da modernização levara à sua sustentação artificial pelo alto; criticava-se a crença anterior de que a industrialização bastaria para resolver as mazelas sociais e políticas; duvidava-se do nacionalismo dos empresários. Um filtro mais cético ou pessimista permeava todas as análises.

Depois do AI-5, nova ciência política sofreria uma inflexão decisiva. O sucesso de um modelo de desenvolvimento econômico, mas tecnocrático demonstraria a primazia do político como chave explicativa do fe-



nômeno social, desmentindo o Marxismo e a Sociologia paulista. A Sociologia Política de vocação histórica relançada por Simon Schwartzman, baseada na tese da autonomia do Estado em relação à sociedade, desencadearia uma cascata de publicações relativas às possíveis causas do déficit democrático da sociedade brasileira. Ocorre o contrário do que imaginara Guerreiro Ramos em 1955; a persistência das velhas mazelas provando a atualidade da tradição do pensamento político brasileiro anterior à institucionalização (Oliveira Viana, Nestor Duarte, Raymundo Faoro) e a necessidade de que a nova geração também recorresse a ela. Por força da especialização em marcha, emergia uma ciência política menos dependente da discussão do desenvolvimento. Wanderley Guilherme dos Santos entendia ser preciso volver a Ciência Política para os mecanismos decisórios do regime

militar, burocráticos e empresariais, mas também para a análise de suas políticas públicas. Verificava-se também uma renovação drástica da bibliografia. A antiga livraria francesa de Filosofia existencialista, com suas tintas germânicas e marxistas, e de Sociologia Política, à maneira de

Gurvitch e Balandier, era substituída de alto a baixo por outra, quase toda norte-americana, de Ciência Social empiricamente orientada: Gabriel Almond, Sidney Verba, David Easton, Karl Deutsch, David Apter, Samuel Huntington, Shmuel Eisenstadt e Reinhard Bendix. Desarmava-se o qua-

dro teórico e temático que, organizado em torno do tema do desenvolvimento, orientava desde a década de 1950 a Ciência Política brasileira. •

O autor é professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) clynch@iesp.uerj.br

BIBLIOGRAFIA

- ALCANTARA, Aspásia Camargo. (1967), "A teoria política de Azevedo Amaral". *Dados* 2/3.
- ALESSIO, Nancy. (1970), "Urbanização, industrialização e estrutura ocupacional". *Dados* 7.
- _____. (1970b). "Resenha a *Processos e implicações do desenvolvimento*, de L.A. Costa Pinto e W. Bazzanella". *Dados* 7.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de. (1966), "Sistema político e modelos de poder no Brasil". *Dados* 1.
- _____. (1967), "O governo Castelo Branco: paradigma e prognose". *Dados* 2/3.
- _____. (1968), "Prospectiva do comportamento ideológico: o processo da reflexão na crise do desenvolvimento". *Dados* 4.
- _____. (1969), "Elite de poder, democracia e desenvolvimento". *Dados* 6.
- BADIE, Bertrand. (1994), *Le développement politique*. 5e édition revue et augmentée, Paris, Economica.
- BARAT, Josef. (1968), "O planejamento econômico na Índia". *Dados* 4.
- CINTRA, Antonio Octavio. (1968a), "Educação e protesto político: estudo preliminar de uma hipótese". *Dados* 4.
- _____. (1968b), "Partidos políticos em Belo Horizonte: um estudo do eleitorado". *Dados* 5.
- _____. (1970). "Resenha a *The political systems of empires*, de Shmuel Eisenstadt". *Dados* 7.
- FIGUEIREDO, Marcus. (1968), "Cultura política: revista teórica do Estado Novo". *Dados* 4.
- FIGUEIREDO, Vilma & MALAN, Ana Lúcia. (1969), "Empresário brasileiro e filantropia". *Dados* 6.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HASENBALG, Carlos. (1968), "Empresários e desenvolvimento econômico". *Dados* 4.
- JAGUARIBE, Hélio. (1966), "Ordem mundial, racionalidade e desenvolvimento". *Dados* 1.
- LAMOUNIER, Bolívar. (1966), "O approach funcional em sociologia política". *Dados* 1.
- _____. (1968a), "Explicações sobre a teoria da liderança e elites tecnocráticas". *Dados* 4.
- _____. (1968b), "Política local e tensões estruturais no Brasil: teste preliminar de uma hipótese". *Dados* 4.
- _____. (1968c), "Ideologia conservadora e mudanças estruturais". *Dados* 5.
- _____. (1968d), "Tema: A sociedade tradicional no Brasil". *Dados* 5.
- _____. (1969). "Resenha: *O caráter nacional brasileiro*, de Dante Moreira Leite". *Dados* 6.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. (2015), "Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico". *Cadernos do CRH*, Salvador da Bahia. Abril de 2015, vol.28, no.73, p.27-45.
- _____. (2016), "Cartografia do pensamento político brasileiro". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 19, Brasília, Janeiro/Abril de 2016.
- MARTINS, Carlos Estevam. (1966), "Construção de teoria na ciência social brasileira". *Dados* 1.
- _____. (1968), "Profissionais em organização". *Dados* 4.
- PASSOS, Alaor S. (1968), "Transição e tensão nos Estados brasileiros". *Dados* 5.
- PASSOS, Alaor S & FARIA, Vilmar E. (1967), "Indiscrição social e instabilidade política: alguns dados para a América Latina". *Dados* 2/3.
- PÉCAULT, Daniel. (1990), *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Tradução de Maria Julia Goldwasser. São Paulo, Ática.
- REIS, Elisa Pereira (1993). "A construção intelectual e a política das ciências sociais brasileiras: a experiência do Iuperj". In: MICELI, Sergio (org.). *A Fundação Ford no Brasil*, São Paulo, Sumaré.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1967a), "Estudos sobre a teoria da demonstração: (I), a teoria da agressão e Johan Galtung". *Dados* 2/3.
- _____. (1967b), "A imaginação político-social brasileira". *Dados* 2/3.
- _____. (1968), "Notas sobre conflito internacional". *Dados* 5.
- _____. (1969), "Teoria política e prospectos democráticos". *Dados* 6.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. (1967), "A nova industrialização e o sistema político brasileiro". *Dados* 2/3.
- _____. (1969), "Desenvolvimento econômico e estrutural de classe". *Dados* 6.
- SOUZA, Amaury de. (1968), "Exposição aos meios de comunicação de massas no Rio de Janeiro: um estudo preliminar". *Dados* 4.
- TELLA, Torcuato S di. (1966), "A responsabilidade política da intelligentsia latino-americana". *Dados* 1.
- TOLEDO, Caio Navarro de. (1997), *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas, Editora da Unicamp.
- TRINDADE, Hélio Henrique C. (1973), "A ação integralista brasileira: aspectos históricos e ideológicos". *Dados* 10.

SUELTO SOBRE GOVERNO TEMER, ELEFANTÍASE E RISCO MORAL

ANTONIO CARLOS PORTO GONÇALVES

ECONOMISTA

A política econômica do governo brasileiro é praticamente a mesma desde o início do 2º mandato de Dilma. Após o impeachment, pouco mudou: continuam os juros altos, os esforços de controle e redução do déficit público e a liberação dos preços administrados. Dilma cometeu grandes erros econômicos no primeiro mandato, e a mudança de política econômica que promoveu, no início de 2015, talvez a contragosto, não ajudou em popularidade; até porque, na campanha eleitoral, ela repetiu muitas vezes que só seriam necessários pequenos ajustes na economia, no seu 2º mandato.

O governo Temer, que a sucedeu, enfrenta no momento bastante impopularidade e rejeição. Talvez devido à sua origem duvidosa, em termos da legitimidade do impeachment; ou à suspeição sobre o financiamento eleitoral da chapa Dilma-Temer; ou às ligações, que vem sendo estabelecidas, de membros do governo com a Lava-Jato; ou ainda devido à política econômica adotada. De qualquer modo, Temer parece procurar resolver as suas dificuldades de apoio popular com uma aceleração das medidas econômicas e adoção de outras mais, visando obter uma melhora mais rápida da economia.

A respeito destes assuntos, algumas perguntas importantes surgem naturalmente:

- (i) A política econômica atual é adequada?
- (ii) O governo conseguirá recuperar a economia brasileira a curto ou, pelo menos, a médio prazo?
- (iii) Na eventualidade de uma saída de Temer antes de 2018, um novo governo, deverá, ou talvez mesmo precisará, adotar uma política econômica similar?

As minhas respostas a estas perguntas são:

- (i) SIM parcialmente
- (ii) NÃO mesmo
- (iii) SIM parcialmente

Porque SIM parcialmente às perguntas (i) e (iii)? Com a queda de inflação que vem ocorrendo, o Banco Central poderá reduzir bastante a taxa SELIC (esta é a razão do parcialmente nas respostas SIM). Mas continua sendo fundamental manter o equilíbrio orçamentário dos governos municipais, estaduais e federal. Se não ocorrer, haverá uma crescente suspeição, pelo público investidor, de um eventual não pagamento da dívida pública, e os juros da economia dificilmente poderão cair. Além do mais, orçamentos públicos falsificados, ou fortemente deficitários, levam eventualmente ao não pagamento de algum grupo. Que grupo exatamente? Ninguém sabe ao certo, ou seja, é a incerteza; todos vão e se sentir em risco, preocupados.

Um outro aspecto da atual política econômica é a liberação dos preços administrados. Precisa continuar, pois o controle para baixo de preços, em particular na área de energia, foi um grave equívoco de Dilma 1º mandato. A combinação usada, de controlar os preços da energia (para combater a inflação) e expandir a oferta monetária e reduzir os juros (para propiciar o crescimento da economia) é um equívoco extraordinário. Pois a maior quantidade de dinheiro no bolso das pessoas, inclusive porque pagavam menos pela energia, fez com que demandassem mais serviços, mais bens de consumo, etc. Logo, todos os preços começaram a aumentar, menos os da energia. E o setor quebrou. A política gerou, portanto, inflação, baixo investimento e crescimento, o perfeito oposto da intenção original.

Na minha opinião, se fosse perguntado a um economista competente como se poderia travar um país, impedir que cresça economicamente, uma excelente resposta seria baixar compulsoriamente os preços da energia. Tal política alcançaria o objetivo, pois levaria às empresas do setor a não investir, ou a se endividar pesadamente para fazê-lo. E a ameaça de escassez de energia levaria à forte redução geral dos investimentos privados na economia. Bingo, travou o país!

Enfim, exceto pela baixa dos juros acompanhando a menor inflação, não há muito como modificar a atual política econômica do governo. E porque esta política, sendo adequada, não teria um efeito forte e imediato de recuperação da economia brasileira? Por que um NÃO mesmo como resposta à pergunta (ii)?

A crise brasileira recente tem algumas características semelhantes as da crise nos Estados Unidos e na Europa a partir de 2008. Grandes organizações empresariais e governamentais praticamente “quebraram” – nos EUA aconteceu com o sistema financeiro e imobiliário, e com várias empresas industriais de grande porte; na Europa aconteceu também com os bancos e algumas empresas grandes, além de governos nacionais, sobretudo do Sul da Europa. No Brasil, a maior empresa, a Petrobras, foi seriamente afetada; houve e há dificuldades em outras empresas importantes de vários setores (inclusive construção de infraestrutura); e alguns governos estaduais se declaram falidos.

Tal maciça desorganização econômica costuma ser chamada de choque de oferta negativo. As grandes organizações, privadas e governamentais, “too big to fail” costumam ser os carros-chefes de importantes setores, ou mesmo da economia como um todo. Este tipo de crise afeta diretamente a produção de bens e serviços e afeta também o ânimo das pessoas, a sua sensação de segurança, as suas expectativas. E este efeito costuma ser duradouro (provavelmente vários anos).

De fato, há no Brasil de hoje uma generalizada incerteza, uma dificuldade de prever, de avaliar. Não é apenas uma questão de maior risco do país, medido pelas agências ranqueadoras. É uma insegurança microeconômica que torna os consumidores e os investi-

dores arredios: não compram, e preferem ficar com o dinheiro, bem líquidos. E não adianta baixar os juros, pois como Keynes descreveu, provavelmente estamos ou vamos entrar em uma “armadilha de liquidez”. Tal situação ocorreu recentemente no Japão, nos EUA e na Europa: mesmo com os juros reais, e mesmo nominais, negativos, a economia destes países mal reagiu.

Como sair desta armadilha?

Em primeiro lugar, reduzir ao máximo as causas da incerteza (políticas e econômicas). A população precisa se convencer de que, não obstante o vai e vem da política, vai-se adotar continuamente medidas econômicas adequadas, no sentido de serem consistentes e conducentes à estabilidade das organizações, dos preços e à segurança dos investidores.

Em segundo lugar, estudando e pesquisando para aumentar o conhecimento econômico sobre como lidar com as dificuldades sérias das organizações “too big to fail”. E lidar significa tanto no sentido de prevenir, o que implica em regulação, quanto no de remediar. Quem estuda cuidadosamente os relatos das autoridades americanas, durante o auge da crise de 2008, fica espantado com as confissões sinceras de se sentirem “perdidos numa noite escura”.

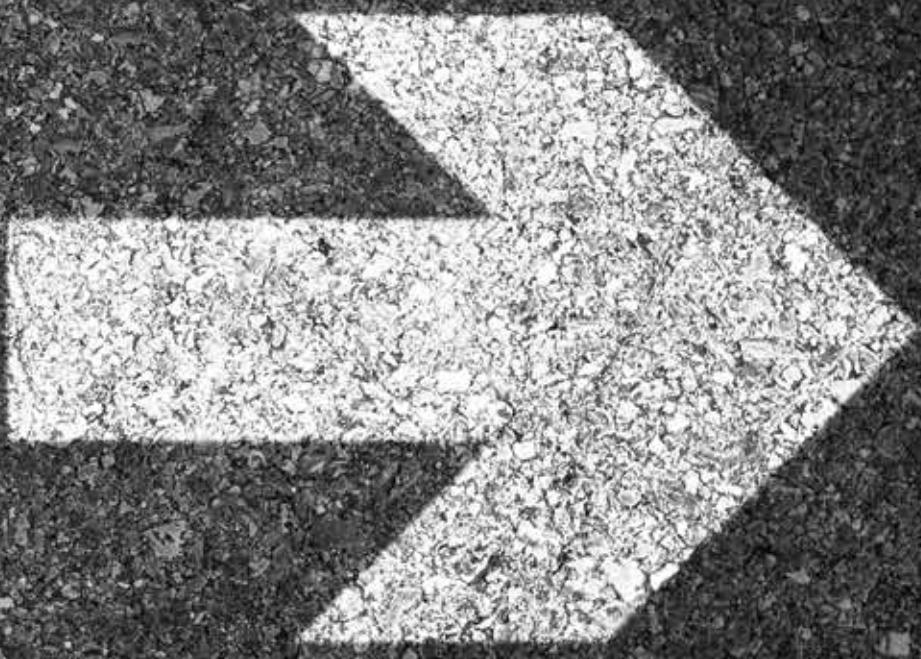
O atual conhecimento econômico e a regulação jurídica para lidar com os “too big to fail” é escasso: não há normas ou recomendações, confiáveis e testadas, sobre o que fazer, por exemplo, com grandes empresas ou governo estaduais falidos. Há certamente muita ideologia: acusações da esquerda, de que o sistema empresarial não regulado pelo governo é instável; e da direita, pondo o dedo nos erros, às vezes catastróficos, da regulação. Mas ideologia não é conhecimento, e este é o que está faltando.

Enfim, não creio que o atual governo, ou outro substituto, consiga sair facilmente da armadilha em que estamos metidos. Há que ter muita paciência, todos nós. É uma situação difícil. •



VOLVER?

DIREITA



CRISTIANE BATISTA
CIENTISTA POLÍTICA

STEVEN ROSS
ESTATÍSTICO



O impeachment da presidente Dilma Rousseff, do PT, culminou com a posse definitiva do seu vice, Michel Temer, do PMDB, no mês de agosto de 2016. Após 12 anos de governo petista, cuja agenda de políticas centrou em programas sociais, vide Mais Médicos, na área da saúde, e Prouni e Pronatec, na área da educação, as primeiras ações do novo governo, apoiado pelo PSDB e DEM, subverteram aquelas chanceladas pelo crivo eleitoral e reduziram os investimentos em programas sociais. Propostas como reforma da previdência, que propõe igualar a idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres, reforma trabalhista, que amplia a jornada de trabalho, reforma no ensino médio, que extingue a obrigatoriedade de ofertas de algumas disciplinas, como sociologia e filosofia, cortes de bolsas e vagas nas universidades e, finalmente, a PEC 241, que limita os gastos públicos, inclusive os sociais, representam a retirada do foco das classes menos favorecidas da agenda de governo. A justificativa é estabilizar o crescimento da despesa primária como instrumento para conter a expansão da dívida pública e, consequentemente, a inflação e, assim, tirar o país da crise econômica.

A PEC 241, em tramitação no Congresso Nacional, já tendo sido aprovada com ampla maioria em primeiro turno na Câmara dos Deputados, fixa limite individualizado para as despesas primárias, aí incluídas saúde e educação. Segundo o texto, o limite de gasto de um determinado ano será o valor do ano anterior corrigido pela inflação. Ou seja, para o exercício de 2018, o governo poderá gastar o que foi gasto no exercício de 2017 corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nos exercícios posteriores, o limite será o gasto do ano imediatamente anterior corrigido pela variação do IPCA. Dada à variação da economia, que afeta os indicadores de inflação, os resultados práticos dessa medida ainda serão conhecidos. O presente ensaio propõe a discussão sobre a importância de fatores de natureza política, como linha ideológica do governo e apoio legislativo, nas prioridades de políticas públicas. Ou seja, como uma variação no viés ideológico de um governo, no caso, da esquerda para a direita, acarreta em mudanças práticas na agenda governativa, de mais gastos sociais para menos gastos.

A literatura de ciência política permite distinguir, grosso modo, esquerda e direita com base em suas prioridades de políticas públicas. Partidos de esquerda, considerados pro-welfare, teriam suas atenções voltadas para a produção de políticas de promoção de bem-estar social, como saúde, educação e geração de emprego e renda, enquanto partidos de direita, classificados como anti-wel-





fare, seriam mais preocupados com políticas de redução da inflação. Estudos mais específicos voltados para a América Latina dão conta de que tal distinção ideológica não se aplica aos partidos da região, mais clientelistas e menos programáticos. Contudo, o presente ensaio confronta tal literatura e mostra que a ideologia dos governos, quer federal, quer estadual, importam na produção de políticas públicas. Mais especificamente, governos de inclinação de esquerda tendem a ampliar os gastos em saúde e educação quando comparados a governos de direita, sobretudo quando contam com apoio legislativo.

Em estudo anterior, aplicado a 14 países da América Latina (Bartolini et al., 2008), a teoria segundo a qual inexiste distinção ideológica entre partidos políticos na região por conta de fatores históricos e institucionais foi contestada. As análises estatísticas desenvolvidas nesse trabalho mostram que existe diferença programática entre governos de esquerda e de direita e que essa diferença é claramente percebida na análise do gasto social. Ou seja, há uma variação significativa do gasto em saúde e educação nos países latino-americanos, e os principais determinantes dessa variação atendem a características domésticas, como a ideologia do governo federal e seu apoio legislativo, e sofrem menos influência de fatores de natureza econômica. Em outras palavras, mostra que governos de esquerda com maioria legislativa gastam mais, *ceteris paribus*, na área social do que os demais governos. Mais do que isso, dada à fragmentação de alguns sistemas partidários latino-americanos, as relações entre o Executivo e o Legislativo alteram os resultados de políticas governamentais. Por exemplo, os dados revelam que o gasto social aumenta em governos de esquerda majoritários, mas diminui em governos de esquerda minoritários. O fato de esses governos não contarem com uma maioria legislativa compromete a execução de um dos principais itens de sua agenda programática.

A modificação no mapa político latino-americano nos anos 2000, quando se observam eleições de candidatos de inclinação de esquerda, vide Chávez e Maduro na Venezuela, o casal Kirchner na Argentina, Vazquez e Mojica no Uruguai, Morales na Bolívia, Bachelet no Chile, Correa no Equador e Lula e Dilma no Brasil, motivaram a replicação do mesmo estudo para o período mais recente. Neste caso, optou-se pela análise do gasto em saúde e educação nos estados brasileiros, que também teve seu mapa político alterado com a chegada do PT ao poder central.

GASTO SOCIAL NOS ESTADOS BRASILEIROS

O exame dos gastos sociais no Brasil por estado desde o início da democratização revela aumento expressivo em seus níveis a partir dos anos 2000 em todas as unidades da federação, reflexo das regulamentações posteriores à Constituição de 1988. Não obstante,

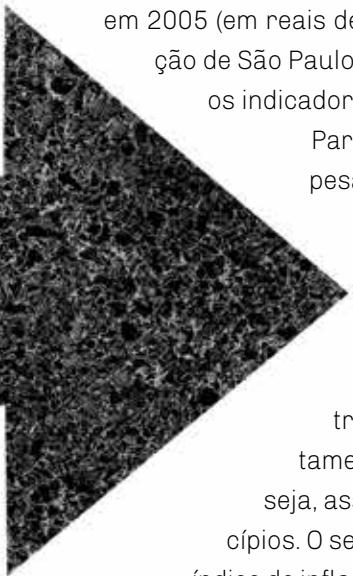


te, o mesmo conjunto de dados que indica a elevação geral dos gastos em educação e saúde permite detectar variação entre os estados ao longo do tempo. Testes para identificar os fatores políticos explicativos dessa variação, como ideologia dos governos estaduais e seu alinhamento com as Assembleias Legislativas e o governo federal, para o período 2002-2013, foram realizados por nós. O argumento que defendemos é que o gasto social é função do posicionamento ideológico dos atores que os governam, ou seja, governadores posicionados à esquerda do espectro ideológico tendem a gastar mais na área social, em saúde e educação, do que governadores posicionados à direita do espectro.

Para construir a variável ideologia do governo estadual, foi desenvolvida uma pesquisa de survey cujas informações foram coletadas mediante o desenvolvimento de um questionário enviado a cientistas políticos, sociólogos, juristas e jornalistas ligados à área política em todos os estados da federação brasileira. Neste questionário, os entrevistados classificaram ideologicamente os mandatos dos governadores dos seus respectivos estados nas eleições de 1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010 em esquerda (1), centro-esquerda (2), centro (3), centro-direita (4) e direita (5), com base na plataforma eleitoral dos governadores, e não apenas valendo-se do seu partido como observação. A informação colhida foi posteriormente ponderada e utilizada na construção de um índice ideológico que compõe esta análise. Neste caso, os governos classificados como de centro-esquerda e centro-direita foram incluídos nas categorias esquerda e direita, respectivamente, agrupando os governos estaduais em esquerda, centro e direita. A classificação da ideologia dos governos estaduais tendo como base não só o partido do governador, mas também a orientação das políticas públicas adotadas pelo seu governo é mais eficiente e se aproxima mais da precisão do que a classificação ideológica com base apenas nos partidos de tais governadores.

São duas as outras variáveis explicativas de natureza políticas. A primeira delas leva em conta se os partidos da coligação eleitoral que elegeu o governador compõem a maioria das cadeiras na Assembleia Legislativa (*Maiolegcoal*). A segunda considera se o partido do governador pertence à coalizão de apoio do presidente da República (*Apoiopres*). No primeiro caso, a lógica deriva do argumento de que governos com maioria legislativa têm mais facilidade em implementar sua agenda de políticas do que governos divididos. No segundo caso, o argumento, já apontado em diferentes trabalhos (vide Blanco, 2001), é que estados controlados por partidos alinhados ideologicamente com o governo federal recebem maiores repasses. Se isso é verdade, incluímos a variável no modelo vislumbrando que, se receberem maiores repasses, podem gastar mais.

Com relação às características gerais de nossas variáveis dependentes, quais sejam, a despesa por unidade da federação/ano em saúde e educação de 2002 a 2013, para que fosse possível comparar valores em períodos diferentes, precisamos retirar o efeito da inflação ao longo do período, ou seja, transformar valores nominais em valores reais de 2013. Isso foi feito utilizando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE). Somente a partir dessa padronização seria possível afirmar que os gastos aumentaram ou diminuíram ao longo do tempo. Em seguida, todos os indicadores de gastos foram dividi-



dos pela população do estado no ano específico, por exemplo, a despesa em educação em 2005 (em reais de 2013) de São Paulo foi dividida pela estimativa da população de São Paulo em 2005. Desse modo, transformamos em *per capita* todos os indicadores de gastos utilizados neste trabalho.

Para fins de testar a hipótese do impacto da política sobre as despesas em saúde e educação nos 27 estados brasileiros em cada ano (unidade de análise sendo o par estado/ano) no período compreendido entre 2002 e 2013, foi construída uma base de dados inicialmente composta por 324 registros. No entanto, durante a construção dos modelos dois cuidados foram tomados. O primeiro deles refere-se ao Distrito Federal. Por ser a capital federal, apresenta um comportamento atípico em relação às demais unidades da federação, ou seja, assume responsabilidades de gastos equivalentes a dos municípios. O segundo cuidado refere-se ao ano de 2002, que apresenta um índice de inflação, medida pelo IPCA, de 12,53, valor bastante superior aos dos outros anos do estudo, conforme pode ser observado na tabela 1.

Por estes dois motivos, verificou-se que o modelo melhora consideravelmente quando se descarta o ano de 2002 e o Distrito Federal da base de dados. Após a realização desses dois ajustes, a versão final da base de dados resultou em 286 observações. As tabelas 2 e 3 apresentam as informações relevantes, a saber: média, desvio padrão, valores mínimos e máximos das variáveis dependentes. Percebe-se que a variação do gasto em saúde é menor do que a verificada em educação (desvio padrão de 168,19 contra média de 336,57 em saúde, contra média de 448,75 e desvio de 241,17 em educação).

Em seguida, estimamos modelos básicos de análise que verificam, simultaneamente, a influência de variáveis políticas (governo de esquerda, maioria legislativa e apoio presidencial), socioeconômicas (taxa de urbanização) e demográficas, como forma de controle (população idosa, população pré-escolar – 0 a 4 anos – e população em idade escolar), sobre os gastos sociais nos estados brasileiros entre 2003 e 2013. Para a variável dependente, *gasto social* (GS) foram utilizados dois indicadores separadamente: gasto em saúde e gasto em educação, ponderados pelo IPCA. Sendo assim, o modelo foi estimado duas vezes, um para cada indicador de gasto social. Os modelos de nosso teste estão no quadro 1.

As informações consolidadas das variáveis socioeconômicas e demográficas, que constam da base de dados final deste trabalho, são oriundas de quatro fontes diferentes: 1) Tesouro Nacional;¹ 2) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);² 3) IPEADATA, base de dados do Instituto de Política Econômica Aplicada;³ e 4) DATASUS, base de dados do Ministério da Saúde.⁴ Por sua vez, as informações consolidadas das variáveis políticas que constam da base de dados final são oriundas de duas fontes: 1) Tribunal Superior Eleitora (TSE);⁵ e 2) Survey aplicado a cientistas políticos, sociólogos, juristas e jornalistas ligados à área política, conforme descrito em parágrafos anteriores.

Os sinais esperados para os coeficientes das variáveis explicativas para a análise dos estados encontram-se no quadro 2.

A metodologia adotada foi a da análise econométrica de painel, ou também chamada análise longitu-



TABELA 1
INFLAÇÃO POR ESTADO: 2002-2013

DATA	INFLAÇÃO - IPCA (% A.A.) - IBGE/SNIPC
2002	12,53
2003	9,30
2004	7,60
2005	5,69
2006	3,14
2007	4,46
2008	5,90
2009	4,31
2010	5,91
2011	6,50
2012	5,84
2013	5,91

Fonte: IBGE/SNIPO

TABELA 2
GASTO EM SAÚDE PER CAPITA NOS ESTADOS BRASILEIROS: 2003-2013 (EM REAIS DE 2013)

	ESQUERDA		TOTAL
	NÃO	SIM	
Média	325,25	357,95	336,57
Desvio Padrão	153,93	191,27	168,19
Mínimo	49,00	88,00	49,00
Máximo	923,00	890,00	923,00

Fontes: Tesouro Nacional (gasto empenhado em saúde 2002-2013) e IPEADATA (Estimativas das populações residentes 2002-2013 e Inflação - IPCA - (% a.a.))

TABELA 3
GASTO EM EDUCAÇÃO PER CAPITA NOS ESTADOS BRASILEIROS: 2003-2013 (EM REAIS DE 2013)

	ESQUERDA		TOTAL
	NÃO	SIM	
Média	445,10	455,65	448,75
Desvio Padrão	209,94	292,28	241,17
Mínimo	135,00	122,00	122,00
Máximo	1.236,00	1.197,00	1.236,00

Fontes: Tesouro Nacional (gasto empenhado em saúde 2002-2013) e IPEADATA (Estimativas das populações residentes 2002-2013 e Inflação - IPCA - (% a.a.))

dinal. Esse tipo de análise permite considerar concomitantemente a dimensão espaço (estado) e a dimensão tempo (ano). Nesse estudo, as principais hipóteses de trabalho foram confirmadas: o gasto social – em saúde e educação – nos estados brasileiros é função do posicionamento ideológico dos atores que os governam. Mais do que isso, governadores posicionados à esquerda do espectro ideológico gastam mais em saúde e educação do que governadores posicionados à direita do espectro, ainda que a força explicativa do modelo estatístico da segunda área seja menor. Os resultados seguem na tabela 4.

Com relação às demais variáveis de controle, vemos que o gasto social é função da maioria legislativa dos governos, ainda que em sentido inverso ao previsto, indicando que, quando os partidos da coligação eleitoral que elegeu o governador compõem a maioria das cadeiras na Assembleia Legislativa, o gasto em saúde e educação é menor. Para esse resultado, qualquer explicação seria precipitada, cabendo um estudo mais aprofundado dessa relação específica. Contudo, uma hipótese plausível é o efeito austeridade da base aliada. Já na análise do impacto do apoio presidencial sobre os gastos sociais, ou seja, quando o partido do governador pertence à coalizão de apoio do presidente da República, vimos que a variável correspondente (Apoiopres) foi a única que não apresentou significância estatística a nenhum nível. A lógica desse teste deriva do argumento de que estados controlados por partidos alinhados ideologicamente com o governo federal recebem maiores repasses e, em tese, podem gastar mais.

O que se pretende com o presente ensaio? De forma esquemática, mostrar que a discussão da relação entre ideologia e políticas públicas continua muito viva e pode ser percebida na comparação das atenções dos governos Lula/Dilma e Temer às áreas sociais. Vale ressaltar que o impacto da linha programática dos partidos políticos ou dos governos sobre as políticas adotadas não é um consenso na literatura de ciência política. Existem trabalhos que, inclusive, mostram pouca relevância na relação (vide Sátiro, 2008). O que importa é chamar atenção para o fato de as análises estatísticas indicarem mais ou menos relevância dependendo dos indicadores de gastos seleciona-

dos, agregado, desagregado, em relação ao gasto público total ou em relação ao PIB, por exemplo. Ou seja, algum impacto a ideologia dos governos exerce sobre os gastos sociais, sobretudo quando há apoio legislativo, e isso pode ser comprovado nos testes apresentados neste ensaio. Vale agora ampliar a análise para os anos vindouros e verificar se os resultados confirmam o que já foi sinalizado para o caso da América Latina e Brasil, ressalvados os períodos das análises anteriores. •

QUADRO 1 MODELOS - SAÚDE E EDUCAÇÃO

MODELO 1 - SAÚDE	MODELO 2 - EDUCAÇÃO
Gasto Saúde per Capita _{it} = b_0	Gasto per Capita _{it} = b_0
+ b_1 Esq _{it}	+ b_1 Esq _{it}
+ b_2 Maiolegcoal _{it}	+ b_2 Maiolegcoal _{it}
+ b_3 Apoiopres _{it}	+ b_3 Apoiopres _{it}
+ b_4 Popidosa _{it}	+ b_4 Popidadeescolar _{it}
+ b_5 Pop0a4anos _{it}	+ b_5 Popurb _{it}
+ b_6 Popurb _{it}	+ b_6 Ano _{it}
+ b_7 Ano _{it}	+ b_7 UF _{it}
+ b_8 UF _{it}	+ ϵ
+ ϵ	

QUADRO 2 SINAIS DOS COEFICIENTES DAS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS

VARIÁVEL EXPLICATIVA	SINAL ESPERADO
Esq	+
Maiolegcoal	+
Apoiopres	+
Popidosa	+
Popidescol	+
Poprescol	+
Popurb	+

TABELA 4
ANÁLISE DE VARIÂNCIA DOS GASTOS EM SAÚDE E EDUCAÇÃO
NOS ESTADOS BRASILEIROS: 2003-2013

FONTE DE VARIAÇÃO	SAÚDE		EDUCAÇÃO	
	ESTATÍSTICA DE TESTE - F	P-VALOR	ESTATÍSTICA DE TESTE - F	P-VALOR
(Intercepto)	6.236,282	<,0001	7095,192	<,0001
Esquerda	21,604	<,0001	3,225	0,0737
PopUrbana	193,626	<,0001	365,385	<,0001
Ano	601,501	<,0001	93,619	<,0001
Maiolegcoal	-12,063	0,0006	-39,327	<,0001
Apoiopres	0,07	0,7913	22,771	<,0001
Popidescol	-	-	50,307	<,0001
Popidosa	-169,943	<,0001	-	-
Pop 0 a 4 anos	-102,515	<,0001	-	-

A autora é diretora da Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
cristiane.batista@unirio.br

O autor é professor adjunto do Departamento de Matemática e Estatística da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
steven.ross@uniriotec.br

NOTAS DE RODAPÉ

1. <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>
2. <http://www.ibge.gov.br/home/>
3. <http://www.ipeadata.gov.br/>
4. <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>
5. <http://www.tse.jus.br/>

BIBLIOGRAFIA

- BATISTA, C., 2008. Partidos Políticos, Ideologia e Política Social na América Latina: 1980-1999. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 51 (3), pp. 633-672.
- BLANCO, F., 2001. *O Comportamento Fiscal dos Estados Brasileiros e seus Determinantes Políticos*. Rio de Janeiro: IPEA.
- SÁTYRO, N., 2008. *Política e Instituições e a Dinâmica das Políticas Sociais nos Estados Brasileiros: uma análise após a redemocratização*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ.

Agradecimentos especiais às alunas Mariani Ferri de Holanda, Meizer Oliveira e Maria Carolina Penteado, que colaboraram como bolsistas de Iniciação Científica da UNIRIO.



DAWISSON BELÉM LOPES

CIENTISTA POLÍTICO

SOY LOCO
POR TI,
AMÉRICA

A INSUSTENTÁVEL LEVEZA
DE SER **BOLIVARIANO**

INSIGHT

INTELIGÊNCIA

ANO XIX • Nº 75 • OUTUBRO/NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2016

ISSN 1517-6940

À PROCURA DE HOBSES



JUNTO É BEM MELHOR.



Acreditamos no poder da interação. Sabemos que as trocas geram mudanças positivas que nos motivam, levam mais longe e fazem bem. É por isso que a gente se dedica tanto a ampliar as possibilidades de conexão entre as pessoas. Porque coisas incríveis acontecem quando a gente interage.

OI.COM.BR

Cheguei cedo ao local onde assistiria à partida. Encontrava-me devidamente fardado com o agasalho amarelo gema de ovo da Confederação Brasileira de Futebol – item que me fora presenteado, vejam bem, muito antes de tornar-se anátema para as esquerdas do mundo. Pouco a pouco, o público foi tomando os assentos da praça de alimentação. Estava eu em um *mall*, desses bem americanizados, situado em região outrora elegante de Caracas, capital da República Bolivariana da Venezuela. Um telão com centenas de polegadas conectava-me a Belo Horizonte, minha cidade natal, em cujo estádio Magalhães Pinto, o popular Mineirão, se passaria a peleja entre Brasil e Alemanha pela semifinal da Copa do Mundo de 2014. Um tanto ingenuamente, pensei por um momento estar na Guadalajara de 1970, cidade-sede da Copa do México – abrigo acolhedor daquela que, para muitos, foi a melhor equipe de futebol de todos os tempos. Num arroubo verbal, o finado historiador Eric Hobsbawm chegou a registrar que o escrete de Pelé & Tostão elevara o ludopédio à condição de arte. Exagero ou não, o Brasil e os brasileiros, rezava a cartilha, eram amados pelos anfitriões mexicanos. Diante de tal pano de fundo, fazia sentido apostar que o uniforme “canarinho” serviria como uma espécie de *laissez-passer* diplomático. Era a credencial para desfrutar de uma gloriosa hospitalidade no país caribenho.

Tudo pronto para rolar a bola.

Apita o árbitro. Começa a partida. O entusiasmo da torcida brasileira media-se em mais de uma centena de decibéis. Os donos da casa, sabedores de suas responsabilidades cívicas, foram com tudo para o ataque, com lançamentos longos e muita correria. A disposição dos amareli-

nhos compensava a falta de um plano tático e o baixo estoque de talento. Nos primeiros lances do jogo, avisou-se o paraíso. Cada par de olhos vidrados na tela já podia imaginar a vitória épica, a que se seguiria a sagrada final, no estádio do Maracanã, templo maior do futebol. Afinal, aquele era o nosso destino. Faltava pouco, muito pouco para o Olímpo. Mas a Alemanha – ah, a Alemanha! – era tinhosa. Tratou de botar água na fervura. Controlou os ânimos. Im-



pôs implacavelmente o seu ritmo. Veio tocando a bola de pé em pé, da maneira mais envolvente, com a velocidade e a precisão de um modelo automotivo fabricado em Munique. Não tardou para a casa cair. Contavam-se onze minutos no relógio do Sr. Marco Antônio Rodríguez quando aconteceu o fatídico escanteio. O roteiro já é bem conhecido: cruzamento de Toni Kroos, defesa vacilante, Thomas Müller desmarcado, gol. Gol da Alemanha.

Anticlímax? Muito antes pelo contrário. Naquele memorável 8 de julho, mais pungentemente até do que os gols marcados pelos alemães – que não foram poucos –, tombou o mito da bem-querença ao Brasil na América Latina: a cada tento que o arqueiro Júlio César sofria, explodia de alegria a praça do shopping center. Os comensais caraquenhos, que não apresentavam evidentes traços fenotípicos germânicos, celebravam o “Mineiratzen” como se não houvesse amanhã. Diante da brutal reversão de expectativas, cogitei diferentes hipóteses, que iam da psicanálise barata (“enfim um uso apropriado para a quase pornográfica expressão *Schadenfreude*”) à sociologia sem fundamento empírico (“extravasam porque ressentidos com o desemprego, a instabilidade política, a criminalidade urbana...”). Lembrei-me até de uma corrente teórica, hoje tornada obsoleta na ciência política, a qual atribuía ao impe-

rialismo ianque – e, por extensão, ao subimperialismo brasuca – quase todos os problemas imagináveis, inclusive a pobreza da América Latina. De um jeito ou de outro, pouco importava: naquela noite, eu e meu nacionalismo narcísico voltaríamos abalados para o hotel.

Os sinais de que minha temporada na Venezuela não seria fácil estavam patentes desde o princípio. Eu só não soube reconhecê-los de pronto. Estava no país com o objetivo de coletar dados para uma investigação acadêmica, patrocinada por órgãos de fomento à ciência dos governos federal e estadual mineiro, acerca dos padrões de produção da política exterior na América Latina. Já havia passado, anteriormente, por Argentina, Chile e Peru. Depois de palmilhar a República Bolivariana, eu rumaria para Colômbia e México, regressando ao Brasil ao fim de quase um mês de périplo. Além de fundamentação documental, interessavam-me as pessoas. Meu plano de ação, elaborado com antecedência de quase um ano, previa numerosas entrevistas com diplomatas, professores, pesquisadores, burocratas de alto escalão, lideranças da sociedade civil. A julgar pela quilometragem a cumprir e pela densidade da agenda, aquilo era praticamente uma versão atualizada, e só um pouco menos glamorosa, do filme *Diários de Motocicleta*.

Assim que pus os pés no aeroporto internacional Simón Bolívar, construído na fantasmagórica municipalidade de Maiquetía, distante 30 quilômetros da capital federal, eu me deparei com um estranho esvaziamento de pátio. Se não me havia equivocado na contagem, as aeronaves estacionadas na pista e nos hangares não ultrapassavam uma dezena. Uma dúzia, com muito boa vontade. Era meio-dia e o terminal estava às moscas, com poucos e mal-humorados funcionários a fazer o controle da imigração. Tudo isso decorria da “crise aérea” vivida à época, fruto de uma retaliação concertada das companhias de aviação à política governamental de confiscar parte das suas receitas. Segundo cálculos da Asociación de Líneas Aéreas de Venezuela, em junho de 2014, o governo já acumulava dívidas de 3,4 bilhões de dólares com as empresas. O boicote, com sensível redução dos voos operados para e desde Caracas, era negado veementemente pela Presidência da República, que alegava haver mera revisão das rotas, com o remanejamento do

pessoal. O dado objetivo, porém, era que a Venezuela havia perdido recentemente a conectividade direta com sete destinos: Toronto, San José da Costa Rica, Milão, Valência, Nova York, Dallas e San Juan de Porto Rico. Uma das companhias que suspenderam atividades, a Air Canada, emitira comunicado oficial em março daquele ano, alegando “incapacidade de garantir a segurança das suas operações”, em virtude dos distúrbios civis. A mala que despachei em Lima, meu porto prévio, foi a última a desportar na esteira, o que só aconteceu alguns minutos depois de todas as outras terem sido recolhidas pelos passageiros do voo. Nem sei quanto tempo permaneci em agônica espera, mas não foi pouco. Nesse intervalo, ninguém para me informar nadica de nada – apenas os militares e seus imponentes fuzis, bloqueando as passagens de uma sala a outra do aeroporto, acompanhados de cães farejadores. Já tinha, àquela altura, a convicção de que minha bagagem houvera sido extraviada ou, quem sabe, retida para averiguação. Felizmente, não seria o caso. Ao que tudo indica, ela apenas recebera um “cuidado especial” por parte da segurança aeroportuária.

Admitido no país pelas autoridades competentes, fui trocar dinheiro para sobreviver pelas próximas horas, até que conseguisse me instalar e chegar ao centro comercial de Caracas. Saquei cem dólares da minha carteira e dirigi-me ao câmbio do aeroporto. Algum tempo antes,

ouvi falar de certo descolamento entre a cotação oficial e a paralela do bolívar. Sabia que o governo andava às voltas com uma política monetária malsucedida. A meta de resistir à desvalorização imposta pelo mercado internacional, apreciando artificialmente a moeda local frente ao dólar, ao euro, ao real, ao peso colombiano, não parecia surtir efeito. Ao trocar a minha *platita* no aeroporto, eu perderia, como de praxe, algum valor aquisitivo. *No pasa nada*, aquilo era parte do pacote, elaborei mentalmente. Peguei no balcão um punhado de notas e moedas e segui confiante para a área dos táxis, louco para chegar à hospedaria. Nem confiava quanto dinheiro tinha em mãos. Uns trezentos, trezentos e cinquenta bolívares. Seria mais do que suficiente, pensei. Todavia... Qual não foi a minha surpresa? Ao chegar ao lado de fora, na rua em frente ao aeroporto, li numa placa grande, visível ao longe, que a corrida de Maiquetía até a região central de Caracas me custaria obscenos 700 bolívares. Pela taxa de conversão do governo, aproximadamente 200 USD. Por uma corrida de 30 km?!? Não batia. Não cabia. Não podia ser. O valor tabelado era impraticável. Acostumado a viajar pelo mundo livre S/A, nun-

ca antes havia estado em enrascada de tal natureza. Tentei barganhar com o *chauffeur* de praça. O melhor que obtive, depois de alguma acrobacia verbal e muita autocomiseração, foi um eventual abatimento da conta para 650 bolívares – a contragosto e sob protestos.

Olhava ao redor e tudo o que via era o aeroporto desértico, meia dúzia de taxistas ociosos, quatro ou cinco carregadores de mala em uma *charla* animada e, mais ao fundo, alguns militares e seus fuzis. Das duas, uma: ou me deixava extorquir e pagava logo os 700 bolívares (no câmbio oficial), ou inventava outra maneira de cruzar a metrópole venezuelana. Acadêmico profissional, não possuía exatamente os dotes de um atleta fundista. Uma caminhada não iria funcionar. Teria de entregar os meus preciosos recursos ao taxista e sobreviver a uma semana naquela cidade, a um custo de vida comparável ao de zonas devastadas por guerras civis? Tal como num *Show de Truman*, eu era observado, literalmente, por todos os que estavam no aeroporto. A certa altura, sentei-me sobre a mala, já contabilizando perdas materiais. Tudo somado, dividido, multiplicado e subtraído, talvez desse para bancar a estada sem pedir arrego à família no Brasil. Iam os anéis, ficavam os dedos, certo? Ok, eu já estava resignado. Levantei-me e comecei a marchar para o patíbulo, digo, para a banquinha de câmbio. Aden-

trei novamente a área coberta do Simón Bolívar. Nada me deteria. A não ser um jovenzinho magricela, pós-adolescente, quase adulto, vestindo camiseta branca e jeans surrados, que, saído sabe-se lá de onde, gritou um estridente "amigo", acercou-se de mim, tocando-me levemente a espalda, como quem guiasse um cego, e disparou: "quanto você quer?" Assustado, sem saber o que dizer, emudeci e encarei o rapaz. Ao que ele, articulada e didaticamente, prosseguiu: "amigo, mirá: aqui é como na Argentina. Não se usa casa de câmbio jamais! Quanto você tem para trocar? Juan [um dos carregadores de malas], venha cá..."

Sim, o universo voltava a sorrir para mim. Mas não sem uma pitada de tensão. Afinal, os militares permaneciam ali ao lado, com seus vistosos fuzis, espreitando o horizonte, como convém a guardiões da revolução bolivariana. E fazer câmbio paralelo, convenhamos, é ilegal em qualquer quadrante do planeta. Desrespeitar as regras estipuladas pelo governo, bem debaixo das barbas dos milicos, sei não, era ousadia demais para alguém com temor à vida. Rapidamente, o tal Juan, amigo do "amigo", trouxe-me bolos e bolos de cédulas bolivarianas. Era ridículo aquele volume de dinheiro! Temi

pela sorte. Os guardas estavam próximos e podiam ver o que se passava. A sensação era a de quem negociava um baseado em praça pública. Pedi discrição. Disse que seríamos presos. Ele deu generosa gargalhada e retorquiu com uma pérola de sarcasmo: "Se preferir, posso levá-lo ao meu escritório." A mensagem era clara: minha ingenuidade havia ultrapassado os limites do aceitável.

A rigor, existia um negociante de moeda dentro de cada venezuelano ao meu redor: primeiramente, os cambistas-cambistas, sob a supervisão oficial. Mas os taxistas, esses também eram cambistas ocasionais. Os carregadores de mala, idem. Os vendedores de balas, os garotos de recado, o rapaz que fazia a manutenção dos banheiros. Talvez até os milicos. Vá saber. Fato é que todos aqueles exemplares traficavam moeda. E, naturalmente, o tecido social não admitia delações. Estavam irmados na inobservância à lei. Um alívio para mim, por suposto. Na matemá-

tica de *las calles*, 100 dólares pagavam 10 mil bolívares. Estupefato, perguntei novamente a meu corretor cambial: "Tem certeza da taxa? É 1 para 100 mesmo?" Ao que veio a resposta consagradora: "Se tiver euros, posso chegar até 120." Sem nenhuma convicção, arranquei do bolso uma cédula de 100 euros, filha única, dessas que a gente guarda para a eventualidade que nunca chega. Se o cara me entupisse de notas falsas, paciência. Eu não estava em condições de resistir, de bancar o consumidor consciente. Com os bolsos internos do paletó recheados de maços de mil bolívares, fiz a travessia de táxi do aeroporto Simón Bolívar até Caracas. Não sem antes presenciar o início de um pugilato pelo "direito" de me conduzir. Ora: depois daquele câmbio clandestino, além de contraventor, tornara-me aparentemente um *nouveau riche* desejável. Superada a desinteligência entre os colegas motoristas, iniciamos o passeio de quarenta e poucos minutos. Um verdadeiro banquete para os olhos de um cientista social.

Simón Bolívar, *El Libertador*, assumiu desde muito jovem o protagonismo nos esforços pela independência venezuelana, concretizada em 1811 – embora não de maneira incontestável ou pacífica, como os enfrentamentos com a Espanha mostrariam. Rico fazendeiro de cacau, ele não acreditava em um projeto espanhol que pudesse levar a Venezuela a superar a condição de colônia de exploração, de eterna provedora

de recursos primários à metrópole. O mesmo raciocínio aplicava-se ao prognóstico, então realista, de Napoleão Bonaparte vencer as guerras que movia pela Europa e colonizar, por vias tortas, a América espanhola. Inspirado na saga dos federalistas estadunidenses, o objetivo original de Bolívar consistiu na geração de condições propícias ao autogoverno venezuelano – ou, numa chave contemporânea, a algo próximo daquilo a que se tem chamado, em linguagem pomposa, de “autodeterminação dos povos latino-americanos”. Ao contrário do que as versões bolivarianas correntes podem dar a entender, Bolívar não era exatamente um antiamericano. Demonstrava respeito – quando não admiração – pela trajetória política dos Estados Unidos da América. Rotou os Pais Fundadores de “visionários benevolentes” com seus “experimentos fantásticos”. Deixaria clara a sua inclinação por um governo unitário e centralizador, ao rejeitar, para a Venezuela, o modelo federativo. Isso porque, na sua visão, as forças desagregadoras ainda atuavam muito fortemente no território, e as províncias grão-colombianas, constitutivas do novo Estado independente, não se haviam integrado em um projeto político efetivamente nacional. A mescla de republicanismo liberal oitocentista com o desejo de reprimir

as convulsões domésticas marcaava, portanto, o cerne do pensamento bolivariano de raiz. Seria necessário corrigir excessos em nome da estabilidade e da autoridade constituída. Tanto assim que, quando foi redator da Constituição da Bolívia, nela inseriu um dispositivo que previa, para o presidente, as prerrogativas da vitaliciedade e a capacidade de nomear o próprio sucessor. Ou seja: o presidente seria o equivalente funcional de um monarca, ainda que não ostentasse título nobiliárquico. A concentração de poderes nas mãos do Poder Executivo contrariava o liberalismo de Montesquieu e de Jefferson. No entanto, desde uma mirada histórica, a hipertrofia da Presidência da República – defendida, às escondidas, por Bolívar – ajuda a entender uma série de fatos e tendências, relativamente à emergência e à cristalização do modelo bolivariano do século XXI.

Em referência à organização da sociedade, a historiografia não registra impulso mais consistente de Simón Bolívar pelo igualitarismo estrito entre os cidadãos, pelo estabelecimento de uma ordem socialista, comunista ou assemelhada. Após a

independência, o poder seria mantido nas mãos de uma pequena elite letrada, visto que o critério para participar do sufrágio (universalizado, na Venezuela, para os homens, somente em 1853) era a alfabetização, precondição das mais exigentes numa sociedade agrária. O escravismo seria abolido lentamente – restando indícios de que, por volta de 1830, existissem ainda 45 mil escravos na região. Como provocava o professor Malcolm Deas, da Universidade de Oxford, seria grande anacronismo imaginar que algum líder latino-americano da independência tivesse trabalhado por uma ordem rural igualitária. De fato, o raciocínio faz sentido: o movimento de libertações nacionais latino-americanas foi, antes de tudo, um processo conduzido pelo alto, em nada fazendo lembrar as revoluções de massa – sobretudo, a soviética e a chinesa – do século XX. À luz do exposto, o bolivarianismo do século XXI parece, isto sim, subverter as concepções que, alegadamente, lhe teriam dado origem.

Tão logo cumprida a profecia bolivariana da libertação, a República da Grã-Colômbia desmembrou-se em três unidades político-territoriais: Equador, Nova Granada (Colômbia) e Venezuela. Três repúblicas que tinham muitas características em comum, mas que também apresentavam as suas particularidades. Eram majoritariamente formadas por pequenos povoados, racialmente diversificados e pouco coesos. Nisso,

Equador, Nova Granada e Venezuela apenas refletiam o padrão da colonização espanhola. Porém, no referente à economia, as diferenças eram sensíveis. A Venezuela mostrava-se-ia, desde o começo, a mais dinâmica entre as três repúblicas. O motor para a atividade econômica era o cacau, de qualidade superior, transformado em produto de exportação para o México e a Europa. Ao cacau somava-se a cultura do café, desenvolvida a partir do século XVIII, líder na relação dos produtos

venezuelanos exportados, em valor, em meados dos anos 1830. Note-se, contudo, que a Venezuela não conseguia, por todo o século XIX, encontrar um produto básico para exportação contínua. Tampouco era país atraente para investimentos estrangeiros, dado o seu insulamento do mundo. Mesmo com todas as dificuldades acarretadas pelas flutuações de preço no mercado internacional,

o café continuou a ser, até o início do século XX, o arrimo da economia de exportação. Outro aspecto relevante é que esse cultivo do café serviu como impulso para a libertação efectiva de escravos – que, frequentemente, se evadiam das fazendas, em busca dos riscos e das oportunidades do trabalho livre e assalariado. Tudo guiava a uma maior dinamização da atividade econômica. No entanto, a dificuldade de auferir receitas também levava os governos da região a desenvolver técnicas mais eficientes de tributação da população. Além disso, boa parte das receitas provindas da taxação revertia-se para a “militarização” – sob a sombra de terem de travar uma eventual guerra de reconquista contra a Espanha. Embora as informações a respeito da economia venezuelana do século XIX sejam truncadas e incipientes, estima-se que, por volta de 1870, o país contasse com população de aproximadamente 2 milhões de habitantes (o dobro da registrada ao tempo da sua independência), tendo ingressado no seu segundo grande ciclo de exportação de café.

A gênese da indústria petrolífera venezuelana remete a 1878, ano da fundação da Compañía de Petróleo del Táchira. A primeira concessão do governo para exploração estrangeira é feita, em 1883, a uma empresa americana – a New York and Ber-



múdez Company. A partir de então, o petróleo torna-se moeda das transações políticas na Venezuela. Concessões eram feitas com base nas relações personalistas mantidas com o presidente da ocasião. No entanto, é só com o fim da Primeira Guerra Mundial que o petróleo começa a figurar como produto de exportação com alguma relevância no mercado internacional. Em 1926, o líquido negro já era a principal *commodity* da pauta de exportações do país. Logo em 1928, a Venezuela tornara-se a segunda maior produtora mundial de petróleo, respondendo por 8% da produção mundial, além de sagrar-se a maior exportadora do mundo, em toneladas do óleo. Como é razoável supor, após o advento da indústria do petróleo, os vínculos da Venezuela com a economia mundial são robustecidos, e as relações bilaterais com os Estados Unidos da América passam a constituir pedra de toque da política externa venezuelana. Ao contrário de Equador e Colômbia, a terra de Bolívar conseguia atrair para si a atenção das potências da época. Em 1928, o somatório de importações e exportações correspondia a mais de 120% do PIB nacional. Rapidamente, a economia extrovertiu-se por completo, reorientando-se para o comércio exterior. Há que citar, como efeito colateral da "marcha do petróleo", a urbanização acelerada por que passou o país, o que minou a economia agrícola e fez expandir as classes médias e o proletariado. Burocratizou-se o Estado e



modernizou-se a sociedade. Ou seja: por volta de 1930, estava, finalmente, pronto o alicerce da Venezuela moderna.

A "Crise de 1929", devastadora para a maioria dos países da América Latina, não surtiu efeitos apreciáveis sobre a Venezuela. O petróleo havia se incumbido de fazer blindagem à economia, de modo que, no ano de 1932, o volume de exportações do país era rigorosamente o mesmo registrado em 1928. A queda nos preços das *commodities*, no ciclo de depressão econômica, foi amplamente compensada pelo rápido crescimento das exportações, ocorrido na segunda metade dos anos 1920. Além disso, a Venezuela soube aproveitar-se da condição de ser o país produtor de petróleo com custos mais baixos em todo o continente americano. Na política, o aspecto notável do período foi a manutenção de Juan Vicente Gómez no poder, a despeito da turbulência generalizada na política

latino-americana. O autocrático presidente permaneceria no comando do Estado de 1908 até 1935, ano de sua morte. Contribuíram a relativa estabilidade propiciada pelo setor petrolífero e as boas relações cultivadas pelo ditador com investidores estrangeiros – principalmente, ingleses e estadunidenses.

A década de 1930 significou, para a Venezuela, crescimento na renda nacional da ordem de 6% ao ano. Aumentou também, de forma considerável, o volume de importações e de exportações feitas pelo país, aprofundando-se a inserção mundial. Os dados agregados da economia venezuelana obscureciam, porém, a falência maciça dos cultores de café e de cacau, bem como dos criadores de gado, duramente afetados pelas oscilações do mercado internacional após o crack da Bolsa de Nova York. A tendência seria agravada com a eclosão, em 1939, da Segunda Guerra Mundial, e a diminuição de demanda que se seguiu. Em 1940, embora a Venezuela detivesse a sexta maior economia da América Latina, a participação da indústria na renda nacional não passava de 14%. A enorme receptividade internacional ao petróleo havia, ironicamente, desarranjado a matriz produtiva do país – fenômeno que a literatura uni-



versitária batizou de "doença holandesa", era alusão ao análogo ocorrido, no século XVII, com as tulipas dos Países Baixos.

A concentração de recursos na base do Estado – a um só tempo, empresário e aparato do fiscalismo – produzia sobre os cidadãos a impressão de que todo desenvolvimento social passava, necessariamente, por ações governamentais, encetadas de cima para baixo. Apesar de o presidente Rómulo Betancourt ter empreendido políticas para o desenvolvimento industrial no imediato pós-Guerra, um novo governo ditatorial, de Marcos Pérez Jiménez, estancaria, em boa medida, o referido processo. A deposição de Rómulo Gallegos, aos oito meses do exercício presidencial, representou o aborto de uma experiência de governo democrático até então inédita na Venezuela. A década seguinte, sob Pérez Jiménez, não veria traço de democracia no país. Por outro lado, os anos 1940 também simbolizaram, do ponto de vista da política institucional, a consolidação da centralização administrativa do Estado, ou o "último suspiro" do caudilhismo. A intensa polarização político-partidária do início dos anos 1950, contrapondo, de um lado, a Ação Democrática (AD), nacionalista e anticlerical, e, de outro, o Comitê de Ação Política Eleitoral Independente (COPEI), conservador e católico, desaguou em uma clássica solução de compromisso, a qual geraria efeitos duradouros para a política venezuelana: o Pacto

de Punto Fijo, formalizado em 1958. De acordo com o Pacto, os líderes dos três maiores partidos venezuelanos – AD, COPEI e URD (União Republicana Democrática) – comprometiam-se a aceitar os resultados das eleições, a formar um governo de unidade nacional e a acionar mecanismos de consulta recíproca sobre os temas políticos mais palpitantes. Garantias adicionais também foram concedidas à Igreja, aos militares e à indústria nacional.

O hotel em que me hospedei estava no distrito de Las Mercedes, zona de lazer e entretenimento que fazia lembrar, remotamente, o centro de São Paulo. Era um cinco estrelas, fundado em 1953, mas as suas diárias, arrematadas via Booking.com, tinham preço de albergue da juventude. Apesar de tradicional, fora recentemente encampado por uma cadeia americana, situando-se, em termos estilísticos, a meio caminho entre o relicário e a boutique. A habitação standard era grande e luxuosa, indicando que o estabelecimento já vivera dias melhores. A sua piscina, de arquitetura arrojada, noutros tempos o refúgio de diplomatas estrangeiros que se encontravam em Caracas, era hoje

uma sombra pálida dos anos de apogeu, com azulejos quebrados e vazamentos por todos os lados. O serviço do hotel, esse era irremediavelmente precário. Conjugavam-se robe de seda no guarda-roupa e mobília de madeira nobre com ausência de conexão wireless e o contingenciamento do papel higiênico no banheiro (perdido pelo clichê, mas os efeitos da escassez desse bem de consumo não durável são realmente desconcertantes). Do quarto, a vista era particularmente privilegiada. Como me puseram em um dos últimos andares da torre, que, construída sobre uma colina, dava visão panorâmica para a cidade, as grandes janelas translúcidas permitiam identificar ao longe os enfrentamentos entre milícias a favor e contra o regime socialista. Na base do pau e da pedra, os grupos digladiavam-se, seja nas avenidas do centro da cidade, seja nas ruelas dos barrios. A fumaça branca e o estampido das bombas logo se tornaram parte do meu dia a dia. Enquanto isso, no saguão amplo e sunto, ainda que pouco povoado, um belo piano de cauda era executado automaticamente, alternando trilhas clássicas e contemporâneas, alheio a tudo. Quando percebi pela primeira vez a sua existência, tocava "Sentimental Journey", de Frank Sinatra. Tratava-se da representação musical mais pronta e acabada da esquizofrenia social que permeava Caracas.

As décadas compreendidas entre 1950 e 1980 mostraram-se cruciais para a formação da Venezuela con-

temporânea. Mais do que isso: projetaram, por um instante, a sombra de uma "Grande Venezuela" para o futuro. Economicamente, o desempenho do país foi impressionante. O produto interno bruto expandiu a uma taxa média anual de 4,4%. No rastro dos "anos dourados" do século XX, a Venezuela foi, efetivamente, "rebocada" pelo crescimento econômico dos mercados desenvolvidos, com ênfase para os Estados Unidos, a Europa e o Japão. A pujança da atividade industrial daqueles países fazia necessário o incremento nas importações do petróleo, o que içava a Venezuela a uma posição privilegiada no contexto do Terceiro Mundo. Haja vista que, enquanto a maior parte dos Estados do seu entorno entrava em recessão em 1973, diante do primeiro Choque do Petróleo, o país registrou aumento sem precedente nos ganhos procedentes das exportações – que subiram de US\$ 3,1 bilhões, em 1972, para US\$ 11,3 bilhões, em 1974. Politicamente, o Pacto de Punto Fijo funcionou como um tipo de marco constitucional. Inaugurou um regime de cooperação partidária, que resistiria por quatro décadas – mais precisamente, até a ascensão ao poder de Hugo Chávez Frías, em 1999. Até 1958, a Venezuela conhecera 25 constituições, alternando ditaduras estáveis e instáveis; e oito anos de governo civil (dos quais apenas três em

democracia). Doravante, sob o signo da moderação e o Texto Constitucional de 1961, AD e COPEI fariam civilizada alternância no poder, estabelecendo, a despeito da aparente improbabilidade, um regime democrático competitivo, no coração de uma das regiões menos democráticas do planeta, durante o período da Guerra Fria.

Entretanto, o gigante tinha pés de barro. Os anos 1980 significaram, da dupla perspectiva da econo-

mia e da política, duros golpes para a Venezuela. O esgotamento do keynesianismo econômico no mundo, e do Estado de bem-estar social na Europa, desencadeou uma crise de liquidez mundial que, em pouco tempo, levou os países da América Latina, um após o outro, à bancarrota – a começar pelo México, em 1982. O exemplo venezuelano tem um componente dramático: o subdesenvolvimento do seu setor industrial – o qual, em 1980, respondia por menos de 19% da renda nacional. A histórica falta de investimento na indústria não petrolífera acarretava altos coeficientes de importação, principalmente dos bens de consumo. De





1981 a 1990, a renda bruta venezuelana cresceu a 0,6% ao ano, denunciando, se nada mais, a falta de dinamismo econômico. De resto, a deterioração dos termos de troca no comércio internacional conduziu a Venezuela ao endividamento internacional e à necessidade premente de reformas institucionais. Em fevereiro de 1989, um levante popular – conhecido como “Caracazo” – terminaria em derramamento de sangue, após o aumento dos preços das tarifas de transporte público, acorda-

do entre o presidente Carlos Andrés Pérez e o Fundo Monetário Internacional. Críticos venezuelanos, na academia e na imprensa, fazendo eco à insatisfação popular, passam a tratar o regime democrático ali instalado por “partidocracia”, sugerindo o insulamento do povo em relação ao processo decisório. O paradigma do Punto Fijo não se sustentaria no médio prazo. Aspectos demográficos também ajudavam a entender o desmoronamento do projeto “Grande Venezuela”. Entre 1930 e 1990, a população do país cresceu quase sete vezes, enquanto a da América Latina quadruplicou. Isso se explica tanto pelas altas taxas de fecundidade quanto pelas imigrações – legais e ilegais – que, sob a miragem do eldorado petrolífero, aconteceram em larga escala. Acrescenta-se a rápida e desordenada urbanização da sociedade venezuelana. No intervalo de meio século, a população nas cidades saltou de 14 para 83%, concentrando-se, sobretudo, em Caracas. Em face do que se expõe, não surpreende que o PIB per capita venezuelano, em 1992, tenha regredido ao patamar de 1963.

No ano passado, em um evento acadêmico realizado em Porto Rico, dividi mesa com um painelista venezuelano. Feitas as nossas apresentações, puxei assunto e ele, receptivo e simpático, retribuiu. Contei-lhe brevemente a minha experiência em Caracas e, em especial, o episódio do 7 a 1. Rápido no gatilho, ele disparou: “É o apoio que vocês dão ao regime.

As classes mais altas não os toleram. Associa-se o Brasil ao descalabro que a capital – e o país como um todo – vivencia”. Bem ou mal, era uma hipótese inovadora sobre a gratuita hostilidade à seleção brasileira de futebol, detectada por mim em 2014. Os modelos analíticos da ciência política costumam apontar a *relativa apatia* dos eleitores sobre temas de diplomacia e política externa. Em regra, o mundo lá fora, para um cidadão comum, conta muito pouco. Na América Latina, em particular, quase ninguém vota com base em plataforma política de relações internacionais. É importante, entretanto, notar a relatividade dessa conexão, já que, em determinados contextos e circunstâncias específicas, como a escassez alimentar ou as guerras, a mencionada apatia pode ser substituída pelo engajamento ferino. Se o presidente Fulano de Tal é responsabilizado pela má condução de uma estratégia de defesa nacional, da qual resultem mortes banais, ele será severamente punido nas urnas. Ora: se o motivo intuído pelo colega pesquisador era, de fato, o que explicava o antibrasilismo nos estratos

superiores da população de Caracas, a percepção prevalecente poderia ser a de que os venezuelanos estivessem em meio a uma verdadeira guerra. Ou, no mais eufemístico dos registros, em conflito civil de considerável gravidade.

A posição da diplomacia brasileira sobre a Venezuela alterou-se significativamente ao longo dos últimos 20 anos. Enquanto FHC manteve relações protocolares com o regime de Caracas, Lula da Silva aproximou-se fraternalmente de Chávez, fazendo da aliança com a nação caribenha uma das pontas de lança da política externa de Brasília. A estratégia, conhecida como “paymastering”, consistia em o país mais rico e poderoso – Brasil – arcar com a maior cota das despesas relativas à integração regional, haurindo daí o direito de liderar os mais pobres e frágeis nos arredores. A polêmica, fartamente alimentada pelos meios de imprensa em 2015, de que o metrô de Caracas fora reformado com verba do BNDES, banco desenvolvimentista mantido pelo contribuinte brasileiro, insere-se em tal dinâmica de política externa. O referencial histórico exitoso desse tipo de prática é a Alemanha Ocidental, que, depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, reunificou-se, absorvendo para si os custos do atraso econômico do lado oriental e, por conseguinte, tornou-se a locomotiva da União Europeia. Dilma, apesar de menos calorosa com o bolivarianismo do que o seu antecessor e correligionário, conservou

as linhas gerais do relacionamento diplomático durante o seu termo presidencial; se não era exatamente amiga dos seus homólogos Hugo e Nicolás, ao menos parecia cordial com os venezuelanos. Desde a chegada ao poder de Temer, porém, o que era riso, fez-se pranto, e das mãos espalmadas, fez-se o espanto.

Circular pela região central de Caracas era um exercício pedagógico acerca de contrastes sociais. Nos bairros mais pobres, o suporte ao regime bolivariano aparetava ser maciço. Não se nega que a petropolítica chavista logrou traduzir-se em efetiva assistência social aos carentes e vulneráveis. Donde a hegemonia obtida nos últimos ciclos eleitorais. Uma referência marcante para o transeunte é a *street art* saudosista, com vivas representações do falecido Coronel. Numa delas, sob o mote da revolução, via-se um Chávez altivo e jovial, omnibreado por Bolívar e Che Guevara. Noutra, o Comandante era retratado como um boxeador, que golpeava com um direto no estômago o presiden-

te americano, George W. Bush. Não saberia dizer se Lênin ou Mussolini teriam sido mais cultuados em sua própria aldeia do que Hugo Chávez. Seja como for, a adoração ao herói permanecia intensa. Nas zonas caraqueñas mais sofisticadas, sobressaía o que o sociólogo Thorstein Veblen chamou de “padrão de consumo conspícuo”: misses pré-fabricadas e seus garbosos acompanhantes desfilando imperturbáveis, em carros SUV importados, blindados, com tração nas quatro rodas – e movidos a óleo barato, subvenzionado pelo Estado. Corrado Gini e seu coeficiente de concentração de renda enviam saludos. Enquanto isso, as longuíssimas filas nos supermercados, para a aquisição de gêneros básicos, perturbavam e desvelavam. As prateleiras das vendas não tinham reposição de estoque. A sensação de impotência era estranha: ter o dinheiro no bolso e, sistematicamente, não encontrar o produto disponível em lugar algum. Nesse diapasão, até um lanche no McDonald's ganhava contornos aventureiros. Não era incomum ter de contentar-me com um sanduíche do cardápio em que dois ou três dos seus ingredientes constitutivos estivessem “em falta”. Ok, vida que segue, nunca gostei mesmo de picles. Para comprar uma garrafinha de meio litro d'água, ou eu encarava de duas a três horas de pé, à espera da fatura, ou desembolsava uma fábula pelo artigo de subsistência em algum restaurante de luxo. Uma cerveja, então, era utopia. Fiscais ar-

mados faziam a segurança dos comércios, impedindo os saques. O impulso inicial, diante da configuração dantesca, era sacar o telefone e fotografar – o que, depois de hesitar por um instante, julguei indigno. Por mais que quisesse registrar, disseminar, denunciar o drama da classe trabalhadora – que já é um segredo de polichinelo a esta altura –, não cabia agir como se aqueles homens e mulheres fossem bichinhos exóticos da fauna nativa. Uma dose de empatia não faz mal a ninguém. *Noblesse oblige.*

Em minha estação de trabalho improvisada – uma mesinha lateral do hall de entrada do hotel – recebia colegas venezuelanos, conversava demoradamente, trocava presentes, experimentava drinks, recebia conselhos turísticos. Um dos professores com quem tratei, Carlos Antonio Romero, titular da Universidade Central da Venezuela, fez-me gentileza adicional: trouxe-me exemplares de cinco diferentes diários de Caracas. Queria manter-me atualizado, a par da situação. Inadvertidamente, provou um ponto que talvez nem fosse sua intenção: a existência de liberdade de imprensa por aquelas bandas. O arco de tendências editoriais ia do oficialismo do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), com sua

propaganda infantilizante sobre o país, ao mais desbragado *putschismo* da oposição, bem expresso pelo editorial que incitava sem cerimônia a guerra civil e a invasão popular do Palácio Miraflores. Em Caracas, o meio-termo não tinha vez. Os anos 1990 abriram a “caixa de Pandora” da política venezuelana. Sob o pretexto do fracasso da *partidocracia* em atender satisfatoriamente às demandas populares, dois golpes de Estado foram tentados em 1992. Em meio ao que significava, para a América Latina, o advento de uma era de amplas reformas estruturais, Carlos Andrés Pérez falhou em implantar a sua agenda reformista e, como decorrência, sofreu o impedimento constitucional, tendo de deixar o posto. O sistema de partidos venezuelano começou a ruir: AD e COPEI, que dominavam a cena política desde 1973, perderam a presidência para Rafael Caldera, candidato independente, nas eleições de 1993. Na sequência, em 1998, AD e COPEI não lançaram sequer candidatura própria, decidindo apoiar outro candidato independente, Henrique Salas

Römer – derrotado por Hugo Chávez, artífice da primeira tentativa de golpe. As linhas do bolivarianismo do século XXI haviam sido tramadas.

Chávez é o responsável pela instauração de um novo regime político no país. Uma nova Constituição é fabricada, passando a vigorar em 1999. Novas leis eleitorais são aprovadas, oficiais corruptos são julgados e condenados, o sindicalismo nacional é democratizado. Não obstante, a tradicional matriz democrática liberal – que inspirou, em certa medida, o libertador Bolívar – é gradativamente substituída por um modelo baseado na ideia de soberania popular, na vontade das massas. O presidente recém-eleito soube desvincular-se de parcela considerável das travas institucionais que constrangiam seu exercício de poder, mesmo que, para tanto, houvesse de proceder com algumas quebras constitucionais. Fê-lo em duas etapas: eliminando os velhos atores, em condição de fazer frente ao presidente; e garantindo a lealdade dos novos jogadores. Inicialmente, foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte, o que supriu, no curto prazo, algumas das amarras ao Poder Executivo: extinguiu-se a Corte Suprema de Justiça, criando-se, em contrapartida, o Tribunal Supremo; nomeou-se um novo conselho eleitoral; apontou-se um novo controlador geral da República – todos propensos a colaborar com o regime chavista. Paralelamente, a Assembleia Nacional Constituinte designou um Comitê Le-

gislativo Nacional, que assumiu, provisoriamente, o lugar dos parlamentares eleitos, até que novas eleições pudessem ser realizadas. Apenas em agosto de 2000, uma nova legislatura, democraticamente eleita, assumiu os assentos no parlamento, tornado unicameral. Chávez reelegeu-se à presidência com 57% dos votos válidos, contando com o apoio ostensivo de pelo menos 99 dos 165 congressistas eleitos – os quais passaram, em novembro de 2000, uma lei que concedia amplos poderes para o presidente expedir decretos sobre um variado leque de assuntos. Poucos governadores permaneceram na oposição política; e os que decidiram arcar com os custos, tiveram a sua capacidade de governar minada. O resumo da ópera: entre dezembro de 1998 e agosto de 2000, Hugo Chávez conseguiu remover ou enfraquecer todos os seus freios e contrapesos institucionais.

Já no fim de 2001, depois do alinhamento de determinados setores sociais do processo decisório nacional, Hugo Chávez passa a ser alvo de campanhas de descrédito. Líderes empresariais declaravam que o presidente havia abusado dos poderes delegados pela Assembleia Nacional Constituinte, o que incluía a aprovação de duas leis, uma sobre

reforma agrária e outra sobre hidrocarbonetos, sem a devida consulta democrática. Parcela expressiva da imprensa e as altas patentes do Exército mobilizam-se contra Chávez. Em meados de 2002, o suporte popular ao presidente despencou, passando de aproximadamente 2/3 para 1/3 do eleitorado. Sobreveio o inevitável: em abril daquele ano, uma conspiração militar-empresarial-sindical tentaria tomar o poder na marra. Liderada por Pedro Carmona Estanga, uma junta anunciou a dissolução da Assembleia Nacional e da Suprema Corte, o repúdio à Constituição de 1999 e a prisão imediata dos governadores chavistas. Só que o contragolpe veio rápido: incapazes de fazer Chávez renunciar, os usurpadores tiveram de haver-se com os protestos pró-Chávez que tomaram as ruas da Venezuela. Instâncias democráticas latino-americanas condenaram com veemência a tentativa de golpe. Passados alguns dias, os articuladores da deposição viram-se sem alternativa. Haviam-se esgotado seus recursos e argumen-

tos. Chávez retornaria à presidência, fortalecido, ficando como saldo um país ainda mais dividido.

Em 2006, o presidente venezuelano era reeleito democraticamente para um novo termo de seis anos de duração, contados a partir de janeiro de 2007. Pelo que se afirmara no discurso da vitória, a “transição” havia acabado. Isso queria dizer, fundamentalmente, ainda maior autonomia do chefe do Executivo para agir de ofício, no cumprimento das promessas de campanha. Chávez governaria com mãos de ferro, rumo à revolução. Dentre as medidas concretizadas, destacam-se a não renovação da concessão para funcionamento da RCTV – emissora de TV que deu guarida aos golpistas de 2002 –, a estatização de companhias dos setores de energia e telecomunicações, e a aprovação, em referendo, da emenda que limava da constituição o limite ao número de reeleições presidenciais. O fato novo, que reorientou todo o curso da história venezuelana recente, foi o adoecimento do líder. Um tumor maligno, revelado em 2011, levaria Chávez a diversas visitas a Havana, para fins de tratamento médico. Com a remissão do câncer, a situação política nacional deteriora-se profunda e aceleradamente. A oposição, capitaneada por Henrique Capriles, ganharia terreno, a ponto de ameaçar a longa hegemonia do PSUV. Ainda que tenha sido reeleito em outubro de 2012, o Coronel não tomaria pos-

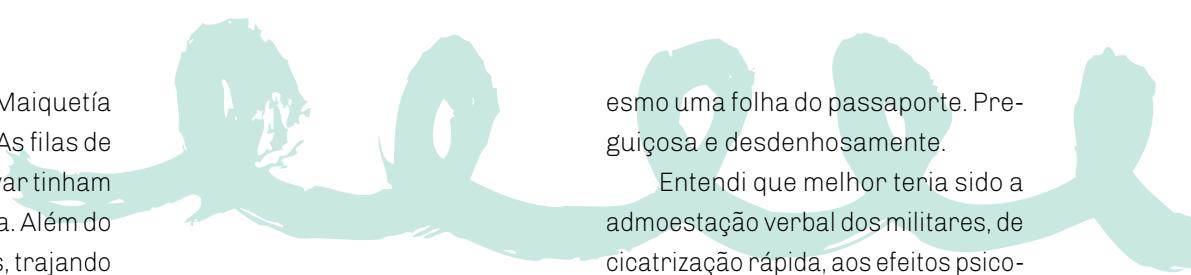
se do seu quarto mandato presidencial, em função da piora do quadro clínico. Seu ministro de relações exteriores, tornado vice-presidente da República, o sindicalista Nicolás Maduro, credenciava-se como herdeiro natural do chavismo. Não tardou para que, em março de 2013, aos 58 anos de idade, Chávez finalmente sucumbisse ao imperador de todos os males. Rei morto, rei posto: ato contínuo, elegeu-se Maduro presidente, numa disputa em que a diferença entre os dois contendores foi de menos

de 1,5% dos votos válidos. A polarização política atingia o paroxismo. Uma das vantagens inesperadas da privação de internet no meu hotel em Caracas – pois, para completar o cenário, o roaming internacional do telefone também não funcionava – foi a redescoberta de um velho hábito: zapear a televisão. Além da enxurrada de enlatados gringos, algo tão compreensível quanto previsível, o hóspede podia deliciar-se com a programação da rede pública venezuelana, cuja grade exibia Nicolás

e seus *red caps* em diferentes ângulos. Em um dos lances mais pitorescos que presenciei, o presidente da República em pessoa oferecia carros zero quilômetro aos para-atletas que competiram nos Jogos Pan-Americanos Juvenis. Um deles, sentado em sua cadeira de rodas, pediu a palavra e, chorando copiosamente, agradeceu ao líder nacional por levar adiante os ideais chavistas. O que deveria parecer um gesto de generosidade e desprendimento, eu tomava como cesarismo canastrão. Minha referência óbvia, uma vez mais, era a Copa de 1970, quando o indefectível Paulo Maluf, então prefeito da cidade de São Paulo, presenteou cada um dos campeões mundiais de futebol com um fusca novinho. Contrariando o título do documentário, posso afiançar-lhes que, na Venezuela, a revolução bolivariana é televisinada o dia inteiro. Todos os dias da semana. Sem intervalos comerciais.

Depois de alguns dias coletando informações para a minha pesquisa, chegava a hora de partir. A missão havia sido parcialmente cumprida. A próxima paragem seria a capital da Colômbia. Num trecho que geralmente seria feito em menos de três horas, por voo direto, eu levaria doze. Em função da crise aérea (crise? que crise?), o agente de viagens desdobrou-se para encontrar-me uma conexão em Santiago do Chile, fazendo-me percorrer nada menos que 9,2 mil quilômetros, em vez dos costumeiros 4,8 mil. Isso para não mencionar a antecedência recomendada de





seis horas para chegar a Maiquetía e não perder o embarque. As filas de passageiros no Simón Bolívar tinham extensões de sumir de vista. Além do time dos chiques & famosos, trajando echarpes de seda e chapéus vitorianos, sob um calor incapacitante de 35 graus, outro perfil recorrente no aeroporto era o de retirantes. Gente que tentaria a sorte em Madri, Paris ou... na vizinha Bogotá. Depois de enfrentar duas ou três dessas filas intermináveis, quando eu finalmente me livraria da mala que empurrava para cima e para baixo, eis que me inventam o pagamento compulsório de uma "taxa de impacto ambiental para turistas" – ou não me seria permitido deixar Caracas. Caraca! Como já havia dilapidado toda a minha fortuna bolivariana, tive novamente de trocar dinheiro, com base na cotação do dia da agência oficial de corretagem, dado que não se aceitava sequer cartão de crédito no guichê de cobrança. Mais uma lição para tomar nota: a extorsão governamental podia ter várias formas – e nomes.

Quitada minha dúvida ambiental com a República Bolivariana da Venezuela, submeti-me à checagem de segurança. Com os fuzis pendurados sobre os ombros, os militares ordenavam um tanto rispidamente que objetos avulsos dos passageiros fossem colocados dentro dos bolsos dos casacos. Mal dos pecados, apesar de cartazes demandarem repetidamente que líquidos fossem descartados no ca-

minho até o raio-x, não me livrei da garrafinha d'água que trazia comigo. Pura distração. Pus a mochila sobre a esteira e... Só depois me lembrei daquele maldito líquido! Tarde demais. "O bicho vai pegar", pensei. Projetei um esporro monumental, desses que deixam a gente sem o rumo de casa. Humilhação à vista. E ainda havia os cães farejadores! E os fuzis!!! Bobagem. Obviamente, eu estava enxergando monstros inexpugnáveis onde só havia moinhos de vento: eles sequer notaram a água no interior de minha mochila; se a viram, nem deram bola. O detector de metais em Maiquetía era uma peneira: até as moedas que eu guardava no bolso de trás da calça passaram ilesas. Superada a penúltima etapa do trajeto, alcancei o birô de emigração. Estava a um carimbo de completar o circuito de provações aeroportuárias, iniciado umas cinco horas antes, e poder voar para o alto e avante. O funcionário do controle de passaporte abriu o meu documento, olhou para a minha cara, balançou a cabeça e disse: "Brasil? Brasileiro? Qué vergüenza... Los brasileños están todos llorando ahora mismo..." Carimbou a

esmo uma folha do passaporte. Preguiçosa e desdenhosamente.

Entendi que melhor teria sido a admoestaçāo verbal dos militares, de cicatrização rápida, aos efeitos psicológicos tardios do 7 a 1. Como fosse uma epifania, na iminência de adentrar o avião, eu me dei conta de que aquela treta era, sim, comigo. Tendo testemunhado de perto o "socialismo do século XXI", não cabia mais no repertório o silêncio obsequioso. Tampouco usar de meias palavras para caracterizar o que se passava. Notem bem: não se trata de explorar o tema pela surrada angulação político-partidária brasileira, ou de reverberar o discurso nórdico e irremediavelmente etnocêntrico. Essa é a isca fácil, que gera mais calor do que luz. Depois de tomar o pulso venezuelano por alguns dias, eu abandonei definitivamente o tom *blasé*, a postura meio-intelectual-meio-de-esquerda, condescendente e até amistosa em relação ao experimento político dos filhos da Grā-Colômbia. Senhoras e senhores, o sonho acabou – e é preciso dizê-lo. A revolução bolivariana fracassou rotundamente. O país é um barril de pólvora prestes a explodir. Ou não – o que talvez seja ainda mais massacrante, pois o cozimento em fogo brando vai degenerando tudo e todos. E o Brasil, como ensinara o constrangedor evento da praça de alimentação, tem lá o seu quinhão no latifúndio. •

O autor é professor de ciência política da Universidade Federal de Minas Gerais
dawisson@gmail.com

TRANSFORME OS IMPREVISTOS NOS MELHORES MOMENTOS DA SUA VIDA.

A vida é imprevisível e,
acredite, isso é muito bom.



A SulAmérica leva tranquilidade a mais de 7 milhões de clientes. Como maior seguradora independente do Brasil, oferece uma solução completa de produtos e serviços de seguros, previdência, investimentos e capitalização para você aproveitar o melhor da vida com toda segurança.

Viva o imprevisível e deixe o resto com a SulAmérica.

SEGUROS • SAÚDE • ODONTO • AUTOMÓVEL • VIDA
PREVIDÊNCIA • INVESTIMENTOS • CAPITALIZAÇÃO

**SulAmérica**

"Meu banco precisa
ficar por perto
mesmo quando eu
estiver longe."

Pedro Andrade

Atendimento personalizado •
Consultoria de investimento •
Serviços internacionais •
Remessas e saques no exterior •

Viver é Prime.



prime.bradesco facebook.com/bradescoprime
Fone Fácil Bradesco Prime: 4002 0022 / 0800 570 0022
SAC - Alô Bradesco: 0800 704 8383
SAC - Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvintoria: 0800 727 9933



**Bradesco
Prime**